

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE ECONOMIA**

**A Economia Goiana no Contexto Nacional:**  
**1970-2000**

**Eduardo Rodrigues da Silva**

Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente apresentada ao Instituto de Economia – IE, da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, para a obtenção do Título de Mestre em Economia na área de concentração: Economia Regional e Urbana, sob a orientação do Professor Dr. Wilson Cano.

**CAMPINAS - SP**

**OUTUBRO DE 2002**

*“O que se leva desta vida é a vida que se leva”*

*Antoine de Saint-Exupéry*

## DEDICATÓRIA

Dedico esta Dissertação às pessoas que me apoiaram, não somente durante a elaboração deste trabalho, mas que acompanharam, de perto, os principais passos de minha vida:

- ✓ Aos meus pais, Domingos e Lucy, pela dedicação, pelo incentivo e, sobretudo, pelo exemplo de vida que me propiciaram;
- ✓ À Marta, minha esposa e companheira, que me apoiou desde o início desta empreitada, pelo afeto e por compreender minha ausência, mesmo estando ao seu lado.
- ✓ Ao Vitor, meu filho, que foi concebido durante o curso, pela maneira como entendia a frase que eu sempre pronunciava: “filho, papai está trabalhando!”, e, assim, negava-lhe afeição paterna.
- ✓ Ao Antenor e Hermita, aos meus irmãos e aos meus cunhados e cunhadas, com quem sempre dividi parte das minhas angústias.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Prof. Dr. Wilson Cano, que com tantas atividades importantes, sem medir trabalho e nem esforço, consegue dar conta de exercer, de maneira sublime, o papel de orientador. Apontando as falhas, sempre com críticas contundentes, além de me fazer crescer intelectualmente, indubitavelmente, melhorou a qualidade deste trabalho. Agora, mais do que nunca, vejo a importância de se produzir uma dissertação para conclusão de curso, pois a minha aprendizagem, nesta etapa, foi de extrema valia.

Aos professores do Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente, que por transmitirem com dedicação seus conhecimentos, contribuíram para minha formação acadêmica.

Aos funcionários do Instituto de Economia da UNICAMP, que me acolheram carinhosamente.

À Universidades Católica de Goiás (UCG), que através de sua política de capacitação do quadro docente, viabilizou minha permanência, em tempo integral, em Campinas-SP, durante o período em que cursei os créditos do mestrado. Reconheço, que foi de muita importância o apoio encontrado na VPG, na pessoa do Vice-Reitor, Prof<sup>o</sup> Antonio Cappi, do Coordenador da Pós-graduação Stricto Sensu, Prof. Dr. José Heck e do Secretário, Alexandre.

No Departamento de Economia, sou grato à Congregação dos Professores, que aprovou meu licenciamento para cursar o mestrado. Em especial, agradeço ao Prof Luiz Carlos de Castro Coelho, que me incentivou a seguir o caminho da docência; ao Prof. José Augusto Costa, Diretor do Departamento, por suas ações decisivas para que se concretizasse esta etapa de minha vida; ao Prof. Luis Estevam, pelas estimadas e preciosas orientações; ao Prof. Aristides Moysés, pela incansável cobrança e pela ajuda recebida; ao Prof. Jefferson de Castro Vieira, pelas leituras e observações feitas ao longo da elaboração do trabalho; ao Prof. Goiás do Araguaia Leite Vieira, que além de incentivar, soube mostrar caminhos em momentos de dificuldades; ao Prof. Antônio

José Porto Bandeira, pelas conversas sobre políticas públicas; à Prof. Darlene Ramos Dias, pelo estímulo recebido; aos Profs. Jairo Fernandes e Sérgio Duarte, pela colaboração na elaboração do projeto e aos Profs. Nair de Moura Vieira, Gesmar José Vieira e Délio Moreira pelo tratamento cordial que me fora dedicado.

À Marise F. Leite Moysés e ao Geraldo Faria, pelas inúmeras horas que despenderam debruçados sobre meus textos, revisando-os.

Às Secretarias Estaduais de Agricultura e de Planejamento do Estado de Goiás.

Aos colegas do curso, pelo carinho e pelos bons momentos que passamos juntos; do mestrado: Cláudio César, César Augusto, Epaminondas, Fernanda Ferrário, Fernanda Serralha, Humberto, Leonam, Lígia, Maya, Mônica, Murilo, Otávio e Raimundo; do doutorado: Celso, Michellon, Fernando, Lucimar, Socorro, Pedro, Renato, Rita, Severino, Tânia e Zoraide. Em especial, meus agradecimentos à “família do centro” formada por mim e Marta; Cláudio e Susane; Mônica e George; e Fernando, às vezes acompanhado pela Lene.

Um agradecimento muito carinhoso a Elcilene, que nos recebeu em Campinas, conduziu nossos primeiros passos na nova cidade e se tornou parte de nossa família campineira.

Finalmente, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a concretização deste trabalho.

## **Resumo**

Esta dissertação trata da economia de Goiás nas últimas décadas e encontra-se dividida em três capítulos. O primeiro aborda a integração do estado no contexto comercial com São Paulo e os efeitos regionais das políticas públicas como a Marcha para o Oeste, as construções de Goiânia e Brasília, a instituição do Crédito Rural e as políticas de desenvolvimento regionais, até a década de 1970. O segundo trata das conseqüências da modernização agrícola no estado, nos anos 80, em grande parte, influenciadas pelas ações governamentais na Política de Garantia de Preços Mínimos, no Fundo Constitucional do Centro-Oeste, na disponibilização de recursos do BNDES e na adesão à “guerra fiscal”. O terceiro aponta os resultados das políticas neoliberais no âmbito regional, mostrando que Goiás aprofundou sua integração de forma complementar ao dinamismo do Sudeste brasileiro e cresceu, no período, acima da média nacional.

---

## **Abstract**

This dissertation treats of the economy of Goiás in the last decades and it is divided into three chapters. The first approaches the integration of Goiás into the commercial context with São Paulo and the regional effects of the public policies as the “March to the West”, the constructions of Goiânia and Brasília, the institution of Rural Credit and the regional development policies, until the decade of 1970. The second treats of the consequences of the agricultural modernization in the eighties, largely influenced by the government actions in the Policies of Warranty of Minimum Prices, in the Constitutional Fund (FCO), in the disponibility of the resources of BNDES and in the adhesion to the “fiscal war.” The third chapter points to the results of the neoliberal policy at the regional level, showing that Goiás deepened its integration in a complementary way to the dynamism of the Brazilian Southeast and it grew, in the period, above the national average.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I - Evolução Econômica de Goiás até 1980.....</b>	<b>3</b>
1.1 Formação Histórica da Economia Goiana.....	4
1.2 Evolução Político-Administrativa do Centro-Oeste.....	15
1.3 A Construção de Brasília.....	18
1.4 Planos Regionais de Desenvolvimento.....	21
1.4.1 Políticas de Desenvolvimento Regional na Década de 1970.....	25
1.5 Crédito Rural.....	37
1.6 Transformações Econômicas.....	41
1.6.1 Aspectos Demográficos e Urbanos.....	54
<b>CAPÍTULO II - A “Década Perdida” em Goiás.....</b>	<b>61</b>
2.1 Mudanças nos Mecanismos de Financiamento.....	65
2.1.1 Crédito Rural.....	66
2.1.2 Política de Garantia de Preços Mínimos.....	69
2.1.3 Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)..	74
2.2 Guerra Fiscal .....	76
2.3 Gastos Públicos no Centro-Oeste.....	85
2.4 Políticas de Desenvolvimento Regional na Década de 1980.....	89
2.5 Transformações Econômicas.....	95
2.5.1 Aspectos Demográficos e Urbanos.....	109
<b>CAPÍTULO III – Goiás e a Busca de Um Novo Perfil Econômico.....</b>	<b>113</b>
3.1 A Ideologia Neoliberal.....	113
3.2 Década de 1990: neoliberalismo e crise.....	116
3.3 Goiás nos anos 1990.....	122
3.3.1 Políticas Regionais de desenvolvimento.....	124
3.3.1.1 Crédito Rural.....	129
3.3.1.2 Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).....	132
3.3.1.3 Guerra Fiscal: Substituição do FOMENTAR pelo PRODUZIR	134
3.3.2 Nova Integração Agroindustrial.....	141
3.4 Transformações Econômicas.....	144
3.4.1 Aspectos Demográficos e Urbanos.....	175
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>179</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>181</b>

## ÍNDICE DE GRÁFICOS, TABELAS, QUADROS, CARTOGRAMAS E FIGURAS

Seqüência	Descrição	Pág.
Gráfico 1	Crédito Rural Agropecuário: Financiamentos Concedidos por Categoria 1969- 1980	39
Gráfico 2	Goiás: Participação Relativa no Crédito Rural 1969-80	40
Gráfico 3	Brasil: Produto Interno Bruto de 1947 a 1980 (R\$ bilhões)	41
Gráfico 4	Goiás: Crescimento Acumulado do PIB de 1970 a 1980	43
Gráfico 5	Goiás: Área Colhida de Arroz, Feijão e Mandioca de 1950 a 1980	48
Gráfico 6	Goiás: Participação na Área Colhida Nacional de Arroz , Feijão e Mandioca de 1950-80	49
Gráfico 7	Goiás: Área Colhida de Milho de 1950 a 1980 e Soja 1973 a 1980 - (mil ha)	51
Gráfico 8	Goiás: Linha de Tendência da Produtividade do Milho de 1950 a 1980	52
Gráfico 9	Goiás: Participação na Área Colhida Nacional de Milho (1950-80) e Soja (1973-80)	52
Gráfico 10	Goiás: Evolução do Efetivo Bovino (mil Cabeças)	53
Gráfico 11	Goiás: Evolução das Áreas de Pastagens Naturais e Plantadas	54
Gráfico 12	Goiás: Evolução da Taxa de Urbanização 1940 a 1980	57
Gráfico 13	Brasil: Inflação Anual de 1977-1990 - IGP – DI	62
Gráfico 14	Produto Interno Bruto do Brasil de 1970 a 1990 (R\$ bilhões)	63
Gráfico 15	Participação Relativa do PIB goiano no PIB nacional de 1970 a 1990	65
Gráfico 16	Brasil: Crédito Rural Agropecuário - Financiamentos Concedidos por Categoria 1979-90	67
Gráfico 17	Política de Garantia de Preços Mínimos – Aquisições do Governo Federal 1980/90	71
Gráfico 18	PGPM – Participação do Centro-Oeste no Total das AGFs no Brasil (Quantidade) 1980/90	72
Gráfico 19	Centro-Oeste: Participação Relativa do Crédito Agrícola, BNDES e FCO no total dos Recursos Federais Concedidos para Financiamento do Investimento Privado – 1970/91	87
Gráfico 20	Goiás: Composição Percentual da Renda Interna (1960 – 1990)	95
Gráfico 21	Goiás: Área Colhida de Arroz, Feijão e Mandioca de 1975 a 1990 - (mil ha)	98
Gráfico 22	Goiás: Área Colhida de Milho e Soja de 1975 a 1990 - (mil ha)	100

Seqüência	Descrição	Pág.
Gráfico 23	Goiás e Brasil: Produtividade do Milho e da Soja de 1975 a 1990 - (kg/ha)	101
Gráfico 24	Goiás: Participação na Área Colhida Nacional de Milho e Soja 1975 a 1990 (%)	102
Gráfico 25	Brasil: Saldos da Balança Comercial e Transações Correntes (1990-2001) - US\$ (bilhões)	118
Gráfico 26	Brasil: Dívida Externa 1990-2000 (US\$ bilhões)	119
Gráfico 27	Brasil: Inflação Anual de 1986-2000 - IGP - DI	120
Gráfico 28	Brasil: Variação Anual do Produto Interno Bruto 1988-2000 (%)	121
Gráfico 29	Goiás: Variação Anual do Produto Interno Bruto 1989-1999 (%)	123
Gráfico 30	Goiás: Participação Relativa dos Setores Agropecuário, Indústria e Serviço na Composição do PIB de 1989 a 1999	124
Gráfico 31	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO 1989-2000	125
Gráfico 32	Goiás: FCO Recursos Disponibilizados e Aplicados - 1989-1999	129
Gráfico 33	Brasil - Evolução da Concessão de Crédito Rural 1989 a 2000 (R\$ bilhões)	130
Gráfico 34	Goiás: Participação Relativa no Crédito Rural 1989 a 2000 (%)	131
Gráfico 35	Crescimento Acumulado do Valor Adicionado Bruto de Goiás - 1989=100	145
Gráfico 36	Goiás: Total da Produção e Área Colhida dos Principais Grãos - 1990 a 2000	148
Gráfico 37	Crescimento da Produção e Produtividade da Soja no Brasil, no Centro-Oeste e em Goiás de 1990 a 2000 (1990=100)	160
Gráfico 38	GOIÁS: Evolução dos Estabelecimentos Industriais e Empregados 1990-2000 (1990=100)	166
Gráfico 39	Goiás: Balança Comercial – 1990 – 2000 US\$ (milhões)	175
<hr/>		
Tabela 1	Participação Regional no Produto Interno Bruto	42
Tabela 2	Goiás: Produto Interno Bruto e Variação Anual Sobre Valores Reais 1970, 1975 e 1980	43
Tabela 3	Goiás: Participação dos Subsetores na Composição do PIB do Setor Terciário	46
Tabela 4	Goiás: Utilização de Tratores 1950 a 1980	47
Tabela 5	Densidade Demográfica da Região Centro-Oeste 1940-1980	55
Tabela 6	População Residente na Região Centro-Oeste 1940-1980	56

Seqüência	Descrição	Pág.
Tabela 7	Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual da População, Segundo as Grandes Regiões e Unidades Federativas do Centro-Oeste – 1940/80	56
Tabela 8	8A Aglomeração de Goiânia: População, Taxa de Urbanização e Taxa de Crescimento 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980 8B	58 59
Tabela 9	Goiás: Participação Relativa no Crédito Rural – 1988 a 1990 (%)	68
Tabela 10	Participação das Regiões nas AGFs – Valor (%)	73
Tabela 11	Região Centro-Oeste - Participação Percentual nas Despesas e Receitas do Governo Federal e no PIB – 1970 , 1975, 1980 e 1985.	86
Tabela 12	Participação no Produto Interno Bruto Industrial	103
Tabela 13	As Trinta Maiores Empresas da Amostra de 1991 com Base no ICMS	106
Tabela 14	Goiás: Números de Empresas, Empregos e Investimentos Fixos Gerados por ano, com o Incentivo do CD/FOMENTAR – 1985/90	107
Tabela 15	Goiás: Ocupação da PEA Segundo Contribuição para a Previdência	108
Tabela 16	População Residente e a Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Segundo as Unidades Federativas do Centro-Oeste – 1970/91	109
Tabela 17	Goiás: Evolução da Taxa de Urbanização 1970 a 1991 (%)	110
Tabela 18	Aglomeração de Goiânia: População, Taxa de Urbanização e Taxa de Crescimento 1980 e 1991	111
Tabela 19	FCO (2001) - Programa de Desenvolvimento Rural, Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural e Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	127
Tabela 20	FCO Empresarial - Limites Financiáveis, Carência e Teto para 2001	128
Tabela 21	Goiás: Concessão do Crédito Rural em Custeio, Investimento e Comercialização de 1990 a 1998 (R\$ bilhões)	132
Tabela 22	Relação Estímulos/Arrecadação do Programa FOMENTAR de 1994 a 1999	138
Tabela 23	Relatório Consolidado dos Dois Leilões Efetuados nos Períodos: 12/07 a 12/08/1999 e 17 a 30/12/1999	139
Tabela 24	Goiás: Produção e Área Colhida de Arroz, Feijão, Milho e Soja – 1990 a 2000	148
Tabela 25	Goiás: Mesorregiões Geográficas IBGE - Base 1997	149
Tabela 26	Participação do Centro-Oeste, e suas Unidades Federativas, no Valor Adicionado Bruto do Brasil, na Indústria de Transformação de 1989 a 1999	166
Tabela 27	Goiás: Distribuição do Emprego Formal no Setor Industrial - 2000	167

Seqüência	Descrição	Pág.
Tabela 28	Goiás: Estabelecimentos Industriais Cadastrados na Secretaria da Fazenda em Janeiro de 2001	169
Tabela 29	Goiás: Comercialização e Localização das Principais Substâncias Minerais – 1995/00	170
Tabela 30	Goiás: Participação do Setor de Serviços no Valor Adicionado Bruto a Preço Básico Corrente de 1990 a 1999	171
Tabela 31	Variação Absoluta e Percentual da Ocupação em Goiás 1992 e 2001	173
Tabela 32	Goiás: Distribuição do Emprego Formal no Setor de Serviços - 2000	174
Tabela 33	População Residente e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Segundo as Unidades Federativas do Centro-Oeste - 1991/2000	176
Tabela 34	População Residente por Situação de Domicílio, Segundo as Unidades Federativas do Centro-Oeste - 1991/2000	177
Tabela 35	Aglomerado de Goiânia: População Residente e Taxas de Crescimento – 1991/2000	178
Quadro 1	Principais Objetivos do PLADESCO para o Estado de Goiás (GO+TO)	28
Quadro 2	Principais Objetivos do POLOCENTRO em Goiás	33
Quadro 3	Distribuição dos Recursos do PERGEB	35
Quadro 4	Áreas e Potencialidades Seleccionadas pelo PERGEB	35
Quadro 5	Programas no Âmbito da "Guerra Fiscal" por Unidade Federativa	78
Quadro 6	Modificações na Legislação Inicial do Programa FOMENTAR de 1985 a 1998	136
Cartograma 1	Pólos do POLOCENTRO com Influência em Goiás	33
Cartograma 2	Goiás: Mesorregiões Geográficas	150
Cartograma 3	Goiás: Produção Municipal de Arroz (Média 1998-2000)	153
Cartograma 4	Goiás: Produção Municipal de Mandioca (Média 1998-2000)	155
Cartograma 5	Goiás: Produção Municipal de Feijão (Média 1998-2000)	157
Cartograma 6	Goiás: Produção Municipal de Milho (Média 1998-2000)	159
Cartograma 7	Goiás: Produção Municipal de Soja (Média 1998-2000)	162
Cartograma 8	Goiás: Efetivo Bovino (Cabeças) - ano 2000	164
Figura 1	Evolução Geo-espacial do Centro-Oeste	16

## Introdução

Uma das características do Brasil é a sua diversidade econômica regional. Vários trabalhos, que se tornaram clássicos, abordaram esta questão. No entanto, a maioria dos textos trata com mais afinco – e não poderia deixar de ser – do centro dinâmico do país (São Paulo) e a região mais sofrida, o Nordeste. Existem, ainda, vários estudos tratando de outras regiões, mas há uma certa lacuna de pesquisas econômicas com relação ao Centro-Oeste brasileiro e, em particular, sobre Goiás. Certamente em virtude de Goiás ter ampliado sua participação no cenário econômico brasileiro em período mais recente.

Deste modo, o presente estudo objetiva aprofundar algumas pesquisas existentes sobre o Centro-Oeste (CO), em particular, sobre a evolução econômica recente de Goiás.

As questões que nortearam os estudos econômicos sobre Goiás partiram, de um lado, da observação de que as principais transformações estruturais de sua economia aconteceram nas últimas décadas, quando aprofunda sua complementaridade com o centro dinâmico do país fornecendo novas bases para crescimento econômico do estado. De outro lado, tudo indica que a participação do setor público foi fundamental para o desenvolvimento regional. Assim, pode-se tomar como hipótese, que este crescimento estaria atado às políticas governamentais voltadas, tanto para a expansão e a modernização da agropecuária e da agroindústria, como para o crescimento econômico do território.

Goiás completou dois séculos e meio de emancipação política e teve diferentes explorações econômicas. Em grande parte desse período, seguiu ritmo próprio de desenvolvimento assentado na exploração agropecuária, que se consolidou como meio de subsistência depois da decadência da produção aurífera, que foi a primeira atividade econômica no século XVIII. Já no século XX, com a integração do mercado nacional, o movimento da *Marcha para o Oeste*, as construções de Goiânia e Brasília e com forte

intervenção estatal, Goiás ampliou sua participação na economia brasileira, subordinando seu ritmo de desenvolvimento ao do dinamismo nacional.

Isto se deu, de forma mais preponderante nos últimos trinta anos, quando o crescimento econômico goiano intensificou-se e profundas mudanças ocorreram. Durante o período, vários fatores contribuíram para que Goiás ampliasse sua participação na economia nacional.

O estudo encontra-se dividido em três capítulos. No primeiro será abordada a evolução da economia goiana até o final da década de 1970, resgatando, resumidamente, sua formação histórica e mostrando as alterações político-administrativas responsáveis pela conformação territorial do CO brasileiro. Nesse período, o deslocamento do Distrito Federal para o território goiano e os Planos Regionais de Desenvolvimento, bem como os recursos disponibilizados pelo Crédito Rural, constituíram instrumentos de políticas públicas que trouxeram transformações econômicas, sociais e demográficas para a região.

No segundo, serão tratadas as alterações ocorridas nos anos 80, como o arrefecimento das políticas de desenvolvimento regional e a redução dos aportes financeiros oriundos do Crédito Rural, que, de certo modo, foi parcialmente substituída pela Política de Garantia de Preço Mínimos, pela instituição do Fundo Constitucional do Centro-Oeste e pelo ingresso do estado na “guerra fiscal”.

No terceiro, a crise dos anos 90 e as conseqüentes mudanças na condução política nacional, bem como a implementação da ideologia neoliberal, constituem seu objeto central. Nele serão apresentadas as principais alterações nas políticas regionais de desenvolvimento, no Crédito Rural, nos programas referentes à “guerra fiscal” e na forma de integração agroindustrial específica da região.

# Capítulo I

## ***Evolução Econômica de Goiás até 1980***

O Estado de Goiás, durante o século XX, sofreu profundas transformações em sua estrutura produtiva, principalmente a partir dos anos trinta, com os estímulos do Governo Federal à migração para as regiões central e oeste do Brasil (*Marcha para o Oeste*) e da determinação do governo local em mudar a capital do estado, resultando na construção de Goiânia. A partir de meados da década de 1950, com a decisão de se transferir a capital federal, ocorreu rápida implantação de infra-estrutura como transporte e energia, principalmente no centro-sul de Goiás, onde se criou o Distrito Federal. Para tanto, necessitou-se de convergência de recursos federais e estaduais, no intuito de aglutinar esforços para suprir os investimentos necessários. Nesse sentido, para viabilizar as estratégias de ação do Governo Estadual no início do decênio de 1960, principiou em Goiás o emprego de planos intersetoriais de desenvolvimento econômico.

Outro fator importante para o desenvolvimento goiano foi a instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural em 1965, que, indubitavelmente, contribuiu para o processo de modernização da atividade agropecuária. Nos anos setenta, os governadores goianos buscaram conciliar suas administrações com as políticas de desenvolvimento regional contempladas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), das quais o Centro-Oeste se beneficiou bastante.

## 1.1 Formação Histórica da Economia Goiana<sup>1</sup>

A partir da segunda metade do século XVIII, a produção aurífera da colônia brasileira decresceu fortemente, reduzindo-se a aproximadamente 28% do pico em meio século. Por outro lado, enquanto se principiava o declínio da produção em Minas Gerais, a goiana se encontrava em plena ascensão, tornando persuasiva a migração para as terras do Planalto Central. Isto se deu, mesmo levando-se em consideração três fatores dissuasivos ao processo migratório: primeiramente, o volume de ouro produzido na capitania goiana era bem inferior ao de Minas Gerais; segundo, os veios goianos eram bastante dispersos e, terceiro, eram maiores as distâncias a se percorrer para atingir Rio de Janeiro e São Paulo.

Durante o século XIX, apesar da derrocada da economia mineira, Goiás continuou recebendo imigrantes, que se acomodaram na agricultura de subsistência e na pecuária extensiva, “propiciando a consolidação da fazenda de gado enquanto unidade básica de ocupação”<sup>2</sup>, no vasto e quase desabitado território. E nesse estado latente permaneceu sem consideráveis mudanças, à parte das transformações econômicas ocorridas no Sudeste brasileiro.

No final do século, a expansão da economia paulista estendeu os trilhos da Estrada de Ferro Mogiana<sup>3</sup>, atingindo o Triângulo Mineiro. Esse fato fortaleceu a posição de entreposto comercial que alguns municípios de Minas Gerais exerciam sobre Goiás e Mato Grosso (principalmente Uberlândia e Uberaba). Para ilustrar o domínio econômico do Triângulo Mineiro, que se conectava à dinâmica da cafeicultura paulista, em diversas circunstâncias, foi “denunciada a venda de sacos de arroz, depois

---

<sup>1</sup> Para a elaboração deste tópico foi utilizado, em grande parte, ESTEVAM, L. *O tempo da transformação: estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás*, 1998, CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970•1970-1995, 1998*, PALACIN, L. e MORAES, M. A., *História de Goiás*, 1989, e GALINDO, O & MONTEIRO DOS SANTOS, V, *Centro-Oeste: evolução recente da economia regional in: Desigualdades regionais e desenvolvimento*, 1995.

<sup>2</sup> ESTEVAM, L. *op. cit.* p. 205.

<sup>3</sup> Esta estrada de ferro, de capital privado, atingiu Uberaba em 1889, Uberlândia em 1895 e, finalmente, Araguari em 1896.

de beneficiados no Triângulo, por quarenta vezes mais caro do que o preço pago aos produtores goianos”<sup>4</sup>.

Essas distorções somente seriam amenizadas quando os trilhos que traziam consigo a dinâmica econômica paulista atingissem Goiás, o que ocorreu a partir de 1914. Entretanto, ainda nos dias atuais a região “*triangulina*”, principalmente Uberlândia, desempenha forte papel de entreposto comercial, através de suas poderosas redes atacadistas de distribuição e de empresas transportadoras.

*“A implantação da estrada de ferro em Goiás deu-se por etapas. Na primeira – até 1914 – os trilhos avançaram 233 quilômetros partindo de Araguari-MG até Roncador-GO, trecho construído em um período relativamente curto. Os trilhos ficaram paralisados em Roncador até 1922 – para a construção de uma ponte no rio Corumbá – quando foi iniciada a segunda etapa, desta feita, de forma demorada e irregular. No seu prolongamento, a ferrovia atingiu Anápolis (1935) completando 387 quilômetros de extensão. Somente em 1950 inaugurou-se um ramal ligando Leopoldo de Bulhões a Goiânia”.*<sup>5</sup>

Já no início do século XX, a economia paulista apresentava dinâmica de crescimento industrial superior à sua capacidade de absorção da produção, gerando capacidade ociosa. Entretanto, no período da Primeira Grande Guerra Mundial, a indústria paulista teve sua ociosidade fortemente reduzida, pois buscou atender, na medida do possível, a demanda nacional de manufaturados cujas importações tornaram-se difíceis. O momento tornou-se oportuno para o crescimento industrial, que se intensificou nos anos seguintes. A partir da recuperação da Crise de 1929, desenvolveu-se, principalmente na região metropolitana de São Paulo, um parque industrial com predomínio de bens de consumo. A esse processo se denominou *industrialização restringida*<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> BRANDÃO, C. A. *Triângulo: Capital Comercial, Geopolítica e Agroindústria*, Diss. Mestrado, Belo Horizonte, UFMG, 1989, p. 88. apud ESTEVAM, L. *op. cit.* p. 85.

<sup>5</sup> ESTEVAM, L. *op. cit.* p. 92

<sup>6</sup> No período de 1933 a 1955 houve um processo de industrialização “porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial [...] restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante num só golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento” CARDOSO DE MELLO, J. M. *O Capitalismo Tardio: Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 1998, ps. 116-117.

Por outro lado, a redução das barreiras ao comércio interno, a existência de uma malha ferroviária, o transporte de cabotagem e o aumento da interdependência entre as diversas regiões e o núcleo dinâmico do país (São Paulo), intensificaram o comércio inter-regional, resultando na integração comercial<sup>7</sup>. Contudo, essa integração causaria, conforme CANO, diferentes efeitos: estimuladores, inibidores ou destruidores<sup>8</sup>.

No caso específico de Goiás, como não existiam indústrias, conseqüentemente não haveria o que se destruir. Por outro lado, fatores como a vizinhança com São Paulo e a existência de um mercado interno, ainda incipiente para a implantação de um parque industrial, atenuariam o efeito inibidor. Assim, parece que a força do efeito estimulador prevaleceu tanto na agricultura quanto na pecuária, e Goiás, desde então, experimentou expressivo crescimento. Para se ter uma idéia, em 1920 a produção de arroz já era a quarta do país.

Em função da relativa proximidade de Goiás com São Paulo, logo se sentiram os efeitos do processo de integração. O contínuo avanço dos trilhos da Mogiana comprimia a relação espaço/tempo<sup>9</sup> entre esses dois estados, e gradativamente a economia goiana se integrava à paulista.

A seguinte análise demográfica ilustra as modificações ocorridas em Goiás: em 1872, período anterior à chegada da estrada de ferro, a população de Goiás era de 160.395 habitantes; em 1900, atingiu 255.284 habitantes, crescendo à taxa média anual de 1,7%, abaixo da média nacional, que era de 2,0%<sup>10</sup>. Já no período de 1900 a 1920, em que a estrada de ferro já se consolidava no Triângulo Mineiro e cruzara a fronteira goiana, aquela taxa se elevou para 3,5%, e a população alcançou 511.919 habitantes. Assim, a população goiana, nesse período, cresceu acima da média nacional, que era

---

<sup>7</sup> O estudo clássico sobre integração do mercado nacional é CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970•1970-1995*, 1998.

<sup>8</sup> Conforme CANO, a integração do mercado significa aumento no comércio inter-regional. A concorrência advinda do incremento deste provocaria efeitos de estímulo, de inibição ou de destruição sobre as estruturas produtivas regionalizadas, com crescimento localizado de alguns segmentos, dificuldades de produção em outros e o fim daqueles que não lograssem se manter competitivamente. Em síntese, a manifestação desses efeitos significaria a capacidade de resposta das unidades federadas ao processo de integração da economia.

<sup>9</sup> Sobre compressão da relação espaço/tempo ver HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. 1992. Cap. 16 e 17.

<sup>10</sup> A população brasileira cresceu, nesse período, de 9.930.478 para 17.438.434 habitantes.

de 2,9%<sup>11</sup>. Analisando-se o período 1900 a 1940 e considerando-se que em 1935 a cidade de Anápolis<sup>12</sup> estava conectada aos trilhos da estrada de ferro, verifica-se que a mesma taxa ficou em 3,0% (826.414 habitantes), enquanto que a média nacional era de 2,2%. Tais números indicam a ocorrência de fluxos migratórios positivos não desprezíveis para o estado. Nesse período, a proporção da população goiana se elevou de 1,5% para 2,0% do total nacional.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que a população aumentava, elevava-se também o preço da terra. "Em Anápolis – cidade situada, no início do século, bem além do término dos trilhos – o preço do alqueire de campo elevou-se de 2\$500 para 15\$500 e o preço da terra de mato sofreu incremento de 10\$000 para 30\$000 o alqueire. Em Ipameri, mais próxima dos trilhos na época, a valorização foi ainda mais forte: em 1915 vendeu-se o alqueire de mata a 50\$000. Com a passagem dos trilhos elevou-se, em 1921, a 300\$000"<sup>13</sup>.

Esse movimento, embora importante, era insuficiente para desencadear um processo intenso de desenvolvimento em Goiás, cuja economia ainda se assentava na atividade agropecuária, com destaque para a criação bovina extensiva.

Em 1920 apenas 113.562 ha, correspondentes a 0,3% do território goiano<sup>14</sup>, eram ocupados com produção agrícola. Nesse período, "a exportação de arroz em Goiás saltou de 548.000 kg, em 1912, para 7.144.000 kg em 1919. Entretanto, quando finda a Guerra, 1920, essa caía a 2.158.000 kg. A exportação de gado evoluiu de 57.000 cabeças (1910) a 117.000 (1919) e a 79.000 (1920) [sic]. Açúcar com 11 toneladas em 1912, atingia 88 toneladas em 1918. [...] Produtos que não eram exportados passaram a sê-lo: algodão (1917), banha derretida (1917), café (a partir de 1919, com 261 toneladas), carne salgada (1917)"<sup>15</sup>.

Na década de 1930, as principais ações governamentais contribuidoras para a mudança do *status quo* de Goiás, foram, indubitavelmente, a construção da nova capital, Goiânia, e, no nível federal, a intitulada *Marcha para o Oeste*, que, em pleno

---

<sup>11</sup> Em 1920, a população do Brasil era de 30.635.605 habitantes.

<sup>12</sup> A cidade de Anápolis dista 45 km de Goiânia.

<sup>13</sup> ESTEVAM, L. *op. cit.* ps. 95-96

<sup>14</sup> A área total do antigo Estado de Goiás (incluso o Estado do Tocantins) era de 44.238.364 ha.

<sup>15</sup> BERTRAN, Paulo. *Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil*. p. 79.

atendimento à idéia de integração do Brasil, propiciava condições reais, estimulando a ocupação do vasto território central e amazônico brasileiro, produzindo, assim, correntes migratórias em direção a essas regiões.

"(...) ao longo dos anos 40 e 50, uma corrente contínua de imigrantes começou a se deslocar para a região central do Brasil. Em 1949, surgiam relatos dando conta de que milhares de pioneiros lideravam para as áreas selvagens em torno dos rios Tocantins e Alto Xingu. Vinte e seis vôos regulares chegavam toda semana à cidade pioneira de Anápolis, Goiás."<sup>16</sup>

Quanto ao projeto de se mudar a capital do Estado de Goiás, embora tenha-se efetivado somente a partir de 1933, a idéia já se aventava desde o século XVIII. Em 1754, o Governador Conde dos Arcos já sugeria a mudança para a região onde atualmente se encontra Pirenópolis. Em 1830, Miguel Lino de Moraes propôs a mudança da capital para Água Quente, por ser uma região mais povoada e de comércio mais intenso. A descrição da cidade de Goiás, feita por Couto Magalhães, corroborava essa idéia: ele afirmava que não conhecia, dentre as várias cidades por onde viajara, uma onde se reunissem tantas moléstias graves: "Quase se pode asseverar que não existe aqui um só homem são...". De fato, a cidade se edificara entre serras, às margens do rio Vermelho (principal veio aurífero). Considerando-se os meios de transporte precários, o acesso à mesma era árduo, dificultando a integração comercial com as demais regiões brasileiras: "Goiás não só não reúne as condições necessárias para uma capital, como ainda reúne muitas para ser abandonada"<sup>17</sup>.

Em 1890, referindo-se às condições sanitárias da cidade de Goiás, Rodolfo Gustavo da Paixão, presidente do estado, dizia que a água distribuída às casas, fornecida pelo único chafariz existente e parcas fontes, carecia das condições de abundância e potabilidade. A cidade era desprovida de bons sistemas de esgotos e as latrinas perfuradas nos terrenos contaminavam o sub-solo bastante permeável. Ele afirmava que "a decadente Vila Boa hospeda em seu seio poderosos agentes de destruição, que há de em breve, transformá-la em vasta metrópole, onde a morte

---

<sup>16</sup> DAVIS, 1978 apud OTAMAR de CARVALHO, 1998, relatório final da *Revisão das estratégias de desenvolvimento do Centro-Oeste*, do Ministério do Planejamento e Orçamento. p. 34.

<sup>17</sup> MAGALHÃES, C. *Viagem ao Araguaia*. Coleção Brasileira . apud PALACIN, L. *Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás*, pg. 12.

campeia com todo seu cortejo de horrores".<sup>18</sup> Desta forma, a capital, irradiadora de desenvolvimento ao estado, encontrava-se em plena decadência. Segundo CHAUL, entre 1890 e 1914, não se chegou a construir, em média, nem uma casa por ano. A população, que era de 10 mil almas em 1890, havia se reduzido a apenas 8.256 habitantes em 1932.

A revolução de 1930<sup>19</sup> propiciou condições necessárias à desejada mudança. O descontentamento por parte de algumas lideranças do Sul e Sudoeste de Goiás, lideradas por Pedro Ludovico Teixeira, representava, de forma frágil, o movimento revolucionário goiano<sup>20</sup>. Com a vitória da Revolução, Ludovico foi nomeado interventor de Goiás e permaneceu por quinze anos à frente do comando político goiano.

No dia 20 de dezembro de 1932, nomeou-se uma comissão para se definir o local da nova capital (Decreto nº 2.737), que deveria ser em uma região mais centralizada e povoada do estado. Em 4 de março de 1933, decidiu-se pela construção, numa região próxima à cidade de Campinas (hoje bairro de Goiânia). No dia 24 de outubro do mesmo ano, em homenagem à Revolução, lançou-se a pedra fundamental de Goiânia.

A recém-criada capital foi projetada de forma "ambiciosa" para uma população cinco vezes maior que a da anterior, ou seja, para 50 mil habitantes<sup>21</sup>. As obras seguiram em ritmo acelerado e, em 07 de novembro de 1935, aconteceu a mudança

---

<sup>18</sup> LIMA, A. C. *Goiânia – a nova capital de Goiaz. Resumo de um estudo.* s/d . pg. 91 apud CHAUL, N. N. F. *A construção de Goiânia e a transferência da capital.* Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás.

<sup>19</sup> Vale ressaltar que a crise gerada pela quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929, que catalisou as forças descontentes para detonar a revolução, não foi fortemente sentida em Goiás em função de sua frágil e dependente economia.

<sup>20</sup> "A participação efetiva de Goiás na Revolução limitou-se à ação pessoal do Dr. Pedro Ludovico. Durante sete anos tinha lutado na oposição em Rio Verde. Ao articular-se o movimento revolucionário, ele entrou no esquema mantendo-se em contato com os centros revolucionários de Minas. Ao explodir a Revolução a 4 de outubro de 1930, reuniu um grupo de 120 voluntários no Triângulo Mineiro, com que intentou invadir a região do sudeste Goiás. O grupo foi dispensado, quase sem combate, às portas de Rio Verde e Pedro Ludovico preso. Logo depois a Revolução triunfava no resto do País. Uma coluna procedente de Paracatu, comandada pelo coronel Quintino Vargas chegou até cidade de Goiás e o médico mineiro Carlos Pinheiro Chagas tomou o poder". PALACIN, L. e MORAES, M. A, *op. cit.* ps. 103-104.

<sup>21</sup> Como será apresentado mais adiante, Goiânia possui, atualmente, conforme o Censo 2000, 1.093.007 habitantes, ou seja, uma população quase vinte e duas vezes maior do que aquela para qual foi projetada.

provisória do Governador para Goiânia. Em 1937, quando os principais prédios públicos estavam prontos, concluiu-se a mudança.

Não se pode deixar de considerar que a nova capital foi se edificando dentro de um contexto histórico de formação econômica nacional, em que se evidenciaram processos que, por um lado, conduziram à concentração da produção industrial no Sudeste brasileiro, com destaque para São Paulo, e, posteriormente, esforços governamentais em busca da desconcentração, com o objetivo de se reduzirem as desigualdades entre as economias regionais. Na primeira fase da *industrialização restringida* (1930/1955), o mercado se articulou a partir do capital industrial de São Paulo, que dominava, e ainda domina, o mercado nacional de mercadorias.

Ressalte-se que esta integração econômica do mercado nacional atingida nos anos 1940-1960, teve o caráter fundamentalmente comercial. Tal integração trouxe às claras um potencial mercado interno, e nele promoveu-se o processo de desenvolvimento endógeno pela substituição de importações.

Nesse período, a população de Goiás se elevou de 826.414 habitantes, em 1940, para 1.917.460, em 1960, crescendo à taxa geométrica média anual de 4,3%, enquanto a do Brasil era de 2,7%, indicando a ocorrência de um fluxo migratório positivo. Do total da população de 1940, 668.139 (80,8%) eram goianos natos, 8,4% eram mineiros, 4,2% maranhenses, 3,9% baianos, 0,9% piauienses, 0,9% paulistas, totalizando 99,2% da população. Em 1960, enquanto a participação relativa dos goianos natos, no total da população, reduzia-se para 72,6% (1.392.227 habitantes), a proporção de mineiros, maranhenses, baianos, piauienses e paulistas elevava-se a 12,7%, 4,2%, 3,8%, 1,4% e 1,2% respectivamente, ou seja, 96% dos habitantes de Goiás. Se se adicionam a esses os cearenses (0,8%) e os gaúchos (0,7%) esse percentual eleva-se a 97,5%.

*O fluxo migratório acumulado nacional (pessoas que viviam fora de seus estados de nascimento), que em 1940 fora de 2,8 milhões de pessoas (das quais 800 mil nordestinos e outro tanto de mineiros), representava 6,7% da população nacional e dirigia-se não apenas à "meca" paulista, mas também à fronteira em expansão (Paraná, Centro-Oeste e Maranhão). Em 1970 o fluxo*

*acumulado era de 11,2 milhões, e agora os nordestinos somavam 4 milhões, os mineiros 3,2 milhões, os paulistas 1,3 milhões e os gaúchos 700 mil pessoas.*<sup>22</sup>

Em Goiânia, os atraentes incentivos públicos e a possibilidade de se instalar em um potencial mercado praticamente vazio fizeram com que a população se elevasse de 48.166 para 153.505 habitantes entre 1940 e 1960. Desta forma, em pouco mais de duas décadas de existência como capital, sua população já era três vezes superior à projetada.

Nessa mesma época, nos Estados Unidos da América se introduziram profundas modificações, no padrão de produção agrícola, as quais se intitularam de *Revolução Verde*. A partir do último Pós-Guerra, as inovações no campo biológico reduziram o tempo de que a planta necessitava para completar seu ciclo de desenvolvimento, enquanto as inovações físico-químicas ajudaram a reduzir barreiras postas pelas limitações de solo, pragas e doenças. Quanto às inovações mecânicas, estas aprimoraram o plantio, colheita e transporte dos produtos agrícolas. Estes elementos, reunidos, permitiram a generalização da monocultura em bases tecnológicas modernas, intensificando o uso de máquinas, equipamentos, insumos e sementes selecionadas. No Brasil, a partir dos anos cinquenta, principiou-se a introdução dessa “Revolução Verde” através da importação de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas, pois não havia no país produção industrial desse segmento.

Retomando o panorama nacional, o segundo momento de integração do mercado interno ocorreria com a consolidação da industrialização a partir do Plano de Metas (1956/61), quando programas de investimentos públicos e privados contemplaram a montagem da indústria pesada e de bens de consumo duráveis, em um processo que não apenas impulsionaria a economia brasileira no sentido da diversificação e maior complexidade, como daria novos contornos ao processo de acumulação capitalista, consolidando-se o Estado de São Paulo como centro dinâmico da economia. Fechava-se, a partir de então, a possibilidade de industrialização

---

<sup>22</sup> CANO, W. Celso Furtado e a questão regional no Brasil. in TAVARES, M. da C. Celso Furtado e o Brasil. 2000. Ver também dados de movimento migratório inter-regional em CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970•1970-1995*. Tabela 49 p. 408 a 410.

autônoma das regiões da periferia nacional, restando a elas a alternativa de complementaridade à de São Paulo, se as condições internas, em cada uma delas, permitissem investimentos pontuais para o atendimento de alguma demanda localizada ou mesmo fornecimento para o mercado nacional em determinados segmentos. Restava à periferia brasileira a possibilidade de crescimento subordinado às decisões de investimento do centro<sup>23</sup>.

Ainda no âmbito nacional, no que se refere ao poder público, grandes transformações ocorreram. Em 1959, no final do Governo de Juscelino Kubitschek, criou-se a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste SUDENE. Houve a necessidade de se pensarem políticas de desconcentração industrial que permitissem reduzir a pobreza e o desemprego, em regiões atrasadas do país.

Idealizada por Celso Furtado, seu primeiro superintendente, a SUDENE tinha por objetivo promover o desenvolvimento regional, através do planejamento e da coordenação dos órgãos federais na região. No ano seguinte, formulou-se o Primeiro Plano Diretor para o Desenvolvimento do Nordeste, destacando-se os projetos em infraestrutura econômica e social, habitação, capacitação e industrialização. Este último contava com um sistema de incentivo fiscal e financeiro que tornava viável o investimento privado em indústrias, que objetivassem ampliar sua capacidade produtiva, instalando-se no Nordeste brasileiro.

Entretanto, com as mudanças políticas ocorridas a partir de 1964, quando os militares assumiram (à força) o comando da nação, a SUDENE foi reorientada a concentrar seus esforços no desenvolvimento do setor industrial, abandonando, assim, suas ambiciosas metas iniciais de desenvolver sócio e economicamente o Nordeste do país.

Por conseguinte, a concentração dos recursos públicos na esfera federal, consubstanciada pela reforma tributária de 1966<sup>24</sup>, concentrou, também, na União a

---

<sup>23</sup> Parte da desconcentração econômica ocorrida a partir do final da década de 1960 pode ser atribuída ao crescimento da agricultura e do aumento da produção de bens intermediários na periferia nacional, destinada, em grande parte, ao atendimento da demanda da indústria paulista.

<sup>24</sup> No bojo do Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG – foi concebida a Reforma Tributária de 1966, que havia sido estabelecida pela Emenda Constitucional nº18 de 1965, sob punhos de um regime de governo militar. Essa reforma, de certa forma, concentrava um maior número de impostos

direção de políticas de desenvolvimento regional. Nesse contexto, criaram-se as Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Centro-Oeste (SUDECO), em 1966 e 1967, respectivamente, com mecanismos específicos de estímulo ao desenvolvimento. Nas esferas estaduais, houve um aparato institucional com objetivo de planejar e financiar a industrialização. É desse período a criação de mecanismos de incentivos fiscais e dos bancos estaduais de desenvolvimento.

Em contrapartida, a manutenção dos esforços federais, no sentido de estimular o deslocamento da fronteira agrícola, produzia movimentos migratórios que arrefeciam as pressões sobre a instauração de uma reforma agrária que, segundo autores como Furtado<sup>25</sup>, seria essencial à manutenção do desenvolvimento da nação.

*“Desde 1930, a expansão da fronteira agrícola tem servido de contraponto para a concentração populacional nas cidades. A ocupar novos espaços e integrá-los à economia nacional, a fronteira atraía não somente as migrações com destino rural, mas também proporcionava o surgimento de cidades de apoio, algumas das quais tiveram um crescimento extremamente acelerado. Dessa forma, a fronteira sempre serviu para retardar, de alguma maneira, o processo de aglomeração urbana nas regiões de assentamento mais antigo”<sup>26</sup>.*

A conformação do meio rural de Goiás, contudo, se deu numa estrutura agrária baseada em grandes propriedades e, assim, parte significativa dos incentivos à produção, créditos agrícolas e desenvolvimento tecnológico foram direcionados a essa composição. Esses fatores, associados à questão da propriedade privada da terra, contribuíram de forma negativa para a eventual promoção de uma reforma agrária que objetivasse não somente a distribuição de renda, pela repartição de terras, mas a redução da fome que ainda assola este país. Este modelo se manteve nas décadas seguintes, e CANO, ao analisar os anos 90's, mostrou que este problema ainda se encontrava distante de uma possível solução pacífica:

---

no nível do Governo Federal e propiciava a esse maior poder no sentido de interferir na autonomia dos governos estaduais e municipais. Contudo, tais medidas resultaram numa ampliação do volume de receita, principalmente para os Estados e Municípios periféricos.

<sup>25</sup> Em termos de alternativas de saída da estagnação gerada pela crise da década de 60, Celso Furtado propôs melhor distribuição de renda, reorientação dos investimentos por meio de uma reforma fundiária e a implantação de uma reforma educacional. FURTADO, C. *Um projeto para o Brasil*.

<sup>26</sup> MARTINE, G.A *evolução espacial da população brasileira*, 1995, pg 84.

"A forma de penetração do capitalismo no campo e a sobreposição do movimento especulativo do capital financeiro à questão fundiária tornam hoje a reforma agrária extremamente problemática. Na verdade, tenho fundados temores de que a possibilidade de se fazer uma reforma agrária pacífica e redistribuidoras de terras, para minorar pelo menos o problema da fome de grandes levas humanas que habitam nosso meio rural, tenha sido historicamente perdida..."<sup>27</sup>

Retornando à década de 1960, as transformações da agricultura brasileira para um novo modelo de desenvolvimento assentado no incremento do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário e no progresso técnico não inseriam programas de reforma agrária e, paradoxalmente, em muitos casos, as políticas favoreciam, sobremaneira, as grandes propriedades, redundando em concentração fundiária. O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e os programas de desenvolvimento regional tiveram papel fundamental no modelo, visto que foram elementos centrais do financiamento dos investimentos da modernização agrícola.

O processo de modernização<sup>28</sup> da agricultura brasileira, portanto, teve como vetores principais a Revolução Verde, a utilização de insumos modernos provenientes de importação, o Crédito Rural e a internalização da produção de bens de capital (D1) para a agricultura durante o período do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), de 1975 a 1979. Esta internalização se consolidou em empresas construídas para produções em larga escala, demandando grande massa de capitais para financiar seus investimentos. Como o sistema financeiro é capaz de aglutinar os capitais individuais ociosos, que estão pulverizados no mercado, tornou-se importante no sentido de canalizar recursos para o sistema produtivo. Então, o capital financeiro passou a subordinar o capital industrial e, conseqüentemente, o agrário, determinando sua capacidade de acumulação. Com esta integração entre os capitais formou-se um novo padrão agrícola: os Complexos Agroindustriais (CAIs)<sup>29</sup>.

---

<sup>27</sup> CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970•1970-1995*. p. 27.

<sup>28</sup> "O termo modernização será utilizado para designar o processo de transformação na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra a partir das importações de tratores e fertilizantes num esforço de aumentar a produtividade". GRAZIANO DA SILVA, *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 1998, pg.19.

<sup>29</sup> Sobre Complexos Agroindustriais ver KAGEYAMA, A. *O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos CAIs*. 1990. ps 113-223.

Esse processo de modernização, inserido no bojo da formação econômica do Brasil do século XX, modificou, de forma irreversível, o aparelho produtivo nacional, que passou a requerer do “*homem do campo*” atitudes enérgicas de empreendedor capitalista, transformando as rudimentares roças e suas relações de trabalho e produção em verdadeiras “*fábricas*” de produtos alimentares.

*“O processo de penetração crescente do capital na base do processo produtivo agrícola determina uma transformação e diferenciação constante das características dos diferentes tipos de empresas agrícolas. Grande parte dos latifúndios se transformou em modernas empresas capitalistas, diferenciando-se cada vez mais dos antigos latifúndios tradicionais assentados na exploração de renda do pequeno produtor. A pequena produção por sua vez ou é marginalizada ou se integra ao complexo agroindustrial, gerando uma camada de produtores capitalizados”.*<sup>30</sup>

Neste contexto, o Estado de Goiás passou por profundas modificações em sua estrutura produtiva, induzidas pela modernização da produção agrícola. Isso ocorreu, em grande parte, em razão da atuação do setor público, com destaque para a esfera federal, que criou condições necessárias, por meio da implementação de programas e políticas específicas, para promover o crescimento econômico da região.

Considerando-se que as políticas federais se elaboraram contemplando a região Centro-Oeste como um todo (embora as ações fossem localizadas), torna-se necessário, metodologicamente, tratar Goiás como parte integrante desse espaço mais amplo. Entretanto, isso não impede que seja dada maior ênfase ao estado goiano neste contexto geral.

## **1.2 Evolução Político-Administrativa do Centro-Oeste**<sup>31</sup>

No âmbito nacional, algumas decisões na conformação geo-espacial brasileira tiveram implicações importantes para a economia goiana. Dentre elas, destacam-se três: a primeira foi na segunda metade da década de 1950, no Governo JK, quando se

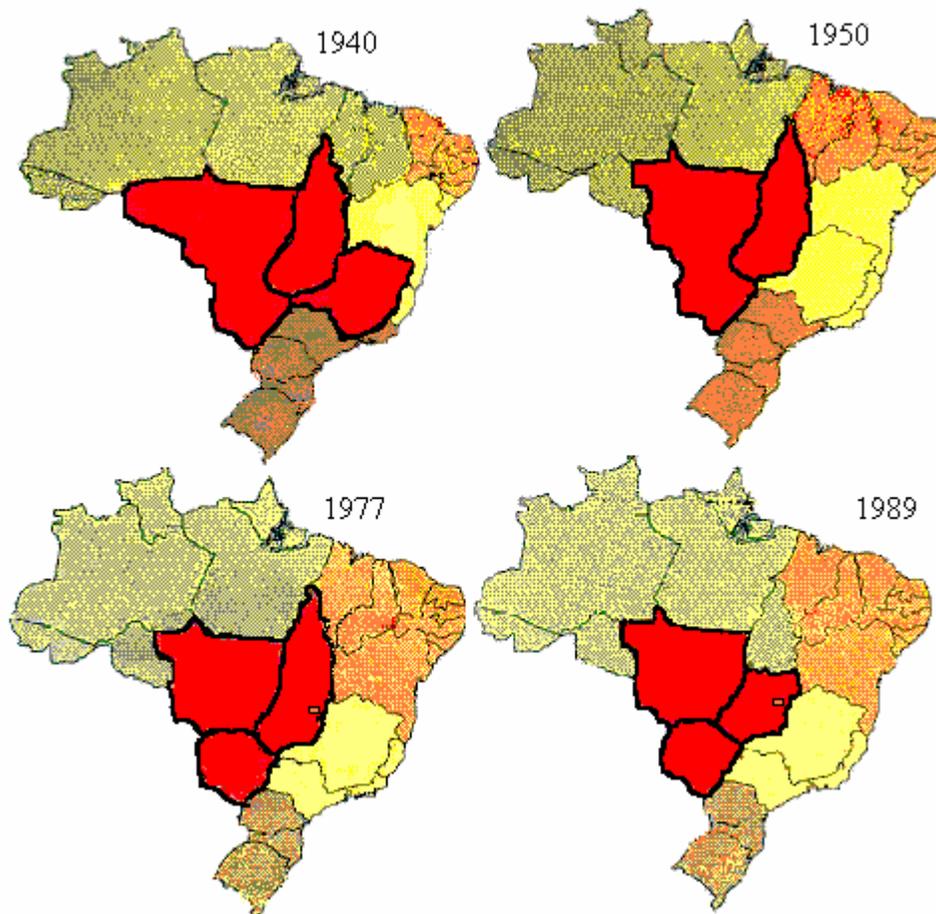
---

<sup>30</sup> SORJ, B. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. 1980, p. 12.

<sup>31</sup> Para a elaboração deste tópico foi utilizado, em grande parte, SILVA, E. R et alli. *Desenvolvimento Urbano do Centro-Oeste*. Trabalho em Grupo apresentado em Seminário da Disciplina Política Econômica e Desenvolvimento Urbano do Centro-Oeste. São Paulo: Instituto de Economia da UNICAMP (mimeo) 1999.

criou o Distrito Federal (DF), dentro do território goiano, dando início à construção de Brasília, a nova Capital Federal; a segunda se refere à subdivisão do “antigo” Estado do Mato Grosso, em 1977, ficando seu nome preservado na parte setentrional, recebendo a outra o nome de Mato Grosso do Sul; por fim, em 1989, Goiás também foi subdividido, recebendo a parte norte o nome de Tocantins, que passou a integrar a região Norte do país. Desta forma, a Região Centro-Oeste passou a ser constituída pelos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e pelo Distrito Federal, conforme Figura 1.

Figura 1  
Evolução Geo-espacial do Centro-Oeste



Fonte: IBGE - Anuário Estatístico 1996

Ressalte-se que, mesmo após ter sido dividido, Goiás ainda possui grande extensão territorial, ocupando a sétima posição nacional em termos de área, com 4,0%

do território brasileiro (341.289 km<sup>2</sup>). Para se ter uma dimensão do que isso representa, a área do Estado de Goiás é equivalente a 62,7% da França, 67,4% da Espanha, 95,6% da Alemanha, sendo maior que a do Reino Unido em 39,8%.

Para se discutir a dinâmica econômica de Goiás, bem como da região Centro-Oeste, cabe observar a evolução das unidades Político-Administrativas que redundaram em alterações geo-econômicas. Por outro lado, é importantíssimo ressaltar que o Centro-Oeste não é uma região homogênea, já que cada uma das suas unidades federativas possui características e histórias próprias, assim como formas diferenciadas de inserção na economia nacional. Pode-se dizer que apenas um aspecto, de natureza geológica e geográfica, unifica o conjunto da região: trata-se do bioma Cerrado. Posto isto, algumas observações serão apresentadas para evitar que se façam interpretações distorcidas.

As alterações Político-Administrativas são importantes, à medida que interferem tanto na composição espacial da região, quanto na composição das informações e dos resultados delas decorrentes. Só para ilustrar, Goiás perdeu a parte de seu território mais pobre em termos de investimentos já consolidados, porém rica em recursos naturais.

Portanto, em função das alterações no recorte geo-espacial do Centro-Oeste, a leitura e a análise dos dados para a região, apresentados ao longo deste trabalho, devem considerar essas mudanças, ou seja, atentar para os “antigos” Estados de Mato Grosso e Goiás, quando os anos de referência forem anteriores a 1977 e 1989, respectivamente. Ressalte-se, ainda, que, embora formando uma mesma região funcional, as quatro unidades federativas apresentam dinâmicas distintas, com maior ou menor grau de integração entre elas e delas com outras regiões e estados, caracterizando-se, portanto, pela diversidade intra-regional.

Outro aspecto a ser observado se refere ao Distrito Federal, já que sua base de dados passou a compor a região a partir de 1960. Com uma população total em torno de 140 mil habitantes, basicamente de migrantes, tanto para consolidar sua construção (os “Candangos”) quanto para operar a máquina administrativa e burocrática (os

“Barnabés”<sup>32</sup>, sendo mais da metade urbana, o DF já nasceu com alta taxa de urbanização, aproximadamente 63%, perdendo apenas para o Rio de Janeiro (78,9%), resultando numa densidade demográfica de 24,1 hab/km<sup>2</sup>.

Portanto, para melhor compreensão da dinâmica regional do Centro-Oeste, se faz necessário excluir o Distrito Federal dos dados agregados da região, evitando-se assim, possíveis distorções de diagnóstico que, inevitavelmente, ocorreriam. Contudo, não se pode negar sua importância para a economia goiana.

### 1.3 A Construção de Brasília

Um dos principais fatores de mudança do perfil interno de Goiás foi a decisão, tomada na segunda metade da década de 1950, de se transferir a Capital Federal para uma região dentro do estado. Assim, Brasília nasceu como eixo de atração. O grande volume de investimentos para a construção da nova cidade, em um curto período de tempo, criou empregos e novas oportunidades de investimentos.

Conforme MYRDAL, na Teoria da Causação Circular<sup>33</sup>, alguns problemas sócio-econômicos são provocados por causas que se encadeiam em círculo vicioso. Assim, se uma região não é desenvolvida, não gera elementos capazes de elevar a renda daqueles, que nela habitam, e estes, por sua vez, não conseguem desenvolvê-la. Para o autor, esse círculo poderia ser quebrado por ações exógenas (públicas) que pudessem atuar de forma a romper alguns de seus elos. Neste caso, para Goiás, o fato de o Distrito Federal ter sido encravado em seu território, sem sombra de dúvidas, foi elemento apropriado para a quebra do círculo vicioso de seu “atraso”.

O Distrito Federal se localizou em um espaço geográfico praticamente vazio, era uma região desprovida de comunicação viária e sem aporte energético necessário para a execução das atividades governamentais que para lá se deslocariam. Assim, a decisão de se trazer para o centro do país o poder decisório nacional teria de ser acompanhada da determinação de se implantar de infra-estruturas, tais como energia e transporte, indispensáveis para tal propósito.

---

<sup>32</sup> Estes termos tornaram-se pejorativos e, atualmente, os moradores da Capital Federal não apreciam sua utilização.

<sup>33</sup> Sobre Causação Circular ver MYRDAL, G. Teoria Econômica e regiões subdesenvolvidas. 1968.

Em consonância com as exigências que se criavam no que tange à questão energética, o Governador José Ludovico de Almeida, (1955-59), foi incentivado a elaborar o primeiro Plano Estadual de Energia e Eletrificação, originando as Centrais Elétricas de Goiás (CELG)<sup>34</sup>. Deu-se, então, início às obras de implantação da primeira etapa da Usina de Cachoeira Dourada, no Rio Paranaíba, extremo sul de Goiás, com a instalação de 34.000 KW de potência, permitindo, ao mesmo tempo, a energização de Brasília, que estava nascendo, e de Goiânia, que estava expandindo seu mercado consumidor. A CELG, “apesar de instituição pública estadual, obteve praticamente toda a sua estrutura financeira advinda de recursos federais, o que permitiu concretizar a implantação da referida usina.”<sup>35</sup>

No ano de 1956, a empresa concluiu a construção da Usina Hidrelétrica do Rochedo, com capacidade instalada de 4.000 KW, para atender Goiânia e mais três outras cidades vizinhas. Contudo, com o rápido crescimento da demanda energética, sua capacidade de geração se tornou insuficiente, e mesmo com a inauguração da primeira etapa de Cachoeira Dourada em janeiro de 1959, a oferta ainda era restrita<sup>36</sup>.

Em complementação à política energética, o Governo Federal necessitaria concentrar esforços no sentido de conectar Brasília aos principais centros dinâmicos do país. Tal interligação deu-se por meio do modal rodoviário. Em Goiás, até meados da década de 1950, a malha viária se expandira principalmente em função da construção de Goiânia e do processo de integração comercial, como se mencionou<sup>37</sup>. Contudo, a mudança da Capital Federal potencializou o crescimento viário goiano, elevando os 103 km de rodovias federais em 1952 para 2.782 km em 1960, dos quais 590 pavimentados.

*“No final da década [1950], a abertura de rodovias obteve maior impulso em Goiás. Durante a construção de Brasília foram iniciadas as rodovias BR-010 (rumo ao nordeste goiano), a BR-020 (Brasília–Formosa na direção de Fortaleza), a BR-040 (o rumo à região do sudeste brasileiro), a BR-050 (com intenção de encurtar a distância Brasília–São Paulo), a BR-060 (em direção ao*

<sup>34</sup> Em 19 de agosto de 1955, o Governador sancionou a Lei Estadual nº 1087, que criou a CELG. Mais tarde, ela foi autorizada a funcionar pelo Decreto Federal nº 38.868, de 13 de março de 1956, com as atividades principais de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica.

<sup>35</sup> ESTEVAM, L. op. cit., ps.127 e 128

<sup>36</sup> Centrais Elétricas de Goiás – Histórico.

<sup>37</sup> Há que se ressaltar que a Ferrovia Mogiana (atual FCA), que corta a parte oriental do Estado de Goiás, teve, e ainda tem, papel importante no desenvolvimento econômico goiano.

*Mato Grosso e Paraguai), a BR-153 (cortando Goiás no sentido norte-sul buscando Belém do Pará), a BR-452 (em conexão com sudoeste goiano e Triângulo Mineiro) e a BR-364 (rumo ao Mato Grosso via sudoeste goiano). Estas novas vias proporcionaram a ampliação da fronteira agrícola nacional e facilitaram a integração intra e inter-regional de Goiás”<sup>38</sup>.*

Estas rodovias federais, construídas no território goiano, estreitaram as ligações com o centro dinâmico do país, e com as mais diversas áreas do território nacional. Uma das rodovias mais importantes para Goiás, foi a Brasília – São Paulo, através da BR 116 (hoje BR 050), que atravessa o Triângulo Mineiro. Essa rodovia interessava tanto à economia paulista, já que alargava suas vias de acesso em direção às economias complementares, quanto à goiana, cuja integração mercantil com São Paulo possibilitaria irradiar impulsos dinâmicos em seu próprio território. Por outro lado, as rodovias BR-153 (Belém–Brasília) e BR-020 (Brasília–Formosa na direção de Fortaleza) possibilitavam a São Paulo a expansão do seu mercado rumo às Regiões Norte e Nordeste do Brasil – na medida do crescimento de sua indústria – e ampliavam a disputa entre Goiás e Triângulo Mineiro na polarização da intermediação no mercado interno.

O “rodoviarismo” (iniciado com Vargas), entretanto, não pode ser encarado como panacéia para o enfrentamento dos problemas regionais e nem a ele, por si só, se imputara a responsabilidade de promover o desenvolvimento regional<sup>39</sup>. Como bem lembra o NESUR<sup>40</sup>, “Fato que reforça a tese de que apenas a abertura de vias de escoamento e o conseqüente estímulo à produção, não representam a garantia de desenvolvimento regional, [...] Ou seja, investimentos em infra-estrutura de transportes podem potencializar as oportunidades de investimento produtivos, aumentando a produção *in loco* mas não necessariamente representam garantia de materialização espacial de renda”.

Por outro lado, após a inauguração de Brasília, surgiram problemas não previstos no processo de sua construção. A título de exemplo: o que se fazer com um número grande de trabalhadores sem qualificação, migrantes sem intenção de retornar

---

<sup>38</sup> ESTEVAM, L. op. cit p. 129.

<sup>39</sup> É importante não se reter a este respeito como parâmetro determinístico do desenvolvimento.

<sup>40</sup> Ver IPEA/IBGE/NESUR-IE-UNICAMP - Relatório 6 sub item 2.2, p19, 1999.

às origens, quando o ritmo das obras se desacelerou? Era necessária a acomodação dessas pessoas em outras atividades, que não requeressem altas qualificações, eliminando-se a possibilidade de aproveitamento de grande parte desse contingente no serviço público federal. A solução mais sensata se embasava na hipótese de condução da maior parte dessa mão-de-obra à produção agrícola nas cercanias da região, garantindo-se, assim, o abastecimento da nova cidade. Entretanto, a falta de opção destes trabalhadores resultou em dois movimentos distintos: parte se instalou nas cidades-satélites, fazendo crescer a periferia da jovem cidade, e parte se dirigiu à região mais central de Goiás, principalmente aos Municípios de Goiânia e Anápolis.

Além da construção de Brasília, outros fatores contribuíram, sobremaneira, para o rápido crescimento da economia goiana, pós-década de 1960. Para tanto, é necessário abordar a influência das ações públicas através dos planos de desenvolvimento regional.

#### **1.4 Planos Regionais de Desenvolvimento<sup>41</sup>**

Conforme COSTA<sup>42</sup>, os primeiros esforços de planejamento em Goiás datam de 1933, com o plano “Atílio Correia Lima”, que consistia num projeto piloto para a nova capital. No ano de 1946, com o intuito de disciplinar a construção de rodovias, se criou a Comissão de Estradas e Rodagem de Goiás, que, mais tarde, transformaria-se no Departamento de Estrada e Rodagem (DER-GO). No Governo de Coimbra Bueno (1948-50), houve o Plano de Colonização de Terras Devolutas, o qual incentivava a formação de núcleos urbanos com faixas de terra de boa qualidade<sup>43</sup>.

---

<sup>41</sup> Para a elaboração deste tópico foi utilizado, em grande parte, o relatório final da Revisão das estratégias de desenvolvimento do Centro-Oeste, do Ministério do Planejamento e Orçamento, coordenado por José OTAMAR de CARVALHO, 1998; Osmil GALINDO & Vadeci MONTEIRO DOS SANTOS, Centro-Oeste: evolução recente da economia regional in Desigualdades regionais e desenvolvimento, 1995.

<sup>42</sup> COSTA, C. A economia contemporânea de Goiás. 1987.

<sup>43</sup> Dentre os fatos ocorridos no período destacam-se: a fundação da Escola Técnica Federal de Goiás e do Serviço Nacional da Indústria – SENAI, em 1942; a criação da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Atuariais da Universidade Católica de Goiás, pela Associação Comercial e Industrial do Estado de Goiás – ACIEG, em 1951; a criação da Escola de Engenharia, da Universidade Federal de Goiás, em 1952; a promulgação da Lei Estadual n.º 575, de 14 de novembro de 1951, que autorizou o Governo do Estado a subscrever ações de companhia fabril e a isentar matadouros dos impostos pelo prazo de 10 anos; Promulgação da Lei Estadual n.º 1447, de 12 de dezembro de 1956, que estendeu a todas as indústrias de carne, situadas em Goiás, os benefícios da Lei n.º 575/51; a

No entanto, no início da década de 1960, consideráveis alterações haviam se consolidado no território goiano. Com muito ainda a se fazer, coube ao governo estadual estruturar sua forma de atuação, para a potencializar os investimentos através de ações planejadas.

“O emprego de plano intersetorial e global, em nível estadual, data de 1961 quando o Governo Mauro Borges lançou o ‘Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás’ conhecido como Plano MB, e considerado avançado para a época ao dar início também à técnica de ‘planejamento-orçamento’, fugindo do método tradicional de apresentação das contas orçamentárias onde a preocupação central era ‘o que comprar’, ao passo que, naquele modelo o importante era o que fazer”.<sup>44</sup>

Assim, o poder público, na esfera estadual, atuou como elemento capaz de engendrar desenvolvimento através de planos que buscavam, de modo geral, ampliar a participação relativa da economia goiana no contexto nacional. Para que esses planos obtivessem maior desempenho, entretanto, seria necessário articulá-los às ações Federais, potencializando-as<sup>45</sup>.

O Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás, do Governo de Mauro Borges (1961 a 1965), buscava atingir, em seu escopo, os objetivos abaixo relacionados, através da concentração dos recursos em obras prioritariamente infra-estruturais como estradas, energia elétrica, saneamento básico, educação e saúde. Aliava-se, por um lado, a uma reforma administrativa visando maior eficiência dos serviços prestados; por outro, o Plano objetivava orientar e disciplinar os investimentos da União em Goiás e, ao mesmo tempo, coordenar e sistematizar os recursos municipais:

1. *integração das áreas menos desenvolvidas numa economia mais avançada, através do impulso dado a certas regiões, as quais passariam a atuar como pólos diretos do desenvolvimento ou pontos de germinação do mesmo;*

---

promulgação da Lei Estadual n.º 2000, de 07 de novembro de 1958, que instituiu mecanismos de ampla repercussão e atraiu 19 empreendimentos de importância relevante para a época, destacando-se a Usina de Açúcar Monteiro de Barros, o Moinho Goiás, a Boa Sorte Industrial de Óleos Vegetais, a Indústria Têxtil de Anápolis, dentre outras. Esta Lei dispunha sobre a concessão de isenção de impostos às indústrias de produtos sem similar no Estado e vigorou até 1967. BUENO, p. 17, 2000.

<sup>44</sup> COSTA, C. op. cit. p. 20.

<sup>45</sup> Há que se ressaltar que investigar as interações entre os Planos Federais e os Estaduais seria objeto suficiente para outra pesquisa.

2. *impedir que o poder catalisador de Brasília (recém-implantada), sobre os recursos para investimentos e a mão-de-obra qualificada de Goiás, viesse prejudicar pela sua ação desequilibradora, o desenvolvimento do estado;*
3. *eleva a produtividade da agropecuária e promover também o desenvolvimento rápido, mas harmonioso, de outras atividades;*
4. *eleva a renda per capita do estado;*
5. *liberar o estado da condição de economia primária.*<sup>46</sup>

Para que essas metas fossem atingidas, seria necessário nortear as ações que haveriam de se realizar no estado. Assim, o bom desempenho do Plano estaria condicionado à conjugação dos programas regionais aos federais, pois a articulação local com os órgãos federais poderia se reverter em maiores recursos orçamentários da União e o Governo estaria se posicionando como agente estimulador do desenvolvimento.

Na esfera federal, em 1965, criou-se a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que funcionou como órgão de fomento da *Amazônia Legal*, delimitada no bojo do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (1953). Esta constituía a área norte de Goiás, acima do Paralelo 13 (correspondente ao atual Estado do Tocantins), de Mato Grosso, acima do paralelo 16 (grande parte do atual Estado de Mato Grosso) e do Maranhão, ao Oeste do Meridiano 44. A SUDAM destinou boa parte de seus recursos à implantação de infra-estrutura de transporte, destacando-se, dentre os projetos, parte da rodovia Belém-Brasília.

A prioridade dada à grande propriedade agropecuária ficou evidente nesta Superintendência, considerando-se que, “até 1985, foram aprovados 626 projetos, 215 no Estado do Mato Grosso e 53 em Goiás, cujo tamanho médio das propriedades era de cerca de 21 mil hectares”<sup>47</sup>.

A Comissão de Desenvolvimento do Centro-Oeste foi transformada, no ano de 1967, em Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), em

---

<sup>46</sup> Id. Ibid., ps. 24-25.

<sup>47</sup> SUDAM/PNUD, 1989, citado em GALINDO, Osmil e MONTEIRO DOS SANTOS, Vadeci, *Centro-Oeste: evolução recente da economia regional*. Pág. 160.

substituição à Fundação Brasil Central (FBC)<sup>48</sup>, “tendo por finalidade coordenar o desenvolvimento em bases regionais do Centro-Oeste, articulando as ações dos organismos federais atuantes na área com as instituições estaduais e municipais, segundo diretrizes de política econômica definidas pelo Governo Federal”<sup>49</sup>.

Contudo, a SUDECO não foi gerada no modelo da SUDENE e da SUDAM. Faltava-lhe a atribuição de gerir incentivos fiscais para a região. Assim sendo, “a SUDECO já nasceu dependente da existência de recursos e programa do Governo Federal, para garantir a execução de estratégias concebidas sob marco do desenvolvimento regional”<sup>50</sup>. Assim, sua atuação, no princípio, restringiu-se a dar continuidade às atividades da FBC.

Em termos de políticas locais para o período 1968 a 1970, elaborou-se o Plano de Ação do Governo na administração de Otávio Lage. Em síntese, este Plano objetivava acelerar o incipiente processo de industrialização do estado, elevar a arrecadação e ampliar a renda interna.

As estratégias, utilizadas para atingir tais objetivos, consolidavam-se na realização de investimentos em infra-estrutura econômica e social; no fortalecimento do mercado consumidor interno; na melhoria do nível de emprego; na interferência do setor público no mercado de capitais; no aprimoramento do sistema administrativo estadual e na retenção da parcela ativa e qualificada da população<sup>51</sup>.

O governo teve, no período em questão, um dispêndio na ordem de US\$ 235,4 milhões<sup>52</sup>. Entretanto, sua capacidade de promover desenvolvimento em Goiás era limitada, pois, em média, metade destes recursos se direcionava as Funções de Administração (31,2%) e Educação e Cultura (19,7%). Se se somam as Funções Transporte (9,8%), Defesa Nacional e Segurança (9,7%) e Assistência e Previdência (8%), totalizam-se 78,4% do orçamento. Assim, outras Funções como Desenvolvimento Regional (4,7%), Agropecuária (2%), Comunicações (1%), Indústria, Comércio e

---

<sup>48</sup> Sua atuação era praticamente restrita à implementação de infra-estrutura, principalmente de transporte.

<sup>49</sup> OTAMAR de CARVALHO, 1998, pág. 104.

<sup>50</sup> COSTA, C. op. cit., p. 104

<sup>51</sup> Id. Ibid. p. 26

<sup>52</sup> Valores obtidos em COSTA, C. op. cit. e convertidos de Cruzeiros de 1977 para o Dólar médio do mês de dezembro do mesmo ano.

Serviço (0,9%) e Habitação e Urbanização (0,3%) tiveram reduzida participação orçamentária.

#### 1.4.1 Políticas de Desenvolvimento Regional na Década de 1970

A partir do final da década de 1960, Goiás, fronteira agrícola, tornou-se importante lugar para a produção de alimentos e ainda mais atrativo para o fluxo migratório, ampliando-se a integração do território à dinâmica econômica nacional.

No decênio de 1970, o Estado autoritário militar, através de investimentos expressivos, visando elevar a produção para exportação (com destaque aos insumos básicos), bem como criando ou aprimorando infra-estruturas para o seu escoamento, induziu o crescimento econômico da periferia nacional, principalmente na fronteira agrícola. Com isso, a nação experimentou desconcentração econômica<sup>53</sup>, ao mesmo tempo em que o país obtinha as maiores taxas de crescimento do globo terrestre<sup>54</sup>.

Em Goiás, no Governo de Leonino Caiado (1971 a 1974), elaborou-se um plano intitulado '*Ação do Governo do Estado*', com a finalidade de incentivar o desenvolvimento da economia goiana de modo a ampliar sua participação na economia nacional. Goiás deveria atingir um ritmo acelerado de crescimento anual, compatível com o proposto no plano federal<sup>55</sup>.

O plano objetivava reduzir o desemprego/subemprego, ampliar a ação distributiva através da implementação de programas nos setores sociais e elevar o nível de investimento através de recursos próprios ou de origens externas. Buscava-se,

---

<sup>53</sup> Sobre os processos de concentração, desconcentração e reconcentração econômica no Brasil, veja o estudo clássico de CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970•1970-1995*, 1998.

<sup>54</sup> Ressalte-se que, embora não comungue com os atos autoritários que vergonhosamente desarticularam os movimentos que buscavam dar à nação uma identidade própria, o desenvolvimento de regiões como o Centro-Oeste contou com significativos aportes do Governo Federal nesse movimento de desconcentração econômica. Por outro lado, não podemos perder de vista que a proximidade geográfica com o núcleo dinâmico nacional (São Paulo) tenha exercido enormes influências.

<sup>55</sup> Para tanto, alguns mecanismos foram criados: Lei Estadual n.º 7.700, de 19 de setembro de 1973, dispendo sobre a concessão de incentivos fiscais-financeiros e sobre a implantação de infra-estrutura básica para o assentamento industrial; Lei Estadual n.º 7.773, de 30 de outubro de 1973, que instituiu o programa de industrialização de madeiras, visando reduzir a saída do produto in natura do Estado; Lei Estadual n.º 7.776, de novembro de 1973, que constituiu a Companhia de Distritos Industriais de Goiás – Goiásindustrial, responsável pela criação e administração dos Distritos Industriais do Estado, com destaque para o Distrito Agroindustrial de Anápolis-DAIA.

ainda, fortalecer a agricultura, a pecuária e dinamizar as atividades de pesquisa de lavra e minérios<sup>56</sup>.

Nesse período, o governo despendeu recursos na ordem de US\$ 753,6 milhões<sup>57</sup>. Em relação à administração anterior, a principal modificação na redistribuição entre as Funções foi a redução da participação relativa dos gastos com Administração (21,6%), Assistência e Previdência (4,8%) e Defesa Nacional e Segurança (6,9%). Com isto, pôde-se, em média, dobrar a proporção dos dispêndios com transporte (18,9%), Desenvolvimento Regional (6,4%) e Agropecuária (4,4%).

No âmbito nacional, no bojo do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), consideráveis recursos públicos se canalizaram para Goiás. O Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste (PLADESCO), criado pela SUDECO<sup>58</sup> em 1973, vigorou entre 1973 e 1974 e os objetivos estão abaixo relacionados. Este não contemplava em seu contexto estrutural um modelo de regionalização, mas apenas grandes linhas de ação orientadas para a organização do espaço econômico regional, conforme ocorria na SUDENE e na SUDAM.

1. *“elevar a participação do produto regional, na formação do PIB, de 3,3% para 5%, até o fim da década. Para tanto, o crescimento médio da economia, no período, havia que atingir a taxa de 13,8%;*

---

<sup>56</sup> Segundo COSTA (1987), as estratégias de ação para se atingir os objetivos propostos foram as seguintes: coordenar a ação estatal com a do Governo Federal, objetivando concretizar as metas propostas; estimular o desenvolvimento da economia estadual, através do aproveitamento das oportunidades de investimentos, visando a ampliação do número de empregos, principalmente no referente à indústria de transformação de matéria-prima local, de modo a aumentar a participação relativa do setor secundário na renda interna; fortalecer o setor primário, tendo em vista o aumento e diversificação da produção e a elevação da produtividade da agricultura e da pecuária; dinamizar a implantação da exploração racional de minério, para que o potencial latente do subsolo goiano seja tecnicamente liberado ao aproveitamento econômico; fortalecer os sistemas de comercialização e abastecimento, com vistas à conquista de novos mercados e ampliação do já existentes; promover o desenvolvimento educacional, adequando-se às necessidades de cada região, através da expansão quantitativa, melhoria qualitativa, profissionalização do ensino e valorização do magistério; melhorar as condições de saúde, principalmente através da ação profilática e reaparelhamento da infraestrutura de saneamento; promover a integração das atividades turísticas, culturais e esportivas no conjunto de fatores ligados ao desenvolvimento estadual; estabelecer controle das aplicações financeiras, assegurando maior rentabilidade dos investimentos públicos; aperfeiçoar a máquina administrativa do Estado, adaptando-a aos objetivos do plano; política de desenvolvimento da indústria, com ênfase na transformação da matéria-prima local, de origem agropecuária e mineral.

<sup>57</sup> Valores obtidos em COSTA, C. op. cit. e convertidos de Cruzeiros de 1977 para o Dólar médio do mês de dezembro do mesmo ano.

<sup>58</sup> Solicitado pelo Ministro do Interior – General Costa Cavalcanti.

2. *e elevar a participação do setor industrial, na formação do PIB regional, de 5,5% para 10%, até o fim do período considerado. O setor agrícola teria uma participação de 40%, com taxa de crescimento de 12%, fundada na incorporação de novas áreas de produção;*
3. *e elevar o coeficiente médio de utilização da força de trabalho para 50%;*
4. *e elevar o índice de abastecimento de água para a população de 22% para 80%, as ligações domiciliares aos sistemas de esgoto de 18% para 50% e, pelo sistema habitacional, atender, pelo menos, a 10% da demanda das residências na Região ;*
5. *atingir e manter um mínimo de 60% da população com renda per capita igual ou superior à renda nacional*<sup>59</sup>.

O PLADESCO procurava conciliar seus objetivos com o elenco nacional de prioridades referentes a migrações internas e às exportações, ou seja, incorporar novas áreas de produção, fixar população, desenvolver o meio urbano e a agroindústria. Neste sentido, urgia a necessidade de ações em pontos estratégicos que oferecessem melhores condições e potencial para o atendimento dos objetivos traçados. Elegeram-se 13 áreas-programa: uma no atual Estado de Rondônia, duas no presente Estado de Tocantins e dez na região que hoje representa o Centro-Oeste. Especificamente para Goiás (na atual conformação) foram escolhidas duas áreas-programa, descritas no Quadro 1. Nesse Quadro foi, ainda, acrescida a área-programa de Paranã (TO), pela influência que esta exerceu na região nordeste goiana.

Ressalte-se que considerável parte dos US\$ 98,4 milhões<sup>60</sup> estimados para o PLADESCO foi proveniente do Banco Nacional de Habitação (BNH) e mutuários e do PROTERRA<sup>61</sup>, sendo que, destes, US\$ 43,3 milhões (44%) foram direcionados ao Estado de Goiás. A SUDECO, por sua vez, se responsabilizou pela área de recursos humanos, como treinamento e capacitação de mão-de-obra, educação, saúde, serviços básicos e pesquisas regionais. Os governos estaduais participavam, também, nos projetos de infra-estrutura, estudos demográficos e febre aftosa. Essas participações

---

<sup>59</sup> OTAMAR de CARVALHO, 1998, pág. 106

<sup>60</sup> Conversão pela taxa de câmbio média anual.

<sup>61</sup> O Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) foi criado, para a Amazônia Legal, em 1971, no âmbito do Programa de Integração Nacional (PIN), que visava a integração do Nordeste e da Amazônia com influência sobre o Centro-Oeste.

somavam aproximadamente US\$ 52,4 milhões. Assim sendo, associando-se o conjunto de ações previstas para o Centro-Oeste, para o biênio 1973 e 1974, totalizaria um montante próximo de US\$ 151 milhões.

### Quadro 1

#### Principais Objetivos do PLADESCO para o Estado de Goiás

Área-programa	UF	Principais objetivos	Recursos US\$ milhões
Ceres-Anápolis <sup>62</sup>	GO	Redes de armazenamento, introdução de técnica no setor agrícola, fertilizantes, mecanização, agroindústrias, práticas conservacionistas, dinamização dos equipamentos urbanos e saneamento.	24,7
Rio Verde-Itumbiara <sup>63</sup>	GO	Tecnificação da agricultura, com apoio a culturas de ciclo curto, desenvolvimento de equipamentos urbanos, estímulos à agroindústria, estradas rurais e eletrificação rural.	11,6
Paraná <sup>64</sup>	TO*	Área de fixação de população, atividade agroindustrial, desenvolvimento local, com destaque aos investimentos em habitação.	7

Fonte: Elaborado a partir de OTAMAR de CARVALHO, 1998. ps. 106-108

\* Nessa época o Estado de Goiás ainda não havia sido subdividido.

Para os anos seguintes, o Governo de Irapuan Costa Jr. fez o plano “Diretrizes Gerais e Setoriais da Ação do Governo” (1975 a 1978), que tinha como objetivo principal o desenvolvimento social. Para tanto, este governador canalizou suas ações no sentido de manter o crescimento acelerado e contínuo do estado. Entre suas metas se destacavam: a busca de distribuição mais justa de renda entre os setores da economia; o desejo de propiciar crescimento harmônico e equilibrado entre todas as regiões do estado, através da desconcentração das atividades econômicas, políticas e

<sup>62</sup> Compreendia o espaço geoeconômico sob influência da nova Capital Federal, contudo sendo orientado no sentido norte-sul, seguindo a BR-060. A programação da área estava voltada para o aproveitamento de seu potencial exportador, tendo em vista a existência de infra-estrutura básica de transporte. Id. Ibid. p. 108.

<sup>63</sup> Foi selecionada pela existência de solos férteis e empresariado atuante, pela proximidade com o Centro-Sul e pela disponibilidade infra-estrutural para atividades exportadoras.

<sup>64</sup> Atualmente Paraná situa-se ao sul do Tocantins. Localizada a 520 km (356 Km distância aérea) de Brasília, essa região foi caracterizada como área de fixação de população, visando suprir o desemprego no entorno da nova Capital Federal após a conclusão da fase de construção, sendo oriunda do considerável fluxo migratório que ocorria em sua direção.

administrativas; o anseio de prover maior eficiência à utilização dos fatores de produção e dos recursos naturais, com vistas à estabilidade econômica e à preservação da ordem sócio-econômica e política.

Para se atingir tais metas, buscou-se maior participação relativa do setor industrial na renda interna, com melhor adequação à utilização dos recursos naturais e através de forte estímulo à ampliação da Formação Bruta de Capital Fixo do setor privado, aumentando, assim, a capacidade produtiva da “empresa goiana” e, simultaneamente, introjetando melhores níveis tecnológicos<sup>65</sup>. Por outro lado, o plano se empenhava em promover a elevação da produção e da produtividade do setor agropecuário e a ampliação da integração do setor comercial ao mercado interno e externo, potencializando a produção regional. Entretanto, para dar suporte a essas metas, o governo preocupou-se em expandir a oferta no setor de energia elétrica.

No campo social, o plano visava realizar investimentos direcionados à ampliação das ofertas de serviços que proporcionassem melhorias nas condições de vida da população. Adotou-se a expansão dos serviços básicos de saúde a todas as comunidades do território goiano, bem como a melhoria dos baixos níveis sanitários do estado. Buscava-se, ainda, orientar o setor de educação tanto para a qualificação da mão-de-obra, quanto para maior integração do homem à sociedade<sup>66</sup>.

Nesse governo, o volume de recursos foi 54% superior ao anterior (US\$ 4.436,2 milhões<sup>67</sup>). A principal alteração na participação relativa entre as Funções foi a elevação na proporção dos dispêndios com Administração (30,9%), Energia e Recursos Minerais (6,3%), propiciada pela redução com Educação e Cultura (14,2%), Desenvolvimento Regional (8,4%), Defesa Nacional e Segurança (5,4%) e

---

<sup>65</sup> Para viabilizar essas metas foi constituído o Banco de Desenvolvimento de Goiás S/A – BD – Goiás, em abril de 1976 (Lei Estadual n.º 8.062).

<sup>66</sup> Nesse Governo foi instituído o Sistema de Incentivos à Industrialização de Goiás – SIN (Lei Estadual n.º 7.994, de 18 de novembro de 1975), cuja regulamentação se deu com o Decreto n.º 959, de 06 de julho de 1976. Essa lei estabelecia a participação do Estado no capital social das empresas industriais; fomento a empresas industriais; promoção, treinamento e qualificação de mão-de-obra para indústrias e a obrigatoriedade de colocação, nas indústrias beneficiárias, de estagiários de nível superior. O parâmetro para a participação acionária do Estado era o valor dos investimentos fixos realizados pelas empresas industriais.

<sup>67</sup> Valores obtidos em COSTA, C. op. cit. e convertidos de Cruzeiros de 1977 para o Dólar médio do mês de dezembro do mesmo ano.

Transportes (17,5%). Criaram-se os Distritos Industriais em Goiás, sendo os primeiros o de Anápolis (1976) e o de Itumbiara (1978).

Na esfera federal, o Programa de Ação do Governo para a Região Centro-Oeste, no âmbito do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND – 1975 a 1979), ampliou a importância da região, destacando-a no cenário econômico brasileiro. Isso ocorreu através do crescimento da sua participação relativa na produção nacional de alimentos e através de Brasília, como entrada e via principal, para a ocupação da Amazônia.

Assim, Goiás foi reconhecido como área alternativa para o processo de desconcentração industrial do país, potencialmente capaz de cooperar para o processo de descentralização do Sudeste. Para o Centro-Oeste, definiram-se as funções de produzir alimentos e matérias-primas, notadamente as de origem mineral voltadas para a exportação, e de absorver e reorientar as correntes espaciais de mão-de-obra. É certo que essas matérias-primas também alimentariam a produção industrial paulista, o que corrobora as análises feitas anteriormente, embasadas em CANO, no que diz respeito à desconcentração industrial paulista justificada, a partir da ampliação da produção de bens intermediários na periferia nacional.

Respeitou-se a orientação estabelecida pelo PLADESCO de priorizar áreas dinâmicas capazes de responder aos investimentos, porém complementadas e acrescidas das áreas objeto de programas especiais, sendo estabelecidas as seguintes diretrizes:

- 1. “concentração de esforços em áreas prioritárias, com potencialidades efetivas já definidas;*
- 2. orientação das correntes espaciais de mão-de-obra para áreas de expansão da fronteira agrícola;*
- 3. reforço aos programas de abertura de vias de penetração;*
- 4. melhoria das condições de habitabilidade nos núcleos urbanos de grande porte e nos aglomerados urbanos em formação;*
- 5. aumento da participação do PIB regional no PIB nacional;*
- 6. elevação do coeficiente médio de utilização da força de trabalho regional;*

7. *elevação da renda regional e melhoria da sua distribuição*<sup>68</sup>.

Para viabilizar essas metas previstas no PLADESCO<sup>69</sup>, as quais não se alteraram no âmbito do II PND, criaram-se os Programas Especiais de Desenvolvimento Regional (POLAMAZÔNIA, POLOCENTRO, PERGEB, PRODEPLAN e PRODEGRAN), com recursos na ordem de US\$ 2,66 bilhões para o biênio 1975-77. A esses, ainda se somariam os recursos distribuídos pelos Ministérios para a região com realce para as de Minas e Energia e Transporte.

O Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) se destinou à área da Amazônia Legal. Na configuração atual do Centro-Oeste, representa parte do Estado do Mato Grosso e o Estado do Tocantins. Dos pólos de desenvolvimento do programa, apenas um estava localizado no (antigo) Estado de Goiás, o Pólo Araguaia/Tocantins, e a este foram alocados recursos na ordem de US\$ 20,7 milhões.

O volume previsto de recursos (US\$ 107,5 milhões) do POLAMAZÔNIA, entretanto, não logrou resultados satisfatórios, já que não se pôs em prática parte dos projetos, gerando especulação e concentração fundiária. Contudo, ainda hoje as áreas beneficiadas são as mais promissoras em perspectivas de desenvolvimento.

O Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO), concebido para estimular o crescimento da empresa agrícola tecnificada, foi criado em 29/01/1975 (Decreto n.º 76.320/75), em função da experiência desenvolvida pelo Programa Integrado de Crédito (PCI), do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). Suas últimas liberações de crédito ocorreram em 1982, contudo, o período 1975 a 1979 (execução do II PND) foi o de maior vigor.

O objetivo geral do POLOCENTRO era de incorporar 3 milhões de hectares de cerrado à agropecuária, sendo 1,8 com lavouras, no período 1975 a 1979. Conforme

---

<sup>68</sup> Id. *Ibid.*, ps. 109 e 110.

<sup>69</sup> Os recursos, a princípio previstos para o PLADESCO, estavam muito aquém dos programas destinados no I PND. Sendo as metas para o final da década as mesmas, cabe ressaltar que os resultados previstos para o biênio 1973-74 não atingiram seus objetivos. Desta forma, o incremento de recursos para o período 1975-77 visava, basicamente, atingir as mesmas metas inicialmente propostas.

ESTEAM<sup>70</sup>, em 1975 e 1976 o valor do crédito rural concedido ao Centro-Oeste foi superior ao valor bruto da produção agrícola da região. Para os anos 1975-77, foram previstos investimentos na ordem de US\$ 1,8 bilhões, sendo destinados US\$ 1,5 bilhões para a pesquisa e a experimentação agrícola, crédito agropecuário<sup>71</sup> e incentivos fiscais para florestamento e reflorestamento. As diretrizes do programa foram as seguintes:

1. *“pesquisa e experimentação agropecuária a cargo da EMBRAPA, universidades, e outras entidades especializadas, inclusive estaduais;*
2. *promoção e extensão agropecuária, por intermédio de apoio aos organismos estaduais e disponibilidade de crédito, principalmente a projetos integrados;*
3. *estímulos aos projetos de florestamento/reflorestamento beneficiários de incentivos fiscais setoriais, incluídos no Fundo de Investimentos Setoriais – Fiset Reflorestamento;*
4. *estradas vicinais;*
5. *eletrificação rural;*
6. *implantação de sistemas de beneficiamento, armazenagem e transporte de produtos agrícolas;*
7. *regularização fundiária”*<sup>72</sup>.

Dos doze pólos de desenvolvimento a cargo do POLOCENTRO<sup>73</sup>, três estavam no oeste de Minas Gerais, um no atual Estado do Tocantins, dois em Mato Grosso, dois em Mato Grosso do Sul e quatro em Goiás. Os pólos e principais objetivos desse Programa são apresentados no Quadro 2 e, para melhor visualização, no Cartograma 1.

---

<sup>70</sup> ESTEVAM, L. *op. cit.* p. 168.

<sup>71</sup> Financiavam desde o desmatamento, fertilização e conservação dos solos, construção de estradas, açudes, benfeitorias diversas, eletrificação, drenagens, irrigação, aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas e regularização fundiária, até projetos de investimentos.

<sup>72</sup> OTAMAR de CARVALHO, 1998, ps. 112 e 113..

<sup>73</sup> Conforme OTAMAR de CARVALHO, 1998, “a esmagadora maioria dos recursos era proveniente do POLOCENTRO, seguindo-se a EMBRAPA e EMBRATER, sendo a distribuição concentrada nos programas de armazenamento em primeiro lugar, seguindo-se os de pesquisas agropecuárias e transportes. Os programas voltados para energia e assistência técnica, e por último o de irrigação, apenas para a área de Xavantina-MT, contemplavam o quadro. A distribuição interna não se fez uniforme. Os recursos para a pesquisa agropecuária foram bastante concentrados em Minas Gerais, item no qual o Distrito Federal recebeu mais que Goiás, considerando os três anos do POLOCENTRO. A parte de energia foi mais equitativamente distribuída, assim como armazenamento; a de transporte privilegiou Goiás e Mato Grosso e a de assistência técnica previu mais recursos para Mato Grosso e Minas Gerais.”. pág. 114.

Quadro 2  
Principais Objetivos do POLOCENTRO em Goiás

Pólos	UF	Principais objetivos
Piranhas <sup>74</sup>	GO	Construção/conservação de 200Km de estradas vicinais; construção de rede de armazenamento para 35 mil ton.; instalação de equipamentos de moagem de calcário para 30 mil ton/ano.
Pirineus <sup>75</sup>	GO	Construção/conservação de 300Km de estradas vicinais; construção de rede de armazenamento para 60 mil ton.; eletrificação rural; instalação de equipamentos de moagem de calcário para 60 mil ton/ano.
Rio Verde <sup>76</sup>	GO	Construção/conservação de 1.200Km de estradas vicinais; construção de rede de armazenamento para 200 mil ton.; eletrificação rural; instalação de equipamentos de moagem de calcário para 170 mil ton/ano.
Paraná <sup>77</sup>	TO	Construção/conservação de 560Km de estradas vicinais; construção da linha de transmissão Formosa-Posse; construção de rede de armazenamento para 70 mil ton.; eletrificação rural; instalação de equipamentos de moagem de calcário para 60 mil ton/ano.

Fonte: Elaborado a partir de OTAMAR de CARVALHO, 1998. ps. 113-114

Cartograma 1  
Pólos do POLOCENTRO com Influência em Goiás



Fonte: Elaborado pelo autor através do Infoguia Rodoviário.

<sup>74</sup> Este Pólo estava destinado ao desenvolvimento do oeste goiano. Piranhas está localizada a 310 km a oeste de Goiânia e a 90 Km de Barra do Garça em Mato Grosso.

<sup>75</sup> A Serra dos Pirineus localiza-se no município de Pirenópolis numa região entre Goiânia (120 km a nordeste) e o Distrito Federal (136 km a oeste).

<sup>76</sup> Região do sudeste goiano, atualmente a mais dinâmica do Estado. Rio Verde localiza-se a 224 km de Goiânia.

<sup>77</sup> Embora atualmente Paraná localize-se ao sul do Tocantins (nessa época Goiás não havia sido subdividido), sua inserção ao quadro deveu-se ao fato de que esse pólo era destinado ao desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, na direção norte, conforme citado anteriormente.

Aprovaram-se, no POLOCENTRO, para o período de 1975 a 1982, 3.373 projetos, cujo valor monta, aproximadamente, US\$ 630 milhões. Dos projetos, 71,3% foram para a área de abrangência do atual Centro-Oeste, Rondônia e Tocantins, que absorveu 74,1% do valor total. O maior número de projetos foi para o Estado de Goiás (38,1%), no entanto, Mato Grosso consumiu um montante mais expressivo (34,1%).

Conforme SALIM<sup>78</sup>, o POLOCENTRO, até o ano de 1978, realizou praticamente todas as metas programadas, chegando a ultrapassar algumas, principalmente as relacionadas com infra-estrutura física. Contudo, OTAMAR de CARVALHO revelou que parte do que se pretendia atingir com o POLOCENTRO não se alcançou. A questão da criação de novos empregos, por exemplo, não foi contemplada, privilegiando-se os projetos para as grandes e médias propriedades<sup>79</sup>. A meta de se incorporar 3 milhões ha de cerrado à agropecuária, dos quais 1,8 com lavouras, ficou, segundo a Fundação João Pinheiro, restrita a cerca de 2,5 milhões, sendo 2,06 milhões no Centro-Oeste, e a ênfase às lavouras foi desviada para a formação de pastagens.

Contudo, o POLOCENTRO, incontestavelmente, colocou Goiás numa posição de maior destaque no cenário nacional. As políticas públicas, além de ampliarem a forma de inserção da agricultura no processo de acumulação capitalista, principalmente por meio da superação de seu arcaísmo tecnológico e de sua gradual transformação, têm sido decisivas na aceleração do processo de diferenciação e de diversificação da produção agrícola<sup>80</sup>.

Outro plano que beneficiou o Estado de Goiás foi o Programa Especial de Desenvolvimento da Região Geo-econômica de Brasília (PERGEB). Foi criado com o objetivo de integrar a região do entorno de Brasília ao processo de desenvolvimento regional. Era também intenção do Programa criar condições (empregos e equipamentos urbanos) para que essa região absorvesse os fluxos migratórios que se direcionassem para Brasília.

---

<sup>78</sup> SALIM, Celso A. *As políticas econômica e tecnológica para o desenvolvimento agrário das áreas de cerrados no Brasil: avaliação e perspectivas*, 1986, p. 319.

<sup>79</sup> Foram apresentados 734 projetos nas áreas com 2 mil ha ou mais, os quais consumiram 42,8% do total dos financiamentos; já nas áreas com até 200 ha, os 313 projetos receberam somente 2,2%.

<sup>80</sup> SALIM, Celso. Op. cit, p. 297

O PERGEB dirigiu suas ações para as áreas de saúde, educação, transporte rodoviário, saneamento ambiental, energia elétrica, telefonia, mineração, agroindústrias e atividade agropecuárias. Para o período de 1975 a 1977, previram-se US\$ 236,4 milhões<sup>81</sup> para a execução dos projetos. Os recursos encontravam-se distribuídos conforme apresentado no Quadro 3.

Quadro 3

## Distribuição dos Recursos do PERGEB

Investimentos	Recursos
Infra-estrutura social, incluindo educação, saúde e saneamento básico	US\$ 60 milhões
Infra-estrutura física, compreendendo transporte, energia e comunicações	US\$ 79,4 milhões
Setores produtivos, abrangendo desenvolvimento rural e agroindustrial e estudos de oportunidades de investimento	US\$ 97 milhões

Fonte: Elaborado a partir de OTAMAR de CARVALHO, 1998. ps. 116

Nos mesmos moldes dos programas anteriormente apresentados, no PERGEB também houve um elenco de espaços selecionados como estratégicos para se atingir os objetivos do programa. As áreas selecionadas em Goiás, bem como suas potencialidades, estão apresentadas no Quadro 4.

Quadro 4

## Áreas e Potencialidades Selecionadas pelo PERGEB

Área	UF	Localização / Potencialidade
Eixo Ceres-Anápolis	GO	Área ao oeste do Distrito Federal, envolve os Municípios do eixo ao longo da Belém-Brasília; disponibilidade de solos e capacidade de absorção do fluxo migratório em atividades agropecuária e agroindustriais;
De influência das BR 040/050	GO	Área ao sul do Distrito Federal, onde se localiza cidades como Luziânia e Cristalina; potencial mineral – fosfato, titânio, nióbio e vermiculita; expressiva atividade pecuária; agricultura com potencial para exploração do café;
De mineração	GO	Área ao norte do Distrito Federal, entre os rios Maranhão e Almas; compreende parte dos Municípios de Niquelândia, Uruaçu, Barro Alto e Padre Bernardo; ênfase na produção de minerais não-ferrosos;
Vale do Paranã	GO/ TO	Área ao nordeste do Distrito Federal, localizada ao longo da BR 020, entre o município de Posse e o rio Paranã (integralmente a área de mesmo nome do POLOCENTRO); vocacionada à agropecuária.

Fonte: Elaborado a partir de OTAMAR de CARVALHO, 1998. ps. 113-114

<sup>81</sup> Metade desses recursos foi proveniente dos governos estaduais de Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal.

O PERGEB dinamizou a região do Entorno, promovendo atividades agropecuárias, agroindustriais e mineradoras, bem como a melhoria da infra-estrutura e armazenamento. Contudo, Brasília continuou recebendo levas de migrantes à procura de trabalho e serviços de educação e saúde. É importante ressaltar que o Programa consolidou o eixo Ceres-Anápolis, vinculado a Goiânia, como importante entreposto comercial em Goiás, principalmente em direção à região Norte.

Sem maiores influências diretas com Goiás, O Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN 1974-1979), com recurso de US\$ 73,9 milhões<sup>82</sup> distribuídos entre os setores de infra-estrutura, industrialização, saneamento ambiental, assistência e crédito rural e pesquisa agropecuária, foi concebido para a área de abrangência compreendida pelo Pantanal Mato-grossense. Desses recursos, 42% do total do biênio foram destinados à malha rodoviária, com a construção de 264Km de estradas de rodagem. Foram previstos 18% para o saneamento ambiental e tão somente 3% à navegação fluvial.

Por fim, o Programa Especial de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados (PRODEGRAN) tinha como objetivo geral elevar a área para 5 milhões de hectares cultivados, com oleaginosas, utilizando-se de tecnologia avançada. Os recursos estimados eram de US\$ 63,5 milhões, sendo US\$ 57,5 provenientes da União e o restante, do Estado do Mato Grosso.

Sobre os recursos que atuaram como mecanismo de implementação do crescimento econômico, OTAMAR de CARVALHO<sup>83</sup> revelou que no POLOCENTRO “as condições de financiamento eram extremamente atrativas. Em uma conjuntura de inflação crescente, chegavam a ser mais interessantes que o Crédito Rural. Os projetos de investimentos tinham prazo de até 12 anos, com 6 de carência, juros entre 0 e 14% a.a., capitalizáveis durante a carência. Não havia correção monetária de débitos e o financiamento, conforme o valor do projeto, poderia variar de 75 a 100%”. Isto não significa, contudo, que o Crédito Rural não tenha sido uma opção amplamente utilizada.

---

<sup>82</sup> A maior parte dos recursos foi oriundo de fontes como Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados-FDPI, o BNDE e o Fundo de desenvolvimento de Áreas estratégicas- FDAE.

<sup>83</sup> OTAMAR de CARVALHO, 1998, p. 114.

## 1.5 Crédito Rural

O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), sistematizado nos termos da Lei n.º 4.829, de 1965, assinada pelo Presidente Castelo Branco, criava uma linha de crédito para ser distribuída e aplicada de acordo com a política de desenvolvimento direcionada à produção rural brasileira. Esse crédito consistia no suprimento de recursos financeiros por entidades públicas e estabelecimentos de crédito particulares a produtores rurais ou a suas cooperativas, para aplicação exclusiva em atividades que se enquadrassem nos objetivos específicos do crédito rural:

- I - estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural;*
- II - favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários;*
- III - possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios;*
- IV - incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais, e à adequada defesa do solo<sup>84</sup>.*

Na sua concepção, o crédito rural se restringia ao campo específico do financiamento das atividades rurais e adotava, basicamente, modalidades de operações que suprissem as necessidades financeiras de custeio e de comercialização da produção própria, como também as de capital para investimentos e industrialização de produtos agropecuários.

- I - **custeio**, quando destinados a cobrir despesas normais de um ou mais períodos de produção agrícola ou pecuária;*
- II - **investimento**, quando se destinarem a inversões em bens e serviços cujos desfrutes se realizem no curso de vários períodos;*
- III - **comercialização**, quando destinados, isoladamente, ou como extensão do custeio, a cobrir despesas próprias da fase sucessiva à coleta da produção,*

---

<sup>84</sup> Lei n.º 4.829, de 1965.

*sua estocagem, transporte ou monetização de títulos oriundos da venda pelos produtores;*

*IV - **industrialização** de produtos agropecuários, quando efetuada por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural.<sup>85</sup>*

Segundo PEREIRA, é preciso entender o programa de crédito rural tendo em vista o processo de industrialização, que atravessava o país desde 1955. Através da diversificação do aparelho produtivo industrial nacional, surgiram novos setores ligados à produção de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas. Esse fato favoreceu a criação de condições para a modernização da agricultura brasileira. Para DELGADO, o novo padrão agrícola inaugurado no final da década de 1960 se deveu à reunião de “mudanças e inovações sintetizadas pelo desenvolvimento do sistema de crédito, consolidação do Complexo Agroindustrial, surgimento de formas específicas conglomerações de capitais na agricultura e, finalmente, a transformação do mercado de terras num ramo especial do mercado financeiro”<sup>86</sup>.

Assim, essa política de crédito teve por objetivo provocar profundas mudanças no desenvolvimento agrícola brasileiro, que, até então, vinha predominantemente se processando através da incorporação de novas áreas com técnicas ainda tradicionais e, concomitantemente, da ampliação do mercado para o setor industrial produtor de máquinas e insumos agrícolas.

Nos anos setenta, o crédito de custeio foi a modalidade de financiamento que o Governo Federal mais aplicou na agricultura. Observando-se o Gráfico 1, percebe-se que esse tipo de financiamento obteve acentuado crescimento ao longo da década de 1970, quando atingiu, em 1980, o montante de R\$ 32,7 bilhões.

O que chama a atenção é que, desde a sua implantação, a maior parte da verba para custeio se destinou à compra de insumos industriais. Por outro lado, usou-se o crédito de investimento para a aquisição de tratores e de outros equipamentos agrícolas. Portanto, torna-se evidente quão intensamente a política de crédito favoreceu o processo de modernização da agropecuária brasileira. Por outro lado, também fica

---

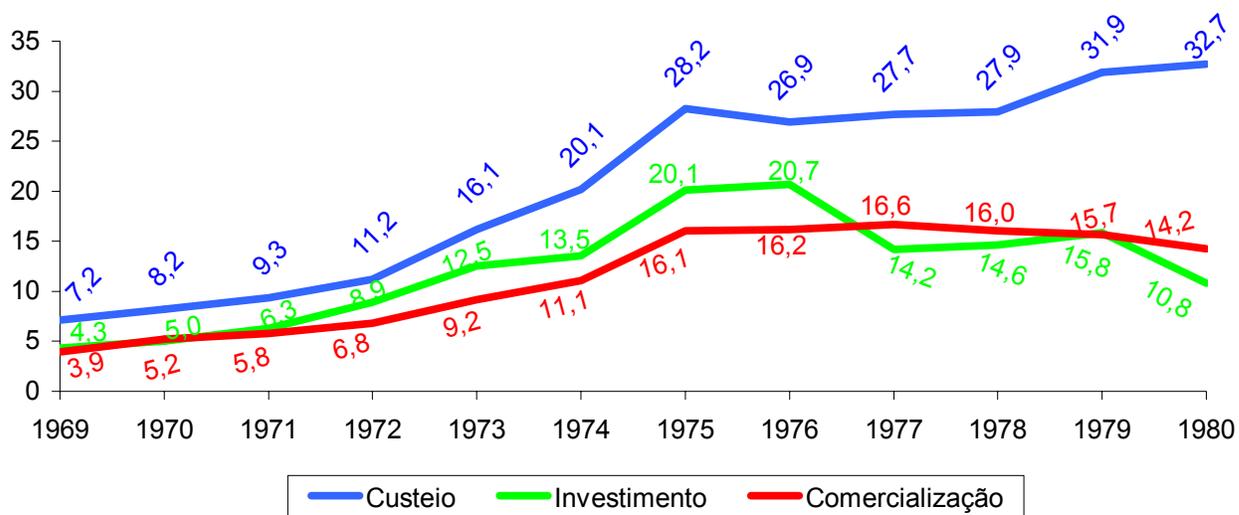
<sup>85</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>86</sup> Ver PEREIRA, L. B. 1987 e DELGADO, G. C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*; Campinas: UNICAMP, 1985. p. 112.

patente o quanto os setores industriais produtores de máquinas, equipamentos e insumos se beneficiaram.

Gráfico 1

Crédito Rural Agropecuário: Financiamentos Concedidos por Categoria 1969 a 1980  
R\$ Bilhões (2001)



Fonte: Banco Central do Brasil – BACEN/DPRO/SISTEMA RECOR

Elaboração própria: Valores em Real, a preço de Dez. de 2001, atualizados pelo autor pelo IGP-DI.

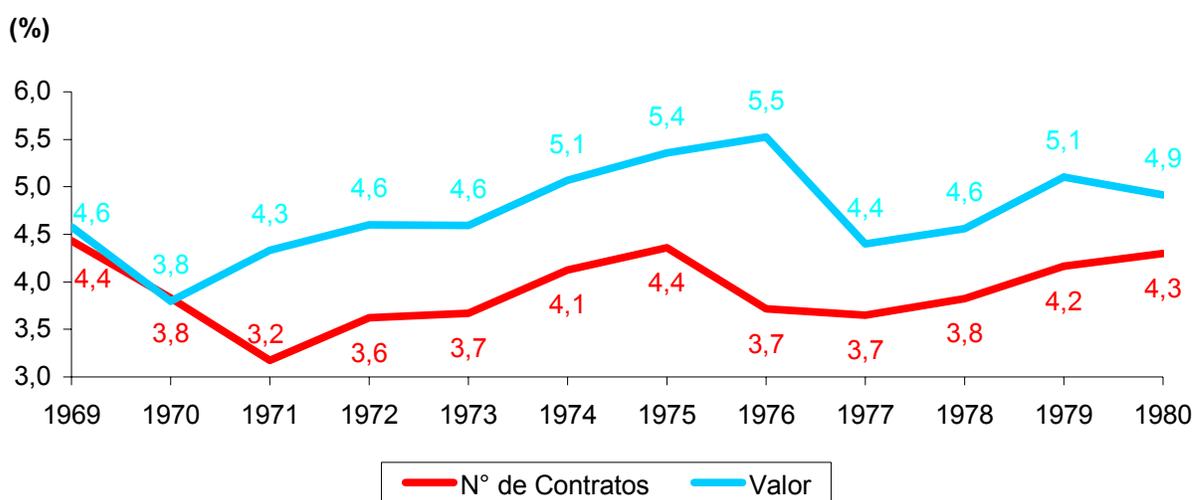
A participação do Estado de Goiás no total nacional do crédito rural foi relativamente expressiva. Em média, ao longo da década de 1970, do total de contratos firmados, 3,9% eram de produtores goianos, sendo que esses absorveram 4,8% do volume total de recursos. Através do Gráfico 2, pode-se perceber que, nesse período, exceto no ano de 1970, a proporção dos valores foi sempre superior aos contratos. Isso significa que os recursos destinados aos produtores goianos eram superiores à média nacional. Em parte, esse fenômeno pode ser atribuído à estrutura fundiária baseada em grandes e médias propriedades.

O Crédito Rural, como dito anteriormente, não foi a única fonte de financiamento da modernização da agricultura, principalmente na região de fronteira agrícola onde programas de desenvolvimento regional proviam crédito com taxas de juros ainda mais atrativas. Corroborando a argumentação de OTAMAR de

CARVALHO<sup>87</sup>, SALIM afirmou que “O crédito rural [...] é o principal elemento de atração de investidores para a região do cerrado, mormente aqueles investidores oriundos de outros ramos de atividade. As condições de prazos e juros de crédito rural, nesses casos, são ainda mais favoráveis se comparadas àquelas estabelecidas pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, o que explica a grande atração de capitais para as áreas atingidas pelos programas especiais”<sup>88</sup>.

Gráfico 2

Goias: Participação Relativa no Crédito Rural 1969-80



Fonte: Banco Central do Brasil – BACEN/DPRO/SISTEMA RECOR - Elaboração própria

No entanto, há que se ressaltar que outros fatores ofuscaram a expressividade dos Planos de Desenvolvimento Regional. O grande aporte de recursos destinados à região contribuiu muito para o crescimento, mas o desenvolvimento social ficou aquém das expectativas. Como resultado, podem-se citar alguns elementos como: concentração fundiária; grande crescimento da população urbana sem qualificação e expectativas de emprego; mecanização das grandes “empresas agrícolas”, que expulsam da terra o trabalhador rural; enfoque para a construção de estradas pavimentadas interligando pontos definidos, provocando concentração de infra-estrutura nos principais aglomerados urbanos.

<sup>87</sup> OTAMAR de CARVALHO, 1998, p. 114.

<sup>88</sup> Também para esse autor, o crédito no POLOCENTRO era mais atrativo *vis-à-vis* ao concedido pelo Banco do Brasil (SNCR). Enquanto no Banco do Brasil os juros eram: até 50 MVR, 13% a.a.; de 50 a 1.000 MVR, 15% a.a.; de 1.000 a 5.000 MVR, 18% a.a.; acima de 5.000MVR, 21% a.a., no POLOCENTRO eram: até 2.000MVR, 10% a.a.; de 2.000MVR a 5.000MVR, de 12% a.a. e acima de 5.000MVR, 14% a.a. 1981, p.70.

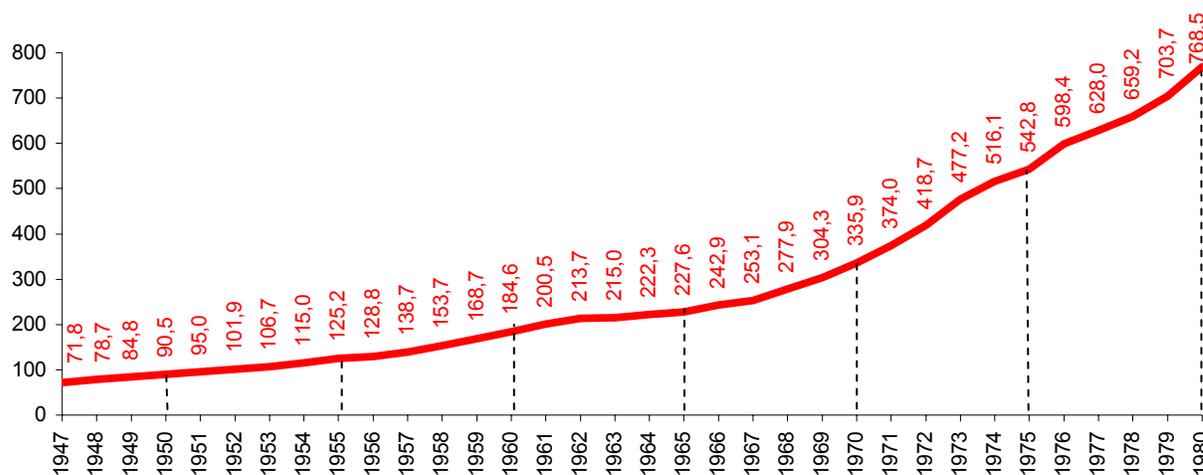
## 1.6 Transformações Econômicas

O conjunto de políticas implementadas no Brasil, desde os anos 50, ampliou consideravelmente o aparelho produtivo nacional e, a partir da segunda metade da década de 1960, esse movimento tornou-se mais expressivo.

Conforme apresentado no Gráfico 3, o Produto Interno Bruto (PIB), que em 1947 equivalia a R\$ 71,8 bilhões<sup>89</sup>, atingiu, em 1960, o montante de R\$ 184,6 bilhões, crescendo à taxa geométrica média anual de 7,5%. Nos anos 60, essa taxa foi de 6,2%, e o PIB atingiu, em 1970, R\$ 335,9 bilhões. Entre os anos 1970 e 1980, essa taxa elevou-se a 8,6%, e o PIB chegou a R\$ 768,5 bilhões. Dividindo-se esse período em dois (1970-75 e 1975-80), obtém-se, para o primeiro, taxa de 10,1% e, para o segundo, 7,2%, indicando que, na primeira metade dos anos 70, o crescimento econômico brasileiro foi mais vigoroso<sup>90</sup>. Contudo, esse crescimento não se deu de forma homogênea no espaço nacional.

Gráfico 3

Brasil: Produto Interno Bruto de 1947 a 1980 (R\$ bilhões)



Fonte: IBRE/FGV. Elaborado a partir dos dados obtidos no IPEADATA ([www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br))

Comentário: Produto Interno Bruto (PIB). PIB - valor real (preços de 2000): elaboração IPEA. Série estimada a partir do valor do PIB nominal de 2000 (Novo Sistema de Contas Nacionais do IBGE) e da taxa de variação real do PIB anual (IBGE).

<sup>89</sup> Produto Interno Bruto - valor real (a preços de 2000): elaboração IPEA. Série estimada a partir do valor do PIB nominal de 2000 (Novo Sistema de Contas Nacionais do IBGE) e da taxa de variação real do PIB anual (IBGE).

<sup>90</sup> Coincidindo com o período do Milagre Econômico Brasileiro.

Quanto ao Centro-Oeste, esforços conjuntos dos governos federal e estaduais resultaram na ampliação da participação relativa dessa região na economia nacional, tornando-a mais atrativa à iniciativa privada, que muito se beneficiou com volumosos créditos e incentivos. Os dados apresentados na Tabela 1 mostram que sua participação no PIB nacional foi elevada de 1,7% em 1949, para 3,6% em 1980.

Tabela 1  
Participação Regional no Produto Interno Bruto.

<b>Regiões</b>	<b>1949</b>	<b>1959</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>
<b>Norte</b>	1,7	2	2,2	3,2
<b>Nordeste</b>	13,9	14,4	12	12,2
<b>Sudeste</b>	67,6	65,1	65,1	62,2
<b>Sul</b>	15,1	16,2	17	17,3
<b>Centro-Oeste</b>	1,7	2,3	2,7	3,6

Fonte: Contas Nacionais FGV/FIBGE. Apud CANO, Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1995, 1998.

Contudo, ressalte-se que, apesar do Centro-Oeste ter dobrado sua participação na composição do PIB, indicando intenso crescimento econômico regional, sua contribuição ainda é bastante reduzida se comparada às demais regiões, exceto a Norte.

Especificamente em Goiás, a participação no PIB nacional se manteve estável. O percentual, que era de 1,6% em 1970, elevou-se para 1,8% em 1980. Embora esses valores dêem a impressão de que a economia goiana estivesse relativamente estagnada, essa variação de 0,2 ponto percentual, numa economia em ampla expansão como se encontrava a nacional, significou muito em se tratando de uma economia periférica.

Para se ter melhor dimensão desse crescimento, apresenta-se na Tabela 2, a variação anual sobre o PIB, tendo-se como base o ano de 1970. Até o ano de 1975, o PIB cresceu a taxas extraordinárias, fortemente influenciadas pelos três setores da economia. Na segunda metade da década, o incremento do PIB goiano deu-se de forma menos expressiva, principalmente em função do baixo desempenho do setor primário, primordialmente pela deficiente atuação do segmento agricultura, tendo em vista que a pecuária apresentou crescimento razoável. Segundo COSTA, isto se deveu

aos chamados “*choques agrícolas* decorrentes de frustrações de safra devido a fatores climáticos, ao irrealismo da política de preços e de crédito, aos problemas de comercialização e a retirada dos subsídios para fertilizantes”<sup>91</sup>.

Tabela 2

Goiás: Produto Interno Bruto e Variação Anual Sobre Valores Reais 1970, 1975 e 1980

Ano	PIB (a preços correntes)	PIB (a preços constantes Cr\$ - 1970)	Deflator Implícito Base 1970	Variação Anual (Taxa Média Geométrica)	Taxa Média Geométrica de Variação Anual nos Setores		
					Primário	Secundário	Terciário
1970	2.514,0	2.514,0	100,0	-	-	-	-
1975	15.758,3	5.004,2	314,9	14,8	14,4	18,3	14,4
1980	226.977,4	7.681,9	2.954,7	8,9	5,3	26,9	6,4

Fonte: Centro de Contas Nacionais e Centro de Estudos Fiscais – DCS/IBRE/FGV, in Conjuntura, 06/1984.

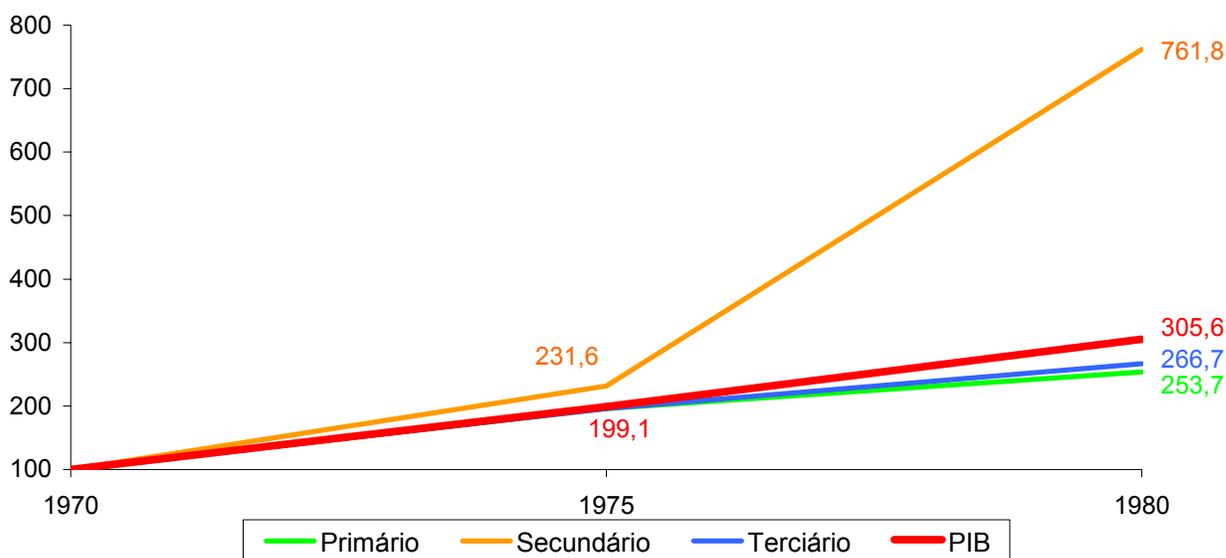
Obs.: 1) Valores em Cr\$ milhões

2) Versão mais atualizada contém provável erro, para Goiás, nos valores do PIB 1975, para o setor secundário e que se acumula no total, portanto, foram utilizados os dados de 1984.

Acumulando-se as taxas de variações na década (em número índice 1970=100) (Gráfico 4), percebe-se claramente que o setor secundário foi o que obteve maior crescimento (761,8%), ficando significativamente abaixo os setores terciário (266,7%) e primário (253,7%).

Gráfico 4

Goiás: Crescimento Acumulado do PIB de 1970 a 1980



Fonte: Elaborado a partir dos dados extraídos do – DCS/IBRE/FGV

<sup>91</sup> COSTA, C. op. cit. p. 213.

O setor secundário que participava com 8,7% na composição do PIB em 1970, teve sua participação elevada a 21,7%, em 1980<sup>92</sup>. A elevação da representatividade do setor industrial na composição da renda interna goiana deveu-se, em grande parte, às Políticas de Industrialização do estado, (item 1.3 deste trabalho) que propiciaram instrumentos operacionais, crédito e incentivos, apoiados nas suas vantagens geoeconômicas.

No ano de 1960, conforme Censo Industrial, em Goiás, a indústria de Produtos Alimentares representava 40,7% do total dos estabelecimentos industriais (1.623), seguido por Produtos Minerais não metálicos (22,7%), Madeira (10,9%), Mobiliário (7,1%) e Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos (6,9%). Torna-se, portanto, evidente que a incipiente produção industrial goiana era fortemente embasada na agroindústria. Somente Produtos Alimentares respondia por 63,8% do total do Valor da Transformação Industrial (Cr\$ 1.963.103 mil)<sup>93</sup>.

Em 1970 o número de estabelecimentos havia crescido 168% (4.351), sendo que a participação relativa dos referidos gêneros de indústria quase não havia se alterado, exceto Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos, que tiveram sua participação reduzida a 3,3%. Por outro lado, o gênero Metalúrgica, embora ainda pouco expressivo, expandiu-se em 336%, saltando de 25 para 109 estabelecimentos na década. Mesmo assim, no ano de 1970, Produtos Alimentares ainda eram responsáveis por mais da metade (52,6%) do Valor da Transformação Industrial.

Na metade dos anos 70, Goiás já contava com 5.978 estabelecimentos industriais. Percebe-se que ocorreu acanhado processo de diversificação da produção industrial, com Produtos Alimentares perdendo participação relativa (37,8%). O gênero Metalúrgica cresceu consideravelmente (76,1%), ampliando sua participação para 3,2%. Entretanto, há que se considerar que parte deste crescimento se deveu à ampliação da demanda gerada pelos segmentos ligados à produção de alimentos e rações.

---

<sup>92</sup> Nessa época, em Goiás, existiam aproximadamente 50.000 empregos diretos nos estabelecimentos industriais.

<sup>93</sup> Valor conforme padrão monetário vigente no ano de 1959.

No ano de 1980, era de 8.113 o número de estabelecimentos industriais, sendo 5.710 urbanos e 2.403 rurais. No período 1970 a 1980, esse número cresceu 86,5%. O gênero Produtos Alimentares continuava ocupando posição de destaque com 2.673 estabelecimentos (32,9%)<sup>94</sup>, seguido por Transformação de Produtos Minerais Não-Metálicos (27,0%)<sup>95</sup>, Madeira (14,5%)<sup>96</sup>, Mobiliário (7,5%)<sup>97</sup>, Metalúrgica (3,9%)<sup>98</sup> e Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos (3,0%)<sup>99</sup>.

Relativo ao Valor da Transformação Industrial (VTI), sua terça parte era proveniente dos Produtos Alimentares (32,6%), sendo que o grupo de indústria de Beneficiamento de Café, Cereais e Produtos Afins contribuía com 39,1%, seguido por Resfriamento e Preparação do Leite e Fabricação de Produtos Laticínios com 19,6% e Abate de Animais e Preparação de conserva de Carnes com 19,0%. O gênero Transformação de Produtos Minerais Não-Metálicos era responsável por 23,3% do VTI<sup>100</sup>, com destaque aos grupos de indústrias de Fabricação de Materiais Cerâmicos (40,0%), Fabricação de Estrutura de Cimento e Fibrocimento e de Peças de Ornatos de Gesso e Amianto (23,5%) e Fabricação de Clínquer e Cimento (22,6%).

Este crescimento econômico se acompanhou da ampliação do setor energético (Serviços Industriais de Utilização Pública), cuja demanda crescia a ritmo mais acelerado que a economia (30% acima). O segmento de telecomunicações, que em 1974 possuía 292.796 terminais fixos instalados, estatizou-se e houve a criação da Telegoiás, no âmbito do Sistema TELEBRÁS<sup>101</sup>. No ano seguinte, tal número subiu

---

<sup>94</sup> Deste total, 1820 (68,1%) pertencia ao grupo de indústria de Beneficiamento de Café, Cereais e Produtos Afins e 508 (19,0%) eram do grupo Fabricação de Produtos de Padaria, Confeitaria e Pastelaria.

<sup>95</sup> Num total de 2.192 estabelecimentos industriais, 71,1% pertenciam ao grupo de indústria de Fabricação de Telhas, Tijolos e Lajotas:Vasilhames e Outros Artefatos de Material Cerâmico ou de Barro Cozido e 21%, à Fabricação de Artefatos de Cimento Armado ou Não.

<sup>96</sup> Do total de 1.177, a proporção de 81,5% era do grupo de indústria Serrarias.

<sup>97</sup> Do total de 611, a proporção de 87,2% era do grupo de indústria Fabricação de Móveis de Madeira, Vime e Junco.

<sup>98</sup> Do total de 320, a proporção de 77,5% era do grupo de indústria Serralharia.

<sup>99</sup> Do total de 243, a proporção de 50,6% era do grupo de indústria Fabricação de Calçados com Solados de Qualquer Material e 39,5%, Confecção de Roupas e Agasalhos.

<sup>100</sup> Em 1980, Goiás participou com 5,5% do total arrecadado no país do imposto único sobre minerais. O Município de Minaçu, único produtor nacional de amianto, foi o que mais arrecadou este imposto (77,1%) e foi responsável por 53,6% do valor global da produção mineral do Estado.

<sup>101</sup> Em 9 de novembro de 1972, nasceu o Sistema TELEBRÁS por força da lei n.º 5.792, de 11 de junho. Nessa época, existiam 927 entidades explorando os serviços públicos de telecomunicações. Em

para 401.622 terminais, resultando em um crescimento de 37,2%. O sistema DDD (Discagem Direta à Distância), no final da década de 1970 atingiu 42 municípios, propiciando maior integração do estado ao sistema nacional, orientada pela dinâmica industrial e redundando em demanda crescente pelo serviço.

O setor terciário, em 1970 representava 57,6% do PIB goiano, em 1980 teve sua participação reduzida para 50,3%. A composição deste agregado macroeconômico se alterou ao longo do decênio, pois, alguns subsetores como o Comércio, Aluguéis e Governo que em 1970 eram responsáveis por 31,2%, 20,7% e 14,6%, respectivamente, do PIB setor terciário, em 1980, passou a contribuir com 26,7%, 15,4% e 11,5%. Por outro lado, Transporte e Comunicações, Intermediários Financeiros e Outros Serviços, no mesmo período, elevaram suas participações de 8,0%, 9,5% e 16,0% para 11,9%, 15,4% e 24,9%, respectivamente. Ressalte-se que o considerável aumento da participação do subsetor Outros Serviços é resultante da diversificação da economia goiana ocorrida nesta década (Tabela 3).

Tabela 3

Goiás: Participação dos Subsetores na Composição do PIB do Setor Terciário

Ano	Comércio	Transportes e Comunicações	Intermediários Financeiros	Governo	Aluguéis	Outros Serviços
1970	31,2	8,0	9,5	14,6	20,7	16,0
1975	30,6	7,4	13,3	13,9	15,6	19,1
1980	26,7	9,6	11,9	11,5	15,4	24,9

Fonte: Centro de Contas Nacionais e Centro de Estudos Fiscais – DCS/IBRE/FGV.

Por fim, o setor primário apresentou a menor taxa acumulada (253,7%), decorrente dos choques agrícolas já mencionados. Embora o setor primário tenha crescido em menor proporção em relação aos demais, e a agricultura tenha sido a responsável por isso, é preciso observar com maior acuidade o processo de transformação ocorrido em Goiás. Tomando-se a utilização de tratores como indicador da modernização agrícola goiana (Tabela 4), torna-se claro que esse processo se intensificou a partir dos anos 60. Goiás, que contava com o total de 1.349 tratores em

---

dezembro do mesmo ano, o Sistema TELEBRÁS já contava com 8 empresas. O sistema telefônico brasileiro era bastante ineficiente, faltava padronização e havia uma baixíssima integração sistêmica.

1960, atingiu 26.875 em 1980<sup>102</sup>. Grande parte dessas máquinas (90,2%) estava localizada abaixo do Paralelo 13 (Atual Estado de Goiás). Conseqüentemente, houve considerável redução nas relações de Lavoura (ha), Estabelecimentos e Pessoal Ocupado por Trator.

“A relação área/máquina e estabelecimento/máquina foi alterada em função da alta velocidade de difusão do maquinário; o fenômeno aconteceu tanto em novos espaços que foram incorporados como em antigos que foram reestruturados. As áreas planas de cerrado favoreceram o emprego de equipamentos mecânicos em função de suas características físicas e, paralelamente, o solo ácido e com deficiência em nutrientes facilitou larga utilização de produtos químicos para a produção regional.”<sup>103</sup>

Tabela 4  
Goiás: Utilização de Tratores 1950 a 1980

Anos	Número	Lavoura (ha)/ Trator	Estabelecimento/ Trator	Pessoal Ocupado/ Trator
1950	89	5.224	716	3.363
1960	1.349	733	82	370
1970	5.692	287	25	96
1975	13.634	188	11	50
1980	26.875	199	6	29

Fonte: Cálculos efetuados sobre dados do IBGE – Censos Agropecuários Apud Estevam, L. O tempo da Transformação, 1997. p. 139

O ingresso de máquinas, equipamentos, insumos e fertilizantes mudou o perfil da produção agrícola goiana. Embora ao longo dos anos 50 e 60 tenha aumentado a área destinada a culturas tradicionais como arroz, feijão e mandioca, na década de 1970, as áreas dessas culturas apresentaram variações, conforme apresentado no Gráfico 5. No caso do arroz, 1977 e 1978 foram os anos de menores áreas colhidas em virtude de fatores climáticos, da política de preços e de crédito, aos problemas de comercialização e da retirada dos subsídios para fertilizantes. Quanto ao feijão e à mandioca, estes tiveram reduções no plantio a partir da segunda metade dos anos 70.

<sup>102</sup> Isto equivale ao ingresso, em média, de 3,5 tratores ao dia, durante estes vinte anos.

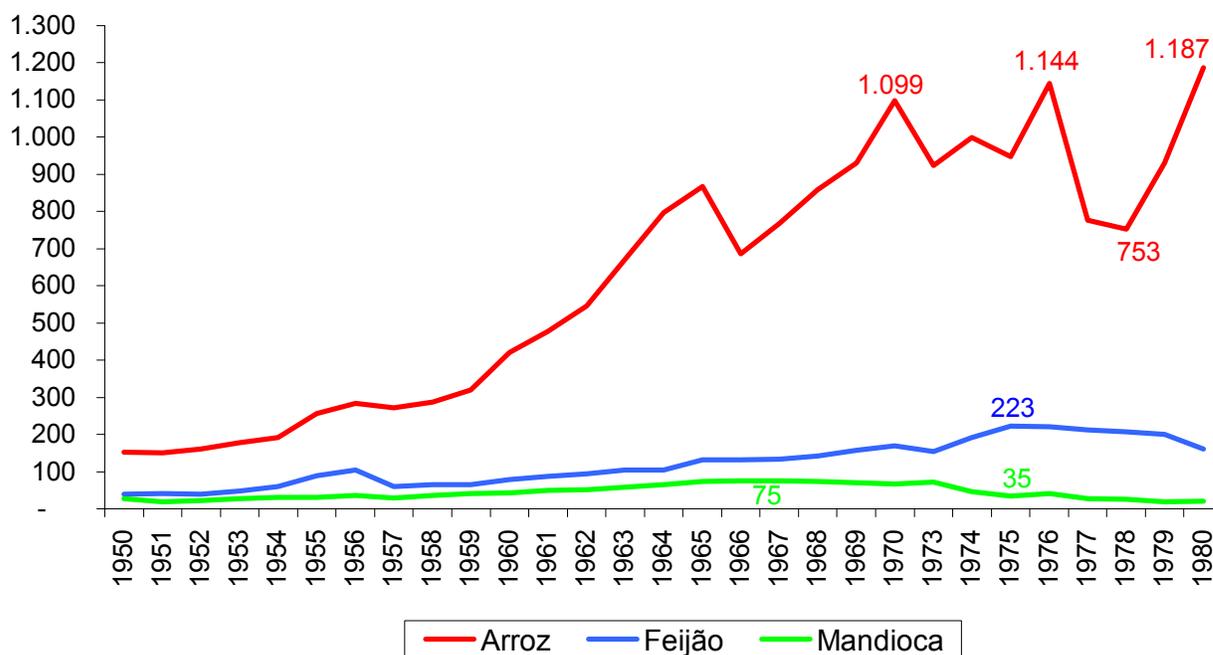
<sup>103</sup> ESTEVAM, L. op. cit. 1997, ps.139-140.

Para CANO<sup>104</sup>, enquanto a produção de feijão expandiu-se satisfatoriamente, a do arroz e da mandioca tiveram notável crescimento entre 1939 e 1959 para o conjunto do Brasil. No caso do arroz, o aumento da produção deu-se em todas regiões do país, tanto pela expansão da fronteira agrícola quanto pela maior utilização das terras agricultáveis preexistentes em vários estados.

Entretanto, é preciso salientar que essas culturas tradicionais seguem lógicas distintas de acumulação. Conforme IGREJA, “A cultura do arroz apresenta características de produção doméstica, mesmo porque o mercado internacional desse produto é pouco significativo em relação ao de outros cereais. Nestas condições, o Brasil é um grande consumidor que, quando enfrenta queda na produção, entra no mercado como comprador que altera o mercado mundial”<sup>105</sup>.

Gráfico 5

Goiás: Área Colhida de Arroz, Feijão e Mandioca de 1950 a 1980 - (mil ha)



FONTE: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1950-1980

OBS.: Nos anos de 1971 e 1972 o IBGE não fez levantamento estatístico dos referidos dados.

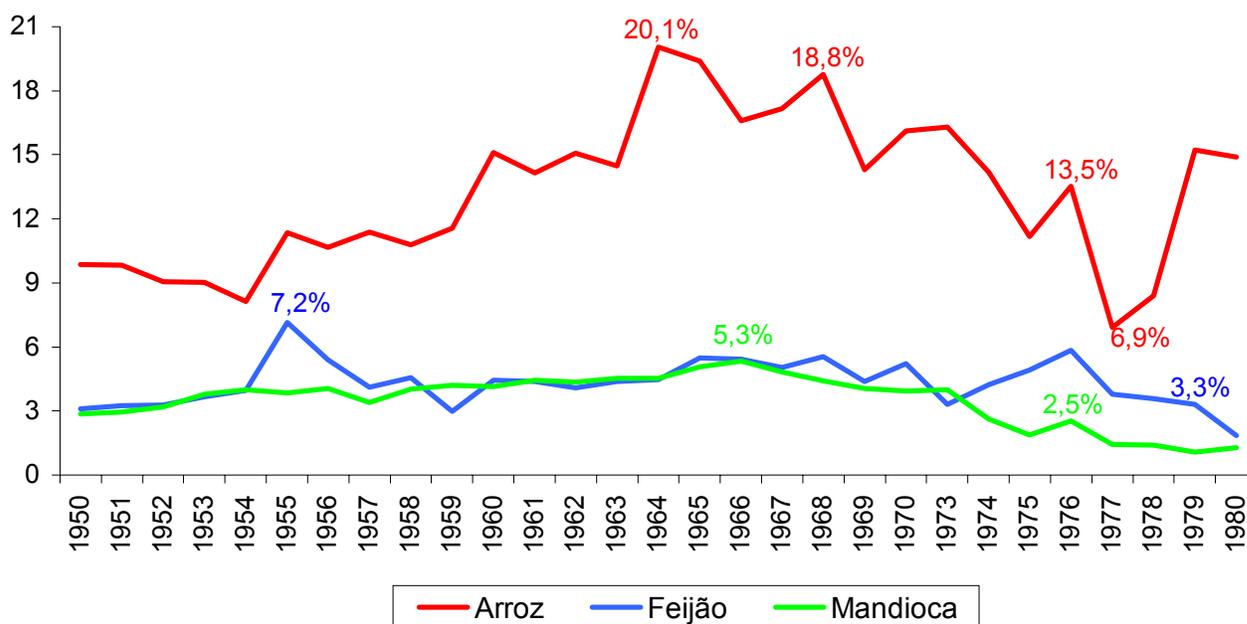
<sup>104</sup> CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970•1970-1995*, 1998, ps. 211 e 212.

<sup>105</sup> IGREJA, A. C. M. O uso da terra para finalidades agrícolas no Brasil no período recente. 2000, p. 99.

Outro aspecto a ser observado quanto às culturas tradicionais foram as alterações nas participações relativas no total da área colhida nacional. Como pode ser observado no Gráfico 6, o arroz, até meados da década de 1960, obteve crescimento em sua participação na área total nacional, alcançando, em 1964, 20,1% de toda a área colhida do grão. A partir de então, sua participação relativa decresceu, atingindo seu ponto mínimo no ano de 1977 (6,9%). Mesmo assim, em 1980 Goiás era o segundo produtor nacional de arroz. Da mesma forma, o feijão e a mandioca, que mantiveram ao longo dos anos 50 certa estabilidade na proporção nacional, a partir da segunda metade da década de 1960 (principalmente a mandioca), tiveram suas participações diminuídas na área total nacional.

Gráfico 6

Goiás: Participação na Área Colhida Nacional de Arroz, Feijão e Mandioca de 1950-80



FONTE: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1950-1980

OBS.: Nos anos de 1971 e 1972 o IBGE não fez levantamento estatístico dos referidos dados.

Este fenômeno foi tratado por CANO como parte do processo de substituição de culturas ocorrido na seguinte forma:

*“No período 1940/59, a elevação dos salários urbanos propiciou alteração na estrutura dos gastos com alimentos: a demanda de certos*

*alimentos simples, como, por exemplo, arroz feijão e mandioca, teria diminuído em termos relativos aumentando a demanda de certos produtos mais nobres. Por outro lado, à medida que a agricultura de SP intensificasse sua capitalização, fatalmente ocorreriam mudanças na produção regional de alimentos simples, determinados pelos custos, preços e lucro exigido.*

*Produtos de baixo rendimento e portanto de baixos lucros [...] teriam relativamente diminuída sua produção em SP, com possíveis transferências para a periferia. [...] Nas áreas de expansão da fronteira agrícola onde o preço da terra é menor e as formas de exploração (baixa renda) propiciam menor custo, a produção de alimentos simples cresceria, compensando sua diminuição nas áreas mais capitalizadas. [...] No período 1950/70, a capitalização da agricultura paulista se intensificaria, aumentando a transferência de algumas funções primárias para outras regiões.*<sup>106</sup>

A perda da participação relativa de Goiás na rizicultura, em parte, deveu-se, como descreve IGREJA, ao análise o remanejamento e substituição da cultura, pelo maior reposicionamento alocativo para o arroz irrigado na economia agrícola riograndense advindo do crescente impacto da substituição dessa lavoura no conjunto de usos do solo.<sup>107</sup>

Em contrapartida, os esforços públicos, em pesquisas agropecuárias, propiciaram a adaptação de culturas modernas ao cerrado goiano, criando condições favoráveis ao seu desenvolvimento. O milho híbrido<sup>108</sup> e a soja são os exemplos clássicos. Por outro lado, no final dos anos 70, ampliava-se a preocupação, por parte do Governo Federal, em expandir as exportações e essas duas culturas, que são básicas para a elaboração de ração e óleo vegetal, encontraram amplo mercado internacional, que passou a reger seus preços (commodity). Este fenômeno se acentuaria na década de 1980, como será mostrado no próximo capítulo.

---

<sup>106</sup> CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970•1970-1995*, 1998, p. 295.

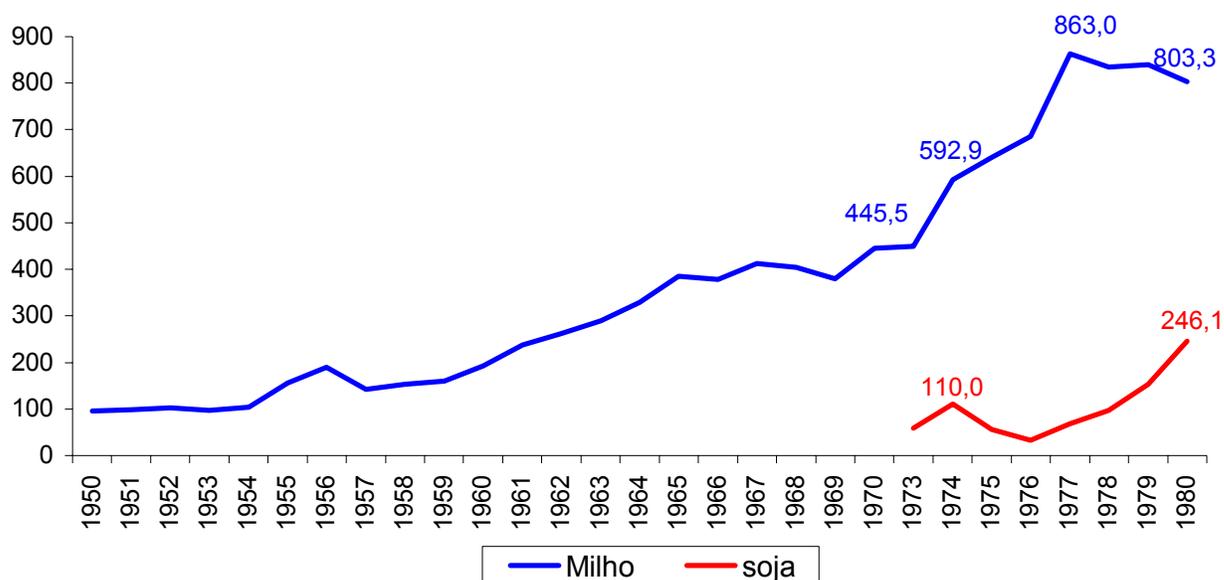
<sup>107</sup> IGREJA, A. C. M. op. cit. p. 101

<sup>108</sup> A hibridação é o cruzamento de plantas de diferentes linhagens ou tipos, com o fim de combinar em sua descendência as características desejadas dos genitores. Os híbridos são, com frequência, mais vigorosos que os genitores dos quais procedem.

Ao contrário do que acontecia com as culturas tradicionais, o milho e a soja apresentaram tendência crescente nas áreas colhidas durante o período em análise. Conforme se pode visualizar no Gráfico 7, durante os anos 50 e 60, houve aumento significativo na área destinada à cultura do milho, e esse fenômeno se manteve no decênio seguinte. Embora a série histórica da soja em Goiás tenha tido início em 1973, é perceptível, no mesmo Gráfico, tendência similar na área destinada ao grão.

Gráfico 7

Goiás: Área Colhida de Milho de 1950 a 1980 e Soja 1973 a 1980 - (mil ha)



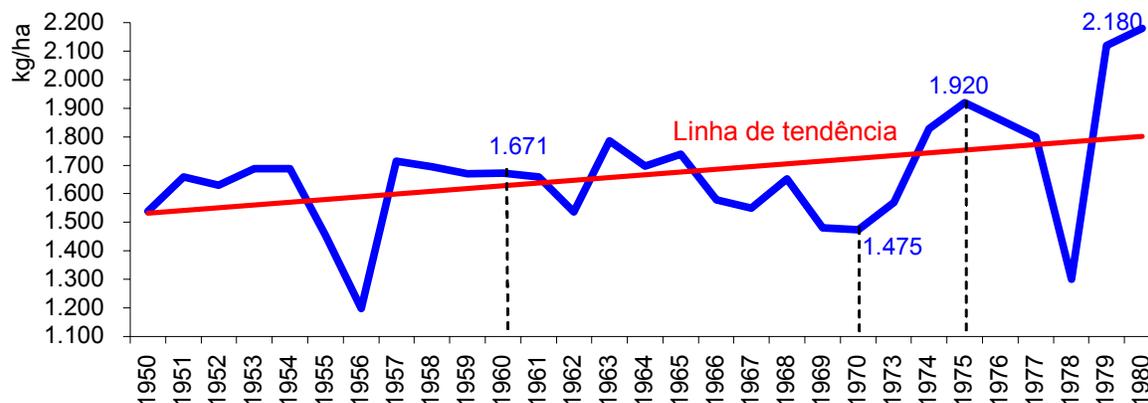
FONTE: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1950-1980

OBS.: Nos anos de 1971 e 1972 o IBGE não fez levantamento estatístico dos referidos dados.

Pode-se, ainda, perceber o processo de modernização da agricultura goiana, analisando-se o incremento obtido na produtividade da cultura do milho. Em 1960, conseguia-se alcançar, em média, a produção de 1.671 kg/ha; quinze anos após, esse valor elevou-se para 1.920kg/ha (aumento de 14,9%). Em 1980, a produtividade atingiu 2.180 kg/ha, o que representou crescimento de 30,5% (1960-80). Ao longo desse período, a produtividade desse grão apresentou Linha de Tendência ascendente (Gráfico 8). Assim, associando-se os aumentos de produtividade e área, Goiás se tornou importante produtor do grão.

Gráfico 8

Goiás: Linha de Tendência da Produtividade do Milho de 1950 a 1980



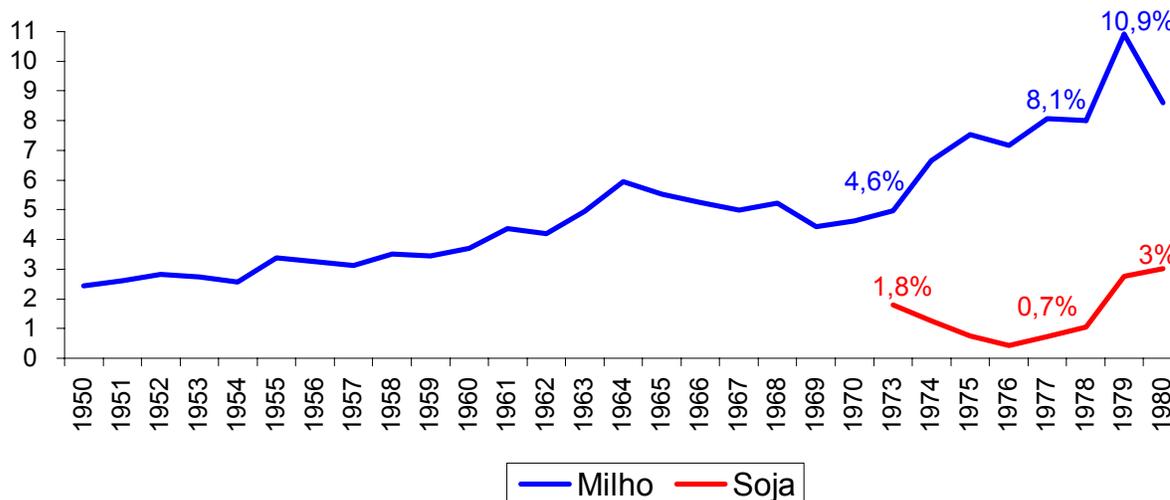
FONTE: Elaborado a partir do IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1950-1980

OBS.: Nos anos de 1971 e 1972 o IBGE não fez levantamento estatístico.

Desta forma, Goiás ampliou sua participação relativa na produção nacional de milho, ocupando a sexta posição entre os produtores do grão (1980), contribuindo com 8,6% de toda a produção. A maior participação obtida no período foi em 1979 (10,9%) e, ao que tudo indica, os efeitos dos “*choques agrícolas*” não surtiram impactos profundos nessa cultura (Gráfico 9) . Quanto à soja, Goiás classificava-se na mesma posição, contudo sua participação restringia-se a 3% da produção nacional.

Gráfico 9

Goiás: Participação na Área Colhida Nacional de Milho (1950-80) e Soja (1973-80)



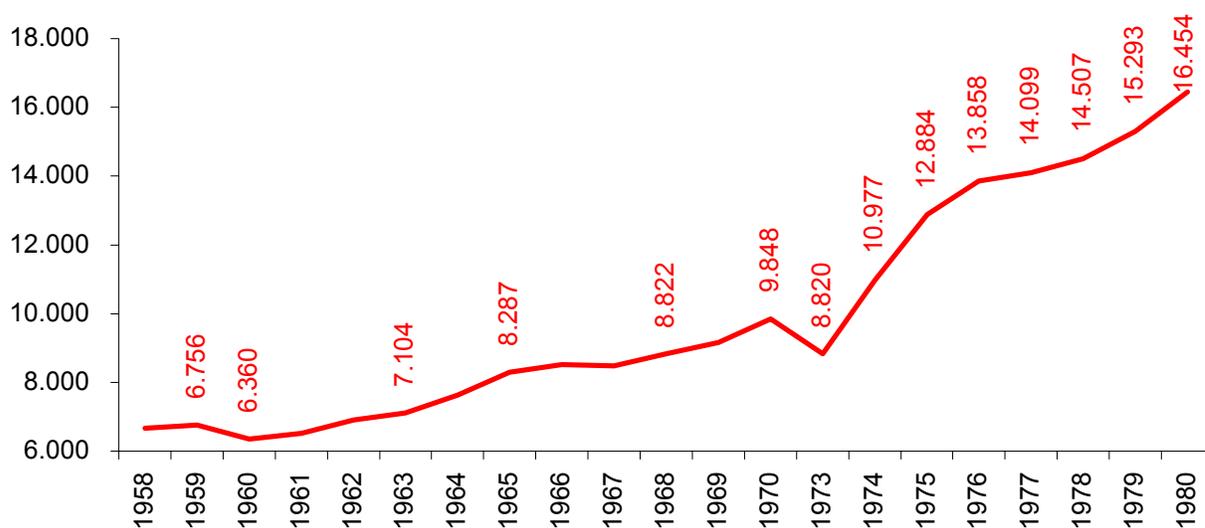
FONTE: Elaborado a partir do IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1950-1980

OBS.: Nos anos de 1971 e 1972 o IBGE não fez levantamento estatístico.

Ainda no setor primário, deve-se dar destaque à pecuária, que também obteve bom desempenho. A bovinocultura, conforme apresentado no Gráfico 10, cresceu significativamente (158,7%), elevando-se de 6,3 para 16,4 milhões de cabeças, no período 1960 a 1980. Considerando apenas a década de 1970, o efetivo bovino expandiu-se 86,6%, passando de 8,8 para 16,4 milhões de cabeças entre 1973 a 1980.

Gráfico 10

## Goiás: Evolução do Efetivo Bovino (mil Cabeças)



FONTE: Elaborado a partir do IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1959-1981

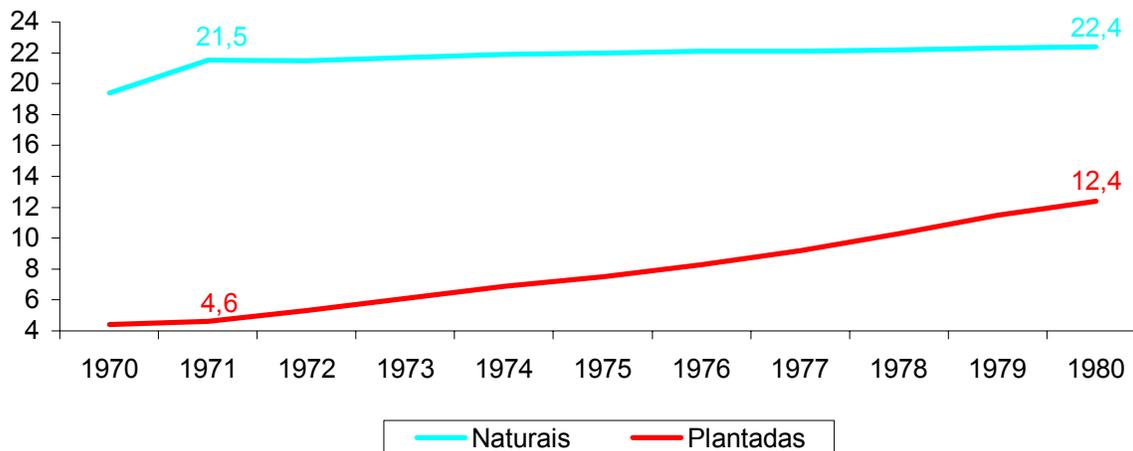
OBS.: Nos anos de 1971 e 1972 o IBGE não fez levantamento estatístico.

Este fenômeno se deriva do fato de que “boa parte das lavouras temporárias em solo goiano, via de regra são transformadas em pastagens após o terceiro ano de exploração, prazo legal imposto pelo sistema financeiro à prática de lavouras”<sup>109</sup> e isto pode ser percebido quando se observa a evolução da área de pastagem. Por meio do Gráfico 11, percebe-se também que a área de pastagem natural permaneceu relativamente estável, enquanto a plantada teve crescimento significativo (184,8%).

<sup>109</sup> COSTA, C. op. cit. p. 215.

Gráfico 11

Goiás: Evolução das Áreas de Pastagens Naturais e Plantadas (milhões ha)



FONTE: COSTA, C. op. cit p. 216

O desenvolvimento de uma bovinocultura mais tecnificada, no Centro-Oeste, segundo MULLER, deveu-se aos programas de incentivo à pecuária, que propiciavam crédito com a finalidade de estimular esta prática. Dentre os programas destacam-se: “os do Conselho de Desenvolvimento da Pecuária de Corte (Condepe), financiados pelo BIRD e pelo BID, no início da década de 70, o Programa Nacional de Pastagens (iniciado em 1975) e o Programa Nacional da Pecuária (de 1977)”<sup>110</sup>. Indubitavelmente, esses estímulos foram cruciais para a ampliação e o melhoramento do rebanho bovino da região, atualmente possuidora do maior efetivo do país.

### 1.6.1 Aspectos Demográficos e Urbanos

A partir da década de 1960, houve significativo crescimento da urbanização em todos os estados do Centro-Oeste. A importância do fenômeno, no entanto, não se restringiu tão somente ao elevado grau de urbanização atingido pela região que, “era, em 1940, 1950, 1960, a região menos urbanizada do País e, a partir de 1970 ganha o segundo lugar nessa classificação, precedida apenas pelo Sudeste”<sup>111</sup>.

<sup>110</sup> MUELLER, C. C. Políticas Governamentais e Expansão Recente da Agropecuária no Centro-Oeste, 1990, p.61.

<sup>111</sup> SANTOS, M. A urbanização Brasileira, 1993, p.58.

Partindo de um atraso relativo frente às outras regiões, o Centro-Oeste representava, na visão de alguns autores<sup>112</sup>, uma espécie de espaço vazio, sem dinamicidade nem infra-estrutura prévias compatíveis com as exigências de uma moderna economia que se integrava, a partir do processo de industrialização focado, sobretudo em São Paulo. No entanto, segundo interpretações recentes<sup>113</sup>, a região dispunha de núcleos urbanos legados pela atividade mineratória, ainda que pequenos, descontínuos e com atividade econômica precária, indicando que a elevada urbanização das últimas décadas não ocorreu dentro de um vazio demográfico.

Em termos regionais, o Centro-Oeste ocupava 20,1% (na atual conformação 18,8%) do território nacional, porém com densidade demográfica abaixo da brasileira, conforme apresentado na Tabela 5. Entretanto, esse indicador possui amplitudes distintas quando se observam as Unidades Federativas em separado. Goiás, que em 1940 possuía 27% da densidade média nacional, em 1980, atingiu 44,6%, indicando intenso movimento migratório positivo, tornando-o importante receptor populacional ao longo desse período (considerando GO, excluindo TO, esse percentual eleva-se a 81,3%).

Tabela 5

## Densidade Demográfica da Região Centro-Oeste 1940-1980

Unidades	Área (Km <sup>2</sup> )	Densidade Populacional – Total				
		1940	1950	1960	1970	1980
<b>BRASIL</b>	8.547.404	4,8	6,1	8,2	10,9	13,9
<b>CENTRO-OESTE</b> (1)	1.890.498	0,7	0,9	1,6	2,7	4,0
Mato Grosso (2)	1.264.966	0,3	0,4	0,7	1,3	2,0
Goiás (1)	619.710	1,3	2,0	3,1	4,7	6,2
Distrito Federal (3)	5.822	-	-	24,1	92,3	202,1

FONTE – IBGE, Diretoria de Pesquisas, Depto de População e Indicadores Sociais, Censo Demográfico.

Obs. 1) Na área do CO e de GO está incluída a área do TO.

2) Em 1980 a população do MS esta incluída na de MT.

3) O DF foi criado no Governo JK, portanto, não havia população em 1940 e 1950.

Desta forma, como pode ser visto na Tabela 6, a população goiana saltou de 826,4 mil habitantes em 1940, para 3,9 milhões em 1980, o que representava 3,2% da

<sup>112</sup> Ver SANTOS, op. cit (1993).

<sup>113</sup> Ver IPEA/IBGE/NESUR-IE-UNICAMP (1999).

população brasileira, proporção esta bastante inferior à parcela que representava Goiás (GO+TO) no território nacional (7,3%). Entretanto, essa população representava metade dos residentes do Centro-Oeste (51,2%).

Tabela 6

## População Residente na Região Centro-Oeste 1940-1980

Unidades	1940	1950	1960	1970	1980
<b>BRASIL</b>	41.236.315	51.944.397	70.070.457	93.139.037	119.002.706
<b>CENTRO-OESTE</b>	1.258.679	1.736.965	2.942.992	5.073.259	7.544.795
Mato Grosso <sup>(1)</sup>	432.265	522.044	889.539	1.597.090	2.508.258
Goiás	826.414	1.214.921	1.913.289	2.938.677	3.859.602
Distrito Federal <sup>(2)</sup>			140.164	537.492	1.176.935

FONTE – IBGE, Diretoria de Pesquisas, Dpo de População e Indicadores Sociais, Censo Demográfico.

Obs. 1) Em 1980 a população do MS esta incluída na de MT.

2) O DF foi criado no Governo JK, portanto, não havia população em 1940 e 1950.

Em termos relativos, no período de 1940 a 1970, a região Centro-Oeste foi a que registrou taxas médias de crescimento populacional mais elevadas, sobretudo até os anos 60 (Tabela 7). Na década de 1970, a população continuou crescendo expressivamente, porém com taxas menores. Ressalte-se que a região Norte foi a que apresentou maior taxa, possivelmente em função do deslocamento da fronteira agrícola, acompanhada de novas frentes pioneiras de ocupação.

Tabela 7

## Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual da População, Segundo as Grandes Regiões e Unidades Federativas do Centro-Oeste – 1940/80

Unidades	1940/1950	1950/1960	1960/1970	1970/1980
<b>BRASIL</b>	<b>2,3</b>	<b>3,0</b>	<b>2,9</b>	<b>2,5</b>
Norte	2,3	3,3	3,5	5,0
Nordeste	2,3	2,1	2,4	2,1
Sudeste	2,1	3,1	2,7	2,6
Sul	3,2	4,1	3,5	1,4
<b>Centro-Oeste</b>	<b>3,4</b>	<b>5,4</b>	<b>5,6</b>	<b>4,1</b>
Mato Grosso <sup>(1)</sup>	1,9	5,5	6,0	4,6
Goiás	3,9	4,6	4,4	2,8
Distrito Federal <sup>(2)</sup>			14,4	8,2

FONTE – Elaborado a partir dos dados do IBGE, Diretoria de Pesquisas, Dpo de População e Indicadores Sociais, Censo Demográfico.

Obs. 1) Em 1980 a população do MS esta incluída na de MT.

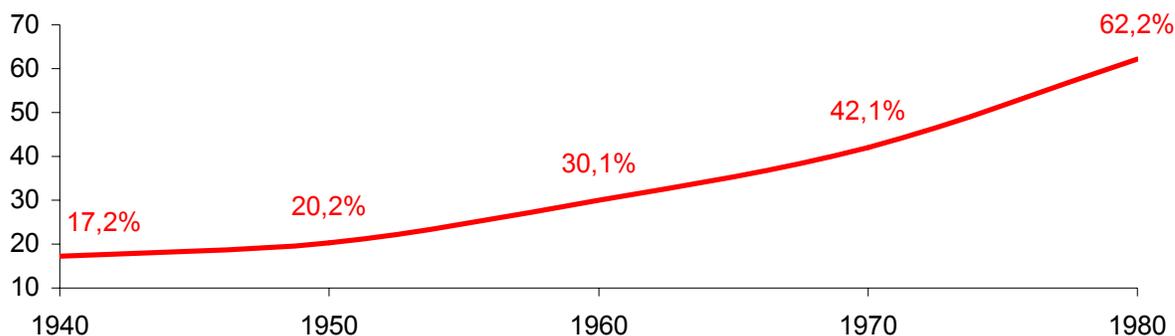
2) O DF foi criado no Governo JK, portanto, não havia população em 1940 e 1950.

Quanto ao crescimento dos estados da região, Mato Grosso merece destaque: sua população, exceto no período de 1940-50, cresceu, relativamente, mais que a de Goiás. Mesmo assim, as taxas de crescimento anual da população goiana foram sempre superiores à nacional, corroborando a argumentação de que o estado teve importante papel na absorção de contingentes populacionais, isto porque a natureza continental do país permitia “empurrar” a fronteira agrícola para regiões “vazias”, transformando essas novas áreas em amortecedores (temporários) de conflitos sociais.

Além do pujante crescimento populacional ocorrido em Goiás (1940-80), outro fenômeno importante merece ser destacado. Fortemente influenciado pela modernização da agropecuária, ocorreu, no estado, intenso processo de urbanização. Como pode ser visto no Gráfico 12, a população, que, em 1940, concentrava-se no meio rural (82,8%) deslocou-se, em grande parcela, para os centros urbanos, e quarenta anos depois, 62,2% dos habitantes goianos estavam localizados no meio urbano.

Gráfico 12

## Goiás: Evolução da Taxa de Urbanização 1940 a 1980



FONTE – Elaborado a partir dos dados do IBGE - Censos Demográficos.

Esse fenômeno foi ainda mais pujante na região do Aglomerado Urbano de Goiânia<sup>114</sup>, conforme apresentado nas Tabelas 8-A e 8-B. Nessa região, em 1940, residiam 7,8% da população goiana, sendo a maior parte no meio rural (72,1%). A partir de 1960, sob influência da construção da nova Capital Federal e da maior integração

<sup>114</sup> Para o presente trabalho, considerou-se Aglomeração de Goiânia (Classificação utilizada pela pesquisa IPEA/IBGE/NESUR. Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, 1999) a Capital, acrescida dos municípios Aparecida de Goiânia, Goianira, Nerópolis, Senador Canedo e Trindade.

comercial com o centro dinâmico do país (São Paulo), expandiu-se a população que cresceu a taxas médias anuais de 9,1% (1950-1960), ampliando a concentração populacional na aglomeração (9,7%), sendo esta acompanhada por forte processo de urbanização. Inversamente à situação anterior, maior parcela desta passou a morar nas cidades (78,3%). Contudo, há que observar que apenas a capital possuía mais da metade (86,9%) de seus habitantes no meio urbano.

A partir da década de 1960, esse processo se intensificou com o crescimento da participação relativa da economia goiana no contexto nacional. Nesse decênio, a taxa de crescimento ainda foi elevada (8,7%), e grande parte da população residia no meio urbano (90%). Os elevados investimentos nos anos 70 propiciaram a manutenção do elevado crescimento populacional (6,9%), porém se principiou um processo de fixação de parcela significativa da população (principalmente) de baixa renda nos municípios do entorno de Goiânia, mormente em Aparecida de Goiânia (atualmente conurbado<sup>115</sup> com a capital), que cresceu, na década, à taxa geométrica de 19,2% ao ano. Em 1980, aproximadamente 94% dos residentes do Aglomerado eram urbanos, e apenas o município de Senador Canedo ainda apresentava baixa taxa de urbanização. Desta forma, a população do Aglomerado, que em 1970 representava 14,6% da população do estado, em 1980 elevou-se a 21,6%.

Tabela 8-A

Aglomeração de Goiânia: População, Taxas de Urbanização e de Crescimento 1940, 1950 e 1960

Municípios	1940		1950			1960		
	Total	Taxa de Urbaniz	Total	Taxa de Urbaniz	Taxa Cresc 40-50	Total	Taxa de Urbaniz	Taxa Cresc 50-60
Goiânia	48.166	31,2%	53.389	74,7%	1,0%	153.505	86,9%	11,1%
Goianira	1455	21,6%	1.188	24,6%	-2,0%	5.060	13,2%	15,6%
Nerópolis	4.758	23,4%	5.739	31,8%	1,9%	6.596	45,0%	1,4%
Senador Canedo						2.928	30,2%	
Trindade	9.738	14,6%	17.342	47,6%	5,9%	17.135	40,9%	-0,1%
<b>Total da Aglomeração</b>	<b>64.117</b>	<b>27,9%</b>	<b>77.658</b>	<b>64,7%</b>	<b>1,9%</b>	<b>185.224</b>	<b>78,3%</b>	<b>9,1%</b>

FONTE – IBGE, Censo Demográfico.

<sup>115</sup> O termo conurbação foi criada por Patrick Geddes e está em seu livro *Cidade em Evolução*, publicado em 1915, referindo-se às aglomerações urbanas que extrapolam seus limites. Ele utilizou este termo para explicar o que ocorria com a grande Londres.

Tabela 8-B

Aglomeraco de Goiânia: Populao, Taxa de Urbanizao e Taxa de Crescimento 1970 e 1980

Municípios	1970			1980		
	Total	Taxa de Urbaniz	Taxa Cresc 60-70	Total	Taxa de Urbaniz	Taxa Cresc 70-80
Aparecida de Goiânia	7.470	11,8%		43.405	48,9%	19,2%
Goiânia	381.055	95,3%	9,5%	738.117	98,1%	6,8%
Goianira	6.091	24,5%	1,9%	7.545	63,0%	2,2%
Nerópolis	7.735	54,7%	1,6%	9.449	75,8%	2,0%
Senador Canedo	2.717	42,4%		3.090	27,8%	1,3%
Trindade	22.519	61,3%	2,8%	31.039	72,9%	3,3%
<b>Total da Aglomerao</b>	<b>427.587</b>	<b>90,0%</b>	<b>8,7%</b>	<b>832.645</b>	<b>93,8%</b>	<b>6,9%</b>

FONTE – IBGE, Censo Demográfico.



## Capítulo II

### ***A “Década Perdida” em Goiás***

A década de 1980 se caracterizou pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) como a década perdida:

"A experiência latino-americana e caribenha dos anos 1980 foi amplamente explorada em numerosos documentos da Secretaria da CEPAL, nos quais se destaca o retrocesso experimentado pela grande maioria dos países no âmbito econômico e social. [...] Nesses documentos, cunhou-se a expressão 'década perdida' para ilustrar a magnitude do retrocesso em matéria de desenvolvimento. Aplicando-se unicamente o indicador global da evolução do produto interno bruto por habitante, essa expressão chega a ser insuficiente: o produto real per capita no final de 1989 não retrocedeu ao que fora registrado dez anos antes, mas o nível de treze anos antes, e até mais do que isso, no caso de algumas economias."<sup>116</sup>

No transcorrer da década de 1980, a eficácia das políticas governamentais, assentadas nos programas regionais de desenvolvimento, perdeu vigor. Esse fato, por si só, poderia ter dissuadido o processo de crescimento econômico pelo qual passava o estado goiano (inserido no contexto macrorregional do Centro-Oeste). Contudo, a dinâmica do crescimento do aparelho produtivo, alicerçada no investimento público, prosseguiu de forma mais tímida, mas não desprezível.

Desta forma, é necessária a elucidação dos principais mecanismos que atuaram de forma compensatória à perda da capacidade de gerar efeitos estimuladores por parte dos programas federais de desenvolvimento regional, principalmente aqueles

---

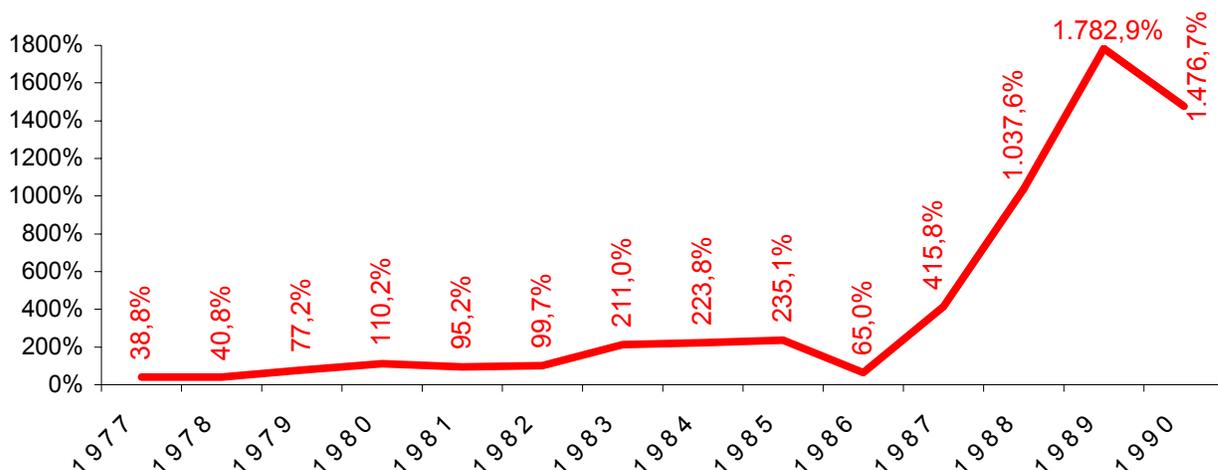
<sup>116</sup> CEPAL. Transformação produtiva com equidade: a tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos 1990. 2000, p. 889.

sob coordenação da SUDECO. De fato, Goiás continuou crescendo sob a égide da intervenção estatal. O que mudou foi o mecanismo adotado de se intervir, visto que esses programas foram, paulatinamente, sendo substituídos por outras políticas.

Outro fator a ser considerado na década de 1980 foi o significativo aumento na taxa de inflação, principalmente a partir de 1987. Essa, que na segunda metade dos anos setenta encontrava-se em torno de 40% a.a.<sup>117</sup>, chegou em 1979 a 77,2%. No início dos anos oitenta, ultrapassou 100%, atingindo a “extraordinária” cifra de 1.782,9% no ano de 1989, conforme apresentado no Gráfico 13. Na segunda metade dessa década, o Governo Federal esteve fortemente envolvido em diferentes estratégias na busca de conter o processo inflacionário brasileiro, a citar: Plano Cruzado<sup>118</sup>, Plano Bresser<sup>119</sup>, Plano Verão<sup>120</sup> e o Plano Collor<sup>121</sup>.

Gráfico 13

## Brasil: Inflação Anual de 1977-1990 - IGP - DI



Fonte: Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna da Fundação Getúlio Vargas

<sup>117</sup> Com base no Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna da Fundação Getúlio Vargas.

<sup>118</sup> Decreto Lei nº 2.283 de 27 de fevereiro de 1986, com congelamento dos preços e salários e alteração na unidade monetária (Cz\$ 1,00 = Cr\$ 1.000,00).

<sup>119</sup> Elaborado pelo ministro Luís C. Bresser, no primeiro semestre de 1987, também com congelamento dos preços e salários e alteração na unidade monetária (NCz\$ 1,00 = Cz\$ 1.000,00).

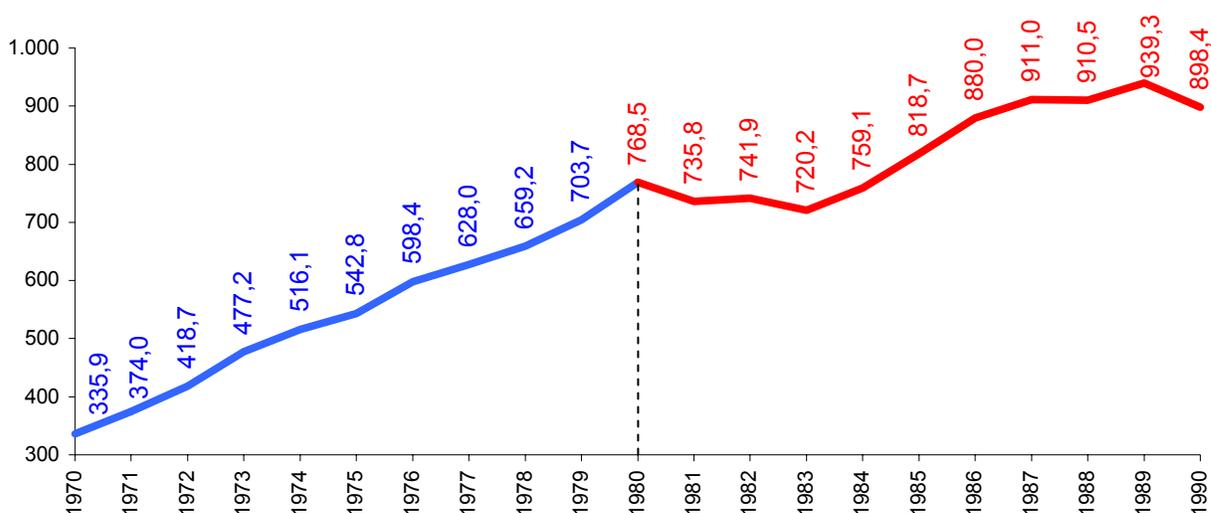
<sup>120</sup> Com a inflação atingindo 1.037,6% (IGP-DI) em 1988, o Governo Sarney anunciou sua segunda reforma monetária em 15 de janeiro de 1989. Elaborado por Maílson da Nóbrega, João Batista Abreu, Dorothea Wernek e Ronaldo Costa Couto, este Plano foi concebido nos mesmos moldes das medidas de contenção inflacionária dos anteriores, como: congelamento de preços e salários, substituição do Cruzado pelo Cruzado Novo (na relação de 1 para 10000), etc.

<sup>121</sup> Instituído em 15 de março de 1990, no primeiro dia do seu mandato, reintroduziu o cruzeiro na mesma paridade do Cruzado Novo e bloqueou os depósitos à vista ou em caderneta de poupança, com limite de conversão de Cr\$ 50.000,00 (US\$ 1.200,00).

Na década de 1980, o ritmo obtido do crescimento econômico não se deu nos mesmos níveis da anterior. Pelo contrário, como pode ser visualizado no Gráfico 14, ao longo da década de 1970 o PIB do Brasil apresentou tendência de crescimento elevado e relativamente constante. No período de 1980 a 1983, o PIB reduziu-se em 6,4%, retomando o crescimento econômico a partir de 1984 (até 1989), porém, a taxas médias significativamente inferiores à do período antecedente, ou seja, aproximadamente 4,3% a.a.

Gráfico 14

Produto Interno Bruto do Brasil de 1970 a 1990 (R\$ bilhões)



Fonte: IBRE/FGV até 1984 e IBGE a partir de 1985. Elaborado com dados do IPEADATA ([www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)). Comentário: Produto Interno Bruto (PIB). PIB - valor real (preços de 2001): elaboração IPEA. Série estimada a partir do valor do PIB nominal de 2000 (Novo Sistema de Contas Nacionais do IBGE) e da taxa de variação real do PIB anual (IBGE).

Os planos que buscavam estabilização econômica contribuíram para o reaquecimento da economia<sup>122</sup>, mas este não se deu de forma tão expressiva. Levando-se em consideração os PIB dos anos de 1980 (R\$ 768,5 bilhões) e 1990 (R\$ 898,4 bilhões), a taxa média geométrica anual de crescimento foi de 1,6%, se mostrando muito baixa se comparada à década anterior (8,6%). Assim, o baixo desempenho econômico brasileiro no decênio induziu o cognome de “*década perdida*”.

<sup>122</sup> Com a redução do processo inflacionário houve aumento no poder de compra da moeda, conseqüentemente dos salários. Por conseguinte, um efeito renda positivo redundou em aumento no consumo agregado.

Quando se buscou investigar o desempenho da economia goiana nos anos 80, foram encontradas dificuldades porque as contas regionais, que eram elaboradas pela Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás (Departamento de Estatística e Informação – DIPLAN/SEPLAN-GO) até o ano de 1984, passaram a ser feitas, a partir do ano seguinte, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Somente em julho de 1999, os técnicos da SEPLAN-GO se integraram ao IBGE no processo de elaboração das contas. Tal centralização dos procedimentos nesse Instituto objetivava a padronização das contas regionais, tornando-se possível estabelecer comparações inter e intra-regional.

Por isso é complicado se discutir questões relacionadas ao PIB goiano nos anos 80, uma vez que a atual equipe de técnicos da SEPLAN-GO foi, de certa forma, obrigada a abandonar por completo os cálculos anteriores a 1985, cuja metodologia era incompatível com a estrutura estabelecida pelo IBGE e os resultados eram supostamente superestimados. Assim, utilizaram-se os dados do PIB do IBRE/FGV para o ano de 1980 e do IBGE para 1985 em diante.

O Estado de Goiás, com base nos valores do PIB a preços correntes, em 1980 (IBRE/FGV) participava com 1,8% do PIB nacional e, em 1985 (IBGE) essa participação praticamente se manteve, apresentando certa coerência entre os dados do IBRE/FGV e do IBGE, como mostra o Gráfico 15. Mesmo assim, não há lugar para conclusões precipitadas, a partir desses, dados em virtude da diferença metodológica para o cálculo dos mesmos.

Os dados do IBGE para a segunda metade da década de 1980 revelam que a participação relativa da economia goiana manteve-se em torno de 1,8%, exceto em dois anos: em 1986, as circunstâncias favoráveis obtidas no início do Plano Cruzado<sup>123</sup> (ver Gráfico 16) induziram os produtores agrícolas a fazerem novos investimentos, que resultaram na ampliação da produção, impactando positivamente no PIB goiano<sup>124</sup>; em

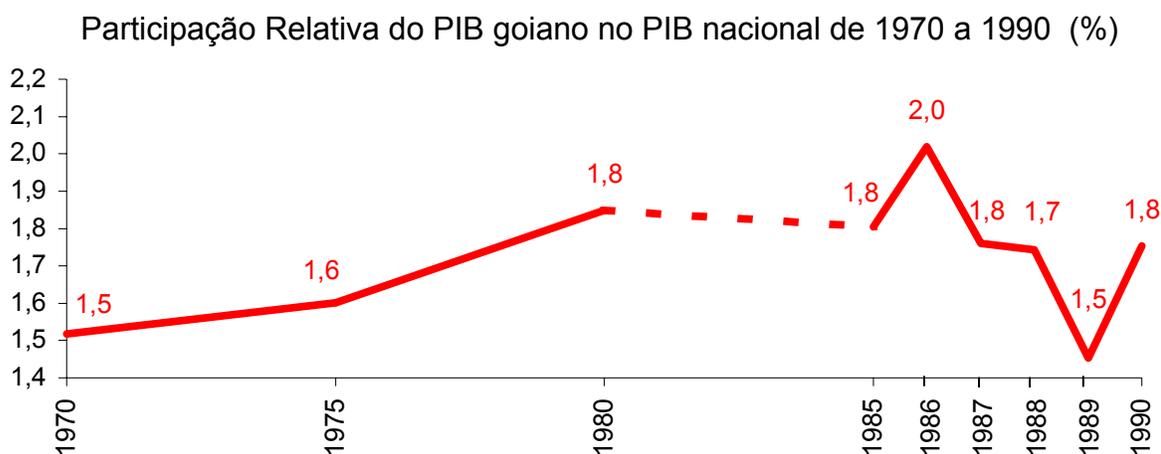
---

<sup>123</sup> Ver GRAZIANO DA SILVA, J. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1998. ps. 114 a 116.

<sup>124</sup> A retomada do processo inflacionário, juntamente com o elevado grau de endividamento do setor agropecuário, fez com que muitos produtores perdessem seus bens, inclusive suas terras. Posteriormente o Governo Federal perdoou as dívidas financeiras contraídas para a grande safra 1986/87.

1989, a redução para 1,5% se deveu, primeiramente, à instabilidade financeira de 1988/89, porque o setor agrícola que havia recebido estímulos para crescer na maior parte dos anos 80, no final da década foi fortemente atingido pelo descontrole inflacionário<sup>125</sup>, em segundo lugar, neste ano ocorreu a subdivisão do Estado de Goiás e o equivalente a 0,2% do PIB nacional ficou para o novo Estado do Tocantins.

Gráfico 15



Fonte: IBRE/FGV para os anos 1970, 1975 e 1980 e (IBGE/NSCN) para os anos 1985 em diante.

Obs: 1) Cálculos do autor com base no PIB a preços correntes.

2) O período 1980 a 1985 está tracejado por se tratar de duas séries de fontes distintas, sendo uma indo até 1980 e outra iniciada em 1985.

## 2.1 Mudanças nos Mecanismos de Financiamento

Com o agravamento da crise da dívida externa e fiscal, com elevada inflação, com início da abertura comercial (final dos anos 80) e ampliação da inserção brasileira no mundo globalizado (à luz da “*cartilha neoliberal*”) limitou-se a capacidade do Estado de atuar como agente desenvolvimentista. Isso resultou em forte redução nos recursos federais oriundos dos programas de desenvolvimento regional destinados a Goiás. Mesmo assim, conseguiu-se dar continuidade ao seu crescimento econômico, contudo, sem o mesmo vigor da década anterior.

Ainda como fator dissuasivo ao crescimento econômico (além da redução do vigor dos planos de desenvolvimento), na década de 1980, o Crédito Rural, que, no decênio anterior tivera importante atuação na modernização agrícola (Capítulo I), não

<sup>125</sup> Ver REZENDE, G. Do Cruzado ao Collor: os planos de estabilização e a agricultura. In: Encontro Nacional de Economia, 18. Anais Brasília: ANPEC, 1990, 510.

manteve o aporte de recursos destinados ao setor primário. Pelo contrário, terminou o período ofertando, em 1990, menos da metade do que havia destinado no ano de 1981 (redução de 54%).

Na verdade, à medida que se reduziam esses recursos, novos mecanismos de financiamento foram surgindo, ocupando, de certa maneira, lacunas que certamente iam aparecendo. Dessa forma, a intervenção estatal continuou sendo importante elemento estimulador do crescimento econômico goiano.

### 2.1.1 Crédito Rural

Com base nos anuários estatísticos do Crédito Rural de 1969 a 1995, CARDOSO apresentou quatro etapas:

“A primeira, de 1969 a 1979 foi de crescimento acentuado da oferta.

Neste último ano, os valores reais dos financiamentos foram os mais elevados de todo período. Em seguida, de 1979 a 1984, houve restrições severas de crédito. Na terceira fase, de 1984 a 1990, novo decréscimo de crédito foi a característica marcante. Finalmente de 1990 a 1995, apesar da evolução dos níveis populacionais e das necessidades alimentares, os valores dos empréstimos oficiais se estabilizaram em posições muito baixas, próximas das verificadas de 1969 a 1971. Sobretudo a partir da década de 80, a orientação política passou a ser da diminuição da oferta dos financiamentos e dos subsídios através do crédito”.<sup>126</sup>

No ano de 1979, o Crédito Rural atingiu um montante de R\$ 63,4 bilhões<sup>127</sup>. O crédito de custeio, que foi a modalidade de maior absorção dos recursos, atingiu seu ponto máximo (R\$ 32,8 bilhões) em 1982. Entretanto, no biênio 1983-1984, em virtude do quadro de crise em que se encontrava o país, o montante desse recurso caiu consideravelmente (60%), sendo reduzido a R\$ 13,4 bilhões, conforme apresentado no Gráfico 16. Esse movimento foi seguido tanto pelo crédito de investimento, quanto de comercialização. A partir da segunda metade do ano de 1984 alguns fatores como: redução nas taxas juros internacionais (após terem atingido seu pico no mês de julho) e

<sup>126</sup> CARDOSO, J. L. Política de crédito rural: retrospectiva e tendência de um novo padrão de financiamento. 1997. p. 187.

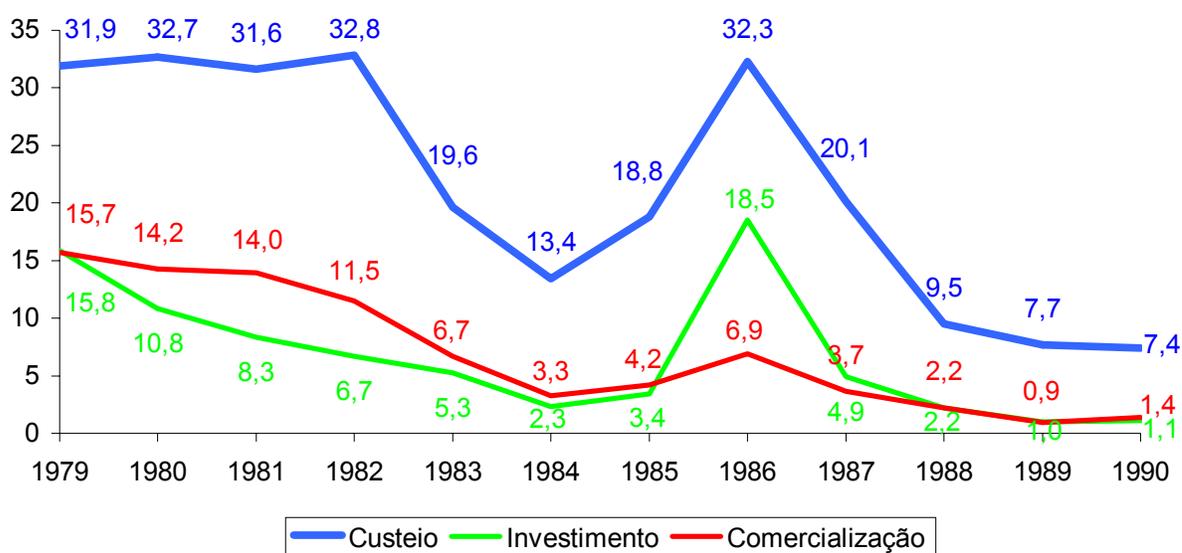
<sup>127</sup> Valores em Real, a preço de Dez. de 2001, atualizados pelo autor, pelo IGP-DI.

o crescimento no saldo do balanço de pagamento (apesar do crescimento das importações), sinalizavam para o fim da recessão. Conforme GRAZIANO DA SILVA<sup>128</sup>, para a safra 1985/86 houve uma inflexão nas políticas agrícolas se comparada aos anos anteriores, ou seja, a política de crédito rural se tornou claramente expressiva e os aumentos nos custos de produção foram inferiores ao dos preços dos produtos, estimulando a produção. Entretanto, o agravamento do quadro macroeconômico e a instabilização financeira nos últimos anos da década inviabilizaram políticas agrícolas, refletindo no arrefecimento do setor.

Gráfico 16

Brasil: Crédito Rural Agropecuário - Financiamentos Concedidos por Categoria 1979-90

R\$ Bilhões



Fonte: Banco Central do Brasil – BACEN/DPRO/SISTEMA RECOR

Elaboração própria: Valores em Real, a preço de Dez. de 2001, atualizados pelo autor pelo IGP-DI.

Conforme CASTRO E FONSECA<sup>129</sup>, na década de 1980, o declínio dos recursos do Crédito Rural destinados ao subsegmento agricultura foi considerável em todas as regiões do país. Entretanto, considerando-se o início dos anos oitenta, período do agravamento da crise e do monitoramento do F.M.I que, normalmente, impõe uma política de corte de gastos com vista a eliminar o déficit das contas do governo,

<sup>128</sup> GRAZIANO DA SILVA, J. op. cit. p. 113.

<sup>129</sup> CASTRO, A. C. & FONSECA, M. G. D. - A Dinâmica Agroindustrial do Centro-Oeste. Brasília: IPEA, 1995, ps. 10-14.

percebe-se que o total de crédito (Brasil) destinado à agricultura não se reduziu, pelo menos até o ano de 1987 (exceto nos anos 1984 a 1985).<sup>130</sup>

Outra observação importante a ser feita é que houve uma mudança quanto à fonte de financiamento ao setor agropecuário, assim 1985 o Tesouro Nacional financiou 92% do total de crédito e 89,6% do custeio, mas em 1989 esses números reduziram-se para 29,7% e 25,6%, respectivamente. Por sua vez, os recursos das cadernetas rurais, que, em 1987, representavam 18% do total de crédito, sendo 15% destinado ao custeio, saltaram para 54% do total em 1989<sup>131</sup>.

De modo inverso, enquanto o Crédito Rural assumia tendência decrescente no final da década de 1980, a participação relativa de Goiás, no total dos recursos fornecidos pelo mesmo, ampliava-se (Tabela 9). Embora a proporção de contratos emitidos no estado, em média, tenha sido um pouco menor (3,8%) nesse decênio (3,9% nos anos 70), a proporção do valor dos recursos, em média 7,3%, foi significativamente superior ao período anterior (4,8%).

Tabela 9

Goiás: Participação Relativa no Crédito Rural – 1988 a 1990 (%)

Ano	Número de Contratos	Valor
1980	4,3	4,9
1981	3,8	4,6
1982	4,6	4,5
1983	3,6	5,0
1984	3,7	5,9
1985	3,0	7,2
1986	3,5	7,6
1987	3,3	8,0
1988	4,5	9,7
1989	4,9	16,8
1990*	2,4	6,8

Fonte: Banco Central do Brasil – BACEN/DPRO/SISTEMA RECOR

Elaboração própria: Calculado a partir dos valores a preços correntes.

\* Inclusive Tocantins

<sup>130</sup> Principalmente na região Sul do país, que à época já era uma das principais regiões agrícola. Esta, ao contrário do que normalmente se afirma, até este ano apresentou um crescimento em torno de 77%.

<sup>131</sup> CASTRO, A. C. & FONSECA, M. G. D. - A Dinâmica Agroindustrial do Centro-Oeste. Brasília: IPEA, 1995, ps. 149-150.

Entretanto, muitos agricultores em todo Brasil ainda não têm acesso ao Crédito Rural. Pior que isso, a má distribuição dos recursos beneficiava os grandes produtores que, em tese, deveriam depender menos dos limitados recursos oficiais. Conforme CARDOSO, “para a parcela de produtores que usa financiamentos, a distribuição não é homogênea. Por exemplo, analisando-se especificamente a atividade agrícola (culturas), verifica-se que, 1989 a 1991, em média, os pequenos produtores representavam 81,9% do número de contratos, mas recebiam apenas 24,7% do volume de recursos. Por outro lado, os grandes produtores com apenas 5,1% do número de contratos recebiam 37,6% do volume total”.<sup>132</sup>

Torna-se, portanto, relevante ressaltar que mesmo com a redução no volume de crédito concedido, de forma perversa, ainda se mantinha concentração nas mãos de poucos grandes produtores. Isto, certamente, reduzia o acesso aos recursos provenientes do Crédito por parte dos pequenos e médios produtores.<sup>133</sup>

### **2.1.2 Política de Garantia de Preços Mínimos**

Conforme apresentado no item anterior, na década de 1980, o montante destinado ao crédito agrícola começou a decrescer, perdendo sua importância como principal elemento de propulsão da transformação da agricultura. Isto ocorreu, em parte, por causa do esgotamento do modelo de financiamento do Estado brasileiro, aliado ao aumento das dívidas externa e interna, nas três esferas de governo, conduzindo o Estado a uma profunda crise fiscal-financeira.

Assim, a partir do final da década de 70, as restrições impostas por esta crise, reduziram paulatinamente os subsídios ao crédito rural, bem como o volume e os recursos disponíveis para essa finalidade<sup>134</sup>. Conforme GRAZIANO, a “safra 1984/85

---

<sup>132</sup> CARDOSO, J. L. op.cit. p. 188.

<sup>133</sup> Esse fenômeno tem sido estudado por autores, como GRAZIANO DA SILVA, que trata da questão da modernização (agrícola) conservadora e excludente. Conservadora porque não mudou a estrutura da propriedade da terra, pelo contrário, agravou ainda mais a concentração fundiária; excludente, pois alijava os pequenos e médios proprietários de terra das fontes disponíveis de recursos públicos.

<sup>134</sup> Como mostra KAGEYAMA et alii, op. cit, 1990, “ao lado das restrições do crédito, o significado maior da crise do padrão de financiamento para a agricultura foi a perda do tratamento diferencial em suas relações com o setor financeiro. Isto significa que o capital produtivo aplicado na agricultura passou a enfrentar as mesmas dificuldades do capital produtivo em geral, cuja valorização passou crescentemente para o circuito financeiro devido às condições oferecidas pelo mercado e ORTNs”

marca o reconhecimento explícito, por parte do governo e dos produtores rurais, de que a política agrícola lastreada no crédito farto e barato, havia se exaurido. O volume total de crédito agropecuário chegou a um terço do concedido no final dos anos 70, sendo o crédito para investimento o mais atingido pelos cortes. Praticamente todos os subsídios implícitos foram retirados, passando os produtores a pagar uma taxa real de juros de pelo menos 3% a.a., acima da correção monetária, e aumentou-se a parcela de recursos próprios exigidos como contrapartida dos financiamentos para os produtores”.<sup>135</sup> Desta forma, a tarefa de sustentação do setor agropecuário foi sendo transferida às políticas de suporte a preço, em especial à Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)<sup>136</sup>, que, embora vigente há muitos anos, vinha desempenhando papel secundário.

Na primeira metade da década de 1980, os critérios de estabelecimento dos preços mínimos fizeram com que eles se aproximassem do preço de mercado, no momento da comercialização, ampliando-se consideravelmente as operações de Aquisição do Governo Federal (AGF)<sup>137</sup>, principalmente nos estados do Centro-Oeste. Destaca-se, ainda, que a elevação dos juros dos Empréstimos do Governo Federal (EGF)<sup>138</sup> influenciou sobremaneira as operações de AGF, pois tornou quase proibitiva a atividade de estocagem privada.

---

<sup>135</sup> GRAZIANO DA SILVA, J. op. cit. p. 112-113.

<sup>136</sup> A Garantia de Preço Mínimo era oferecida pelo Governo Federal, com a finalidade de proporcionar segurança e orientação ao produtor agrícola. Ela foi criada para se propiciar um preço-piso para a comercialização agrícola e evitar que os agricultores tivessem prejuízos com a eventual queda de preços de seus produtos, principalmente na época de concentração da colheita. Sendo o Preço Mínimo fixado antes do plantio, ele ajudaria o produtor na decisão de escolher o produto que julgasse mais vantajoso para sua atividade.

<sup>137</sup> A Aquisição do Governo Federal consiste na venda, pura e simples, da produção ao Governo. Seu objetivo era garantir o Preço Mínimo para os produtos agrícolas a fim de manter o nível de renda dos produtores. Por meio deste instrumento, o Governo poderia adquirir excedentes em anos de safras abundantes para posterior retorno ao mercado em períodos de escassez, buscando, assim, ora atender os produtores, ora os consumidores.

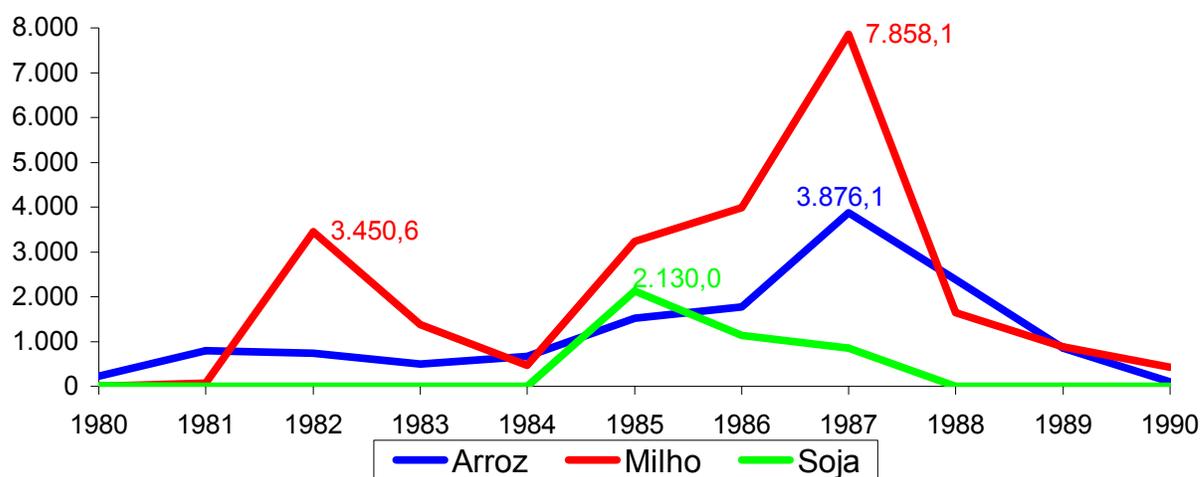
<sup>138</sup> O Empréstimo do Governo Federal é um mecanismo de financiamento à estocagem, que permite ao produtor aguardar melhor época para a venda da produção, evitando-se, assim, o excesso de oferta na época da colheita, o que induziria quedas bruscas nos preços. É também objetivo deste empréstimo propiciar capital de giro para que as indústrias possam adquirir de produtores e de suas cooperativas a matéria-prima necessária ao desempenho de suas atividades, a preços nunca inferiores aos mínimos vigentes. Se as taxas de juros não forem elevadas, o EGF pode se tornar mais vantajoso que a Aquisição do Governo Federal (AGF), já que o agricultor não vende a produção, mas, apenas, a vincula como penhor do empréstimo que recebe. O prazo do EGF varia de acordo com o produto e a época da contratação. Durante o período de financiamento, o produtor poderá, a qualquer

Tomando-se como base o Gráfico 17, pode-se perceber que as quantidades de Arroz, Milho e Soja adquiridas pelo Governo Federal não foram estáveis durante os anos 80. Essa operação, que era relativamente insignificante no início da década, passou a assumir papel importante no seu decorrer, atingindo, em 1987, o ponto máximo de aquisições de arroz e milho<sup>139</sup>.

Gráfico 17

Política de Garantia de Preços Mínimos – Aquisições do Governo Federal 1980/90

(1.000 t)



Fonte: Elaborado a partir dos dados obtidos em CASTRO & FONSECA, ps. 15 a 20, 1995.

Em 1981, os preços regionalizados se unificaram. Essa equiparação dos preços pagos pelo Governo Federal se considerou por autores como DELGADO<sup>140</sup>, como “distorções” beneficiadoras dos estados de áreas agrícolas mais longínquas (Centro-Oeste). Para ele, esse fato impunha a necessidade de subsidiar a produção na fronteira agrícola, pois se desconsideravam as condições mercantis da distribuição regional da produção. Assim, se o preço recebido pelo produtor, na fronteira, se equiparava aos recebidos pelos produtores mais próximos dos mercados e/ou portos, sem que se considerasse o fator distância, o Estado, necessariamente, teria que assumir o

---

momento, quitar o empréstimo e realizar a comercialização se os preços de mercado se apresentarem compensadores.

<sup>139</sup> Ressalta-se que os planos de estabilização monetária Cruzado (1986) e Bresser (1987) não penalizaram, por essa ótica, o setor agrícola.

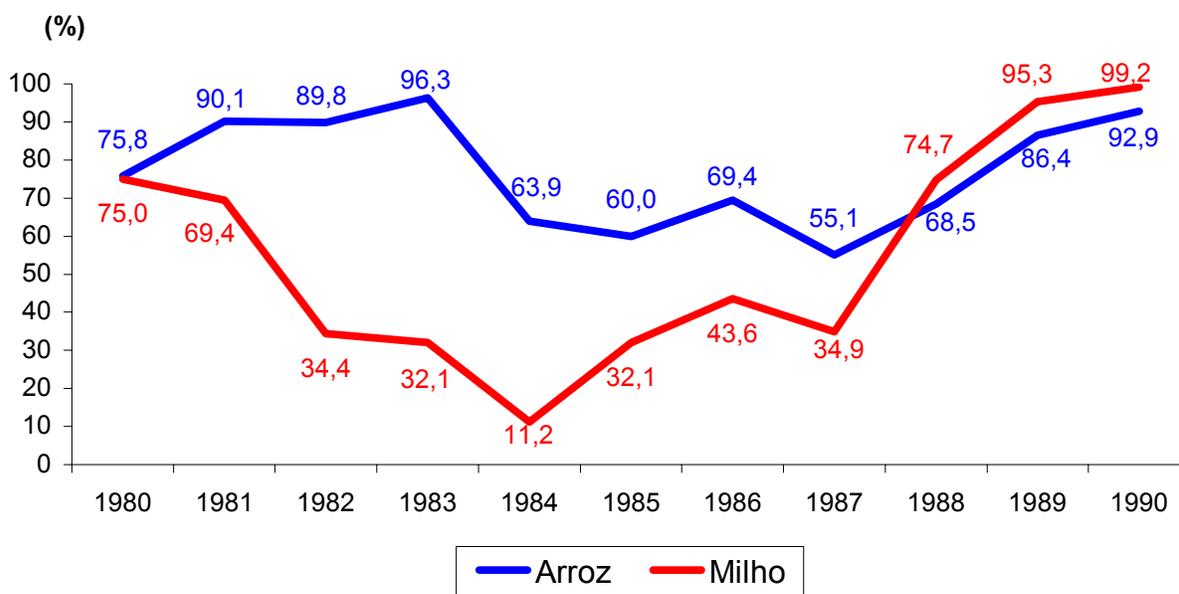
<sup>140</sup> DELGADO, G. Política de preços mínimos: uma avaliação do sistema de garantia de preços da CFP. 1990.

diferencial de custo advindo do deslocamento da produção (custo de transporte), ampliando-se, assim, a rentabilidade dos produtores da região.

De fato, o Governo Federal através da PGMP, na operação AGF, foi grande comprador de produtos agrícolas do Centro-Oeste. Como pode ser observada no Gráfico 18, a região teve elevada participação na quantidade total adquirida pela União para os produtos arroz e milho. Quanto à soja, a ocorrência de AGF era exceção, estando a comercialização dessa vinculada ao agronegócio, configurado em cadeia produtiva.

Gráfico 18

PGPM – Participação do Centro-Oeste no Total das AGFs no Brasil (Quantidade) 1980/90



Fonte: Elaborado a partir dos dados obtidos em CASTRO & FONSECA, ps. 15 a 20, 1995.

Tomando-se como parâmetro o valor destinado às regiões através da PGPM, conforme apresentado na Tabela 10, torna-se claro que, na década de 1980, o Governo Federal se transformou em importante demandante de produtos agrícolas da região. De modo geral, o Centro-Oeste absorveu grande parte do volume total de recursos da AGF, em média mais da metade durante o período (55,2%).

Indubitavelmente, a equalização dos preços mínimos regionais implicou o aumento da produção agrícola de Goiás, como será apresentado mais adiante. No

entanto, há que se enfatizar que a PGPM, principalmente na forma de AGF, foi consideravelmente importante ao crescimento da produção agrícola do Centro-Oeste, assumindo, assim, parcela significativa da redução do crédito rural.

Tabela 10  
Participação das Regiões nas AGFs – Valor (%)

Ano	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Brasil
1980	5,9	0,0	31,5	0,0	62,6	100,0
1981	5,5	15,0	8,6	1,5	69,4	100,0
1982	2,2	12,2	45,0	13,2	27,2	100,0
1983	0,5	7,8	42,9	10,7	37,9	100,0
1984	6,6	22,9	26,1	14,0	30,2	100,0
1985	1,4	6,0	33,1	22,0	37,4	100,0
1986	2,1	4,4	22,6	12,7	58,0	100,0
1987	0,9	14,3	25,0	14,0	45,5	100,0
1988	5,3	11,0	8,7	11,1	63,8	100,0
1989	6,0	4,3	2,5	1,6	85,5	100,0
1990	3,1	0,0	6,8	0,8	89,1	100,0

Fonte: CONAB, apud CASTRO & FONSECA, p. 27, 1995.

Entretanto, após 1987 as compras governamentais se reduziram consideravelmente, sinalizando que essa política perderia sua importância na forma de incentivo do crescimento da produção agrícola. Essa tendência se manteve nos anos seguintes. Logo no início do Governo Collor (1990), suprimiu-se a equalização dos preços, eliminando-se o “subsídio” que essa representava. Embora houvesse o retorno no ano seguinte, por causa dos protestos dos produtores e lideranças políticas da região, a redução do volume de recursos destinados à PGPM fez com que essa política deixasse de ser indutora do crescimento da produção agrícola.

Não obstante, torna-se oportuno evidenciar que a tese de que o diferencial no custo de transporte teria sido elemento central (único) para a ampliação da produção agrícola do Centro-Oeste foi contestada por CASTRO & FONSECA, que apontaram outros fatores importantes que certamente exerceram grandes influências como: o deslocamento populacional ocorrido anteriormente à política agrícola; o progresso

tecnológico que tornou viável a produção agrícola, principalmente, da soja, do milho, do algodão e, recentemente, do trigo; os baixos preços da terra e a possibilidade de praticar agricultura em grande escala na região do cerrado, a custos mais baixos; fato de que o arroz tem sido um produto típico de abertura de áreas, não ocorre apenas no Centro-Oeste e que a PGPM teve o propósito de substituir a grande oferta de crédito rural para a agricultura, funcionando como uma compensação<sup>141</sup>.

### 2.1.3 Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)

No final da década, com a promulgação da Constituição Federal (1988), surgiu outro mecanismo de incentivo ao desenvolvimento econômico e social, o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), por meio da Lei 7.827/89<sup>142</sup>. Esse Fundo se gerencia, no Centro-Oeste, pelo Banco do Brasil, haja visto que o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste não foi implantado. Aos Fundos Constitucionais se estabeleceram as seguintes diretrizes:

- a) “destinação exclusiva dos financiamentos aos setores produtivos, com tratamento preferencial aos pequenos e miniprodutores e às pequenas empresas;
- b) utilização intensiva de mão-de-obra e matérias-primas locais;
- c) produção de alimentos básicos para consumo da população;
- d) concessão de crédito a projetos de irrigação de pequenos e miniprodutores rurais, suas associações e cooperativas;
- e) preservação do meio ambiente;
- f) adoção de prazos e carências, limites de financiamentos, juros e outros encargos diferenciados e favorecidos, em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos;

---

<sup>141</sup> Ver CASTRO & FONSECA. op. cit., 1995, ps 13 e 14.

<sup>142</sup> Dispositivo constitucional artigo 159, inciso I, alínea C. - (Art. 159. A União entregará: I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma: a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal; b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios; c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer;) (Grifo do autor) Constituição da República Federativa do Brasil 1988.

- g) conjugação do crédito com assistência técnica para setores tecnologicamente carente;
- h) criação de novos centros, atividades e pólos dinâmicos que estimulem a redução das disparidades intra-regionais de renda;
- i) utilização criteriosa dos recursos e adequada política de garantias, com limitação das responsabilidades de crédito por cliente ou grupo econômico, de forma a atender a um universo maior de benefícios e assegurar racionalidade, eficiência, eficácia e retorno às aplicações;
- j) proibição de aplicação de recursos a fundo perdido”<sup>143</sup>.

Através do FCO, desenvolvem-se Programas de Desenvolvimento Rural, Industrial, de Infra-estrutura econômica<sup>144</sup>, de Turismo Regional, de Apoio à Política de Reforma Agrária (PAPRA) e de preservação ambiental<sup>145</sup>, ficando para os primeiros, historicamente, a absorção da maior parte dos recursos<sup>146</sup>.

Os recursos se distribuíam, dentro da região, conforme Resolução da SUDECO (1989), sendo destinados 19% ao Distrito Federal, 29% para Goiás, 29% Mato Grosso e 23% para o Mato Grosso do Sul.

Desde sua criação, o FCO vem se constituindo importante instrumento de política de desenvolvimento regional. O aporte permanente de recursos do Fundo possibilitou financiamentos de longo prazo para diversos segmentos econômicos, gerando novas perspectivas de investimentos para o empresariado comprometido com a dinamização da economia local. Assim, seu gerenciador (Banco do Brasil), em consonância com as diretrizes e metas estabelecidas para o desenvolvimento da região, tem buscado eficiência na aplicação dos recursos do Fundo como forma de elevar os níveis de produção, gerando novos postos de trabalho, aumentando a

---

<sup>143</sup> Id. Ibid., pág. 133.

<sup>144</sup> Para a Região Centro-Oeste, até 25% dos recursos podem ser destinados a projetos de infra-estrutura econômica (armazenagem, energia e transporte) nas áreas de fronteira agrícola.

<sup>145</sup> Em relação ao meio ambiente, o programa PRONATUREZA objetiva propiciar assistência financeira aos projetos voltados para a recuperação e preservação dos recursos naturais, na busca do desenvolvimento sustentável para a região.

<sup>146</sup> FCO Empresarial - Programa de Desenvolvimento Industrial; FCO Empresarial - Programa de Infra-Estrutura Econômica; FCO Empresarial - Programa de Desenvolvimento do Turismo Regional; FCO Empresarial - Programa de Incentivo às Exportações; Programa de Desenvolvimento Rural; Programa de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF - Reforma Agrária; Programa de Preservação da Natureza - PRONATUREZA;

arrecadação e melhorando a distribuição da renda<sup>147</sup>. Desta forma, a programação de financiamento tem por objetivo:

- melhoria dos padrões de produtividade e competitividade das atividades econômicas regionais, através da redução dos custos de produção e comercialização;
- fortalecimento prioritário de áreas com comprovada capacidade de diversificação e expansão de suas atividades produtivas;
- integração da economia regional com as áreas dinâmicas do comércio nacional e internacional, em especial com os grandes blocos de comércio, como o Mercosul.<sup>148</sup>

Em 1989, o FCO disponibilizou recursos na ordem de R\$ 120,3 milhões<sup>149</sup>, e os repasses tiveram início no último quarto desse ano. Em 1990, esse valor alcançou o montante de R\$ 337,5 milhões e se manteve próximo desse patamar nos anos 90.

## 2.2 Guerra Fiscal<sup>150</sup>

Conforme VARSANO, a “guerra fiscal”, propriamente dita, consiste numa situação de conflito interno na Federação em que, quando um ente federado ganha, impõe-se, na maioria dos casos, uma perda a algum ou alguns dos demais. Desta forma, essa guerra raramente se torna um jogo de “soma positiva”, abalando as relações de cooperação implícita no federalismo, concomitantemente resultando em perda, se considerado o conjunto da nação. Para o autor, o incentivo fiscal pode ser concebido como uma supressão de tributo em que o uso privado desses recursos geraria benefícios superiores aos do uso público (para a sociedade) a que se destinavam. No geral, as armas usadas na “guerra fiscal” sobre Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), visando atrair empreendimentos para o

<sup>147</sup> MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. FCO Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste. Banco do Brasil, 2000, p. 5.

<sup>148</sup> Id. Ibid., p. 5

<sup>149</sup> Valores atualizados, pelo Ministério da Integração Nacional, por BTN e TR a preços de março de 2001.

<sup>150</sup> Esse tópico foi elaborado, em grande parte, embasado nos trabalhos de VARSANO, R. A guerra fiscal do ICMS: quem ganha e quem perde, 1997; PASCHOAL, J. A. R. O papel do Fomentar no processo de estruturação industrial em Goiás (1984-1999), 2001 e BUENO, S. H. S. A relação custo/benefício do programa Fomentar na industrialização do Estado de Goiás, no período de 1994-99. 2000.

território da Unidade Federativa que as utilizam são, basicamente, de natureza financeiro-fiscal, resultando na redução ou devolução parcial do imposto a recolher.

Se governos estaduais estivessem empenhados em atender aos interesses maiores da nação, essa guerra não teria sentido. Contudo, eles colocam seus estados acima de tais interesses e, autonomamente, buscam conceder incentivos e benefícios visando torná-los mais atraentes às decisões privadas de investimentos.

Assim, as empresas que obtêm vantagens fiscais podem se tornar mais competitivas em relação às demais, que acabam pressionando os governos estaduais (onde estão instaladas) no sentido de concederem incentivos idênticos, que lhes permitam competir em condições de igualdade. A dificuldade de se resistir a essas reivindicações levou os demais estados a disporem de instrumentos idênticos, potencializando a “guerra fiscal”, que se espalhou e se aprofundou pelo território nacional, reduzindo, em última estância, ainda mais a disponibilidade de recursos públicos.

Para se ter uma idéia da difusão da “guerra fiscal” no território nacional, elaborou-se o Quadro 5, no qual se buscou apresentar os programas (siglas) por Unidade Federativa e suas principais características. Ressalta-se que não houve um aprofundamento específico nos planos de incentivos fiscais e que não tomou-se o cuidado de sistematização temporal dos mesmos, haja visto, que o objetivo era meramente proporcionar uma visão geral da sua propagação nos estados brasileiros.

Entretanto, é importante destacar que além das concessões de incentivos fiscais e de atenuação de correção monetária sobre os saldos devedores e processos de doações patrimoniais, outros fatores estimularam o deslocamento de algumas empresas, que buscavam especificamente recursos naturais abundantes, matérias-primas resultantes de abertura de novas fronteiras agrícolas, mão-de-obra barata e/ou inexistência de sindicatos fortes.

## Quadro 5

## Programas no Âmbito da “Guerra Fiscal” por Unidade Federativa

Programas	UF	Características
FIAC	AC	Benefício de 75% do ICMS, com juros de 6% a.a., 50% de correção monetária, com prazo de utilização dos benefícios de 5 anos, com garantias reais e ainda isenção para Micro Empresas (ME) e recolhimento diferenciado;
FUNED	AL	Benefício inicial de 100% do ICMS no 1º biênio e 70% no restante, com juros 70% abaixo dos praticados no mercado, sem correção monetária, com prazo para utilização dos benefícios de 5 anos, com dois de carência, garantias reais e ainda diferimento do ativo imobilizado e da matéria-prima;
FMPE	AM	Benefício não foi discriminado; os juros são de 4% a.a. a 6% a.a.; a correção monetária é de 60% a 80%; o prazo para utilização e a carência não foram discriminados; as garantias são reais e ainda conta com restituição total ou parcial do ICMS;
FUNDIMA	MA	Benefício de 50% do valor do projeto, juros de 6% a.a., 70% de correção monetária, prazo de utilização de 5 anos; a carência não foi discriminada; as garantias são reais e conta ainda com isenção, redução e recolhimento diferenciado;
PRO – BAHIA	BA	Benefício de 50% de ICMS em Salvador e 70% no interior; 0% de juros; a correção monetária cobrada da seguinte maneira: 50% até 31/12/96 e 40% até 31/12/98; o prazo de fruição dos benefícios era de 6 anos, com carência de 3 anos e havia garantias reais também em outros benefícios tais como: diferimento de ICMS, crédito fiscal para operações interestaduais com produção resultante de abate de gado;
FDI	CE	Benefício de até 100% de ICMS; juros e a correção monetária dependentes do projeto, prazo de fruição de 6 anos em Fortaleza e 10 anos no interior; carência zero; garantias reais e isenções de ICMS para as (ME) e Pequenas Empresas (PE) industriais;
FCE	CE	Benefício para (ME) chegando a 70%, com até 35.000 UFIR e também 60% beneficiando (PE) e Médias Empresas (MD) de até 85.000 UFIR; os juros variam de acordo com o segmento: para (ME) de 3% a.a., as (PE) e (ME) giravam em torno de 5% a.a. A correção monetária para todos os segmentos (ME), (PE) e (MD) ficavam em torno de 30%; o prazo para a fruição dos benefícios era de 5 anos com, 2 de carência e garantias reais de isenção de ICMS para (ME) e (PE) indústrias;
PCI	CE	Financiamento de 70% do investimento; juros de 12% a.a. e correção monetária incide sobre 100%; já o prazo para utilização dos mesmos são de 3 anos, com carência de 6 meses e garantias reais;
PRODECON	DF	Benefícios de até 70% de ICMS; os juros variam de acordo com a classificação da empresa, sendo de 6% a.a. para (ME) a (MD); já a correção monetária é aplicada de maneira distinta, sendo de 75% para (ME) e 80% (PE); o prazo de fruição é de 6 anos, não há carência e existe também a isenção de 5 anos de IPTU e ITBI;

Continuação

Programas	UF	Características
FUNRES	ES	Benefícios: 85% dos investimentos para (ME), (PE) e (MD) e de 42,5% para as Grandes Empresas (GD); os juros variavam conforme a classificação, sendo de 8% a.a. para (ME), (PE) e de 11% a.a. para (MD) e (GD); já a correção monetária incide sobre 100%, o prazo de fruição é de 5 anos com 2 anos de carência, garantias reais e recolhimento postergado;
FOMENTAR	GO	Benefícios: 70% de ICMS, transações envolvendo empresas fomentadas só recolhem 7% deste imposto; permissão para importar matérias-primas; juros de 2,4% a.a.; inexistência de correção monetária o sendo que o prazo inicial de fruição do benefício, que era de 5 anos, passou a 30 anos com igual período para pagamento (graças as 33 modificações geradas por 18 leis e 15 decretos) apresentando diferença entre setores como os de auto-peças e tratores. A carência é de 5 anos, com garantias fiduciárias (10% do crédito aplicado em CDBs no agente financeiro);
PRODEIN	MA	Benefícios de até 75% do ICMS, com juros e correção monetária só em caso de inadimplência; prazo de fruição de 7 anos, com carência de 5 anos e garantias reais;
PRODEI	MT	Benefícios de até 70% do ICMS, sem incidência de juros sendo a correção monetária de 33%: período de fruição de 10 anos com, 5 anos de carência e garantias reais; cessão de lotes em alguns distritos;
FUNDEI	MS	Benefício de até 50% do IF; juros de 6,4% a.a.; a correção monetária incide sobre 80%, o prazo de utilização é de 5 anos, sem carência e com garantias reais, tendo também redução de 67% do ICMS e de 7% deste imposto para a indústria de vestuário;
FUNDEM	MG	Benefícios distintos, sendo 80% do investimento global e 90% sobre os investimentos em pesquisa; juros de 12% a.a. com 100% de incidência de correção monetária com prazos também distintos; IF (Isenção Fiscal) 5 anos; a carência não foi discriminada, assim como as garantias reais;
FIND	MG	Benefício de até 90% de IF com juros de 12% a.a.; correção monetária de 100%; prazo de 8 anos para IF, com carência de 3 anos e garantias reais;
PRÓ – INDÚSTRIA	MG	Benefício de até 50% do ICMS, sem juros; correção monetária de 18% a 50% e o prazo de fruição varia de 5 a 8 anos, sem carência e com garantias fiduciárias;
PROIM	MG	Benefício de até 80% do investimento, com juros de 3% a.a.; a correção monetária incide sobre 100% e o prazo de fruição é de 8 anos, com 3 anos de carência e garantia real;
FDE	PA	Benefícios: (ME) 95% do investimento e 90% para (PE); os juros variam conforme a classificação, de 3% a 8% a.a.; a correção monetária também incide de forma distinta, entre 50 a 70% a.a.; prazo de 4 anos, carência de 3 meses a 1 ano.
FAIN	PB	Benefício de até 75% de ICMS; juros de 6% a.a.; correção monetária de 30%; prazo de 10 anos, sem carência e com garantia real; oferece também crédito presumido, reduções para semi-elaborados e diferimento de operação interna;
BOM EMPREGO	PR	Benefícios de até 80% de ICMS; juros de 6% a.a.; 90% de correção monetária; prazo de 5 anos, com carência de 2 anos; garantia real e ainda ocorre o diferimento no ICMS dependendo da região e da indústria;

## Continuação

Programas	UF	Características
FEMICRO	PE	Benefício de até 80% do projeto, com juros de 6% a.a.; 70% de correção monetária; prazo de 3 anos, com carência de 1 ano com garantia real, tendo ainda substituição tributária para saída e crédito presumido de 5% sem valor de operação;
FUNCRESCE	PE	Benefício de até 80% do ICMS nos primeiros 4 anos e de 70% nos últimos 4 anos; os juros são de 3% a.a. e não existe correção monetária; o prazo de fruição é de 10 anos com, 2 anos de carência e garantia real, tendo ainda a redução do ICMS com pagamento antecipado de apenas 2,55% para gêneros alimentícios e 5,1% para os demais produtos;
INDÚSTRIA NOVA SEM PRODUTO SIMILAR	PI	Benefícios: isenção de 100% do ICMS nos primeiros 5 anos; 60% no 6° e 7° anos, 30% do 8° ao 10° ano; isenção de 100% de ICMS nos 8 primeiros anos para empreendimentos que absorverem 1.000 empregos diretos e isenção de 60% de ICMS no 9° e 10° anos para empreendimentos que absorverem 1.000 empregos diretos;
INDÚSTRIA C/ PRODUTO SIMILAR	PI	Benefícios: isenção de 60% de ICMS nos primeiros 5 anos e 40% no 6° e 7° anos;
INDÚSTRIA AMPLIADA	PI	Benefícios chegando à isenção de 60% do ICMS nos primeiros 3 anos e 40% no 4° e 5° anos;
RELOCALIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO	RJ	Benefícios: prazo para pagamento de ICMS em até 5 anos, sendo 70% no 1° e 2° anos, 60% no 3° ano, 50% no 4° ano e 40% no 5° ano;
PARA ME-PE	RJ	Benefícios de até 551,96 UFERJs com juros de 12% a.a., com 100% de correção monetária, 18 meses de prazo e carência de 6 meses com garantia real;
PROADI	RN	Benefícios: 60% do ICMS (limitado a 10% do faturamento), 55% de ICMS do 2° ao 4° ano, 30% do 5° ao 8° ano; juros de 12% a.a.; 50% de correção monetária, 10 anos de prazo, com 2 anos de carência e garantia não discriminada;
FUNDOPEM	RS	Benefícios de até 60% do ICMS, com juros de 6% a.a. e correção monetária de 10%; prazo para utilização de 8 anos, sem carência e sem discriminação de garantia;
PRIN/RS	RS	Benefícios de até 75% do incremento do ICMS, sem juros, sem correção monetária, com prazo de utilização de 1 ano, sem carência e sem discriminação de garantias;
PROPLAST	RS	Benefícios de até 50% de IF, sem juros, sem correção monetária, com prazo de até 8 anos, sem carência e sem discriminação de garantias;
PRODIC	RO	Benefícios de até 70% de redução de ICMS, com juros de 6% a.a.; 50% de correção monetária; prazo de até 3 anos, sem discriminação de carência e de garantias;
FIDER	RO	Benefícios: financiamento de 80 a 100%, com juros variando de 4 a 10% a.a., com correção monetária de 50 a 90% , o prazo de 8 anos, com carência de 3 anos e sem discriminação de garantias;

Continuação

Programas	UF	Características
FUNDER	RR	Benefícios: financiamento de ME até 85% limitada a 300 UFERRs, PE até 70% limitada a 1.000 UFERRs, demais até 50%, limitada a 5.000 UFERRs, com juros de 6% a.a. e 60% de correção monetária para ME, 70% para MD e 85% para as demais; prazo de 5 anos, com carência de 2 anos e com garantia real;
PRODEC	SC	Benefícios de 50% do investimento, sem juros, 100% de correção monetária, prazo de 10 anos, com 5 anos de carência e garantia real;
PROMIC	SC	Benefícios: 75% de ICMS no 1º ano, ICMS no 2º ano, 60% no 3º ano, 50% no 4º ano e 40% 5º ao 7º ano; sem juros; com 100% de correção monetária; 14 anos de prazo, com 7 anos de carência e ainda doação de terrenos e serviços básicos;
PRODESP	SP	Benefícios de até 40% de ICMS adicional no 1º ano, para a Grande São Paulo, de até 30% no 2º ano e até 20% de 3º ano, sem juros; 100% de correção monetária, prazo de 3 anos, sem carência e com garantia de recolhimento em dia do ICMS;
PRODESP	SP	Benefícios de até 50% de ICMS adicional no 1º ano, fora da Grande São Paulo, de até 40% no 2º ano e 30% no 3º ano, sem juros e com 100% de correção monetária; prazo de 3 anos, sem carência e garantia de recolhimento em dia do ICMS;
PSDI	SE	Benefícios de até 80% de ICMS do 1º ao 4º ano e de até 70% do 5º ao 8º ano sem juros e com 50% de correção monetária; prazo de 10 anos, com 2 anos de carência e garantia real, tendo ainda preços reduzidos de terrenos e galpões;
PROGREDIR	TO	Benefícios de até 70% de ICMS para implantação e até 50% para expansão, com juros de 9% a.a.; 20% de correção monetária; prazo de acordo com o projeto, sem discriminação de carências e garantias.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de PASCHOAL, J. A. R. O papel do Fomentar no processo de estruturação industrial em Goiás (1984 –1999), 2001, ps. 8 – 17.

Ao analisar o processo de desconcentração econômica brasileira, CANO fez severas críticas a esses programas que tinham como objetivo atrair investimentos privados para os seus territórios. Ele advertiu que esse artifício, ao invés de trazer “progresso” ao estado receptor de tais investimentos, poderia, na verdade, comprometer sua capacidade de priorizar seus gastos, pois tais investimentos exigiriam infra-estruturas compatíveis que teriam que ser atendidas a contento<sup>151</sup>.

Mesmo assim, no âmbito da “Guerra Fiscal”, especificamente para Goiás, instituiu-se, através da Lei Estadual nº 9.489 de 19 de julho de 1984<sup>152</sup>, o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR)<sup>153</sup>, visando criar mecanismos de atratividade de novos investimentos para o estado. Assim,

<sup>151</sup> Ver CANO. W. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil. 1998, p. 353.

<sup>152</sup> Esta Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 2.453 de 22 de fevereiro de 1985.

<sup>153</sup> No Governo Iris Rezende, conforme citado anteriormente.

o Fundo nasceu com objetivo de incrementar a implantação e a expansão das atividades industriais, preferencialmente as do ramo da agroindústria que efetivamente contribuíssem para o desenvolvimento econômico do estado. O FOMENTAR apoiava técnica e financeiramente as micro, pequenas e médias empresas e, ainda, buscava estimular grandes empreendimentos industriais, que fossem considerados de grande relevância econômica e social.

A estratégia de tornar o estado mais atraente a novos investimentos privados se embasava nos seguintes incentivos: financiamento de projetos aprovados; empréstimos de até 70%, através de recursos orçamentários do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que a empresa tivesse de recolher ao erário estadual, a partir da data de fruição desse benefício fiscal, pelo prazo concedido por resolução, limitado ao da Lei<sup>154</sup>, nos casos de implantação e expansão industrial; venda de lotes e terrenos localizados nos Distritos Industriais do estado<sup>155</sup>, destinados aos empreendimentos com projetos aprovados; construção de obras de infra-estrutura básica; pagamento do ICMS pela alíquota de 7%, nas operações, que realizassem com outros estabelecimentos industriais, também beneficiários do Programa, com produtos de fabricação própria previstos no projeto industrial ou incluídos, posteriormente, à linha de produção do empreendimento com autorização do Conselho Deliberativo<sup>156</sup> (CD/FOMENTAR); inclusão, como imposto abrangido pelo benefício do FOMENTAR,

---

<sup>154</sup> Os financiamentos das empresas industriais e agroindustriais beneficiadas com recursos do FOMENTAR, deveriam ser resgatados no prazo de 5 anos, com 2 anos de carência, quando iniciaria o pagamento mensal dos encargos com incidência de taxa anual de 33% da variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional – ORTN's, aí inclusa a remuneração de 3% ao ano do Agente Financeiro.

<sup>155</sup> A partir de 1987 os Distritos Agroindustriais proliferaram no território goiano e atualmente os encontramos nos seguintes municípios: Anápolis, Aparecida de Goiânia, Catalão, Itumbiara, Rio Verde, Mineiros, Luziânia, Morrinhos, Porangatu, Caldas Novas, Uruaçu, Cabeceiras, Posse, Iporá, Quirinópolis, Formosa, Jataí, Goianira, Orizona, Pontalina, Abadiânia, Alexânia, Bela Vista, Caturai, Ceres, Cidade de Goiás, Goianésia, Goiatuba, Inhumas, Ipameri, Itapuranga, Jaraguá, Nazário, Pires do Rio, Rubiataba, Santa Bárbara de Goiás, São Luis de Montes Belos, São Miguel do Araguaia, Santo Antônio do Descoberto e dois pólos industriais localizados em Senador Canedo (Grande Goiânia).

<sup>156</sup> O Conselho Deliberativo (CD/FOMENTAR), como órgão de deliberação coletiva e administrador do Programa, compunha-se de membros natos, representantes do Governo do Estado: Secretário de Indústria e Comércio; Secretário do Planejamento e Desenvolvimento, Secretário da Fazenda e Secretário da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Presidente do Banco do Estado de Goiás S.A – BEG e de membros representantes classistas: da Federação das Indústrias do Estado de Goiás – FIEG, da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias no Estado de Goiás - FTIEG, da Federação da Agricultura do Estado de Goiás – FAEG, da Federação das Associações Comerciais e Industriais do Estado de Goiás – FACIEG e da Organização das Cooperativas do Estado de Goiás –OCG.

desde que o montante contratado com o agente financeiro do Programa não fosse aumentado em decorrência dessa inclusão e respeitadas as condições estabelecidas em Termo de Acordo de Regime Especial (TARE) firmado com a Secretaria da Fazenda.<sup>157</sup>

As despesas oriundas do FOMENTAR se supriram com recursos de dotações e de créditos orçamentários específicos como: cobrança de emolumentos (recolhimento) de 0,6% do valor integral de financiamento de projetos aprovados pelo CD/FOMENTAR; rendimentos auferidos a qualquer título, tais como juros, correção monetária, reembolso do valor principal do empréstimo e seus acréscimos e do resultado de aplicações de numerário disponível no mercado financeiro, em operações de curto prazo, feitas por intermédio de instituições oficiais de crédito; repasses ou subvenções, a qualquer título, concedidas por instituições públicas ou privadas; alienação de ações, debêntures ou outros títulos representativos de capital, subscritos de empresas societárias, bem como de bens imóveis e móveis adquiridos ou a elas transferidos ou incorporados e, ainda, de outras fontes disponíveis.

Em parte, o resultado dessa “guerra fiscal” pode ser apresentado pela quantidade de empresas migrantes para o estado. Conforme PASCHOAL, no segmento agroindustrial, vieram para Goiás (décadas de 1980 e 1990) cerca de 18 laticínios, 09 usinas de açúcar e álcool, 11 curtumes, 10 frigoríficos, 05 indústrias alimentícias, 06 indústrias processadoras de oleaginosas e 04 de derivados de milho. Isso, indubitavelmente, ampliou substancialmente a agregação de valor no estado, pois esse tipo de indústria utiliza como insumos básicos os de origem agropecuária. Logo em seguida, outras empresas de diversos ramos se juntaram a essas: 12 metalúrgicas, 06 cerâmicas, 07 fábricas de bebidas, 04 de cimento, 14 confecções, 05 farmacêuticas, 06 de embalagens, 03 serralharias, 01 montadora de veículos utilitários e 01 de tratores.

---

<sup>157</sup> O ICMS correspondente às seguintes entradas: do diferencial de alíquota na entrada de bens para integração do ativo fixo da empresa; de bens adquiridos no exterior para integração do ativo fixo da beneficiária; de matéria-prima também importada para ser utilizada em processo industrial, desde que não pudesse ser produzida no Estado de Goiás.

Por outro lado, o crescimento agropecuário goiano, a partir dos anos 1970, certamente tornou o estado mais atraente aos empreendimentos agroindustriais que, por características próprias, deslocam-se para locais próximos das fontes de matérias-primas. Surge, então, um questionamento quanto à possibilidade de ter havido crescimento do parque agroindustrial, mesmo sem “guerra fiscal” ou, então, caso a mesma não tivesse se estabelecido, teria Goiás também ampliado o número de agroindústrias? O fato é que existia renúncia fiscal e que houve aumento no número de empresas instaladas em Goiás. Contudo, não se pode perder de vista que os esforços “(agro)industrializantes” do poder público local comprometeram a arrecadação, limitando sua capacidade de intervenção no desenvolvimento sócio-econômico. Desta forma, conforme VARSANO, a prática de renúncia fiscal não se justifica pela expectativa de que o uso privado dos recursos públicos possa superar os benefícios que mesmos poderiam produzir por sua utilização pública.

“Todos os impostos utilizados na prática, por induzirem mudanças no comportamento dos agentes econômicos, afetam a alocação de recursos e, portanto, impõem — uns mais, outros menos — custos à sociedade. Conceitualmente, a tributação justifica-se na medida em que o benefício gerado pelo uso público de recursos da sociedade, possibilitado pela arrecadação, seja maior que seu custo de oportunidade — medido pelo benefício social do melhor uso privado dos recursos —, acrescido do custo criado pela tributação. Estaticamente considerada, a renúncia fiscal é sempre injustificada: se há mérito na tributação, o uso privado dos recursos é sempre uma alternativa inferior; e, se não há, não cabe a renúncia, mas sim a extinção do tributo.”<sup>158</sup>

Em síntese, todos os programas que se espalharam pelo Brasil, no âmbito da “Guerra Fiscal”, visavam atrair para seus territórios investimentos privados, acreditando nos efeitos estimuladores que esses poderiam gerar. Contudo, o resultado final certamente não será o esperado:

“Com o passar do tempo, as renúncias fiscais se avolumam e os estados de menor poder financeiro perdem a capacidade de prover os serviços e a infra-estrutura de que as empresas necessitam para produzir e escoar a produção. As batalhas da guerra fiscal passam a ser vencidas somente pelos de maior poder financeiro, que são também os que têm acesso mais fácil a

---

<sup>158</sup> VARSANO, R. op. cit. p. 8.

crédito. Ao mesmo tempo, com a generalização dos benefícios fiscais — todos os estados concedendo incentivos semelhantes —, estes perdem seu poder de estímulo que depende de diferenças na tributação. A guerra fiscal transforma os incentivos em meras renúncias de arrecadação que não têm qualquer efeito estimulador. Em face da redução generalizada do peso da tributação, as empresas passam a escolher sua localização em função de fatores econômicos, entre os quais a qualidade da infra-estrutura e dos serviços públicos oferecidos. Evidentemente, a guerra fiscal é inimiga da política de desenvolvimento regional e da desconcentração industrial.”<sup>159</sup>

### 2.3 Gastos Públicos no Centro-Oeste<sup>160</sup>

A participação efetiva do Setor Público, em todas as esferas, tem sido fundamental ao desenvolvimento econômico de Goiás. Algumas vezes, essa fundamentação se referencia a um espaço macroregional mais amplo (Centro-Oeste). Por outro lado, o fato do Distrito Federal ser parte integrante dessa região pode induzir a deduções equivocadas quando considerado o Centro-Oeste como um todo. No entanto, entende-se que o gasto público federal, mesmo que localizado majoritariamente no DF, produz efeito multiplicador na renda regional, ampliando, conseqüentemente, a capacidade de consumo, que não necessariamente será atendida pelos estados circunvizinhos, mormente os bens de consumo duráveis. Contudo, não se pode negar que o eixo Goiânia-Brasília, atualmente com aproximadamente quatro milhões de habitantes (o que representa algo em torno de 40% do total da população do Centro-Oeste), se constitui num amplo mercado, com potencialidades de indução do crescimento econômico, principalmente os relacionados à distribuição atacadista e agroindustrialização.

Assim, com o propósito de reforçar a argumentação da importância dos gastos públicos, atuando como fator de redistribuição de renda em favorecimento do Centro-Oeste, inseriu-se a Tabela 11, na qual se pode, claramente, perceber a diferença

---

<sup>159</sup> VARSANO, R. op. cit. p. 8.

<sup>160</sup> Esse tópico foi elaborado com base no trabalho de MONTEIRO NETO, A & GOMES, G. M. *Quatro Décadas de Crescimento Econômico no Centro-Oeste Brasileiro: Recursos Públicos em Ação*. Brasília: IPEA, 2000. (texto para discussão nº 712).

existente entre o dispêndio do Governo Federal na região e a receita advinda do total de impostos federais efetivamente pagos por seus residentes.

“Se o governo federal gasta mais em despesas do que arrecada em determinada região, ele está contribuindo para a expansão da demanda agregada, e, portanto, para o crescimento da renda regional. Ou seja: ‘Ao distribuir suas despesas sem levar em conta a sua origem geográfica, o governo federal promove redistribuição de renda,(...). Contudo, isso constitui, é claro, uma maneira de o governo central contribuir, positiva ou negativamente, para o desenvolvimento de uma região’ [Maia Gomes e Vergolino, 1997, p. 74]. No caso do Centro-Oeste, a experiência das últimas décadas é bastante favorecedora do crescimento da renda regional [...] Em outras palavras, o Centro-Oeste tem sido bem aquinhoado pelo governo federal quando da repartição de gastos nacionais em despesas. Como proporção das despesas da região no total nacional, as estimativas evidenciam ganhos sempre expressivos, pelo menos desde o ano de 1970.”<sup>161</sup>.

Tabela 11

Região Centro-Oeste - Participação Percentual nas Despesas e Receitas do Governo Federal e no PIB – 1970, 1975, 1980 e 1985.

<b>Unidades</b>	<b>1970</b>	<b>1975</b>	<b>1980</b>	<b>1985</b>
Despesas C.-Oeste/despesas Brasil (%)	9,0	16,5	18,0	21,2
Receitas C.-Oeste/receitas Brasil (%)	1,5	5,0	10,0	10,6
PIB C.-Oeste/PIB Brasil (%)	3,9	4,3	5,5	4,6
População C.-Oeste/população Brasil (%)	5,4	5,8	6,3	6,4

Fonte: Dados fiscais brutos FGV; dados de PIB, IBGE, apud MONTEIRO NETO, A & GOMES, G. M, 2000.

Ainda nessa tabela, pode-se notar que a participação relativa das despesas do Governo Federal na região tem sido significativamente superior às proporções do PIB e da população residente na região. Por outro lado, o fato do crescimento do dispêndio não ter sido acompanhado *pari passu* pelo produto e pela população permite conjecturar que parte da renda destinada à região teria sido absorvida por outras.

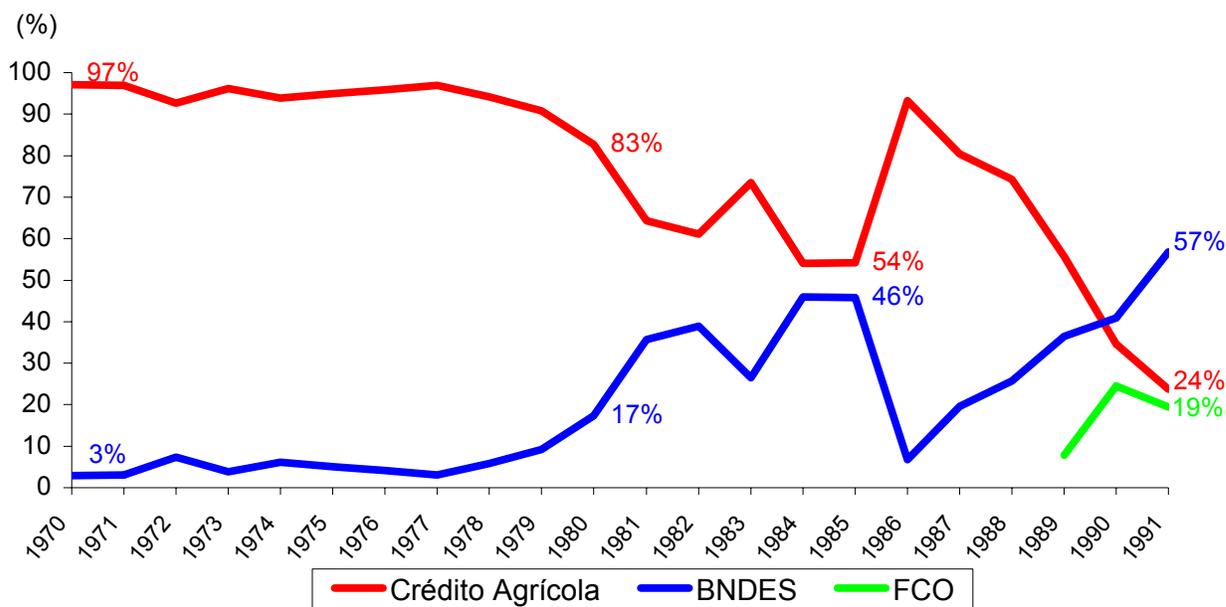
<sup>161</sup> MONTEIRO NETO, A & GOMES, G. M. op. cit., ps. 13 e 14.

Por outro lado, tomando-se como base os dispêndios federais feitos exclusivamente em investimentos do setor privado, através do Crédito Agrícola<sup>162</sup>, BNDES<sup>163</sup> e FCO<sup>164</sup>, pode-se inferir que essa esfera do setor público estimulou a atividade produtiva privada da região através da oferta de créditos oficiais para financiamento do aparelho produtivo, sobretudo nos anos 70, conforme dito anteriormente.

Embora houvesse expressiva queda na disponibilidade de recursos públicos nos anos 80, ressalta-se outro fenômeno ocorrido no período. Trata-se da redução da participação relativa do Crédito Agrícola (investimento) no total dos financiamentos concedidos, caindo de 97%, em 1970, para 24%, em 1991 (Gráfico 19).

Gráfico 19

Centro-Oeste: Participação Relativa do Crédito Agrícola, BNDES e FCO no total dos Recursos Federais Concedidos para Financiamento do Investimento Privado – 1970/91



Fonte: MONTEIRO NETO, A & GOMES, G. M, 2000.

<sup>162</sup> As informações sobre crédito rural a produtores e cooperativas se referem, exclusivamente, a investimentos (agrícolas e pecuários). Não são computados os valores de custeio.

<sup>163</sup> Até 1975, os valores se referem a operações aprovadas; para os anos seguintes, referem-se a desembolsos (valores efetivamente liberados).

<sup>164</sup> Repasses do Tesouro Nacional apud Sistema de Informações Gerenciais/SEPRE/MPO, abril de 1998.

Em contrapartida, na década, verificou-se que recursos provenientes do BNDES se apresentaram, em termos relativos, como “espelho” do Crédito Agrícola (aumentando, quando ele se reduzia e vice-versa), chegando o primeiro a ter quase a mesma representatividade do segundo (46% e 54% respectivamente) no ano de 1986.

A perda da participação relativa do Crédito Agrícola se intensificou, no final do decênio, com a instituição do FCO que, em 1990, representou 25% do total dos recursos fornecidos. A partir de então, os recursos federais oriundos do BNDES têm sido responsáveis por, aproximadamente, metade do total do montante destinado pela União aos investimentos privados do Centro-Oeste.

A alteração nas participações relativas dos financiamentos concedidos pelo Crédito Agrícola e BNDES, no período 1970 a 1991 (Gráfico 19), deveram-se, por um lado, à redução dos recursos disponibilizados pelo Crédito Agrícola, na ordem de 75,8% e, por outro lado, ao montante concedido pelo BNDES que se elevou em 1.790,9%, no mesmo período.

Outro agregado macroeconômico merecedor de destaque é o Consumo do Governo extraído do Sistema de Contas Nacionais. É indiscutível que o DF (onde se localiza a capital administrativa do país) produza um viés, distorcendo os dados referentes ao Consumo do Governo<sup>165</sup>, principalmente se a intenção fosse estabelecer comparativos entre as demais regiões do Brasil. No entanto, se o enfoque se direcionar para os efeitos multiplicadores na renda interna da região, entende-se que não seria incorreto fazer uso do agregado, mesmo porque se busca enfatizar que recursos públicos são capazes de gerar efeitos estimuladores ao crescimento econômico regional.

Partindo-se deste pressuposto, a ampliação da participação relativa do Centro-Oeste no total nacional do Consumo do Governo, interpreta-se como política de transferência de renda, que certamente beneficiou tanto os estados da região, quanto os demais estados circunvizinhos, principalmente São Paulo e Minas Gerais.

---

<sup>165</sup> Os dados de Consumo do Governo são elaborados pelo IBGE através da pesquisa Regionalização das Transações do Setor Público, reunindo as estimativas de gastos da União, dos Estados e dos Municípios.

A proporção destinada ao Centro-Oeste, no ano de 1970, do total nacional do Consumo do Governo, foi de 8,1%<sup>166</sup>. Em 1975 (quando ainda eram abundantes os recursos federais), a região teve sua participação ampliada para 11,1%. Na década de 1980, quando se escassearam as fontes públicas destinadas ao desenvolvimento regional e à produção agropecuária, em sentido contrário, ampliou-se a parcela desse agregado destinado à região. Desta forma, a taxa que já era de 16,6% em 1980, elevou-se nos anos seguintes (20,4% em 1985 e 20,6% em 1991). Para se ter noção da expressividade desses gastos, há que se compará-los ao PIB regional, cuja proporção aumentou significativamente de 1970 (27,6%) para 1985 (41,8%).

Portanto, juntando-se este mecanismo aos demais apresentados, pode-se perceber que nos anos oitenta houve importantes mudanças na forma de atuação estatal direcionada ao crescimento econômico da região Centro-Oeste. Essas alterações, de certa forma, agiram de forma compensatória, minimizando, em Goiás, os efeitos da crise econômica nacional, denominada de “década perdida”, sobretudo se levando em consideração que o arrefecimento dos planos regionais de desenvolvimento e a forte queda nos recursos oriundos do Crédito Rural certamente teriam tornado-a ainda mais arrebatadora.

#### **2.4 Políticas de Desenvolvimento Regional na Década de 1980**

Nos primeiros anos da década de 1980, em Goiás, na administração de Ary Valadão (1979 a 1982), criou-se o Plano de Ação do Governo, cujos objetivos se centravam na modernização e dinamização da agricultura e pecuária; no fomento ao desenvolvimento industrial; na ordenação e promoção do desenvolvimento urbano; na ampliação dos serviços de saúde; educação e lazer; na ampliação dos programas de habitação, estendendo-os à área rural, e na implantação de programas de colonização e assentamentos.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelo Governo, em razão da crise econômica nacional, era patente, nesse plano, o forte apoio à agropecuária (visando

---

<sup>166</sup> Dados da Fundação Getúlio Vargas (1970/85); IBGE (1991/1995) - Regionalização das Transações do Setor Público; IBGE (1970/1985), Departamento de Contas Nacionais e IPEA (1991/1995), Diretoria de Pesquisa.

sua modernização) e ao setor industrial (com intenso empenho ao ingresso de capitais). Buscava-se, ainda, fortalecer o sistema bancário do estado, bem como solucionar problemas nas áreas de transporte, saneamento e habitação, advindos do rápido crescimento goiano.

“... esse governo teve forte preocupação com o desenvolvimento da agricultura regional, implantando o ‘Projeto Rio Formoso’, com o objetivo de irrigar 62.292 ha ao norte de Goiás – hoje Tocantins. Além disso, alavancou o ‘Projeto Alto Paraíso’, de colonização e desenvolvimento regional na região leste e ao norte do Distrito Federal”.<sup>167</sup>

No âmbito federal, escassearam-se os recursos provenientes dos Planos Nacionais de Desenvolvimento. Contudo, o Centro-Oeste ainda continuou se beneficiando de políticas destinadas especificamente para a região. Assim, em maio de 1981, criou-se o Programa de Desenvolvimento Integrado da Região Noroeste do Brasil (POLONOROESTE), sob coordenação da SUDECO e, em grande parte, por pressão do BIRD, que, à época, recebia críticas da comunidade ambientalista internacional em razão de sua participação em projetos que resultavam em degradação ambiental<sup>168</sup>.

Sua atuação se dirigia à área compreendida pelo Estado de Rondônia e noroeste do Mato Grosso, com o objetivo de asfaltar a BR-364, que liga Cuiabá a Porto Velho, ampliando-se, assim, a integração do oeste brasileiro ao centro dinâmico do país (São Paulo) e, ao mesmo tempo, aumentando a importância de Goiás enquanto entreposto comercial. A esta obra se destinou quase metade dos recursos para execução dos projetos (quase US\$ 1 bilhão). Os custos totais do Programa se estimaram em US\$ 1,55 bilhão, sendo US\$ 434,4 milhões provenientes do Banco Mundial.

No período 1983 a 1986, durante o primeiro mandato do Governador Iris Rezende (complementado pelo seu Vice-Governador Onofre Quinan - 14/02/1986 a

---

<sup>167</sup> BANDEIRA, A. J. P. Políticas públicas e modernização agrícola em Goiás (1970-1990). Dissertação de Mestrado, IPUR/UFRJ, 1999, p. 33.

<sup>168</sup> Havia ainda, no bojo do Programa, uma preocupação em desenvolver projetos na área de influência da BR-364 e na preservação do meio ambiente e das comunidades agrícolas. É questionável a importância dada pelo BIRD e pelo governo brasileiro a essas preservações, principalmente as comunidades indígenas, pois para esse projeto foram destinados menos de 3% dos recursos.

15/03/1987)<sup>169</sup>, criou-se o Plano Global de Trabalho que, em síntese, visava o crescimento econômico, criação de empregos, redução dos níveis de pobreza e das desigualdades regionais.

Nesse Governo<sup>170</sup>, as estratégias de ação eram orientadas para maior participação efetiva da administração como um todo, bem como da população (aglutinada em mutirões), com a qual seria possível obter maior engajamento, gerando consciência coletiva e integração que, por sua vez, possibilitaria maior articulação, potencializando os esforços do setor público apoiando-se na sociedade civil.

Indiscutivelmente essa administração priorizou a integração (rodoviária) interna do estado. Destinando aproximadamente 30% do orçamento para o setor de transporte, ampliou-se a rede viária estadual pavimentada de 1.512 km para mais de 4.500 km, ou seja, 200% a mais do que já existia. Isso se deu graças a financiamentos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Essa administração enfrentou grandes dificuldades em virtude da crise que assolava o país, solapando a capacidade do Governo Federal de agir como estimulador do desenvolvimento. Assim, a União foi, gradativamente, reduzindo sua participação, minimizando assim as ações dos Planos Nacionais de Desenvolvimento. Entretanto, na “contra-mão” do processo recessivo nacional, nesse período, se evidenciou em Goiás o maior dispêndio em termos orçamentários. Destaca-se, ainda, a criação do Fundo de Participação à Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR), no âmbito da “guerra fiscal”.

Em um contexto de profunda crise econômica, coube a Henrique Santillo a administração do Estado de Goiás, nos últimos anos da década de 1980 (1987-1990). Conforme BANDEIRA<sup>171</sup>, este Governo apresentou um plano composto de treze pontos básicos com objetivo de reconduzir o estado ao crescimento econômico. Em síntese,

---

<sup>169</sup> Nesse período Iris Rezende assumiu cargo de Ministro da Agricultura no Governo de Sarney, em cujo cargo permaneceu por mais de quatro anos.(1986/1989).

<sup>170</sup> Será considerado Governo Iris Rezende, sua administração e de seu Vice-Governador.

<sup>171</sup> BANDEIRA, A. J. P. op. cit. p. 35.

esse plano visava estimular os setores agropecuário<sup>172</sup> e industrial<sup>173</sup>, ampliando e diversificando a produção, buscando, assim, atingir novos mercados.

Por mais paradoxal que pareça, mesmo num panorama nacional de crise econômica recessiva, Iris Rezende conseguiu expandir consideravelmente a capacidade do estado de intervir na economia goiana. Mesma “sorte” não teve seu sucessor. Importantes alterações no quadro macroeconômico nacional (apresentadas adiante) limitaram o acesso a fontes de recursos, até então amplamente utilizadas. Assim, os dispêndios em 1989 foram similares aos de 1972.

Por outro lado, a capacidade governamental, na esfera estadual, de agir com maior tenacidade no desenvolvimento regional era limitada, pois os recursos destinados às Funções de Administração Geral e Educação e Cultura, em grande parte, gastos com folha de pagamento aos servidores dessas respectivas áreas, representavam aproximadamente metade dos dispêndios reais orçamentário (43,4%, em média).

Na esfera federal, no ano de 1985, a SUDECO constatou que os programas até então implementados no Centro-Oeste tinham causado “efeitos colaterais” não desejados relacionados à ocupação espacial, à transferência de população e ao desenvolvimento agrícola, que demandavam soluções pertinentes. Esses problemas, por sua vez, refletiam-se nos campos social, econômico e ambiental. Criou-se, no mesmo ano, o Plano de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (PDRCO), sendo revisto e ampliado em 1987, que apontava para uma ação centrada na melhoria da distribuição de renda, na racionalização da ocupação do espaço e do uso dos recursos naturais, na implementação de planos diretores locais e na reformulação dos programas especiais.

Para a execução do PDRCO, criou-se o Programa do Centro-Oeste (PROCENTRO), nos moldes dos programas existentes naquela época nas regiões

---

<sup>172</sup> Através do levantamento do solo para zoneamento agrícola; a adoção do preço mínimo regionalizado; o aumento do crédito para investimento; a diversificação de culturas; expansão das culturas irrigadas; o estímulo à olericultura e o abastecimento urbano; o fomento à fruticultura; o incentivo à produção de mudas e o controle sanitário; o estímulo à produção de sementes certificadas; a consolidação da pecuária de corte e de leite; introdução de pequenos animais; o apoio à pequena produção; a organização dos produtores; a eletrificação rural e o programa de conservação do solo e da natureza. Id. Ibid. p. 35.

<sup>173</sup> A industrialização dos produtos e insumos agropecuários.

Norte e Nordeste. Nele estava contida a necessidade de reestruturação da SUDECO, atribuindo-lhe a função de coordenação e promoção do desenvolvimento regional. No bojo do Plano havia a preocupação de se criar um programa único de desenvolvimento para a região, bem como o Banco de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste. Para tanto, o PROCENTRO, que deveria durar cinco anos a iniciar em 1987, teria que contar com maciça participação do Governo Federal, com um orçamento de US\$ 5,4 bilhões somente para os três primeiros anos de execução, o que não ocorreu. Assim, nem o PDRCO, nem o Banco de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste se efetivaram.

Na segunda metade dos anos oitenta se caracterizou pela interrupção da ação da União no Centro-Oeste, através dos planos regionais de desenvolvimento, num momento em que o país passava por uma transição democrática e, concomitantemente, fortalecia-se o credo neoliberal.

A partir dos anos oitenta, conforme OLIVEIRA<sup>174</sup>, o controle do déficit público assumiu posição de destaque entre os problemas que o país enfrentava. Isto se deveu ao aprofundamento da crise mundial com o segundo choque do petróleo em 1979, com a suspensão dos financiamentos externos e seguindo a “cartilha” imposta pelo Fundo Monetário Internacional, tornou-se questionável toda a funcionalidade do esquema de articulações entre as esferas de governo, bem como a própria estrutura do Sistema Tributário.

A carga tributária, que havia crescido significativamente desde o final da década de 1960 e se mantido em níveis razoáveis no decênio seguinte, manteve-se até 1983. A partir de então, o processo recessivo, agravado pelo crescimento inflacionário e somado à perda de eficiência na incidência de impostos (gerados pelos incentivos/renúncias fiscais), resultou na redução do volume de recursos à disposição do poder público através da tributação.

As reduções da receita tributária e do financiamento público comprometiam a capacidade do estado de conduzir suas políticas de desenvolvimento econômico. Conseqüentemente, as articulações entre as esferas de governo se abalaram, parte pela restrição das fontes de crédito públicas, parte pela impossibilidade de obtenção de

---

<sup>174</sup> OLIVEIRA, F. A. Crise, reforma e desordem do Sistema Tributário nacional. UNICAMP, 1995.

crédito externo, redundando em modificações nos Fundo de Participação dos Estados (FPE) e no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) através da Emenda Passos Porto<sup>175</sup>.

Durante elaboração da Constituição de 1988, o debate a respeito da Reforma Tributária centrou-se na maior autonomia fiscal dos estados e municípios. Assim, embora se tenha levado em consideração (num segundo plano) a questão das despesas governamentais no sentido de resgate da dívida social, em termos de estrutura tributária, destacaram-se as seguintes modificações:

- a) Ampliação do grau de autonomia fiscal dos estados e municípios<sup>176</sup>;
- b) Alterações nas repartições das receitas tributárias<sup>177</sup>;
- c) Indefinições na redistribuição dos encargos entre as esferas de governo<sup>178</sup>.

Assim, houve redução considerável dos recursos disponíveis para a União, arrefecendo-se deste modo a sua capacidade de induzir o desenvolvimento. No contexto, na concepção do Governo Federal, a reduzida ação estatal federal na região Centro-Oeste não mais justificaria a sustentação de uma Superintendência de Desenvolvimento, então, no ano de 1990 se extinguiu a SUDECO, no processo de enxugamento do Estado. É importante registrar que houve “ausência de pressões políticas, originadas da própria região no sentido de manutenção do organismo regional. O Centro-Oeste não possuía a cultura de região, e as estratégias de desenvolvimento ali exercidas em nada contribuíram para modificar essa percepção. Porém, dentro de

---

<sup>175</sup> Através dessa Emenda, o FPE teve sua participação acrescida para 12,5%, em 1984 e 14% no ano seguinte, ao passo que o FPM, nos mesmos anos elevou-se para 13,5% e 16%, respectivamente. Essa Emenda refletia, de certa maneira, a pressão que exerciam os Estados e Municípios junto à União.

<sup>176</sup> Cessou, por parte da União, a capacidade de interferir nos impostos estaduais e municipais. Foi vedado ao Governo Federal impor qualquer tipo de restrição à entrega de transferências, findando, assim, as vinculações. Dessa forma, os Estados e Municípios passaram a ter liberdade de manipular suas alíquotas e gastos.

<sup>177</sup> O ICM sofreu alterações, incorporando os impostos de circulação de mercadoria e de serviços de comunicação e transporte, que eram federais, e passou a ser chamado ICMS. Os impostos únicos de energia elétrica passaram para os estados. Foi modificado o percentual dos FPE e FPM sendo elevado a 21,5% e 22,5% respectivamente. Foi criado um fundo de exportação de 10% do IPI para compensar os estados isentados. Criaram-se ainda os Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste, Norte e Nordeste, com 3% do IPI e IR. Os Municípios receberam aumentos na partilha, que era de 20% para o ICM, passando a 25% do ICMS.

<sup>178</sup> Houve redistribuição dos recursos tributários, porém não se explicitou a repartição dos encargos.

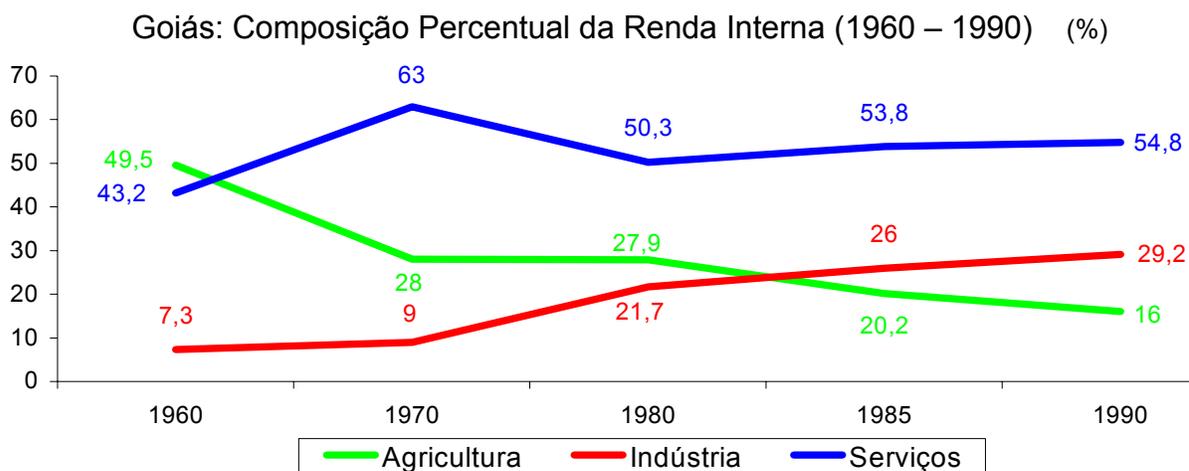
uma visão de política regional, a extinção da SUDECO representou para o Centro-Oeste a quebra de um elo importante de representação da região no plano federal”<sup>179</sup>. No bojo dessa iniciativa federal, o Estado de Rondônia e o recém-criado Estado do Tocantins (1989) passaram a compor a área de abrangência da SUDAM.

## 2.5 Transformações Econômicas

Havia divergências metodológicas, no cálculo do Produto Interno Bruto de Goiás em relação ao nacional até o ano de 1984. Contudo, a economia goiana continuou crescendo, ao longo dos anos 80, num ritmo superior ao nacional. Torna-se oportuno, nesse momento, mostrar de que forma ocorreu esse crescimento. Conforme Gráfico 20, a perda na participação relativa do setor agrícola, nos anos 60 e 70 em relação aos demais setores, apresentou-se. Com isso, no final da década de 1980, esse setor era o que menos contribuía na composição da Renda Interna (16%), ao contrário do que ocorria no início dos anos sessenta (49,5%).

Inversamente, no mesmo período, o setor industrial que contribuía apenas com 7,3% da Renda Interna, elevou sua participação a 29,2%. Desta forma, a explicação do crescimento econômico goiano, nos anos oitenta, terá que ser fundamentado, em grande parte, nesse setor.

Gráfico 20



Fonte: Centro de Contas Nacionais e Centro de Estados Fiscais - DCS/IBRE/FGV e Dados do IPEA. NB. Exclusive Tocantins a partir de 1985.

<sup>179</sup> OTAMAR de CARVALHO, op. cit., 1998, p. 132.

Por outro lado, o setor serviços, na década de 1980, também ampliou sua participação na composição da Renda Interna, porém não tão expressivamente como o setor industrial. O próprio crescimento populacional (como será apresentado adiante) contribuiu para que isto ocorresse. Contudo, não se pode desconsiderar que o aumento do parque (agro)industrial também estimulou a demanda por serviços.

Primeiramente, tomando-se como base os produtos oriundos do subsetor agricultura, percebe-se que a ampliação da produção se deu na manutenção do processo de modernização da atividade produtiva no campo (modernização agrícola), o qual continuou priorizando os produtos “exportáveis” (commodities) em detrimento dos “tradicionais”<sup>180</sup>.

A restrição ao crédito arrefeceu o processo de modernização na agricultura brasileira na primeira metade dos anos 80. Contudo, na segunda metade, a combinação de alguns fatores conjunturais e estruturais propiciou a retomada do mesmo, conforme análise de GRAZIANO:

“Dentre os fatores conjunturais merecem destaque o perdão das dívidas dos agricultores pela Constituinte e a instabilidade financeira pós-Cruzado, que levou a antecipar a aquisição de insumos, máquinas e equipamentos nos anos 1987/89. Dente as mudanças estruturais merecem destaque: primeiro, a reorganização espacial em terras mais aptas das principais culturas, aliada ao menor ritmo de expansão da fronteira agrícola, com conseqüente redução da incorporação de terras menos férteis; segundo, uma redução significativa dos custos com mão-de-obra, que permite manter os níveis de lucratividade mesmo numa conjuntura recessiva e de queda relativa de preços internos e externos dos principais produtos agrícolas; e, terceiro, uma possível melhor utilização dos insumos modernos em função do aumento do seu custo, dada a redução/eliminação dos subsídios implícitos nos financiamentos rurais. Ou seja, fundamentalmente foram as inovações de processo, não apenas agronômicas mas também organizativas e gerenciais, que possibilitaram uma melhor gestão das empresas rurais nos anos 80.”<sup>181</sup>

---

<sup>180</sup> Embora o setor agropecuário tenha perdido participação na composição da Renda Interna estadual, isso não significa que esse não tenha crescido, indica apenas que esse expandiu-se numa proporção inferior aos demais setores.

<sup>181</sup> GRAZIANO DA SILVA, op. cit. p. 146.

Por outro lado, nos anos 80 a agropecuária se voltou para o mercado externo, influenciada pelos ajustes recessivos dos anos 1981/83; pela política agrícola nacional direcionada à obtenção de divisas; pela recuperação dos preços internacionais em 1984/85 e pela brutal reversão das expectativas de crescimento da demanda interna de produtos alimentícios em função do fracasso do plano cruzado em 1987.

Entretanto, na segunda metade da mesma década, os preços internacionais dos produtos tradicionais de exportação da agropecuária brasileira sofreram quedas significativas<sup>182</sup>. Por exemplo, o café foi vendido em 1989 com redução nos preços na ordem de 61,8% em relação a 1984, o açúcar sofreu queda ainda maior (89,3 %) e a carne teve sua cotação diminuída em 46,3 %. Inversamente, a soja teve seu preço elevado em 94,9%, no mesmo período<sup>183</sup>, o que, indubitavelmente, justifica a ampliação da área destinada a essa cultura. Mesmo assim, o setor agropecuário brasileiro apresentou crescimento na década de 1980. Entretanto, esse não de forma regular como explica CANO:

"o setor agropecuário cresceu à média anual de 3,2% com desempenhos anuais muito irregulares diante da ocorrência de fortes desequilíbrios climáticos (geadas, enchentes e secas) que afetaram seriamente as safras de 1982-1983 e 1986, e também as várias mudanças da política agrícola e dos períodos de retomada da inflação. Assim, a retirada de subsídios e corte de crédito em alguns anos foi praticamente substituída por elevações reais de seus preços, via política de preços mínimos ou melhoria dos preços externos. Esta situação foi amenizada em 1986-1988, mas o agravamento da inflação e o novo corte dos subsídios em 1989 afetaram de novo a agricultura, principalmente para muitos produtos voltados para o mercado interno. Dessa forma, o setor teve elevadas taxas de crescimento em 1981, 1985 e 1987, e fortes quedas em 1982, 1983 e 1986. [...] Embora a modernização técnica tenha continuado, ela ocorreu com menos ímpeto do que na década anterior, incorporando menos tratores, usando menos fertilizantes e expandindo sua área em direção aos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, à Amazônia e ao Nordeste. Ressalte-se que nas áreas agrícolas mais capitalistas e modernas

---

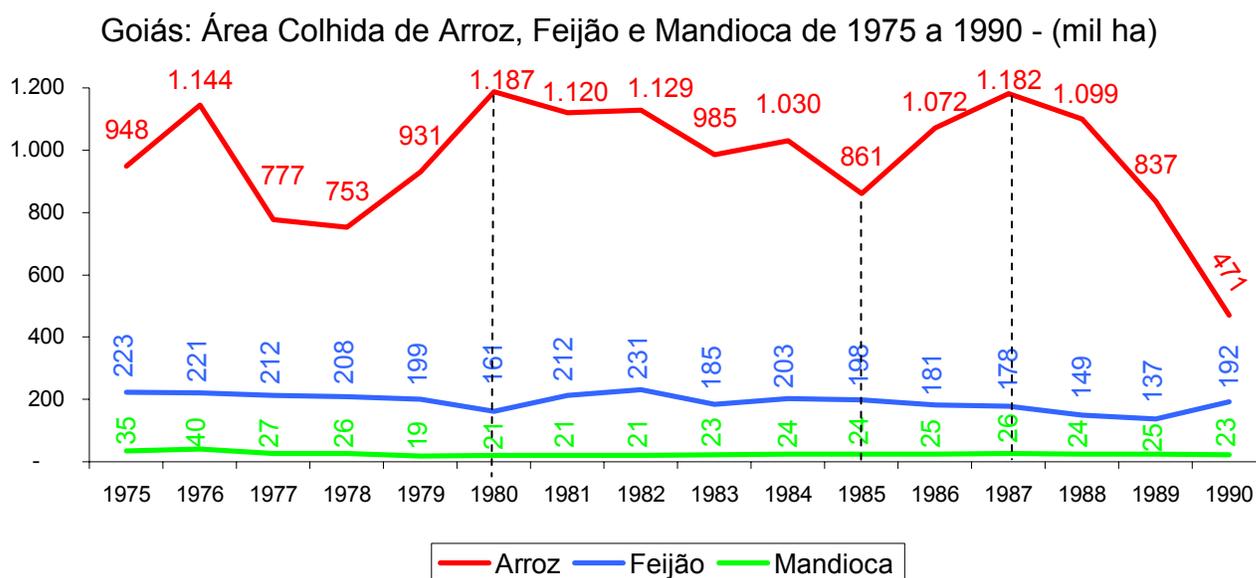
<sup>182</sup> Uma dos motivos da queda vertiginosa dos preços das *commodities* tradicionais assenta-se no fato da Comunidade Européia ter se tornado produtora, com excedentes, em razão do sucesso de sua política de auto-suficiência alimentar.

<sup>183</sup> Dados e análises com base no do Estado de São Paulo, apud GRAZIANO DA SILVA, J. op. cit. ps. 146-150.

houve muita substituição de pastagens naturais por plantadas e de culturas menos rentáveis por outras, como no caso da cana-de-açúcar, trigo e soja.”<sup>184</sup>

Em Goiás, tal movimento não se deu de forma diferenciada (guardando devidas particularidades). No tocante aos produtos tradicionais como arroz, feijão e mandioca, na década de 1980, a área colhida apresentou tendência decrescente, com certa recuperação no período de 1986 a 1988, justificada, em parte, pelo acréscimo do Crédito Rural, pelo aumento nas AGF e pela expansão de demanda resultante dos planos de estabilização monetária. No caso do arroz, o processo inflacionário e o corte dos subsídios em 1989 desestimularam o plantio, reduzindo área colhida do grão (Gráfico 21). A área colhida de mandioca, ao longo dos anos 80, quase não teve alterações, pois maior parte do consumo desse tubérculo era doméstico, *in natura*, já que em Goiás não havia indústrias farinhas.

Gráfico 21



FONTE: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1975 – 1990.  
Obs. Incluso Tocantins nos anos 1989 e 1990.

Quando a participação relativa de Goiás na produção nacional de arroz, a posição de segundo produtor, conquistada no final dos anos 70, de certa forma se manteve ao longo da década (em 1981, 82 e 84 ocupou a terceira posição); contudo, no ano da subdivisão (1989), com a perda da área da cultura que passou a pertencer ao

<sup>184</sup> CANO, W. Soberania e política econômica na América Latina. 2000. p. 222.

Estado do Tocantins, Goiás caiu para a quarta posição. No ano seguinte, com a redução dos incentivos provenientes da PGPM e arrefecimento dos mecanismos de financiamento à abertura de novas áreas para plantio do grão (que posteriormente poderiam ser utilizadas para soja), o estado perdeu posições, passando a ocupar a sétima colocação do *ranking* nacional. Entretanto, adicionando-se à produção goiana, a do Tocantins, retorna-se à terceira posição, perdendo apenas para Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Ressalte-se que o primeiro colocado (RS) era responsável, em 1990, por 43,0% da produção de arroz nacional, enquanto o segundo e terceiro colocados (MG e GO incluso TO) contribuíam com 7,8% e 7,7% respectivamente.

Em contrapartida, a área destinada a produtos como soja e milho não tiveram as mesmas oscilações das culturas apresentadas anteriormente, conforme apresentado no Gráfico 22. O milho manteve na década de 1980, em média, área de 905 mil ha, atingindo ponto mínimo em 1985 (734 mil ha) e máximo em 1987 (1.158 ha). Em 1990 a área destinada a esse grão era de 945.300 ha<sup>185</sup> Este movimento também tem sido explicado pela ampliação no volume disponível de Crédito Rural e pela política agrícola de Garantia de Preços Mínimos.

Por outro lado, a área dedicada à soja cresceu consideravelmente. Enquanto os preços internacionais do café e do açúcar foram reduzidos na ordem de 61,8% e 89,3%, respectivamente, no período 1984 a 1989, o da soja se elevou em 94,9%, o que, indubitavelmente, justificava a ampliação da área destinada a essa cultura, saltando de 290 para 998 mil ha<sup>186</sup> entre 1981 e 1990, resultando numa taxa média de crescimento geométrico de 14,7% ao ano, ultrapassando a área do milho no final da década. É importante destacar que o milho, por sua capacidade de fixar Azoto (Nitrogênio) no solo, tem sido plantado em sistema de rotação de cultura com a soja.

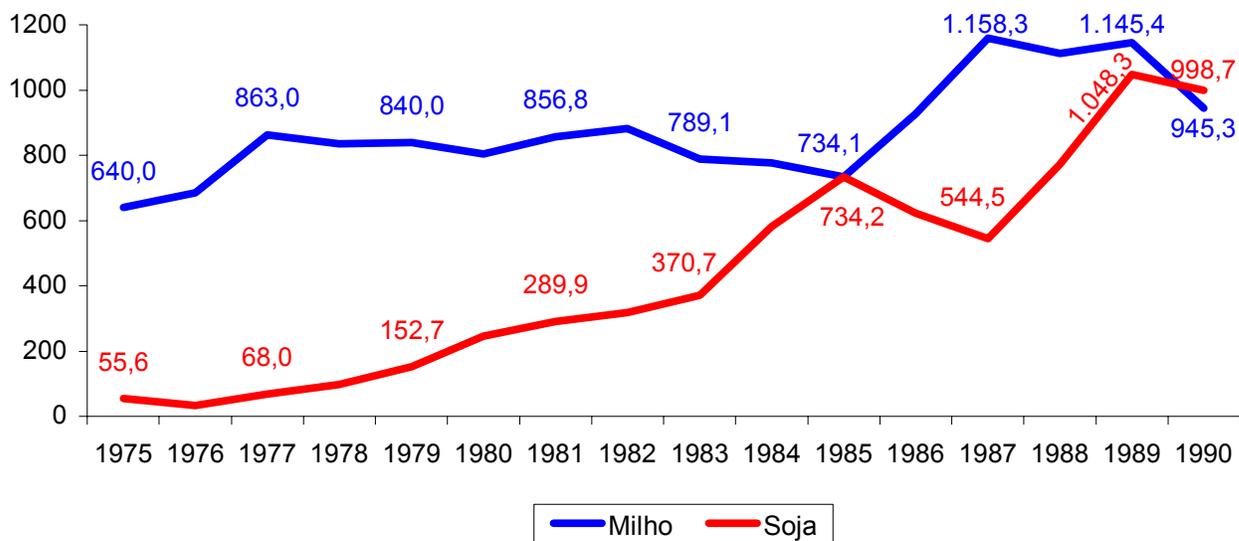
---

<sup>185</sup> Sendo, 873.650 ha em Goiás (92,4%) e 71.650 ha em Tocantins. Ressalte-se que a produção goiana respondia por 96,4% do total GO incluso TO.

<sup>186</sup> Sendo, 972.430 ha em Goiás (97,4%) e 26.280 no Tocantins.

Gráfico 22

Goiás: Área Colhida de Milho e Soja de 1975 a 1990 - (mil ha)



FONTE: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1975 –1990.  
 Obs. Incluso Tocantins nos anos 1989 e 1990.

Ressalta-se que a dinâmica de crescimento da soja se distingue da do milho, pois, ao contrário de se apoiar nas Aquisições do Governo Federal, essa oleaginosa, que é matéria-prima para agroindústria de produção de óleo vegetal e ração animal (fonte de proteína vegetal), encontrava amplo mercado tanto para industrialização local/regional, quanto para o mercado externo (in natura ou agroindustrializada).

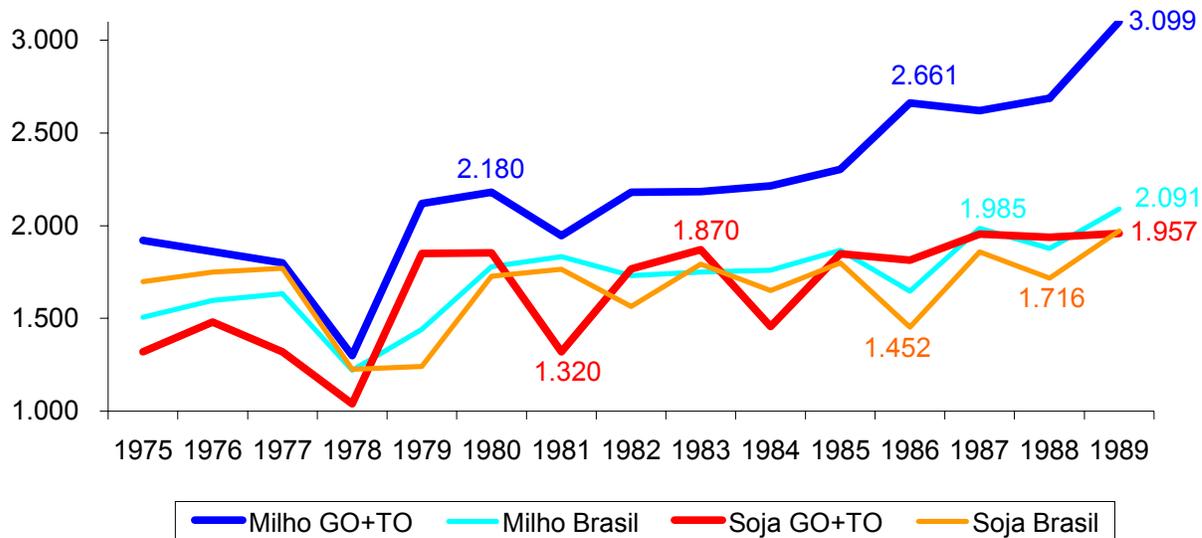
A produtividade é outro aspecto a se considerar. Embora a área destinada ao milho não tenha crescido na mesma proporção da de soja, sua produtividade se ampliou muito ao longo dos anos 80 (Gráfico 23). No período, a produtividade foi bem superior à média nacional, e em grande parte, tratava-se de uma produção em bases tecnificadas, tanto pelo uso crescente de máquinas e implementos agrícolas (o número de tratores elevou-se de 26.875 para 43.313, entre 1980 e 1995), quanto pelas pesquisas coordenadas pela EMBRAPA em busca de melhor adaptação dessas culturas (milho e soja) ao solo característico do cerrado<sup>187</sup>.

<sup>187</sup> Considerando Goiás, exclusive Tocantins, a produtividade do milho atingiu, em 1989, 3.404 kg/ha.

Mesmo superior, ao longo de todo o decênio, a produtividade obtida na cultura do milho em Goiás merece especial destaque nos anos 1986 e 1989, quando se elevou em relação ao mesmo indicador nacional (48,2% acima)<sup>188</sup>.

Gráfico 23

Goiás e Brasil: Produtividade do Milho e da Soja de 1975 a 1990 - (kg/ha)



FONTE: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1975 –1990.  
Obs. Incluso Tocantins no ano de 1989.

Em contrapartida, a soja em Goiás, historicamente, teve produtividade próxima da nacional. Contudo, na década em estudo, esse indicador se apresentou superior ao nacional, exceto nos anos 1981 e 1984. Em 1989, alcançou-se, pela primeira vez, 1.957kg/ha, sendo que 97,3% da produção (GO + TO) se encontrava no território goiano, ressaltando que, a produtividade goiana (exclusive TO) superou as duas toneladas por hectare (2.074 kg/ha).

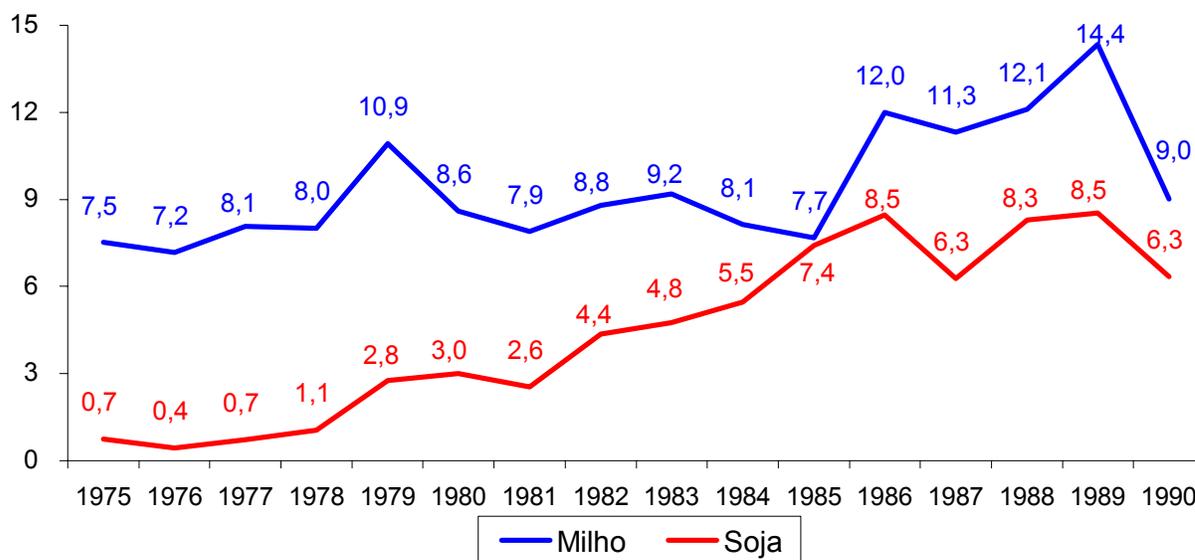
Assim, Goiás ampliou sua inserção na produção nacional. Como pode ser visualizado no Gráfico 24, o milho, que no final da década de 1970 alcançara ponto máximo em 10,9% do volume produzido no Brasil, a partir da segunda metade dos anos 80, atingiu a taxa de 14,4% (13,8% exclusive TO). Desse modo, Goiás, que havia iniciado o decênio como sexto produtor nacional do grão, conseguiu galgar duas posições (quarto produtor nos anos 1986 e 1988). Em 1990, com a supressão da

<sup>188</sup> Excluindo TO, esse diferencial se eleva a 62,8%.

equalização dos preços mínimos, eliminando-se o “subsídio” para os locais mais longínquos do país, os produtores goianos foram desestimulados a plantarem milho. Assim, teve sua participação reduzida para 9%.

Gráfico 24

Goiás: Participação na Área Colhida Nacional de Milho e Soja 1975 a 1990 (%)



FONTE: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1975 –1990.  
Obs. Incluso Tocantins nos anos 1989 e 1990.

Quanto à soja, o aumento na participação, na produção brasileira, foi bastante significativo. Goiás, que encerrara os anos setenta como sexto produtor nacional do grão, contribuindo com 3% do volume total produzido, chegou, em 1989, a elevar sua contribuição a 8,5%, assumindo a posição de quinto estado produtor de soja (mantendo-se até o ano de 1995). Ressalta-se que a divisão do estado não afetou a produção goiana do grão, haja visto que esta se concentrava na parte meridional do antigo Estado de Goiás.

Ainda com enfoque no setor primário, porém com atenção voltada ao subsetor pecuário, o efetivo bovino, que era de 16,1 milhões de cabeças em 1980, elevou-se para 18,1 milhões, em 1985<sup>189</sup>, resultando numa taxa geométrica anual de crescimento de 2,4%. Em 1985, Goiás possuía 14,1% do rebanho nacional. Deste total, 19,9% (3,6 milhões) encontravam-se na parte setentrional do estado (Tocantins). Considerando-se

<sup>189</sup> Censo Agropecuário 1985, FIBGE – DEDIT/CDDI, 1991, p. 310.

apenas o gado localizado no espaço geográfico que posteriormente constituiria o Estado de Goiás (14,5 milhões), a participação relativa no efetivo nacional era de 11,3%.

Ao final da década, em 1990, o efetivo bovino goiano chegara a 21,9 milhões de cabeças (17,6 milhões, exclusive TO)<sup>190</sup>. Assim, a taxa de crescimento alcançou 3,9% ao ano, no período 1985 a 1990. Em termos nacionais, o efetivo se elevou, no mesmo período, de 128,0 para 147,1 milhões, crescendo à taxa de 2,8% ao ano, significativamente inferior, se comparada à goiana. Assim, a participação de Goiás no efetivo nacional elevou-se para 14,9% (12% exclusive TO).

Quanto ao setor secundário, com base na evolução do Produto Interno Bruto Industrial (Tabela 12), vê-se que a concentração industrial no Estado de São Paulo se intensificou até os anos 1970, quando atingiu 56,4% da produção industrial nacional. Porém, a partir daí se modificou a estrutura do PIB Industrial. Com base nisso, algumas interpretações sugerem um processo de desconcentração regional<sup>191</sup> ocorrido entre 1970 e 1985.

Tabela 12  
Participação no Produto Interno Bruto Industrial

Regiões	1939	1949	1959	1970	1980	1985	1990
Norte*	2,3	0,9	1,2	1,1	3,0	4,0	4,4
Nordeste	12,1	9,7	7,5	7,0	9,5	12,0	12,4
Sudeste	71,7	75,3	78,2	79,0	69,1	65,9	64,7
SP	36,4	47,9	54,4	56,4	47,3	44,0	43,6
Centro-Oeste**	1,0	0,7	0,8	0,9	1,7	2,1	3,3
DF	-	-	-	0,1	0,5	0,3	0,5

Fonte: FGV/FIBGE (1939-1985) – IPEA (1990) apud CANO, W. Desequilíbrios Regionais e concentração industrial no Brasil. 1998, p.318.

\*NO = inclui TO em 1985-1990; \*\*CO = inclui TO em 1939-1980; exclui DF

A agroindústria foi um dos principais vetores da elevação da participação do Centro-Oeste no PIB industrial. Como observou LAVINAS, “o grande incremento das exportações de produtos semimanufaturados [...] deve-se ao aumento dos agro-

<sup>190</sup> IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal.

<sup>191</sup> Sobre desconcentração regional ver resumo em PACHECO, Carlos A. Fragmentação da nação, UNICAMP, 1998, pág. 221.

industriais semiprocessados, sobretudo da cadeia grãos-carne, ”<sup>192</sup>. Assim, entende-se que uma avaliação desse tipo específico de indústria justificaria, em grande parte, o crescimento industrial da região.

Com o objetivo de analisar o processo de evolução da agroindústria nos três estados do Centro-Oeste, CASTRO & FONSECA, a partir dos dados do último censo industrial (1985) e do valor pago em Impostos sobre Circulação de Mercadoria e Serviço (ICMS) de 1991<sup>193</sup>, traçam as características da agroindústria da região. O estudo delas servirá de base para análise mais relacionada a Goiás<sup>194</sup>.

A pesquisa tornou claro que em Goiás, em 1985, a principal atividade agroindustrial era o Laticínio, que participava com 28,1% do Valor de Transformação Industrial (IBGE), seguido por Frigoríficos Bovinos (27,2%). Os Derivados de Soja se encontravam em quinto lugar (7,2%), perdendo para Derivados de Algodão (11%) e Álcool e Derivados da Cana (7,5%)<sup>195</sup>.

Em 1991, considerando-se uma amostra de arrecadação de ICMS das 200 maiores empresas agroindustriais no Centro-Oeste, detectaram-se modificações na estrutura produtiva da região: para Goiás, o Complexo Soja gerou 26,9% do ICMS total arrecadado, seguido por Frigoríficos Bovinos (22,9%) e Laticínios (22,5%). O setor que apresentou maior queda no período foi o de Derivados de Algodão, que, em 1985, tinha uma participação de 11%, caindo para 2,1% em 1991<sup>196</sup>.

A amostra goiana de 1985 (Censo Industrial – IBGE) contava com 47 empresas, sendo 14,9% cooperativas, 6,4% capital internacional, 12,8% capital

---

<sup>192</sup> LAVINAS, L. et. alii. Desigualdades regionais e retomada do crescimento num quadro de integração econômica. 1997, p. 23.

<sup>193</sup> Os valores do ICMS dos estados encontram-se em períodos distintos: MS – arrecadação do ano de 1990; MT – soma da arrecadação nominal de 1991 até o mês de agosto e GO – Soma da arrecadação de 1991 até setembro. Para minimizar os problemas advindos dessa diferença de base, foi necessário unificar as tabelas pelo ano de 1991. Unificação essa obtida pela soma dos dados mensais corrigidos pelo índice de dezembro. Ver CASTRO, A. C. & FONSECA, M. G. D. op. cit. p. 44 a 46.

<sup>194</sup> Ver CASTRO, A. C. & FONSECA, M. G. D. op. cit. a partir da página 51.

<sup>195</sup> Em termos de participação empresarial, na amostra de 1985 (IBGE), as principais empresas eram: Comigo, Cooperativa Industrial de Carnes e Derivados GO, S/A Frigorífico Anglo, Cooperativa Central dos Produtores Rurais de MG Ltda., Frigorífico Bordon S/A e SPAM S/A Sociedade de Produtores de Alimentos Manhuaçu.

<sup>196</sup> Em 1991, as principais empresas eram: Cargill Agrícola S/A; Comigo; Cooperativa Central dos Produtores Rurais de MG Ltda., S/A Frigorífico Anglo, Nestlé Industrial e Comercial Ltda. e Arisco Produtos Alimentícios Ltda. Nessas amostras somente 3 empresas aparecem nos dois períodos.

nacional e 66% capital regional. Na amostra de 1991 (ICMS), a agroindústria goiana apresentou relativa diversificação, visto que o número de empresas passou de 47 para 63. Quanto à origem do capital, ocorreram alterações na participação relativa entre os diversos tipos de empresas, sendo 20,6% cooperativas, 9,5% de capital internacional, 23,8% de capital nacional e 46,1% de capital regional. Contudo, tornou-se claro que embora as empresas de capital regional tenham perdido participação relativa, (20 pontos percentuais), ainda predominavam.

Para melhor ilustrar o perfil da agroindústria goiana no Centro-Oeste foram apresentadas apenas as 30 maiores empresas da amostra de 1991 (200 empresas). Estas 30 empresas foram responsáveis por mais da metade (54,6%) de todo Valor Arrecadado na amostra, sendo que 21 delas estavam em Goiás. Ampliando a base para as 50 maiores, tem-se 70,2% de toda arrecadação e, dessas, 31 estavam no território goiano (Tabela 13).

Corroborando a argumentação acima, tomando-se como base apenas as empresas goianas, as 50 maiores eram responsáveis por mais da metade (53,6%) de toda arrecadação da amostra (GO+MS+MT). Outro fator que merece destaque é que a somatória dos valores das cadeias Grãos e Carne representavam 88% do total amostra de Goiás.

“Como resultado, o somatório Carole (cadeia de Grãos e Carnes) evolui de uma participação de 70% do total agroindustrial na amostra FIBGE para 85% na amostra do ICMS, como consequência direta da mudança na importância relativa dos setores já assinalada. [...] Por fim, o quadro das empresas mais importantes das duas amostras pode sintetizar o perfil da agroindústria de Goiás: de 1985 para 1991 aumenta a importância das empresas internacionais *vis-à-vis* os demais tipos de empresas; e as empresas que atuam no setor de oleaginosas ganham importância *vis-à-vis* os setores tradicionais da indústria goiana.”<sup>197</sup>

---

<sup>197</sup> CASTRO, A. C. & FONSECA, M. G. D. op. cit. p. 63.

Tabela 13  
As Trinta Maiores Empresas da Amostra de 1991 com Base no ICMS

Ordem	Razão Social	Tipo	Produto	UF	Valor Arrecadado	Yi	fi
1	Cargil Agrícola S/A	Int	Ole	GO	1.979.595.173,89	4,6%	4,6%
2	Sadia Mato Grosso S/A	Nac	Ole	MT	1.594.338.247,28	3,7%	8,3%
3	Coop. Mista Prod. Rurais Sud. Goiano	Coo	Ole	GO	1.500.949.300,13	3,5%	11,8%
4	Sudaniza Cia. Industrial Alimentos	Nac	Car	MT	1.165.567.201,09	2,7%	14,5%
5	Ceval Agroindustrial S/A	Nac	Ole	MS	1.031.060.483,59	2,4%	16,9%
6	Coop. Central Prod. Rural MG Ltda	Coo	Lat	GO	993.380.121,07	2,3%	19,2%
7	Nestlé Industria e Comercial Ltda	Int	Lat	GO	961.664.799,53	2,2%	21,4%
8	Arisco Produtos Alimentos Ltda	Reg	Out	GO	923.527.430,88	2,1%	23,6%
9	Ceval Centro Oeste S/A	Nac	Ole	MT	900.029.198,08	2,1%	25,7%
10	Sadia Oeste S/A Ind. Com.	Nac	Car	MT	847.094.861,13	2,0%	27,7%
11	Industria Gessy Lever Ltda	Int	Ole	GO	813.353.000,28	1,9%	29,5%
12	Frigorífico Planalto Ltda	Reg	Car	GO	803.694.508,87	1,9%	31,4%
13	Ceval Alimentos S/A	Nac	Ole	GO	711.561.331,20	1,7%	33,1%
14	Moinho Goiás S/A	Reg	Tri	GO	696.560.502,12	1,6%	34,7%
15	Companhia Goiânia de Laticínios	Reg	Lat	GO	692.597.221,88	1,6%	36,3%
16	Sementes Maggi Ltda	Reg	Soj	MT	651.855.884,02	1,5%	37,8%
17	Coop. M. dos Prod. Soja de Goiatuba	Coo	Soj	GO	624.797.614,23	1,5%	39,3%
18	SPAM S/A Prod. Alim. Manhuaçu	Nac	Lat	GO	614.115.209,16	1,4%	40,7%
19	Coop. Industrial Carnes e Deriv. Goiás	Coo	Car	GO	572.064.818,99	1,3%	42,0%
20	Ceval Alimentos S/A	Nac	Ole	MT	542.092.348,06	1,3%	43,3%
21	Planalto S/A Ind. Alimentos	Reg	Lat	GO	529.944.293,05	1,2%	44,5%
22	Maeda S/A Industria e Comércio	Reg	Alg	GO	527.602.162,68	1,2%	45,7%
23	Cutrale Quintela Comercio e Exp. Ltda	Nac	Olé	GO	527.347.203,23	1,2%	47,0%
24	Frigorífico Bordon S/A	Nac	Car	MS	496.407.181,11	1,2%	48,1%
25	Copaza Ind. Óleos Vegetais Ltda	Nac	Ole	MS	492.489.556,55	1,1%	49,3%
26	Comércio e Industria de Carnes Floresta	Nac	Car	GO	488.861.158,78	1,1%	50,4%
27	Laticínios Morrinhos Ind. Com. Ltda	Reg	Lat	GO	478.435.655,71	1,1%	51,5%
28	Copril Coop. Prod. Rural de Itumbiara	Coo	Agr	GO	451.350.311,39	1,0%	52,6%
29	Frigorífico Boivi Ltda	Nac	Car	GO	445.553.968,73	1,0%	53,6%
30	Frivale – Frigorífico Vale do Rio Claro L.	Reg	Car	GO	436.235.800,50	1,0%	54,6%

Fonte: CASTRO & FONSECA. op. cit. ps. 184 a 194.

Observações: yi – Participação Relativa no Total da Amostra; fi – yi acumulado; COO – Cooperativas; Int – Emp. Internacionais; Nac – Emp. de Capital do Centro-Sul; Reg – Emp. de Capital da Região; Agr – Agropecuária Diversificada; Alg – Produtos de Algodão; Car – Frigorífico Bovino; Lat – Laticínios; Olé – Derivados de Soja; Out – outros; Soj – Soja em Grão e Tri – Derivados de Trigo.

Com base no Censo Industrial de 1985, o gênero Produtos Alimentares respondia por 37,2% da estrutura produtiva da indústria de transformação goiana e o de Minerais Não-Metálicos por 19,8%. É importante ressaltar que parte significativa desse gênero advinha da exploração de calcário para correção da acidez dos solos do cerrado que, de forma indireta, fazia parte do complexo agroindustrial, assim como outros

minerais, como o fósforo, extraído em Catalão e processado em Paulínia-SP, ele retornava ao estado na forma de adubo. Ainda merece destaque o amianto, que só é produzido por Goiás, no Brasil, atendendo toda a demanda interna e ainda com elevada inserção no mercado internacional.

Outros gêneros, como Metalúrgica e Química, elevaram sua participação na primeira metade dos anos 80, sendo que o primeiro passou de 5,2% em 1980, para 10,8% em 1985, o segundo de 1,6% para 10,9%, por causa das destilarias de álcool implantadas em Goiás. Ressalte-se que esses dois gêneros possuem fortes relações com a atividade agroindustrial, reforçando a importância deste segmento para a economia goiana. Assim, os gêneros Produtos Alimentares, Minerais Não-Metálicos, Metalurgia e Química respondiam juntos por 78,7% da indústria de transformação.

Por outro lado, o crescimento do setor secundário goiano, na segunda metade da década de 1980, contou ainda com estímulo do Programa FOMENTAR. Como pode ser visto na Tabela 14, 299 empresas se beneficiaram dos incentivos dele provenientes. Com cerca de 60%, em média, dos projetos em pedidos de implantação e aproximadamente 33% de expansão da capacidade produtiva.

Tabela 14

Goiás: Números de Empresas, Empregos e Investimentos Fixos Gerados por ano, com o Incentivo do CD/FOMENTAR – 1985/90

ANO	Número de Empresas Beneficiárias	Número Empregos Estimados	Investimentos Fixos Aplicados em (R\$)	Investimento por Empresa (R\$)	Investimento por Emprego (Em R\$)
1985	22	1.018	27.042.293,24	1.229.195,15	26.564,14
1986	67	4.474	72.249.790,49	1.078.355,08	16.148,81
1987	50	7.993	112.062.519,78	2.241.250,40	14.020,08
1988	40	6.034	331.032.967,13	8.275.824,18	54.861,28
1989	65	6.416	268.432.766,52	4.129.734,87	41.838,02
1990	55	9.886	221.186.974,80	4.021.581,36	22.373,76
TOTAL	299	35.821	1.032.007.311,96	20.975.941,04	175.806,09

FONTE: Sec. Ind. Com - SIC – Elaboração: CCN/CPE apud UCG/CCN, Goiás em Números 1998. p. 145

No setor de serviços, o aumento de sua participação na composição da Renda Interna, na década de 1980, se deveu, em grande parte, à intensificação do processo

de urbanização, cuja taxa se elevou de 62,2%, em 1980, para 76,5%, em 1991, aliada ao crescimento da população goiana, que passou de 3,9 milhões de habitantes, para 4,9 milhões (GO incluso TO), no mesmo período.

Observando a estrutura de ocupação da População Economicamente Ativa (PEA), de Goiás, pode-se ter uma noção das modificações estruturais ocorridas no setor terciário. Em 1970, 60,4% da PEA se encontrava na agricultura, enquanto as atividades industriais absorviam 8,9% e os serviços 30,7%. Em 1980, em consequência dos processos de modernização agrícola, de crescimento populacional e de urbanização acelerada, a proporção da PEA no setor primário havia se reduzido para 39,2% e nos setores secundário e terciário havia aumentado para 16,5% e 45,3%, respectivamente. Durante a década 1980, manteve-se a tendência decrescente na participação da PEA no setor primário, atingindo, em 1990, 25,4%, conforme Tabela 15. Em 1990, enquanto a proporção da PEA na indústria apresentava modesto crescimento (17,3%), a do setor de serviços já alcançava o patamar de 57,3%.

Em termos absolutos, ramos de atividades como a Administração Pública, Defesa e Seguridade Social, juntamente com a Saúde e Serviços Sociais, dobraram o número de pessoas ocupadas. Outros ramos de atividades do setor terciário como Comércio de Mercadoria, Imobiliário, Aluguel e Serviços prestados às Empresas, Transporte e Comunicações, tiveram comportamentos similares, ampliando o número de pessoas ocupadas em 79,0%, 62,1% e 45,0%, respectivamente.

Tabela 15

Goiás: Ocupação da PEA Segundo Contribuição para a Previdência

Ramo de atividade	1981	%	1983	%	1985	%	1988	%	1990	%
Agrícola	509.387	34,8	496.064	31,3	508.535	29,5	533.265	26,8	540.681	25,4
Indústria	237.481	16,2	276.499	17,4	307.058	17,8	361.285	18,2	367.134	17,3
Comércio Mercadoria	159.367	10,9	182.064	11,5	193.124	11,2	251.657	12,7	285.219	13,4
Imob. alug. Serv.prest	300.689	20,6	339.819	21,4	377.485	21,9	448.498	22,6	487.508	22,9
Transporte e Comum.	52.120	3,6	54.255	3,4	60.430	3,5	70.473	3,5	75.561	3,6
Saúde e Serv. Social	106.460	7,3	131.422	8,3	146.971	8,5	186.618	9,4	205.656	9,7
Adm. Pública	56.236	3,8	61.008	3,8	76.995	4,5	88.201	4,4	115.694	5,4
Outras Atividades	40.407	2,8	43.900	2,8	53.339	3,1	48.686	2,4	48.157	2,3
<b>TOTAL</b>	<b>1.462.147</b>	<b>100</b>	<b>1.585.031</b>	<b>100</b>	<b>1.723.937</b>	<b>100</b>	<b>1.988.683</b>	<b>100</b>	<b>2.125.610</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar apud in ESTEVAM, L. op. cit. 1997, p. 163.

Obs: a) Indústria inclui Transformação, Construção e Outras Atividades Industriais;

b) Inclusive Tocantins.

### 2.5.1 Aspectos Demográficos e Urbanos

Retomando a análise iniciada no primeiro capítulo, e ampliando-a até o ano de 1991, observa-se que o ritmo de crescimento populacional no Centro-Oeste, na década de 1980, não ocorreu com a mesma pujança do decênio anterior. Com base na taxa média geométrica de crescimento anual, apresentada na Tabela 16, percebe-se que a região continuou atrativa ao fluxo migratório, pois a expansão da população da região (2,4%) ainda permaneceu acima da nacional (1,9%), porém com taxas mais próximas em relação ao decênio anterior (4,1% e 2,5%, respectivamente). Embora tenha ocorrido a subdivisão de Goiás em 1989, metodologicamente, os residentes do Estado do Tocantins se incluirão nessa região com o propósito de possibilitar análise comparativa.

Em Goiás, esta taxa foi 2,3%, permanecendo superior à nacional. Assim sendo, manteve-se a tendência do período anterior. Entretanto, dentre os estados da região (incluindo DF), Goiás foi o que obteve a menor taxa.

Tabela 16

População Residente e a Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual,  
Segundo as Unidades Federativas do Centro-Oeste – 1970/91

Unidades	1970	1980	1991	1970-80	1980-91
<b>BRASIL</b>	93.139.037	119.002.706	146.825.475	2,5%	1,9%
<b>CENTRO-OESTE</b>	5.073.259	7.544.795	9.816.828	4,0%	2,4%
Mato Grosso do Sul	0	1.369.567	1.780.373	-	2,4%
Mato Grosso	1.597.090	1.138.691	2.027.231	-	5,4%
Goiás	2.938.677	3.859.602	4.938.766	2,8%	2,3%
Distrito Federal	537.492	1.176.935	1.601.094	8,2%	2,8%

FONTE – Elaborado a partir dos dados do IBGE, Diretoria de Pesquisas, Dpo de População e Indicadores Sociais, Censo Demográfico.

Obs. Em 1991 considerou-se que a população de Tocantins está incluída em Goiás.

Mesmo assim, em 1991, a população goiana (incluindo TO) representava metade (50,3%) de todo o Centro-Oeste, somando-se esses habitantes aos do Distrito Federal, essa proporção se elevava a 66,6% (66,8% em 1980), denotando concentração populacional da região, neste espaço. A população do Centro-Oeste (incluso TO) representava 6,7% da brasileira (6,3% em 1980), a de Goiás equivalia a 3,4% (3,2% em 1980).

Por outro lado, o processo de urbanização se intensificou. Em 1980 todos estados do CO (exceto DF) possuíam taxa de urbanização inferiores à média nacional. Em 1991, apenas o Estado do Mato Grosso (73,3%) ainda se encontrava abaixo, porém próxima da brasileira (75,6%), haja visto que, no período, a taxa de MT se elevou em quase 16 pontos percentuais, o dobro da nacional. Goiás, com acréscimo de 14,3 pontos percentuais, urbanizou-se consideravelmente nesta década, e a proporção da população residente no meio urbano (taxa de urbanização) saltou de 62,2%, em 1980, para 76,5% em 1991 (GO incluso TO). Considerando o novo Estado de Goiás, esse percentual eleva-se a 80,8%.

Tabela 17

Goiás: Evolução da Taxa de Urbanização 1970 a 1991 (%)

<b>Unidades</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>
<b>BRASIL</b>	55,9	67,6	75,6
<b>CENTRO-OESTE</b>	48,0	67,8	79,2
Mato Grosso do Sul	-	67,1	79,4
Mato Grosso	42,8	57,5	73,3
Goiás*	42,1	62,2	76,5**
Distrito Federal	96,0	96,8	94,7

FONTES – Elaborado a partir dos dados do IBGE, Diretoria de Pesquisas, Dpo de População e Indicadores Sociais, Censo Demográfico.

Obs. \* Em 1991 considerou-se que a população de TO está incluída em GO.

\*\* Para Goiás, exclusive Tocantins, o percentual eleva-se para 80,8%.

Esse processo também ocorreu de forma intensa no Aglomerado Urbano de Goiânia (AUG)<sup>198</sup> (Tabela 18), em que a taxa de urbanização apresentou alteração de apenas meio ponto percentual. Essa pequena variação se deveu ao fato de que a capital, que representava 88,6% da população do Aglomerado em 1980, já era, quase na totalidade, urbana. Entretanto, deve-se dar maior atenção às demais cidades da Aglomeração.

Primeiramente, há que se ressaltar que na década de 1970, em termos relativos, Goiânia (6,8%) só crescera menos que Aparecida de Goiânia (19,2%), porém,

<sup>198</sup> Definido no primeiro capítulo, a partir da classificação utilizada pela pesquisa IPEA/IBGE/NESUR. Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, 1999.

na década seguinte, a capital foi a que apresentou menor taxa geométrica de crescimento anual (2%). Isso fez com que a proporção de sua população, no Aglomerado, se reduzisse para 76,6%, em 1991. Dessa forma, as demais cidades ampliaram sua participação no AUG, com destaque para Senador Canedo e Aparecida de Goiânia, cujas populações se ampliaram em 673,6% e 311,2% (1980-1991), respectivamente. Esse rápido crescimento se deu nos centros urbanos, fazendo com que cidades como Aparecida de Goiânia elevassem sua taxa de urbanização de 48,9% para 98,4%, no período. De fato, em 1991, no AUG apenas o município de Senador Canedo apresentava baixa taxa de urbanização (36,6%), e outros dois municípios, Goianira (78,6%) e Nerópolis (87,1%), ainda não haviam atingido patamares superiores a 90%.

Tabela 18

Aglomerado de Goiânia: População, Taxa de Urbanização e Taxa de Crescimento 1980 e 1991

Municípios	1980			1991		
	Total	Taxa de Urbaniz	Taxa Cresc 70-80	Total	Taxa de Urbaniz	Taxa Cresc 80-91
Aparecida de Goiânia	43.405	48,9%	19,2%	178.483	98,4%	13,7%
Goiânia	738.117	98,1%	6,8%	922.222	95,2%	2,0%
Goianira	7.545	63,0%	2,2%	12.896	78,6%	5,0%
Nerópolis	9.449	75,8%	2,0%	12.987	87,1%	2,9%
Senador Canedo	3.090	27,8%	1,3%	23.905	36,6%	20,4%
Trindade	31.039	72,9%	3,3%	54.072	90,5%	5,2%
<b>Total da Aglomeração</b>	<b>832.645</b>	<b>93,8%</b>	<b>6,9%</b>	<b>1.204.565</b>	<b>94,3%</b>	<b>3,4%</b>

FONTE – IBGE, Censo Demográfico.

Outrossim, torna-se relevante comparar a taxa geométrica de crescimento do AUG (3,4%) com a de Goiás (2,3%). O diferencial indica que o Aglomerado cresceu, relativamente, mais que o estado, aumentando assim a proporção de sua população em relação à goiana. Assim, os habitantes desta área, que, em 1980, representavam 21,6% dos residentes em Goiás (incluso TO), em 1991 tal participação elevou-se para 24,4%. Se se soma ao AUG a população de Anápolis (45 km de Goiânia), o percentual sobe

para 29,7%. Isso significa que o espaço geográfico concentra cerca de um terço da população goiana.

Esses dados revelam, ainda, outro fenômeno, não exclusivo de Goiás. Trata-se do crescimento populacional, principalmente de pessoas com baixas rendas, no entorno das grandes cidades, transformando as sedes dos municípios vizinhos em “cidades dormitórios”. Isso tem sido explicado, em parte, pelo baixo preço da terra (lotes para construção) e do aluguel, tornando-se compensador o deslocamento, principalmente levando-se em consideração que o custo de transporte quase não se altera.

A título de exemplo, em Goiânia, especificamente, há um sistema integrado de transporte urbano, que unifica o preço da passagem independentemente da distância percorrida pelo passageiro. Viabilizando este sistema existem terminais, posicionados da seguinte forma: no eixo leste-oeste<sup>199</sup>, outro no sul, outro na região sudeste e outro no município de Aparecida de Goiânia. Isso permite, por exemplo, que um passageiro embarque num ônibus coletivo da cidade de Trindade, acesse o terminal Padre Pelágio<sup>200</sup> (extremo oeste de Goiânia), e pode baldear para o ônibus do eixo leste-oeste, cruzar toda a cidade, descer no terminal Novo Mundo<sup>201</sup> (extremo leste de Goiânia) e ainda adentrar outro ônibus para Senador Canedo, pagando apenas uma passagem, atualmente no valor de R\$ 1,00. Para Alguns municípios, há acréscimos que variam de R\$ 0,30 a R\$ 1,00.

---

<sup>199</sup> Cruzando a cidade de Goiânia de oeste para leste, iniciando no terminal Padre Pelágio (Setor Capuava), com terminais intermediários no Dergo (Setor Aeroviário), na Praça A (Campinas), Praça da Bíblia (Setor Universitário) e terminando no Novo Mundo (Setor Novo Mundo).

<sup>200</sup> Que também conecta os municípios Aragoiânia, Guapó e Goianira

<sup>201</sup> Que conecta os municípios de Senador Canedo, Bonfinópolis, Bela Vista, Nerópolis, Hidrolândia e Vilarejo de Bom Sucesso.

## Capítulo III

### ***Goiás e a Busca de Um Novo Perfil Econômico***

O início da década de 1990, no Brasil, marcou-se pelas aberturas comercial e financeira, na instauração da ideologia neoliberal. Esses fenômenos tiveram como ponto de partida o aprofundamento das crises econômica e política, vividas no final dos anos oitenta.

Em nome dessa ideologia, introduziram-se amplas reformas nas políticas de crédito rural, de câmbio, desregulamentação dos fluxos de capital do e para o exterior, comercial, salarial, dentre outras, abandonando-se, assim, o modelo anterior de industrialização. Em poucos anos, removeu-se um complexo sistema de proteção não-tarifária e se reduziram as tarifas nominais<sup>202</sup> e efetivas modais para cerca de um quarto das aplicadas na década de 80<sup>203</sup>. Nesta década, acentuou-se o processo de privatização e de desmonte do Estado.

#### **3.1 A Ideologia Neoliberal**

A reestruturação econômica nos países centrais, iniciada no final da década de 1960, deveu-se, em grande parte, à expansão do sistema financeiro internacional, que encontrou, nos países subdesenvolvidos e socialistas, mercado para absorver um volume considerável dos petrodólares ociosos, significativamente ampliado a partir dos aumentos de preço do petróleo nos anos 1973 e 1979.

Por outro lado, os EUA surpreenderam o mundo ao elevarem suas taxas de juros entre 1979 e 1983 e estenderem a política do “dólar forte” até 1985. A

---

<sup>202</sup> Taxas de tarifa nominais para os 16 setores industriais principais, por exemplo, caíram de uma média de 105% nos anos 1980, para até 13%, no período 1994-97.

<sup>203</sup> Ver CANO 2000 e ARBACHE, J. S. & CORSEUIL 2001.

implementação dessas políticas, além de ampliar a dívida norte-americana, quebraria financeiramente os países devedores, produziria forte valorização cambial nos países desenvolvidos (credores dos EUA), acompanhada por recessão, e ainda forçaria a Alemanha e o Japão a financiarem os déficits americanos. Além disso, traria enormes problemas ao modelo de crescimento econômico no qual se assentavam os países subdesenvolvidos.

Conforme CANO, “os países desenvolvidos fizeram coro com o ideário norte-americano e inglês do neoliberalismo: a procura de maior ocupação para o capital ocioso, por meio da busca da *eficiência do mercado* e ataque frontal ao Estado Nacional regulador e social. A investida consistiu, fundamentalmente, em: i) ruptura dos monopólios públicos; ii) privatização; iii) abertura comercial; iv) desregulamentação dos movimentos do capital internacional; v) flexibilização das relações de trabalho/capital; e vi) corte nos gastos sociais”.<sup>204</sup>

Este movimento estimulou as grandes empresas transnacionais a investirem maciçamente na compra (a preço baixo) de patrimônios (monopólios) públicos resultantes dos processos de privatização. Além disso, ampliou-se sensivelmente o processo de concentração de capital, através das aquisições, fusões, associações e participações acionárias.

A partir do final da década de 1980, a reestruturação atingiu também os países subdesenvolvidos. Para implementar as reformas, seria necessária a remoção ou minimização de barreiras protecionistas impostas pelos Estados Nacionais, soberanos. Assim, os países centrais impuseram aos periféricos as políticas neoliberais, transplantando para estes um conjunto de mudanças institucionais, produtivas, comerciais e financeiras, como as que já haviam se implantado em seus próprios países. As medidas foram executadas sob o discurso ideológico de que chegara a hora desses países se modernizarem, igualando-se ao primeiro mundo, pois isso seria uma tarefa inevitável, necessária e inadiável diante da globalização dos mercados internacionais. Para tanto, esses países tiveram que expor à concorrência internacional o aparelho produtivo nacional, para que ele ganhasse maior eficiência, produtividade e

---

<sup>204</sup> CANO, W. Soberania e política econômica na América Latina. 2000, p. 27.

competitividade. Na verdade, tratava-se, desde o início, de uma batalha desigual travada entre as empresas nacionais e as mega-organizações (firmas) internacionais.

Além dos investimentos em simples transferência de propriedade, as ETs (Empresas Transnacionais) intensificaram e aceleraram o uso de um conjunto de novas tecnologias – que comporiam a chamada Terceira Revolução Industrial – que começavam a dar seus primeiros passos comerciais: as de automação, de informatização, de novos materiais, de gestão administrativa, comercial e financeira. Desnecessário falar que para os países subdesenvolvidos seus efeitos são mais graves: sucateamento do capital físico e do trabalho, e substituição de insumos tradicionais pelos novos materiais.<sup>205</sup>

No Brasil, pelo lado político, Fernando Collor venceu a disputa à Presidência da República em 1989, apoiado pelos principais órgãos de comunicação de massas e por alianças com partidos conservadores. Ele conduzia seus discursos exaltando os economicamente excluídos, os quais chamava de “*descamisados*”; invocava modernidade ao definir, por exemplo, os automóveis fabricados no Brasil como “*carroças*” e denunciava funcionários públicos que percebiam salários elevados, os quais receberam o cognome de “*marajás*”. Contudo, a inconsistência de sua oratória com o que efetivamente ocorria em sua administração culminaria na prisão de seu tesoureiro de campanha, Paulo César Farias e houve o *impeachment* do Presidente, que teve seus direitos políticos suspensos por oito anos. Itamar Franco, que era o Vice-Presidente, concluiu o mandato, governando o Brasil por quase dois anos nos caminhos do ideário neoliberal. Em maio de 1993, Fernando Henrique Cardoso (FHC), que era Ministro das Relações Exteriores (do governo Itamar Franco), assumiu o Ministério da Fazenda e conduziu, a partir de 7 de dezembro de 1993, a implantação do Plano Real, com vistas à estabilização econômica.

O bom resultado obtido pelo Plano Real em meados do ano seguinte, a continuidade da abertura comercial e a flexibilização dos monopólios estatais transformaram-se no cerne da campanha eleitoral de FHC, eleito Presidente (1994), dando continuidade ao projeto neoliberal. Em outubro de 1998, a Constituição recebeu uma Emenda que concedia ao então Presidente o direito de disputar a reeleição.

---

<sup>205</sup> Id. *Ibid.*, p. 28.

Novamente apoiando-se no plano de estabilização, com sinais de esgotamento, mas amparado pela mídia e apregoando que no próximo mandato buscaria o desenvolvimento econômico, sempre considerando que a estabilidade já havia sido alcançada, FHC reeleger-se-ia Presidente da República em 1999. De valia fundamental, o empréstimo de US\$ 40 bilhões, concedido pelo FMI e determinado pelo Governo dos EUA, com o que a quebra cambial do país se adiará de meados de 1998 – para reelegê-lo – para janeiro de 1999.

Entretanto, o “desenvolvimento nacional” parece não ter merecido a devida atenção presidencial, pois, quando a economia começava a sinalizar uma retomada do crescimento, o “*apagão*” (crise de racionamento de energia elétrica) entrou em cena, no exato momento em que “*as luzes se acendiam no Senado*”, ofuscando o “*brilho da dramaturgia política nacional*”<sup>206</sup>.

Esta crise energética deixou claro que o Governo Nacional há muito havia parado de se preocupar com a questão do desenvolvimento econômico, relegando ao segundo plano os investimentos públicos para a conservação, ampliação e implantação de infra-estruturas como energia e transporte.

### 3.2 Década de 1990: neoliberalismo e crise

No dia 15/03/1990, no seu primeiro dia de mandato, o presidente Collor, instituiu aquele que seria o quarto plano de estabilização econômica no Brasil desde o Plano Cruzado. Sua equipe econômica, coordenada pela então ministra da economia Zélia Cardoso de Mello, elaborou o Plano Brasil Novo, que ficou mais conhecido como Plano Collor. Este consistia, no fundamental, em drástico corte dos ativos financeiros, e de outras aplicações de medidas (algumas impopulares) nas áreas fiscal<sup>207</sup>, monetária<sup>208</sup>, financeira<sup>209</sup>, de câmbio, de comércio exterior<sup>210</sup>, preços<sup>211</sup> e salários<sup>212</sup>.

---

<sup>206</sup> Troca de acusações entre parlamentares, inclusive da base governista, culminou na renúncia de três senadores que, assim, fugiram do vexame da cassação e, principalmente, mantiveram seus direitos políticos.

<sup>207</sup> Buscou-se focalizar medidas que aumentassem a arrecadação. O Plano projetou converter o déficit anterior de 8% do PIB, para superávit de 2%. Foram criados novos tributos, como imposto de renda sobre ganhos de bolsa, aumentadas outras alíquotas, como as do Imposto sobre Produtos Industrializados, além de outros mecanismos como a maior incidência do IOF e várias transações financeiras, redução do prazo de recolhimento de alguns tributos, proibição de cheques ao portador de

Com isso, o Produto Interno Bruto de 1990 foi 4,4% inferior ao de 1989. Em janeiro do ano seguinte, em que pese o governo ter conseguido equilibrar as finanças públicas e ainda aumentar as reservas externas, o país se encontrava diante de uma forte recessão. Por outro lado, havia aumentado consideravelmente o desemprego, e a inflação já retornava à casa dos 20% ao mês. Novas medidas foram tomadas, as quais foram intituladas de “Plano Collor 2”, que passou a vigorar a partir 01/02/1991.

Em novembro de 1993 se anunciou outro plano de estabilização econômica, posteriormente chamado de Plano Real, com foi a criação de um indexador básico para a economia, corrigido diariamente pelo Banco Central. A este indexador se deu o nome de Unidade Real de Valor (URV). A partir de então, o Brasil atravessou uma fase, que duraria até o mês de junho, em que era obrigatória a conversão para URV dos salários<sup>213</sup>, preços públicos e privados<sup>214</sup> e outros, embora a moeda circulante e as operações do sistema financeiro permanecessem em cruzeiros.

Antecipando o cronograma, graças a proximidade das eleições (10/1994), em 01/07/1994 foi instituído o Real (R\$) em substituição ao Cruzeiro. A recém-criada moeda equivalia a 1 URV e, conseqüentemente, a 1 dólar. Essa paridade monetária de um para um dava-se sob *cotação flutuante* para a taxa de câmbio, porém com sobrevalorização da moeda nacional. Conforme CANO, “a valorização cambial foi a

---

valores superiores a 100 BTN, aumento na tributação sobre lucro dos exportadores e atividade agropecuária etc.

<sup>208</sup> Em substituição ao cruzado novo foi reintroduzido o cruzeiro, que fora extinto no Plano Cruzado, mantendo-se a paridade.

<sup>209</sup> Entendendo a inflação como resultante de elevados gastos públicos e privados e visando efeito imediato para se reduzir a utilização do enorme volume de recursos aplicados a curto e longo prazos, bem como os depósitos à vista ou em caderneta de poupança, foram fixados limites para conversão dos mesmos. A título de exemplo, das contas correntes e poupanças podia-se converter cerca de 50.000 cruzeiros, aproximadamente US\$ 1.200. O valor remanescente ficou bloqueado por 18 meses, configurando-se seqüestro de liquidez.

<sup>210</sup> Maior destaque deve ser dado às medidas de cunho neoliberais, como: adoção do câmbio flutuante e liberação dos controles administrativos sobre importações e exportações.

<sup>211</sup> Foi decretado congelamento geral dos preços de bens e serviços.

<sup>212</sup> No mês de março, os salários foram reajustados de acordo com a inflação de fevereiro, entretanto, posteriormente, a inflação de março não foi incorporada. No cerne da política salarial que se implementava, era notória a medida neoliberal de flexibilização dos salários, proibindo qualquer forma de indexação dos mesmos.

<sup>213</sup> Calculados em URV, pela média aritmética dos meses novembro/93 a fevereiro/94.

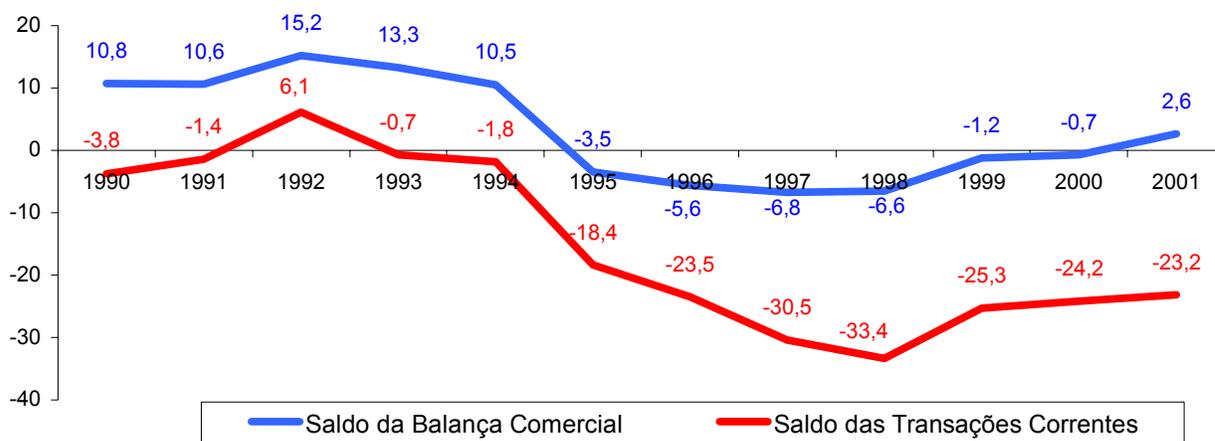
<sup>214</sup> A conversão de preços deu-se basicamente pela URV do dia. Entretanto, houve majoramento na maioria dos preços praticados, principalmente nos serviços.

verdadeira *âncora* do programa de estabilização, apoiada ainda pela abertura comercial e outras medidas, como controle monetário e do crédito e alta dos juros.”<sup>215</sup>

Esta sobrevalorização, ao mesmo tempo em que tornava os produtos nacionais exportáveis menos competitivos no mercado internacional, estimulava fortemente as importações que, a partir de então, cresceram significativamente. Sendo o Brasil um país subdesenvolvido, onde as Rendas Enviadas ao Exterior (*royalties*, aluguéis, juros, dividendos, lucros e outras) são superiores às Rendas Recebidas, necessariamente a Balança Comercial precisaria ser fortemente superavitária, minimizando o impacto causado pelas Rendas Líquidas Enviadas ao Exterior (Rendas Enviadas - Rendas Recebidas) no Balanço de Pagamentos. Contudo, a Balança Comercial brasileira tornou-se deficitária a partir de 1995 e, nesta condição, permaneceu até o final da década (Gráfico 25). Nem mesmo o ingresso de capitais através dos investimentos estrangeiros<sup>216</sup> durante o processo de privatização foi suficiente para suprir os déficits das Transações Correntes.

Gráfico 25

Brasil: Saldos da Balança Comercial e Transações Correntes (1990-2001)  
US\$ (bilhões)



Fonte: Banco Central do Brasil, Boletim, Seção Balanço de Pagamentos (BCB Boletim/BP novo)

<sup>215</sup> CANO, W. op. cit. p. 238.

<sup>216</sup> É importante ressaltar que os investimentos estrangeiros são bem-vindos, quando os mesmos ampliam a capacidade produtiva do país, gerando renda. No processo de privatização, o que na verdade acontece é que esse ingresso de capital serve para a aquisição de capacidade já existente. Num primeiro momento, há entrada de recursos pela compra desse patrimônio, entretanto, a partir de então haverá sempre fluxos inversos (remessas de lucros), aumentando a conta das Rendas Enviadas ao Exterior.

Como conseqüência, houve um aumento do endividamento do país por causa da necessidade de se financiar o Balanço de Pagamentos. A dívida total do setor público, que equivalia a 31,1% do PIB em janeiro de 1994, saltou para 54,8% em setembro de 2001. Na década de 90, a dívida externa brasileira quase dobrou, saltando de US\$ 123,4 para US\$ 236,2 bilhões (Gráfico 26).

Gráfico 26



Fonte: Banco Central do Brasil – Boletim do Balanço de Pagamentos – Dívida Externa.

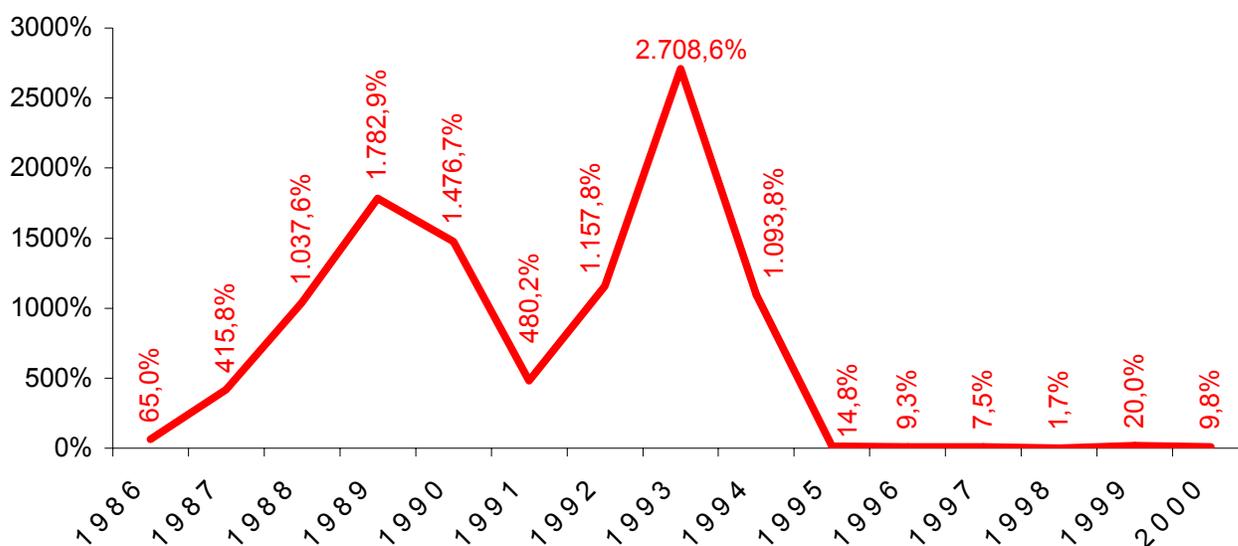
Por outro lado, incentivaram-se muitos brasileiros à aquisição de bens duráveis, muitos deles importados, através da disponibilidade de crédito pessoal com baixas taxas de juros (em dólares), porém atrelado ao câmbio. Tal fenômeno só começou a decrescer com a desvalorização cambial ocorrida em janeiro de 1999. A título de exemplo, alastraram-se pelo Brasil concessionárias de automóveis importados, as quais tiveram sua demanda extremamente ampliada em relação a períodos anteriores; nos supermercados se tornou comum os produtos importados dividirem as prateleiras com os nacionais, em alguns casos ocupando maiores espaços. Vários segmentos produtivos nacionais, como eletro-eletrônicos, brinquedos, tecidos e calçados, foram colocados à mercê do mercado “neoliberal” de concorrência desigual e sofreram fortes pressões por parte de produtos de origem estrangeira. Muitos deles não resistiram e tiveram a falência decretada. Infelizmente, essas empresas não tiveram a mesma “sorte” do sistema financeiro “nacional”, que contou com mecanismos de ajuda como o

PROER e a autorização por parte do BC de cobranças de escorchantes tarifas pelos serviços prestados.

De fato, o conjunto de medidas direcionadas à estabilização econômica, postas em prática por FHC, conseguiu conter o processo inflacionário: após atingir 2.708% em 1993, reduziu-se no ano seguinte (1.093%) e se manteve relativamente baixo (menor ou igual a 20%) nos anos subseqüentes (Gráfico 27).

Gráfico 27

## Brasil: Inflação Anual de 1986-2000 - IGP - DI



Fonte: Fundação Getúlio Vargas - Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna, obtidos no IPEADATA

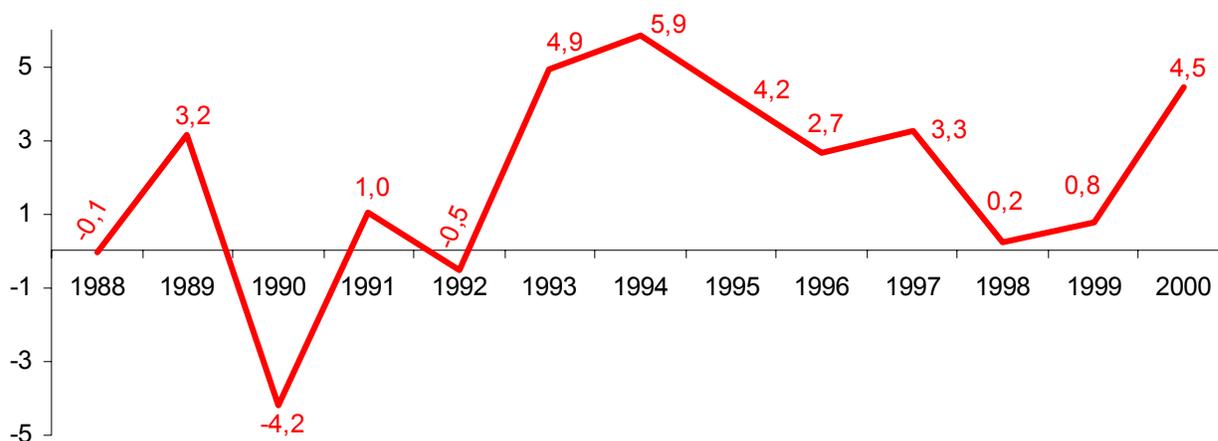
Ressalte-se que a elevada taxa de inflação de 1994 se resultou basicamente do primeiro semestre, período que antecede a implantação do Real, tendo sido sempre superior a 40% ao mês. No mês de julho, ela se reduziu à metade (24,7%) e caiu ainda mais nos meses seguintes.

Ao direcionar todos os esforços no sentido de conter a inflação, o desenvolvimento econômico ficou relegado a segundo plano. O Gráfico 28 mostra que as medidas, adotadas por Collor, não arrefeceram somente o processo inflacionário mas, também, o PIB: a política de Collor conseguiu reduzi-lo em 4,2% em 1990. Durante seu mandato, esse fato não mereceu destaque necessário, e o ritmo de crescimento da economia nacional foi medíocre. Itamar Franco, guardando as devidas

proporções, não voltou sua administração, no primeiro momento, ao combate efetivo do processo inflacionário, e a economia retomou o crescimento. Com a *euforia do consumo* e a estabilização obtida em meados de 1994, o PIB teve crescimento de 5,9% neste ano. A partir de então, o Plano Real se consolidava, ao mesmo tempo em que o ritmo da produção nacional perdia vigor. Parte disto pode ser atribuída à ampla abertura comercial e ao câmbio favorável às importações.

Gráfico 28

Brasil: Variação Anual do Produto Interno Bruto 1988-2000 (%)



Fonte: Calculado pelo autor a partir dos dados do IBGE obtidos no IPEA - IPEADATA

O PIB brasileiro, que havia atingido R\$ 939,3 bilhões<sup>217</sup> em 1989, somente retornou a esse patamar na segunda metade do governo Collor/Itamar. Nos dois mandatos do presidente FHC, o Produto Interno Bruto cresceu de forma muito tímida<sup>218</sup>, atingindo o montante de R\$ 1.167,1 bilhões em 2000. Tomando-se como parâmetro o período 1990 a 2000, a economia brasileira cresceu à taxa média de 2,7% a.a. Considerando-se que a taxa de crescimento vegetativo da população brasileira foi de 1,6% a.a., no mesmo período, tem-se a plena convicção de que o cognome “década perdida” não deveria se restringir apenas à década de 1980.

De fato, estas políticas econômicas não produziram melhorias na distribuição de renda do país, pois os 20% mais pobres dispunham, em 1993, de 2,2% da renda, e essa taxa permaneceu praticamente inalterada em 1999 (2,3%). Estendendo essa

<sup>217</sup> Valores em Reais atualizados pelo IPEA para o ano 2001.

<sup>218</sup> Principalmente se comparado aos crescimentos obtidos da década de 1970.

mesma análise aos 50% mais pobres, a participação destes, no mesmo período, se elevou de 12,3% para 12,5%, ou seja, praticamente não se modificou. Da mesma forma, os 10% mais ricos do país, que detinham 48,6% em 1993, continuaram apossando-se da metade da riqueza do país (47,5%). Portanto, nesta década, em que prevaleceram os ideários do neoliberalismo, as benesses prometidas ainda não se efetivaram, muito pelo contrário, os fatos já dão conta de que está em curso, no Brasil, um processo de deterioração ainda maior da economia e da sociedade.

### 3.3 Goiás nos anos 1990

O Estado de Goiás foi governado pelo PMDB de 1983 a 1998. O Íris Rezende, eleito em 1982 com 61,8% dos votos, sucedeu em 1986 Henrique Santillo, que “devolveu” o poder ao próprio Iris Rezende, nas eleições de 1990. Em 1994 Íris elegeu seu sucessor, Maguito Vilela<sup>219</sup>, com propostas “inovadoras” na área social, na política de industrialização do estado e na promessa de enxugamento da máquina administrativa. Nas eleições de 1998, o candidato do PSDB, Marconi Perillo (35 anos), derrotou o “mito goiano” – Íris Rezende. Por pouco teria vencido no primeiro turno (48,6% dos votos), e o vexame seria ainda maior. Essa derrota deveu-se mais à insatisfação dos goianos pelo longo período da administração do PMDB, que pelos próprios méritos do concorrente.

Neste cenário, a economia goiana não tinha como produzir comportamento distinto ao da economia nacional. Tomando-se como base a variação anual do PIB goiano (Gráfico 29), pode-se perceber claramente que a desaceleração no crescimento econômico ocorrido na década de 1980 se manteve ao longo dos anos 90, quando o estado obteve crescimento apenas medíocre, se comparado àqueles do decênio de 1970.

Em 1990, a queda na variação do PIB Goiano não foi tão brusca quanto à nacional, porque o setor agropecuário possuía alta participação na composição do PIB. Os efeitos perversos da abertura comercial, em primeira estância, foram menos pujantes neste segmento. Deste modo, a agricultura cresceu 2,5%, compensando a

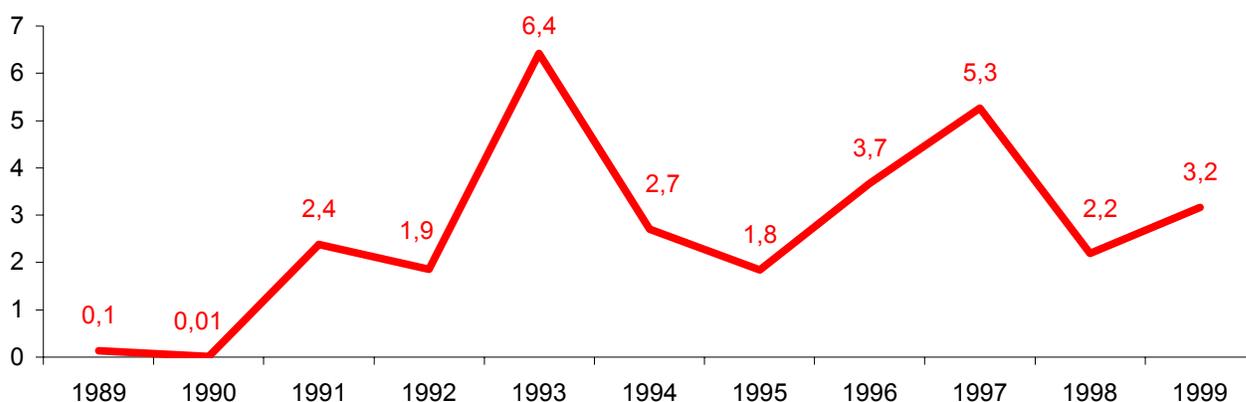
---

<sup>219</sup> Deputado Federal Constituinte em 1986 e vice governador de Iris Rezende em 1990.

redução do setor industrial, que caiu 2,9%. Ressalte-se que o setor de serviços praticamente não sofreu alterações.

Gráfico 29

Goiás: Variação Anual do Produto Interno Bruto 1989-1999 (%)



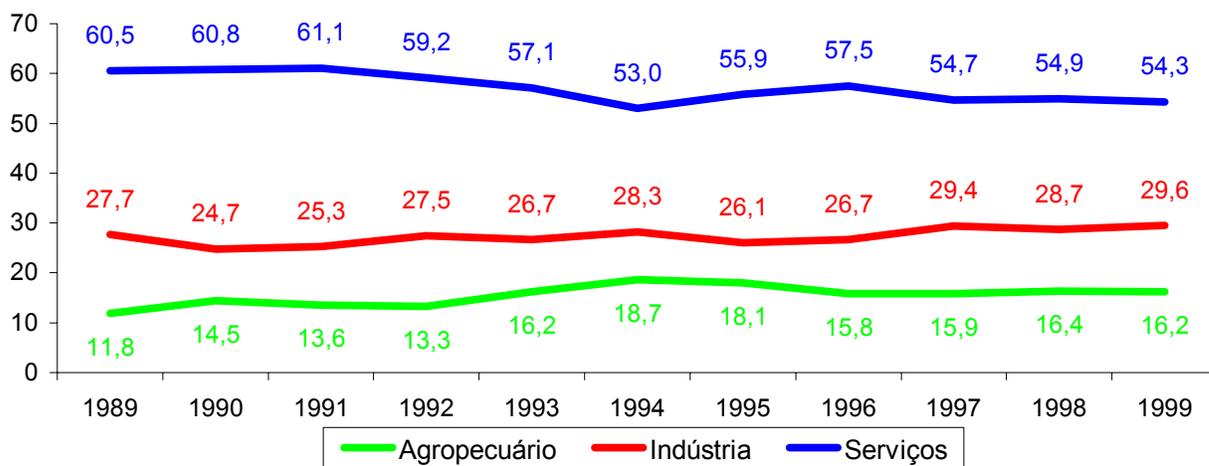
Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN – Gerência de Contas Regionais-2001.

Ao se comparar as taxas de crescimento da economia goiana vis-à-vis às nacionais, percebe-se que as primeiras obtiveram índices, em média, superiores às segundas. Por isso, a participação relativa de Goiás no PIB brasileiro, que era de 1,8% em 1975, atingiu 1,9% em 1998. Contudo, a desvalorização cambial em 1999 resultou em aumento na produção industrial nacional e, ao mesmo tempo, produziu queda nos preços internacionais de commodities, como a soja e o milho, com o que a participação goiana no PIB nacional caiu para 1,8% nesse ano.

Ao longo da década de 1990, a estrutura produtiva do PIB (Gráfico 30), teve pequenas alterações: a indústria, que já era beneficiada pelos incentivos da “guerra fiscal” desde meados dos anos 80, ganhou novos estímulos nos anos 90, com recursos oriundos do FCO, através do encerramento do programa FOMENTAR (socializando as dívidas) e da implantação de novo programa, o PRODUZIR, trazendo novas vantagens ao setor, como será mostrado mais adiante, mas a agricultura foi penalizada pela substancial redução do crédito rural. Entretanto, a própria expansão das agroindústrias, passou a constituir mecanismo importante ao financiamento agrícola.

Gráfico 30

Goiás: Participação Relativa dos Setores Agropecuário, Indústria e Serviço na Composição do PIB de 1989 a 1999



Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN – Gerência de Contas Regionais-2001.

### 3.3.1 Políticas Regionais de Desenvolvimento

No âmbito nacional, o início da década de 1990 caracterizou-se pela interrupção das políticas federais para o fomento do desenvolvimento regional. Embora a SUDECO não tivesse a mesma importância das suas co-irmãs (SUDENE e SUDAM), sua extinção, em 1990, representou significativa perda de representatividade do Centro-Oeste junto à União.

Atualmente o FCO (descrito no capítulo anterior) é o único programa, em nível federal, em ação na região. Em 1996 ele sofreu alterações, sendo inseridas novas diretrizes<sup>220</sup> resultantes de entendimentos entre SEPRE-MPO, governos estaduais e o Banco do Brasil. Contudo, embora o volume de recursos disponíveis do FCO<sup>221</sup> tenha-

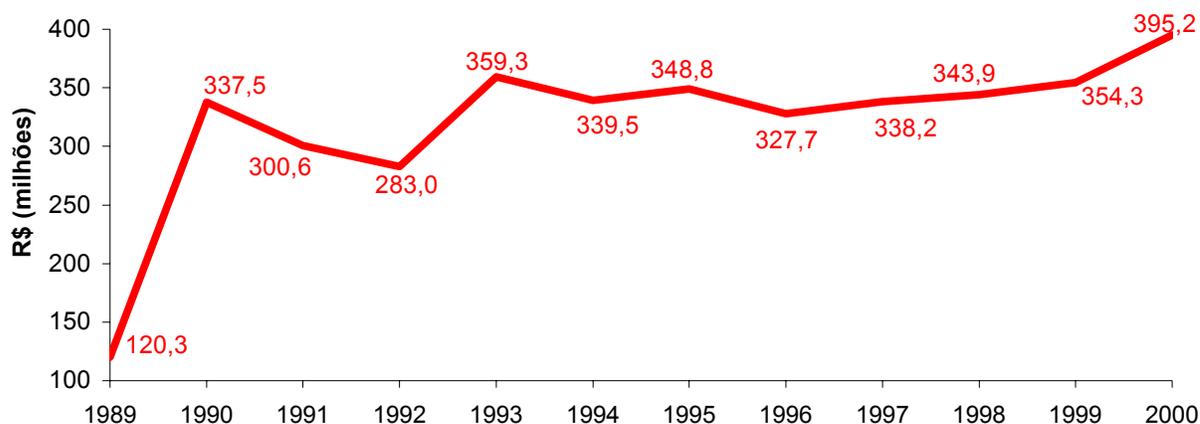
<sup>220</sup> Dentre as novas diretrizes, podem-se citar: “a possibilidade de ampliação dos prazos de financiamentos nos projetos do Programa de Desenvolvimento do Turismo Regional, bem como daqueles destinados à aquisição de bovinos para a engorda, sob condições específicas; a inclusão dos projetos para engorda de novillo precoce em Goiás e Distrito Federal; a assistência financeira à floricultura, à aquisição de suínos híbridos e reprodutores e matrizes do gado pardo suíço; a prioridade, no MS, aos projetos da avicultura de corte, da suinocultura, da sericultura, da piscicultura, da pecuária leiteira e da fruticultura e de agroindústrias de pequeno e médio porte”. OTAMAR de CARVALHO, 1998, pág. 135

<sup>221</sup> São disponibilizados 3% do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e do Imposto sobre Produtos Industrializados, entregues pela União, na forma do

se mantido de forma regular (Gráfico 31), o mesmo tem sido consideravelmente inferior aos que foram destinados pelo Governo Federal na década de 1970. Entretanto, o aporte permanente dos recursos do Fundo (29% para Goiás, 29% para Mato Grosso, 23% para Mato Grosso do Sul e 19% para o Distrito Federal) tem possibilitado financiamentos de longo prazo, ainda dinamizando a economia regional.

Gráfico 31

## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO 1989-2000



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional in: Boletim dos Indicadores Regionais SDR/MI.

Obs. Valores atualizados pelo Ministério da Integração, pela BTN e TR, a preços de março de 2001.

O montante de recursos disponibilizado pelo FCO até o final do exercício de 2000 foi de R\$ 3,8 bilhões<sup>222</sup>, o que equivalia a aproximadamente 5,5% do PIB do CO de 1998. Foram efetuadas 152,1 mil operações de crédito com produtores rurais e empresas dos setores agropecuário, industrial, mineral e de turismo.

Conforme Relatório Anual do FCO, o ano 2000 ficou marcado pelas modificações promovidas pelo Governo Federal na política de encargos financeiros das operações com recursos dos Fundos Constitucionais. Desta forma, “ao editar a MP 1.988-16, de 13/01/2000, instituindo taxas de juros prefixadas nos financiamentos, em substituição ao IGP-DI, mais taxa efetiva de juros de 8% a.a., o Executivo decretou o início de um novo ciclo na história do FCO, uma vez que a figura do indexador oficial

artigo 159, inciso I, alínea “c” da Constituição Federal, distribuídos entre as Regiões Norte (0,6%), Nordeste (1,8%) e Centro-Oeste (0,6%).

<sup>222</sup> A preços de março de 2001.

para correção de saldos devedores, presentes desde o início das atividades do Fundo, foi abolida.”<sup>223</sup> Ainda, instituiu-se a substituição dos redutores financeiros<sup>224</sup> pelo bônus de adimplência de até 15%, incidente sobre os saldos de encargos financeiros das operações, concedidos aos mutuários que honrassem seus compromissos até a data do vencimento.

Em 2000, se realizaram 11.558 contratações pelo FCO, sendo MS responsável por 40,4% do total, seguido por MT (36,7%), GO (22,5%) e DF (0,4%). Embora Goiás tenha ocupado a terceira posição em relação ao número de contratos (2.603), no que tange ao volume de recursos repassados na ordem de R\$ 293,6 milhões<sup>225</sup>, foi o que apresentou melhor desempenho entre as demais Unidades Federativas, captando 42,5%<sup>226</sup> do montante aplicado, sendo que MS e MT tiveram participações equivalentes a 28,0% e 25,0% respectivamente, ficando o DF com 4,4%.

Com base no montante repassado, torna-se perceptível que nem todo o volume de recursos disponibilizado pelo Fundo tem sido utilizado. Desta forma, no encerramento do exercício de cada ano, os recursos não aplicados ou não comprometidos com operações contratadas são realocados para distribuição de acordo com a programação do período seguinte.

Para 2001, conforme o Ministério da Integração Nacional (MI), os prazos para pagamento (setor rural) eram de até 12 anos (incluído o período de carência de até 3 anos) para os Investimentos Fixos; até 10 anos (incluído o período de carência de até 3 anos), observada a vida útil do bem financiado, para maquinaria e veículos e até 6 anos (incluído o período de carência de até 2 anos) para os demais, sendo que a assistência máxima do programa é de R\$ 20 milhões (Tabela 19).

---

<sup>223</sup> MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Relatório Anual do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste. Banco do Brasil. 2000. p. 48.

<sup>224</sup> Concedido aos mutuários segundo a natureza e localização do empreendimento, a finalidade do financiamento e o seu porte.

<sup>225</sup> Valores corrigidos pela TR, posição em 31/12/2000.

<sup>226</sup> As aplicações em Goiás totalizaram R\$ 124,9 milhões, dos quais 70% destinaram-se aos projetos do setor rural. O desempenho da indústria também merece destaque, com investimentos na ordem de R\$ 35,4 milhões, equivalente a 52,5% do total alcançado pelo setor em toda região.

Tabela 19

FCO (2001) - Programa de Desenvolvimento Rural<sup>227</sup>, Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural<sup>228</sup> e Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar<sup>229</sup>

Enquadramento/ Porte	Faturamento Anual (R\$ mil)	Juros (%) aa	Juros com Pontualidade	Limite Financiável Recursos FCO (%)	Prazo para Pagamento de até	Carência Até	Teto (R\$ mil)
PRONAF	Até 27	4,00	3,40	100	8 anos	03 anos	15
Mini	até 40	6,00	5,10	100	12 anos	03 anos	2.880
Pequeno	De 40 a 80	8,75	7,44	100	12 anos	03 anos	2.880
Médio	De 80 a 500	8,75	7,44	90	12 anos	03 anos	2.880
Grande	acima de 500	10,75	9,14	80	12 anos	03 anos	2.880
Cooperativas	acima de 500	10,75	9,14	80	12 anos	03 anos	5.760

Fonte: Ministério da Integração Nacional / Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – CONDEL/FCO.

As taxas de juros, bem como os limites financiáveis, variam conforme o enquadramento do tomador, havendo bônus de adimplência aos mutuários sem atrasos nas prestações até a data do vencimento, conforme estipulado nas Condições Gerais de Financiamento.

Os demais setores produtivos também são atendidos pelo FCO. Conforme o MI, “em sintonia com o esforço da Região na implantação de pólos de desenvolvimento e formação de clusters, os segmentos industrial, agroindustrial e mineral têm à disposição

<sup>227</sup> São considerados prioritários e de relevante interesse para efeito de concessão do financiamento com recursos do F.C.O. os empreendimentos: a) voltados à produção de algodão, arroz, batata, feijão, mandioca, milho, soja, trigo, hortifrutigranjeiros, carne de aves, de bovinos, de peixes e de suínos e leite; b) voltados para a criação de animais de pequeno e médio porte; c) direcionados à implantação de projetos para a criação e engorda de novilho precoce; d) destinados à implantação de projetos de irrigação; e) que adotem sistema de manejo integrado de controle de pragas e doenças; f) que se destinem à implantação de infra-estrutura de armazenagem e energia elétrica por produtores reunidos em cooperativas ou associações ou em nível de propriedade em projetos agropecuários integrados; g) destinados ao beneficiamento e à transformação de matéria-prima regional “in natura”, de produção própria; h) para ajudagem, obras de irrigação e outras inversões necessárias à captação, ao armazenamento e à distribuição de água para explorações agropecuárias, realizadas nos municípios pertencentes ao nordeste goiano; i) enquadrados nos Programas Oficiais Específicos de Desenvolvimento amparados por Lei Estadual ou do Distrito Federal que tenham sido submetidos e aprovados pelo CONDEL/FCO.

<sup>228</sup> Financiamento de projetos destinados à implantação, ampliação e modernização de empreendimentos conduzidos em regime de integração, cujo processo produtivo esteja direcionado às necessidades da unidade integradora. Por exemplo: avicultura, suinocultura, piscicultura, fruticultura e olericultura, dentre outras.

<sup>229</sup> Financiamento das atividades agropecuárias e agroindustriais desenvolvidas pelos agricultores familiares, suas cooperativas e associações na Região Centro-Oeste.

os recursos oferecidos por meio do FCO Empresarial – Programa de Desenvolvimento Industrial, com prazos de pagamento compatíveis com os retornos previstos nos projetos de implantação, ampliação, modernização ou realocização.” Os prazos, limites financeiros, carência e teto para 2001 estão apresentados na Tabela 20.

Tabela 20

FCO Empresarial<sup>230</sup> - Limites Financeiros, Carência e Teto para 2001

Enquadramento/ Porte	Faturamento Anual (R\$ mil)	Juros (%) aa	Juros com Pontualidade	Limite Financeiro Recursos FCO (%)	Prazo para Pagamento de até	Carência Até	Teto (R\$ mil)
Micro	até 244	8,75	7,44	90	12 anos	03 anos	6.400
Pequeno	de 244 a 1.200	10,00	8,50	90	12 anos	03 anos	6.400
Médio	de 1.200 a 20.000	12,00	10,20	80	12 anos	03 anos	6.400
Grande	Acima de 20.000	14,00	11,90	60	12 anos	03 anos	6.400
Grup. Econômico	Acima de 20.000	14,00	11,90	60	12 anos	03 anos	9.600
Cooperativas	acima de 500	10,75	9,14	80	12 anos	03 anos	5.760

Fonte: Ministério da Integração Nacional / Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – CONDEL/FCO para 2001.

Em Goiás, o FCO está vinculado ao Conselho de Desenvolvimento do Estado, que direciona as prioridades do uso dos recursos do Fundo, objetivando conciliar os interesses privados com o Plano de Ação do Governo do Estado, dentro das diretrizes emanadas pela União.

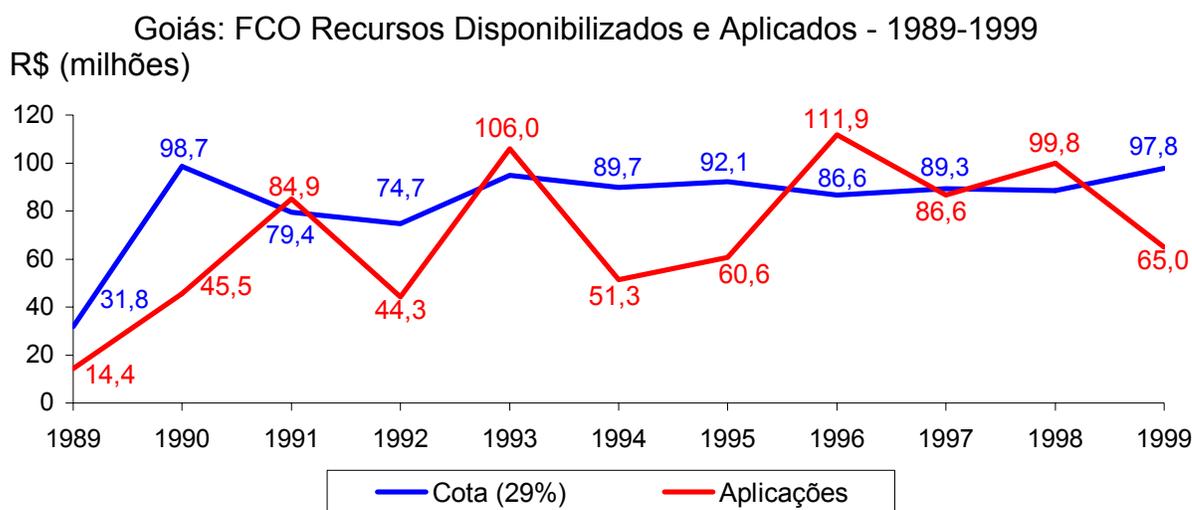
Ressalte-se que o empresariado goiano não tem absorvido, na totalidade, os recursos do FCO desde a sua criação. A distribuição dos valores transferidos pelo Tesouro Nacional ao Fundo é feita da seguinte forma: 10% para o financiamento aos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo INCRA; 50% às unidades federativas e 40% também às unidades federativas, porém conforme a demanda pelos recursos.

Desta forma, destinam-se ao Estado de Goiás 29% do montante do Fundo, podendo este percentual se elevar ou se reduzir de acordo com o montante solicitado no conjunto das contratações. Entretanto, no período de 1989 a 1999, a efetiva

<sup>230</sup> Programa de Desenvolvimento Industrial, Programa de Infra-Estrutura Econômica, Programa de Desenvolvimento do Turismo Regional, Programa de Incentivo às Exportações, Programa de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços.

aplicação dos recursos se deu em níveis inferiores ao que o Fundo disponibilizava (Gráfico 32). Este fenômeno pode ser atribuído, em parte, às distintas políticas de juros implementadas no FCO ao longo de sua existência. O fato de que parcela do Fundo (40%) se distribuiu conforme a demanda, possibilitou o estado obter, em quatro anos, valores superiores ao que lhe era destinado.

Gráfico 32



Fonte: Banco do Brasil – Goiás.

### 3.3.1.1 Crédito Rural

O Governo Federal fixou um valor de R\$ 11,2 bilhões de crédito agrícola a ser concedido para a safra 2000/01, para o Brasil. Entretanto, segundo a FIPE (SP), as necessidades de financiamentos do setor agropecuário chegaram, na safra 1999/2000, a R\$ 42,4 bilhões (70% do PIB setorial), sendo R\$ 23,6 bilhões para custeios, R\$ 11,7 bilhões para investimentos e R\$ 7,1 bilhões para comercialização.

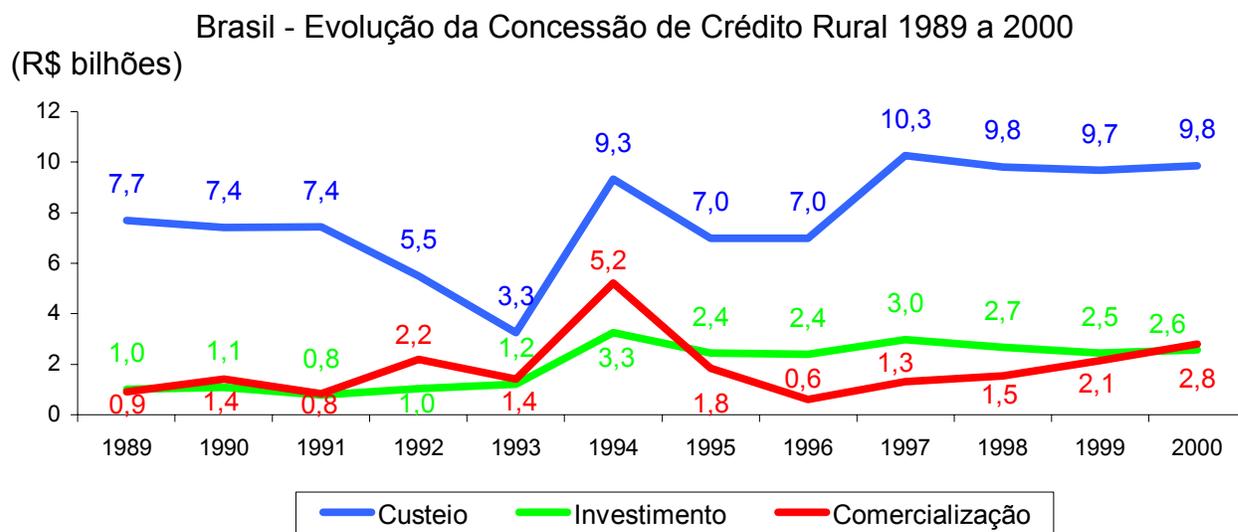
A carência de recursos, que se estende desde a década de 1980<sup>231</sup>, é agravada pela dificuldade dos pequenos e médios produtores terem acesso ao crédito rural barato, que está sendo dirigido aos grandes produtores, os quais têm ao seu alcance outros instrumentos de financiamento. Conforme o Censo de 1995, apenas 20% dos

<sup>231</sup> Na década de 1970 até o ano de 1985, através da "Conta Movimento" do Banco do Brasil, foram disponibilizados significativos recursos à agricultura que muito colaborou para seu desenvolvimento no país. Neste período, foram transferidos para agricultura, na forma de subsídios, cerca de US\$ 31,5 bilhões (a preços de 1997).

estabelecimentos agropecuários brasileiros contavam com o apoio do crédito rural oficial, sendo que 5% do total eram liberados para as pequenas propriedades, enquanto 56% destinavam-se às grandes. Além disso, as pequenas propriedades têm menos acesso aos créditos de custeio que as grandes. Em Goiás, apenas “7,0% dos estabelecimentos tomaram recursos emprestados para o desenvolvimento e expansão de suas atividades no ano agrícola de 1995-1996. E apenas 5% tomaram crédito para custeio. O panorama acima traçado, portanto, é de uma agricultura com um padrão tecnológico reduzido. Entretanto, existe segmento moderno expressivo, responsável por parcela significativa especialmente da produção de lavouras comerciais [sic]. Foi esse o segmento responsável pelo importante incremento de rendimento das lavouras entre 1985 e 1996”<sup>232</sup>.

Nos anos 1990, a Política de Garantia de Preços Mínimo (PGPM) perdeu vigor, e os valores concedidos na forma de Crédito Rural, em nenhum ano, ultrapassaram a casa dos R\$ 18 bilhões, atingindo seu ponto mínimo em 1993, com um montante de R\$ 5,9 bilhões (Gráfico 33). Na primeira metade da década, disponibilizaram-se, em média, R\$ 10,4 bilhões anualmente, e na segunda metade, essa média se elevou para R\$ 13,6 bilhões.

Gráfico 33



Fonte: Banco Central do Brasil – BACEN/DPRO/SISTEMA RECOR

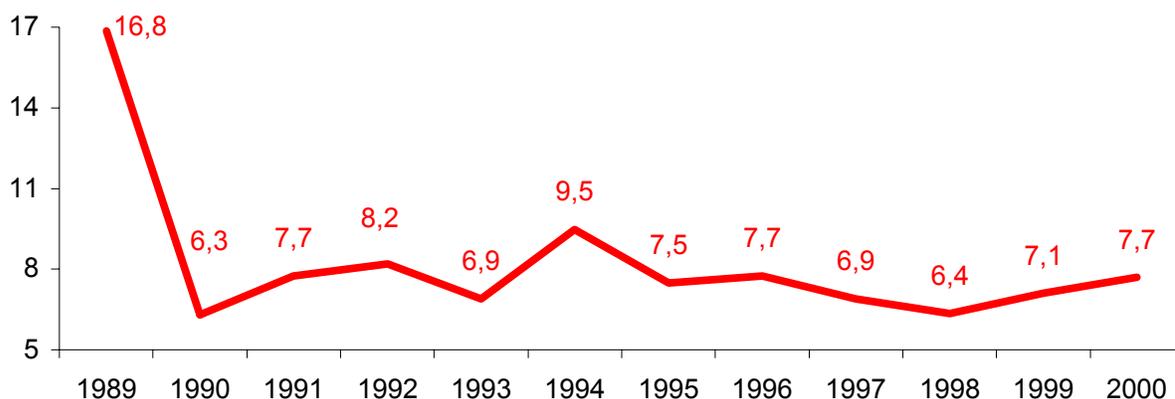
Obs. Elaboração própria: Valores em Real, a preço de Dez. de 2001, atualizados pelo autor pelo IGP-DI.

<sup>232</sup> IBGE. *Censo Agropecuário 1995-1996, N° 25 – Goiás, 1998, p. 35.*

Desde 1975, o Sul tem absorvido a maior parte dos recursos do Crédito Rural. O Centro-Oeste, que recebia, em média, algo em torno de 9,4% até o ano de 1984, ampliou sua participação, superando as regiões Norte e Nordeste juntas. Entre 1989 e 2000, destinaram-se ao CO, 19,3% do total do Crédito Rural, com destaque para 1989 e 1994, quando sua participação atingiu 32,8% e 24,4%, respectivamente. Goiás recebeu, em média, 8,1% (Gráfico 34), cerca de 42% dos recursos destinados ao CO, ficando MT com pouco mais de um terço e MS com um quarto do montante disponibilizado para a região.

Gráfico 34

Goiás: Participação Relativa no Crédito Rural 1989 a 2000 (%)



Fonte: Banco Central do Brasil – BACEN/DPRO/SISTEMA RECOR

Obs. Elaboração própria: Valores em Real, a preço de Dez. de 2001, atualizados pelo autor pelo IGP-DI.

Do total desses recursos recebidos por Goiás (R\$ 7,8 bilhões<sup>233</sup>), no período 1990 a 1998, o Custeio foi a modalidade que mais os recebeu (63,2%), seguida pelo Investimento (18,9%) e Comercialização (17,9%) (Tabela 21).

Entretanto, conforme GASQUES<sup>234</sup>, na década de 1990 houve mudanças na forma de condução dos gastos públicos com agricultura. O governo, em algumas áreas, assumiu papel meramente regulador, criando instrumentos ampliadores da participação do setor privado. Assim, a proporção dos dispêndios na Função Agricultura, na execução das despesas por função, que na década de 1980 girava em torno de 5,6%,

<sup>233</sup> Valores em Real, a preço de dezembro de 2001, atualizados pelo IGP-DI.

<sup>234</sup> GASQUES, J. G. Gastos Públicos na Agricultura. 2001.

caiu para 2,4% na primeira metade dos anos 90, e para 2,1% no período 1995 a 1999<sup>235</sup>.

Tabela 21

Goiás: Concessão do Crédito Rural em Custeio, Investimento e Comercialização de 1990 a 1998 (R\$ bilhões)

Ano	Custeio	Investimento	Comercialização	Total
1990	473,6	99,1	50,4	623,1
1991	600,9	59,9	39,9	700,6
1992	452,7	77,3	183,9	713,9
1993	257,9	99,4	47,5	404,8
1994	766,5	297,6	620,6	1.684,7
1995	507,2	175,0	162,4	844,6
1996	489,9	207,2	77,7	774,7
1997	683,8	228,8	89,9	1.002,5
1998	684,8	223,2	120,5	1.028,4
Total	4.917,3	1.467,5	1.392,7	7.777,4

Fonte: Banco Central do Brasil – BACEN/DPRO/SISTEMA RECOR

Obs. Valores em Real, a preço de Dez. de 2001, atualizados pelo autor pelo IGP-DI.

Este autor adverte que mais de 50% do gasto público estavam pulverizados em pequenas obras espalhadas pelo país, dificultando o controle e o acompanhamento das ações, minimizando a possibilidade de se obter resultados transformadores para a agricultura nacional.

### 3.3.1.2 Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)<sup>236</sup>

Os analistas, estudiosos da PGPM, trabalham com a hipótese geral de que o CO se beneficiou pela equalização dos preços mínimos no nível nacional. Como era possível vender a safra agrícola diretamente ao Setor Público, sem ter que arcar com

<sup>235</sup> “A parte problemática da redução do gasto público refere-se à redução dos gastos com o crédito rural. [...] a partir de 1995, caíram em depressão e mudaram, em sua essência, quanto ao tipo. Até esse ano, o financiamento do custeio agropecuário era feito sob a forma de Concessão de Empréstimos. A partir de 1996, o financiamento passou a ser feito na forma de equalizações de taxas de juros em conformidade com a Lei no 8 427/92.” GASQUES, J. G. op. cit. p. 23.

<sup>236</sup> Este item foi elaborado a partir de REZENDE, G. C. A política de preços mínimos e o desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste. Rio de Janeiro, IPEA, 2002. (Texto para discussão 870).

despesas de transportes, o governo tornou-se grande comprador da produção da região na década de 1980, conforme apresentado no Capítulo anterior.

Recentemente, autores, como REZENDE<sup>237</sup>, têm considerado que esse artifício dissuadiu o comércio privado entre o CO e as demais regiões importadoras, dificultando a integração dos mercados e o deslocamento de agroindústrias para a região.

Contudo, a PGPM influenciou distintamente os mercados de arroz, milho e soja. Os preços mínimos do arroz de sequeiro goiano e o arroz agulhinha do RS tinham diferencial de apenas 14%. A partir de fevereiro de 1989, esse percentual elevou-se a 23%. Considerando a potencialidade do consumo paulista e que GO se encontra menos distante que o RS, esse diferencial poderia ser compensado pelo menor custo de transporte. Entretanto, o setor arrozeiro gaúcho se encontrava num estágio de desenvolvimento bem superior ao goiano, e a questão do transporte se tornou menos relevante, assumindo papel de destaque fatores como qualidade do grão, seu processamento e formas distintas de comercialização.

Quanto ao milho, embora os custos de transportes sejam mais incidentes neste grão por causa do seu baixo preço por tonelada, até 1991 seu preço mínimo era uniforme para todas as regiões do país. No Governo Collor, o Plano de Safra 1990/91 mudou essa política de preços e, a partir de fevereiro de 1991, os preços mínimos para Goiás tornaram-se 85% do preço mínimo do Paraná. Todavia, pressões políticas fizeram com que o Governo recuasse e, no ano seguinte, os preços foram novamente uniformizados. No caso da soja, os preços mínimos sempre estiveram abaixo do mercado, exceto para o período 1985-87, quando as AGFs absorveram um terço da safra do Centro-Oeste. Entretanto, de forma indireta, a PGPM contribuiu para a expansão da soja, ao beneficiar a produção do milho e do arroz<sup>238</sup>.

Por outro lado, por se tratar de uma *commodity* com ampla inserção no comércio internacional, a redução paulatina da participação do governo na

---

<sup>237</sup> REZENDE, G. C A política de preços mínimos e o desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste. Rio de Janeiro, IPEA, 2002. (Texto para discussão 870)

<sup>238</sup> Pela capacidade de fixação de azoto no solo, o milho desempenha papel importante no processo de rotação com a cultura da soja. O arroz, porque barateava a abertura de novas áreas agrícolas que posteriormente seriam utilizadas pela soja.

comercialização se substituiu pela entrada de novas formas de financiamento, como aquisição antecipada<sup>239</sup>, venda de insumos contra entrega futura do grão, etc.

A PGPM apesar de ter beneficiado os produtores goianos, dando-lhes rentabilidades favoráveis por meio das AGFs, acabou desestimulando-os a se preocuparem com outras questões como o armazenamento na própria propriedade<sup>240</sup>. Por outro lado, os estímulos governamentais eram direcionados aos armazéns de grande capacidade, sem que estes pudessem servir de canais de comercialização.

Neste sentido, o Governo Federal, a partir da segunda metade da década de 1990, passou a estimular a estocagem e o financiamento privados, reduzindo sua participação no setor agrícola. Assim, o governo aprovou a Lei 9.973, de 05/2000 (Lei de Armazenagem), regulamentada pelo Decreto 3.855, de 07/2001, substituindo a Lei de Armazenagem de 1903, permitindo ao armazenador comercializar produtos similares ao que recebe em depósito; aumentando a responsabilidade do proprietário do armazém por perdas ou irregularidades; atribuindo ao Ministério da Agricultura a supervisão e regulamentação do armazenamento de produtos agrícolas, que era de responsabilidade das Juntas Comerciais e autorizando o Poder Executivo a regulamentar a emissão de títulos representativos de produtos agropecuários.

### **3.3.1.3 Guerra Fiscal: Substituição do FOMENTAR pelo PRODUIR**

O programa FOMENTAR, instituído em 1984, no âmbito da “Guerra Fiscal”, tinha como principal atrativo a isenção temporária do pagamento de 70% sobre o ICMS<sup>241</sup>. Os financiamentos das empresas industriais e agroindustriais, beneficiadas com o programa, deveriam ser resgatados no prazo de 5 anos, com 2 anos de carência, quando se iniciaria o pagamento em 60 parcelas mensais, iguais e fixas, acrescidas de

---

<sup>239</sup> Instituída em 1994, a Cédula de Produto Rural – CPR – passou a financiar os produtores através da venda antecipada da produção para as instituições financeiras, agroindústrias, cooperativas, fornecedores de insumos e outros.

<sup>240</sup> Estima-se que no Brasil só se armazena na propriedade de 3% a 5% da produção, enquanto nos EUA e na Argentina essas percentagens são de 65% e de 25% a 30%, respectivamente.

<sup>241</sup> Até o ano de 1999, foram aprovados 1.332 projetos, sendo 639 pedidos de implantação, 265 de expansão, 235 de reformulação, 50 de redução de ociosidade e 143 de reenquadramento. Deste total, 659 (49,5%) foram entre 1994 e 1999.

juros de 2,4% a.a., sem correção monetária<sup>242</sup>. Considerando-se que no ano de sua concepção a inflação já era superior a 223% a.a., não atribuir correção monetária a essa parcela, praticamente se constituiria em isenção fiscal, pois a deterioração da dívida se tornava um benefício indireto concedido ao empreendedor.

O benefício, conforme Relatório de Auditoria do T.C.E. de Goiás, referente ao FOMENTAR (1986 a 1994), não era oferecido a todos os interessados, já que o Programa não se estendia às micro e pequenas empresas. Somente em abril de 1990, por meio da Lei 11.180, elas passaram a receber apoio. Todavia, implementaram-se novas alterações, dissuadindo o acesso e, praticamente, inviabilizando a permanência delas no Programa. Em contrapartida, ampliava-se a concessão de vantagens para as grandes empresas, argumentando-se que seus projetos eram considerados relevantes para o estado.<sup>243</sup>

Com a estabilização monetária nos anos 1990, novos mecanismos se aplicaram ao Programa, mudando a forma do beneficiamento. As modificações na legislação do FOMENTAR atingiram as questões relativas aos prazos da protelação do pagamento e do tempo de fruição.

As primeiras alterações na Lei ocorreram antes da efetivação dos primeiros pagamentos pelas empresas que ingressaram no programa (que concedia protelação dos prazos de fruição e de recolhimento do ICMS devido em 5 anos). Em 1998, se estipulou que esse prazo chegaria a 30 anos, com mais 30 anos para seu pagamento. Possibilitou-se, isto, por meio da edição de 7 Leis e 4 Decretos, os quais estão sumariamente apresentados no Quadro 6. Este conjunto de Decretos e Leis corrobora a tese de que o Programa se constituía na renúncia fiscal de 70% dos débitos do ICMS.<sup>244</sup>

---

<sup>242</sup> Conforme o Tribunal de Contas do Estado de Goiás, para o período 1986 a 1994, caso a correção monetária tivesse sido atribuída à parcela protelada, chegar-se-ia ao valor de US\$ 230,5 milhões.

<sup>243</sup> Ver PASCHOAL, J. A. R. op. cit. p. 58.

<sup>244</sup> Ver PASCHOAL, J. A. R. op. cit. p. 62.

## Quadro 6

## Modificações na Legislação Inicial do Programa FOMENTAR de 1985 a 1998

Decreto ou Lei	Conteúdo	Efeitos Provocados no Programa
1) Decreto nº 2.453, de 22/02/1985	Dispõe sobre o prazo de utilização dos benefícios dentro do programa	<b>Concede 5 (cinco) anos</b> de prazo para utilização dos benefícios, com diferenciação de prazos para pagamento de encargos: 3 anos para a área do PRONORDESTE e AMAZÔNIA LEGAL; 2 anos para as demais localidades
2) Decreto nº 2.579, de 28/04/1986	Dispõe sobre o prazo de resgate dos benefícios do Tesouro Nacional	Concede ao pagamento o mesmo tempo de fruição dos benefícios, ou seja, 5 anos.
3) Lei nº 11.180, de 19/04/1990	Fixa novos prazos de fruição e de resgate dos benefícios	<b>Até 10 (dez) anos</b> para empreendimentos situados nas áreas da Amazônia Legal e até 7 (sete) anos para as demais localidades
4) Decreto nº 3.503, de 08/08/1990	Fixa novos prazos de fruição e resgate dos benefícios	Ratifica para ambos, o prazo de 5 (cinco) anos.
5) Lei nº 11.660, de 27/12/1991	Fixa novos prazos de fruição e resgate dos benefícios	<b>Até 10 (dez) anos para:</b> empreendimentos situados na área abrangida pelo PRONORDESTE e AMAZÔNIA LEGAL. Indústrias pioneiras no seu ramo de atividade. Investimentos industriais em municípios de até 20.000 habitantes. Projetos considerados de alta relevância para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado de Goiás. <b>Até 7 (sete) anos para:</b> Indústrias estabelecidas em distritos industriais, mantidas pelo Estado de Goiás. Indústrias que fabricam produtos sem similares no Estado de Goiás. Indústrias que destinam mais de 50% de suas mercadorias para venda no estado. Indústrias que pertencem a grupos que possuem 3 ou mais empresas amparadas pelo Programa. <b>Até 5 (cinco) anos para:</b> Indústrias não enquadráveis às normas anteriores. Indústrias com projetos de expansão de sua capacidade instalada. Indústrias com projetos que visam à redução de sua capacidade ociosa.

Continuação

Decreto ou Lei	Conteúdo	Efeitos Provocados no Programa
6) Decreto nº 3.822, de 10/07/1992	Fixa novos prazos para a fruição dos benefícios e para a nova pontuação a ser alcançada	<p><b>Até 10 (dez) anos:</b> Conforme estipulado pela Lei nº 11.660, de 27/12/1991.</p> <p><b>Até 7 (sete) anos:</b> Para indústrias que ofereçam mais de 1.000 (mil) empregos diretos. Para indústrias que fabriquem produtos similares no Estado de Goiás. Para indústrias que destinem mais de 50% de sua produção à venda no mercado interno do Estado de Goiás. Para indústrias pertencentes a grupo possuidor de 3 (três) ou mais estabelecimentos fabris amparados pelo Fomentar.</p> <p><b>Até 5 (cinco) anos:</b> Para indústrias não enquadráveis nas normas acima.</p>
7) Lei nº 12.425, de 15/08/1994	Fixa novos prazos para a função e para o resgate dos benefícios do Programa	<p><b>Concede 15 (quinze) anos:</b> Para indústrias de auto peças instaladas em distritos industriais mantidos pelo Estado de Goiás, locais diversos onde se encontram instaladas montadoras de automóveis e de tratores, no entanto, devem manter-se integrados a estes setores.</p>
8) Lei nº 12.543, de 28/12/1984	Fixa novos prazos para a fruição e para o resgate dos benefícios do programa.	<p><b>Estende os 15 (quinze) anos</b> a indústrias de tratores instalados nos distritos industriais do estado.</p>
9) Lei nº 12.855, de 19/04/1996	Fixa novos prazos para a fruição e para o resgate dos benefícios dentro do Programa	<p><b>Concede mais 5 (cinco) anos</b> para indústrias de auto peças e de tratores que contenham projetos novos de enquadramento, adequação ou de reformulação daquele anteriormente aprovado.</p>
10) Lei nº 13.246, de 13/01/1998	Fixa os novos prazos para a fruição e para o resgate dos benefícios do Programa	<p><b>Concede 20 (vinte) anos</b> de prazo para os demais setores beneficiados.</p>
11) Lei nº 13.436, de 31/12/1998	Fixa novos prazos para a fruição e resgate dos benefícios do Programa; Institui leilão sobre os créditos registrados de ICMS, provenientes do Fomentar, nos órgãos e nas instituições financeiras responsáveis pelo Programa	<p><b>Concede 30 (trinta) anos</b> aos beneficiários do Programa para fruição e resgate dos benefícios</p>

Fonte: Diários Oficiais do Estado de Goiás in PASCHOAL, J. A. R. op. cit. p. 60 e 61.

Pode-se verificar o impacto da renúncia fiscal através da relação entre custos dos estímulos e a arrecadação tributária do ICMS. Tomando-se como base o período 1994 a 1999 (Tabela 22), percebe-se que o Tesouro Estadual deixou de arrecadar 8,8% do ICMS.

Tabela 22

Relação Estímulos/Arrecadação do Programa FOMENTAR de 1994 a 1999

<b>ANO</b>	<b>Custo do Estímulo de 70% do ICMS-R\$</b>	<b>Arrecadação Anual do ICMS-R\$</b>	<b>Relação Estímulos/Arrecadação</b>
1994	50.040.804,59	754.270.870,93	6,6
1995	104.770.494,31	1.134.338.000,00	9,2
1996	136.804.044,43	1.416.746.993,21	9,7
1997	141.350.777,65	1.546.265.502,38	9,1
1998	132.933.118,10	1.558.745.787,31	8,5
1999	156.642.363,40	1.830.601.338,22	8,6
<b>TOTAL</b>	<b>722.541.602,48</b>	<b>8.238.968.492,05</b>	<b>8,8</b>

FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás – Coordenação do FOMENTAR-CF.

Mesmo assim, os empresários ainda não estavam “saciados” e sem efetuar quaisquer pagamentos, fizeram outras reivindicações. Com a estabilização econômica, a parte dos créditos de ICMS não paga ampliava o passivo nos balancetes das empresas, dificultando o acesso a outros financiamentos. A solução posta em prática (em conviência entre os setores público e privado) para minimizar o problema, foi o leilão sobre os créditos contabilizados.

Na segunda metade de 1998, enviou-se Projeto de Lei à Assembléia Legislativa, objetivando desconto de 98% sobre os valores dos créditos acumulados durante a fruição dos benefícios, transformando-se na Lei n° 13.436, de 30/12/98, que aprovava o leilão, porém com desconto de 90%<sup>245</sup>, e em 16/04/99, aprovou-se a legislação reguladora, reduzindo para 89% o desconto concedido.

<sup>245</sup> Este percentual embasava-se no fato de que as empresas beneficiadas pelo FOMENTAR deveriam oferecer garantias de 10% do valor a ser protelado. O valor serviria como caução e deveria ser aplicado em Letras do Tesouro Goiano, Letras Financeiras do Tesouro Goiano ou em Certificados de Depósitos Bancários do Banco do Estado de Goiás.

Conforme PASCHOAL, a redução de 90% para 89% justificava-se pelo fato de que, em 1999, o fundo contabilizava 410 contratos, cujo valor correspondia ao montante de R\$ 773.662.671,07. Os valores depositados, referentes às garantias (10%) aplicados em CDBs, totalizavam R\$ 85.102.893,81; portanto, o leilão seria menor do que o valor dos títulos em caução. Deste modo, se mantido o desconto inicial, o estado, além de desobrigar o pagamento da dívida, tornar-se-ia devedor.

Dos 410 contratos existentes, 252 (61,5%) encerraram seus débitos através de dois leilões. Estes contratos, juntos, totalizavam R\$ 626.642.849,80. No leilão, alcançaram 11,5% do valor nominal (R\$ 72.220.387,47), sendo, na sua maioria, pagos com os créditos de CDBs (Tabela 23). Assim, o estado deixou de receber recursos que lhe eram devidos e, o que é pior, a parcela a ser repassada aos municípios (25%) não foi paga, motivando ação judicial proposta pela Associação Goiana dos Municípios.

Considerando-se as especificidades dos títulos leiloados, somente as próprias empresas estariam interessadas neles, pois, se outro comprador se aventurasse a adquirir tais papéis, teria 30 dias para iniciar a liquidação junto ao estado, e a empresa beneficiada só começaria a pagar sua dívida ao proprietário do título após o término da fruição, o que poderia demorar, em média, 15 anos, com taxa de juros de 2,4% a.a.

Tabela 23

Relatório Consolidado dos Dois Leilões Efetuados nos Períodos:  
12/07 a 12/08/1999 e 17 a 30/12/1999

	<b>Nº de Contratos Ofertados</b>	<b>Débito Originário</b>	<b>Valor Mínimo Leilão</b>
Contratos Ofertados 1º e 2º Leilão	410	773.662.671,07	100.519.912,69
Contratos Efetivados 1º e 2º Leilão	252	628.642.849,80	72.220.387,47
Percentual Efetivado	61,46%	81,26%	71,85%

Fonte: Relatório das Atividades do FOMENTAR – Ano 1999/ Secretaria da Indústria e Comércio, *Apud* PASCHOAL. op. cit. P. 75.  
Valores em R\$ de 1999.

Com tanta “benevolência estatal”, certamente ocorreriam alguns manifestos. O leilão motivou ações judiciais, liminares e outros artifícios jurídicos que visavam proteger o patrimônio público, por exemplo, o presidente da Federação Nacional dos

Fiscos Estaduais declarou que “um dos maiores problemas do FOMENTAR era, com certeza, o endividamento das empresas, em decorrência do empréstimo dos 70% de ICMS, que, com a estabilidade financeira, gera redução de liquidez em suas demonstrações financeiras. Mas daí tentar resolver essa situação com um leilão de cartas marcadas é uma imoralidade”.<sup>246</sup> Embora ainda tramitem na Justiça ações judiciais contra o leilão, ele já se concretizou em duas etapas (12/07 a 12/08/1999 e 17 a 30/12/1999).

Em 18/01/2000, através da Lei n.º 13.591, criaram-se o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR) e o Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais (FUNPRODUZIR), em substituição ao FOMENTAR. Em linhas gerais, tratava-se de incentivo financeiro que apoiava indústrias, com base no faturamento e arrecadação tributária.

Uma das principais diferenças do PRODUZIR em relação ao FOMENTAR consistia na alegação de que este não se configurava como isenção fiscal. No PRODUZIR, o beneficiário quitaria junto ao Erário Público todo seu débito (mensal) de ICMS. O estado, depois de ter recebido (não havendo, portanto, renúncia fiscal), “devolveria” à empresa, em forma de financiamento, valor equivalente a até 73% do imposto gerado no período, driblando, assim, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Este financiamento, com juros de 2,4% a.a., capitalizados mensalmente, não teria correção monetária. Outra distinção importante era no prazo de fruição, que seria de no máximo 15 anos, com data prevista para encerramento em 2020.

A forma de pagamento do principal (das parcelas utilizadas mensalmente) seria de uma parcela anual, a partir do segundo ano de fruição e referente aos primeiros 12 meses do período anterior, sucessivamente. A título de subvenção para investimento, poderia ser concedido um desconto de 30% a 100% sobre o valor do saldo devedor do financiamento, dependendo da prioridade do projeto. O beneficiário poderia pagar em espécie, ou seja, abater em sua dívida gastos por ele realizados, voltados ao benefício social, como escolas, creches e outros.

---

<sup>246</sup> Jornal “O Popular” - dia 09 de março de 1999.

Como garantia, as empresas beneficiárias do FUNPRODUZIR deveriam comprometer-se a realizar, no ato da liberação de cada parcela mensal utilizada, a antecipação do percentual do seu valor de, no máximo, 10%, relativo ao pagamento do valor financiado. Parte do montante resultante da antecipação do pagamento, somada aos valores correspondentes aos retornos das aplicações do Fundo, seria aplicada em outras atividades<sup>247</sup>.

O PRODUZIR visava amparar projetos industriais direcionados à implantação de novos empreendimentos; expansão e diversificação da capacidade produtiva; modernização tecnológica; gestão ambiental; aumento de competitividade; revitalização de unidade industrial paralisada. O Programa financiava parte igual ao investimento fixo, multiplicado pelo coeficiente de prioridade para ele estabelecido, somado com o montante do capital de giro estimado para um ano, e/ou aquele que pudesse ser fruído durante o prazo máximo possível para o financiamento, considerando-se a data de término do FUNPRODUZIR.

No caso do MICROPRODUZIR, subprograma do PRODUZIR para indústrias enquadradas no Regime Simplificado de Recolhimento dos Tributos Federais (SIMPLES), o valor do financiamento atingiria até 90%, pelo período máximo de até 5 anos, contados a partir da liberação da primeira parcela com o FUNPRODUZIR<sup>248</sup>, considerando-se a data limite de 31/12/2020.

Somente no futuro será possível dizer se este Programa efetivamente obteve resultado diferenciado do seu antecessor. Embora os mecanismos de financiamento tenham sofrido alterações, a cumplicidade entre os gestores dos setores público e privado poderá dar a este o mesmo “final feliz” que deram ao FOMENTAR.

### **3.3.2 Nova Integração Agroindustrial**

Com a consolidação do parque industrial em São Paulo (segunda metade da década de 1950), encerrou-se a possibilidade de industrialização autônoma de estados

---

<sup>247</sup> Sendo previsto 20% para a cultura; 20% para o esporte, praticado de modo não profissional; 45% para apoio às micro e pequenas empresas e 15% para custeio do PRODUZIR e do FUNPRODUZIR.

<sup>248</sup> Que financiará outras atividades não relacionadas com a indústria, tais como: turismo, comércio, prestação de serviços, no valor de até R\$ 30 mil.

da periferia nacional. Restavam, porém, a alternativa de complementaridade à economia paulista e investimentos para o atendimento de demandas localizadas ou fornecimento para o mercado nacional em determinados segmentos. Assim, Goiás encontrou na agroindústria o segmento capaz de promover desenvolvimento regional, através dos efeitos estimuladores dele provenientes, com destaque para os setores grãos-carne e seus encadeamentos a jusante e a montante. Desta forma, independentemente da origem dessas indústrias, de certa forma ampliou-se, mesmo que minimamente, a autonomia de decisão de investimento e, até mesmo reinvestimento, do excedente econômico dentro do próprio estado.

Entretanto, a integração agroindustrial em Goiás tem configuração diferenciada da existente na região Sul. Segundo LEITE<sup>249</sup>, há duas dinâmicas distintas de agroindustrialização: a primeira ocorre quando a agroindústria produz intervenção externa à agricultura, integrando, articulando e fomentando os produtores agrícolas. Esta dinâmica possui afinidades com a produção familiar, como as que acontecem no Sul, por exemplo, na produção integrada de aves, suínos, leite, uva e fumo; a segunda, ocorre quando a agroindústria se torna extensão da atividade agrícola, ou seja, no caso das cooperativas agropecuárias (como a Comigo no Sudoeste Goiano), que estão relacionadas a uma agricultura em larga escala (oleaginosas), que procura verticalização da produção, agregando mais valor ao produto. Como a escala mínima requerida é elevada, essa dinâmica torna-se incompatível com a agricultura familiar.

O modelo de integração que vem se delineando em Goiás, nos últimos anos, absorve características das duas dinâmicas: a agroindústria age como elemento exógeno, articulando os produtores agrícolas locais, porém, trata-se de médios e grandes produtores, com capacidade de operar em escalas elevadas<sup>250</sup>.

Os casos da Cica e Perdigão são bons exemplos para ilustrar este movimento. A Cica transferiu sua fábrica de Jundiaí-SP para o Sudoeste Goiano. Mesmo com capacidade produtiva significativamente superior, sua previsão era operar com apenas

---

<sup>249</sup> LEITE, T. de S. Dinamismo agroindustrial e desenvolvimento regional em Goiás. 2000, ps. 35 a 40.

<sup>250</sup> Conforme Censo Agropecuário de 1996, em Rio Verde, município mais dinâmico do sudoeste goiano, metade das propriedades (55%) tem área superior a 100 ha, correspondendo a 93% da área cultivada. Por outro, lado metade dessa área (47%) encontra-se concentrada em 8% das propriedades que possuem mais de 1.000 ha.

25 produtores integrados, num raio de 50 km. A outra, a Perdigão, implantada em Rio Verde (Projeto Buriti iniciado em 1998), com a construção de frigoríficos, com capacidade de abater 281 mil aves e 3,5 mil cabeças de suínos por dia, uma fábrica de ração com capacidade para processar 42 mil toneladas de milho e 15 mil de soja por mês, duas granjas de matrizes de aves (1.738.000 ovos/semana), um incubatório de aves (1.460.000 pintos/semana) e 810 módulos de integração<sup>251</sup>. As granjas, por sua vez, foram projetadas para capacidade de 22 a 25 mil frangos, enquanto as instaladas em Santa Catarina possuem capacidades que variam entre 6 e 15 mil<sup>252</sup>.

Conforme FAVERET FILHO<sup>253</sup>, o dimensionamento dos módulos de integração deste Projeto partiu da hipótese de que o sistema original implantado na região Sul (baseado na pequena propriedade diversificada e mão-de-obra familiar) encontrava-se esgotado, pois os custos operacionais de logística e de gerenciamento<sup>254</sup> de elevado número de integrados cresceram demasiadamente, resultando em perda de competitividade e lucratividade. Além disto, o tamanho atual das granjas constitui obstáculo à adoção de tecnologias mais modernas e produtivas, limitando a expansão do modelo.

Embora o investimento nas granjas seja de responsabilidade do integrado, fontes de recursos como FCO<sup>255</sup> e Crédito Rural, aliados aos benefícios advindos da “guerra fiscal”, têm se constituído em importante mecanismo de viabilização do Projeto. Mesmo assim, a Perdigão negociou junto ao Banco do Brasil a criação de um Fundo de Amortização formado pela retenção de parcela dos pagamentos destinados aos

---

<sup>251</sup> É uma quantidade significativamente reduzida, considerando-se que essa empresa possuía, em sua planta em Santa Catarina, aproximadamente 7.000 integrados.

<sup>252</sup> FAVERET FILHO, P. & PAULA, S.R.L. Um estudo da integração a partir do Projeto Buriti, da Perdigão, 1998.

<sup>253</sup> FAVERET FILHO, P. & PAULA, S.R.L. op. cit. 1998.

<sup>254</sup> Que consiste em levar ração, coletar animais, prestar assistência técnica e supervisionar os diversos tipos de contratos feitos com milhares de pequenos integrados com escalas, tecnologias e rendimentos diferenciados.

<sup>255</sup> “Ao estabelecer uma redução de 45% da TJLP (denominada “rebate”), o FCO reduz sensivelmente o custo do financiamento para o integrado. Adicionalmente, o prazo de 12 anos, incluindo dois de carência, suaviza o esquema de amortização. Mesmo assim, se fosse mantido o sistema tradicional de amortização, a renda líquida anual gerada por aviário cairia de R\$ 4,2 mil, no 4º ano, para R\$ 1,5 mil, no 12º ano”. FAVERET FILHO, P. & PAULA, S.R.L. op. cit. 1998.

integrados, que pode ser utilizado na quitação dos empréstimos, reduzindo o risco para o Banco e diminuindo os encargos financeiros para o integrado<sup>256</sup>.

Para se ter uma idéia do perfil deste integrado, com base numa publicação da *Perdigão*<sup>257</sup>, um dos primeiros integrados selecionados<sup>258</sup> recebeu financiamento na ordem de R\$ 1,1 milhão, com contrapartida de R\$ 100 mil, para colocar em funcionamento dois módulos para produção de leitões. Outro integrado<sup>259</sup> viabilizou a instalação de 4 módulos para produção e terminação de leitões e aviários, em duas propriedades da família com cerca de 2.200 ha, com investimentos de aproximadamente R\$ 3 milhões.

Fica claro, portanto, que esse padrão de integração entre agroindústrias e grandes/médios produtores não se trata simplesmente de migração de investimentos, já que está em jogo o futuro da agricultura familiar nos moldes delineados no Sul do país. Segundo LEITE, são “fortes as evidências que o novo impulso de crescimento experimentado pelo sudoeste goiano poderá agravar ainda mais as desigualdades sociais. [...] A agricultura familiar, por sua vez, continuará marginalizada dos processos de modernização”.<sup>260</sup>

### 3.4 Transformações Econômicas

A economia goiana, nas últimas três décadas, obteve taxas de crescimento, em média, superiores às nacionais. Contudo, especificamente para a década de 1990, esse fato parece não merecer grande destaque, considerando-se o fraco desempenho da economia brasileira. Entre 1989 e 2000 o PIB cresceu à média de 2,0% a.a., ficando abaixo da média da década perdida (2,3%). Dividindo-se este período, em antes e depois do Real, têm-se as seguintes taxas: 1,3% para 1989-1994 e 2,6% para 1994-2000. Assim, conforme CANO, “totalizaremos quase 20 anos de estagnação. A isso nos

---

<sup>256</sup> Embora haja redução da renda líquida nos dois primeiros anos com a eliminação da carência oferecida pelo FCO, a rentabilidade do investimento estabilizar-se-á na faixa de R\$ 4,5 mil (por aviário) até o final do período do financiamento.

<sup>257</sup> PARCERIA: informativo do Projeto Buriti, *Perdigão Agroindustrial SA*, dezembro de 1998.

<sup>258</sup> Um médico proprietário de fazenda de gado de corte, soja e milho.

<sup>259</sup> Um advogado juntamente com quatro filhos.

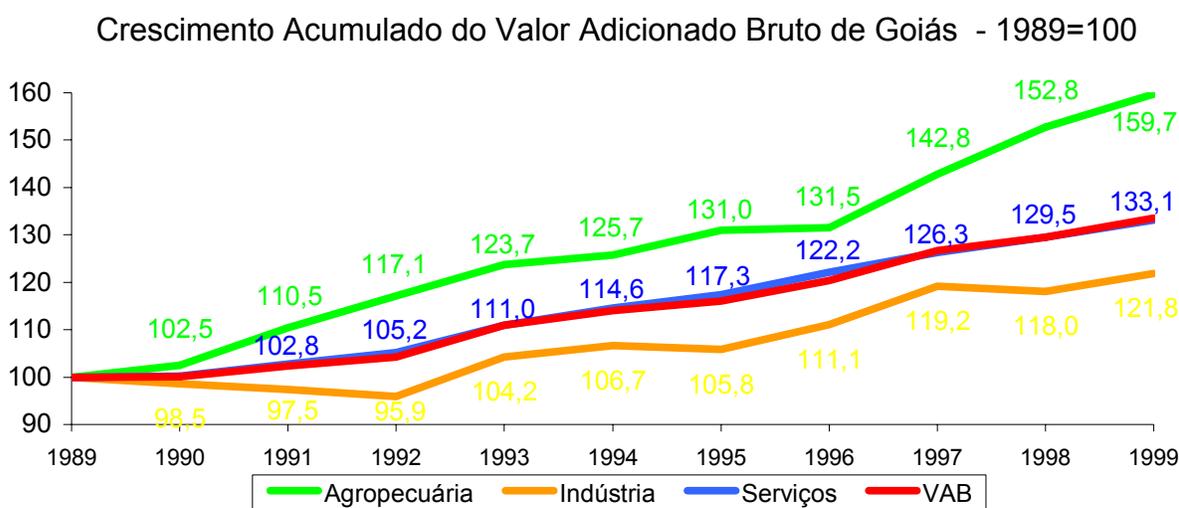
<sup>260</sup> LEITE, T. de S. op. cit. p. 39.

levou à crise da dívida e a década prometida, aquela em que rumaríamos ao Primeiro Mundo...”<sup>261</sup>

Na primeira metade da década de 1980 o setor industrial superou o agrícola na composição do PIB goiano. A indústria, que em 1960 participava apenas com 7,3%, em 1999 atingiu 29,6%; inversamente, o setor agrícola, que contribuía com 49,5%, caiu para 16,2%. Nos anos 90, embora ocorressem alterações no montante do PIB goiano, a participação dos setores serviço, indústria e agricultura se manteve praticamente inalterada (ver item 3.3).

O crescimento do Valor Adicionado Bruto (VAB) de Goiás, por setores de atividade, ao longo dos anos 90, esteve bastante atrelado ao setor serviço por conta do seu peso na composição do PIB. É importante enfatizar que as oscilações em sentido contrário entre os setores agropecuário e industrial permitiram que os efeitos negativos provenientes de baixas taxas de crescimento (negativas para a indústria nos anos 1990, 1991, 1995 e 1998) fossem compensados pelo bom desempenho do outro setor nos mesmos anos. Acumulando-se as taxas de crescimento do VAB, e atribuindo-se índice 100 para 1989, percebe-se que o setor agropecuário foi o que obteve melhor desempenho, seguido pelo setor serviço, que superou o setor industrial (Gráfico 35).

Gráfico 35



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do SEPLAN-GO/SEPIN - Gerência de Contas Regionais – 2001-IBGE – Depto. de Contas Nacionais.

<sup>261</sup> CANO, W. Soberania e política econômica na América Latina. 2000, p. 266.

O setor agropecuário, no Brasil, passou por importantes alterações em função da redefinição do papel do estado na economia, no bojo do ideário neoliberal. Ocorreu profunda transição no regime de política agrícola, que era projetada para uma economia fechada com significativa intervenção estatal, para um regime embasado numa economia aberta e de reduzida participação governamental.

Por outro lado, segundo HELFAND & REZENDE<sup>262</sup>, assim como a crise da dívida influenciou as políticas de ajuste do início dos anos oitenta, no seu final e início dos noventa, a liberalização e desregulamentação de mercados agropecuários, além das mudanças no crédito rural e nas políticas de preço, foram medidas inseridas numa estratégia geral de luta contra a ameaça de hiperinflação. Estas reformas tiveram muito mais a ver com a batalha contra a inflação que com a convicção de que o “novo modelo” proveria maior desenvolvimento. Os planos de estabilização que foram adotados neste período foram acompanhados, primeiramente por euforia e, depois, por profundas crises financeiras para o setor agrícola<sup>263</sup>.

Assim, não se poderia esperar que o desempenho do setor primário se elevasse:

“O setor agropecuário cresceu entre 1989 e 1998 à taxa média anual de 2,1%, pouco acima do demográfico (1,5%), e mantendo sua participação no PIB (7,6%). Passado o choque dos cortes de subsídios e de desregulamentação da política agrícola em 1990, o setor, contando ainda com preços altos, continuou sua lenta trajetória de modernização, acelerando-a quando do anúncio do Plano Real em fins de 1993. Essa intensificação se traduz em aumento da maquinização, maior uso de fertilizantes e pesticidas, formas mais eficientes de plantio (como o *plantio direto*, por exemplo), sementes selecionadas para tornar as plantas mais produtivas e precoces, plantio de duas safras anuais para algumas culturas, inseminação artificial, expansão de pastagens plantadas etc”.<sup>264</sup>

Vários fatores contribuíram para o arrefecimento da expansão da área destinada à produção de grãos no Brasil: as alterações na PGPM e no Crédito Rural; os

---

<sup>262</sup> HELFAND, S. M. & REZENDE, G. C. Brazilian agriculture in the 1990s: impact of the policy reforms. IPEA, janeiro de 2001.

<sup>263</sup> Isto aconteceu em 1986-87 (Plano Cruzado), 1989 (Plano Verão) e em 1990-91 (Plano Collor I e II).

<sup>264</sup> CANO, W. Soberania e política econômica na América Latina. 2000, p. 271.

preços recebidos pelos produtores que foram reduzidos entre 20% a 30% no período 1990/91 e 1997/98; a valorização cambial no Plano Real, que reduziu a competitividade dos produtos nacionais no mercado internacional e produziu barateamento dos produtos agropecuários de origem estrangeira, que aliado à abertura de importações, levaram muitos produtores a se sujeitarem aos preços estabelecidos e, a descumprirem com suas obrigações creditícias, tornando-se inadimplentes ou até mesmo indo à falência.

Por outro lado, conforme HELFAND & REZENDE, a comercialização de arroz e de milho, no CO, era excessivamente dependente da PGPM nos anos 80. Na década de 90, com a redução do apoio governamental na comercialização dos grãos e com a mudança do foco de AGF para EGF a partir do ano agrícola 1991/92, o estado sinalizava para o abandono do caráter universal da garantia de preços, que passou a se restringir aos tomadores de crédito de custeio, que contavam com a conversão automática da dívida em EGF com Opção de Venda (EGF-COV) entre 1992 e 1995<sup>265</sup>.

Desta forma, a sobrevivência do setor estaria condicionada a expressiva redução nos custos, a fim de ampliar a competitividade. Como a valorização cambial também produziu barateamento nos custos dos insumos, máquinas, equipamentos e tecnologias importadas, aliado às pesquisas nacionais de melhoramento genético e de técnicas produtivas de órgãos como a Embrapa, a produtividade cresceu significativamente, resultando num aumento do volume produzido nacionalmente, embora tenha ocorrido redução na área colhida.

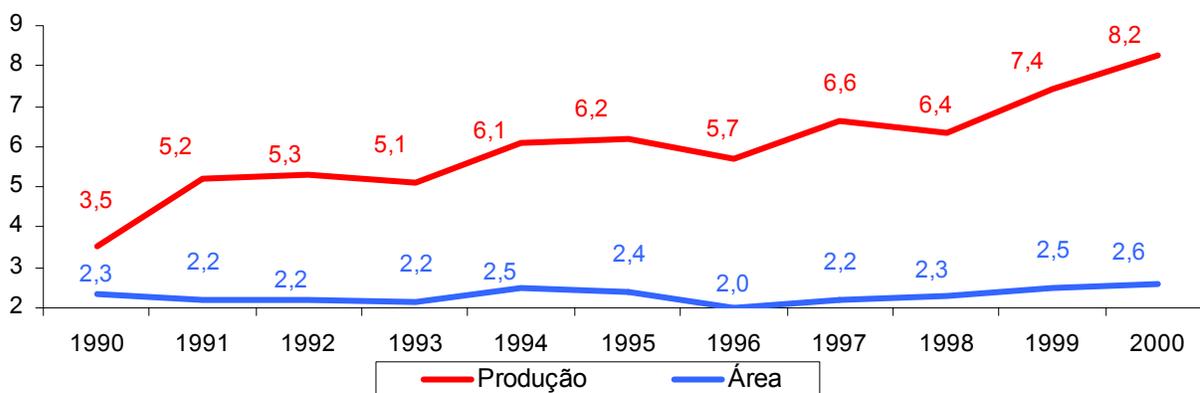
Em Goiás, embora nos anos noventa tenha havido certa estabilização da área colhida, o aumento considerável na produtividade resultou em rendimentos físicos mais elevados em diversas culturas. Somando-se a área colhida de arroz, feijão, milho e soja, os valores permaneceram-se próximos da média (2,3 milhões de hectares), em contrapartida, a produção se ampliou de 3,5 para 8,2 milhões de toneladas (Gráfico 36):

---

<sup>265</sup> HELFAND, S. M. & REZENDE, G. C. Padrões regionais de crescimento da produção de grãos no Brasil e o papel da Região Centro-Oeste. IPEA, janeiro de 2000. p. 16.

Gráfico 36

Goiás: Total da Produção e Área Colhida dos Principais Grãos - 1990 a 2000



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal.

Obs: valores em milhões de Toneladas e em milhões hectares (somatória de arroz, feijão, milho e soja).

O ganho em produtividade fez com que os principais grãos, com exceção do arroz, tivessem sua produção ampliada nos anos noventa (Tabela 24). Com base nas médias bienais 1990/1991 e 1999/2000, verificaram-se três situações distintas:

- o arroz perdeu 44,4% da área colhida, mas sua produção caiu apenas 22,3%;
- As culturas do feijão e do milho tiveram suas áreas reduzidas em 28,5% e 5,9%, respectivamente, porém, aumentou-se o volume produzido em 66,1% e 50,5%;
- a soja ampliou sua área colhida em 59,6% e aumentou sua produção em 157,3%.

Tabela 24

Goiás: Produção e Área Colhida de Arroz, Feijão, Milho e Soja – 1990 a 2000

Ano	Arroz		Feijão		Milho		Soja	
	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área
1990	307,8	296,1	119,0	180,8	1.848,4	873,7	1.258,4	972,4
1991	524,6	328,4	121,5	177,3	2.886,4	881,1	1.661,3	797,7
1992	591,3	416,5	113,3	147,0	2.777,3	799,6	1.797,7	822,9
1993	384,1	304,5	125,2	143,3	2.597,9	734,4	2.004,3	982,9
1994	470,1	300,3	144,6	152,1	3.175,5	913,4	2.310,0	1.110,5
1995	419,9	263,1	132,4	133,9	3.476,9	880,0	2.146,9	1.121,5
1996	241,0	164,9	109,8	85,8	3.403,8	868,7	1.962,5	880,3
1997	223,5	137,5	166,6	103,4	3.776,8	950,8	2.464,2	1.021,9
1998	213,8	130,6	184,5	108,3	2.544,2	667,7	3.409,0	1.382,7
1999	352,3	196,6	199,2	143,8	3.468,5	810,8	3.419,9	1.334,1
2000	294,6	150,3	200,4	112,2	3.659,5	839,8	4.092,9	1.491,1

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal 1990 a 2000.

Obs. Valores em mil toneladas e em mil hectares.

Ressalte-se que a produção não se encontrava territorialmente distribuída de forma equânime. Goiás atualmente possui 246 municípios, sendo que 4 foram criados em 2001<sup>266</sup>. Por isso, a base de dados municipais do IBGE (que vai até o ano 2000) é composta por 242 municípios, agrupados em 5 mesorregiões geográficas: Centro Goiano, Leste Goiano, Noroeste Goiano, Norte Goiano e Sul Goiano, que, doravante, serão chamadas de Centro, Leste, Noroeste, Norte e Sul. Dentre as mesorregiões se destaca a Sul, que representa mais de um terço do território goiano (Tabela 25), onde se encontra a economia mais dinâmica do estado. Para melhor visualização da localização dos municípios e das mesorregiões ver o Cartograma 2.

Tabela 25

Goiás: Mesorregiões Geográficas IBGE - Base 1997

Mesorregiões	Municípios	Área (km <sup>2</sup> )	(%)
Estado de Goiás	242	341.179,5	100,0
Centro Goiano	80	40.999,3	12,0
Leste Goiano	32	55.788,6	16,4
Noroeste Goiano	23	55.740,5	16,3
Norte Goiano	27	56.819,8	16,7
Sul Goiano	80	131.831,3	38,6

Fonte: IBGE

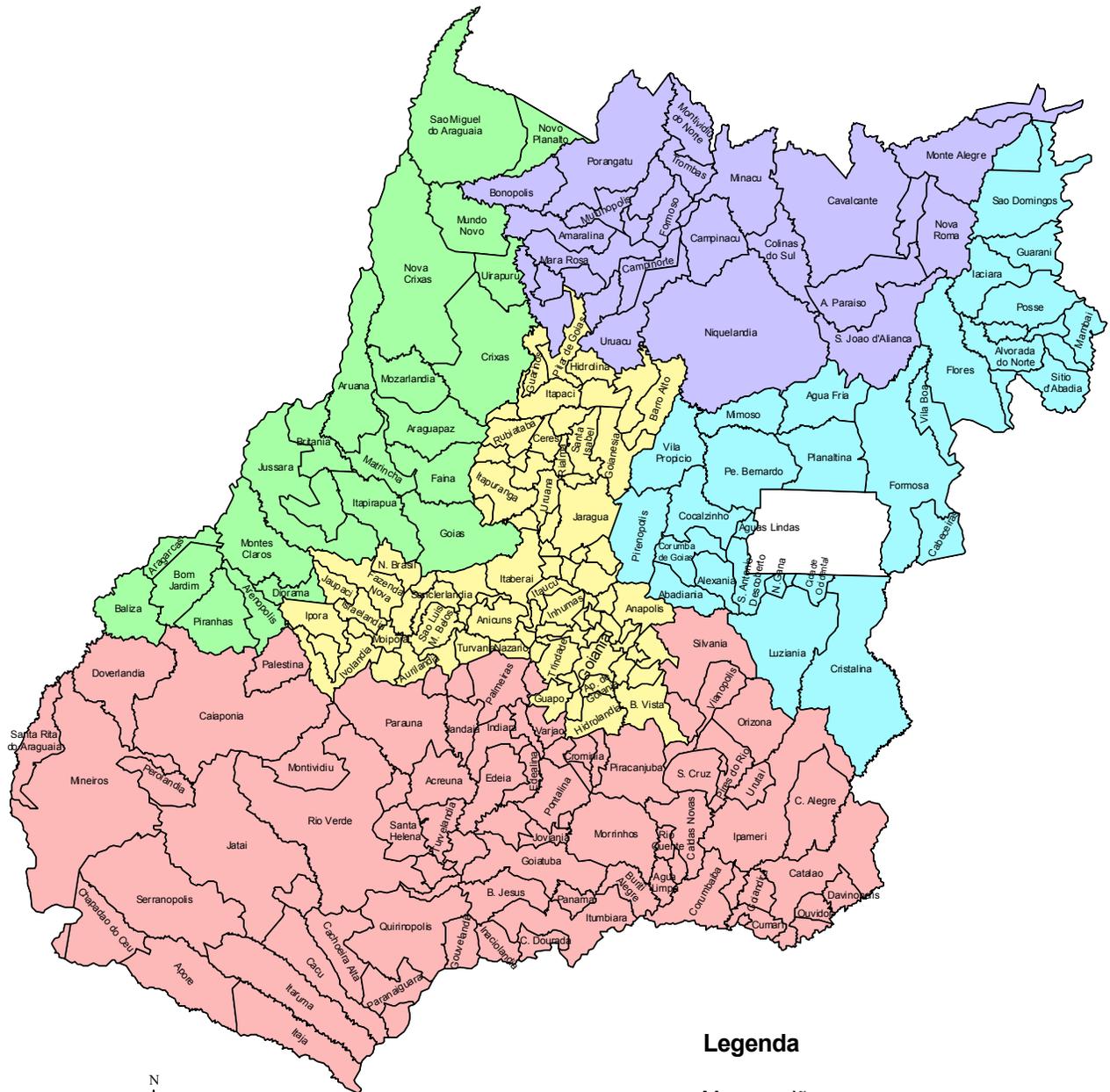
Para minimizar os efeitos sazonais, optou-se por usar médias bienais, para as alusivas aos anos 1990 e 1991 (início) e, 1999 e 2000 (fim). Já, na elaboração dos Cartogramas, optou-se por médias trienais (1998 a 2000), proporcionando uma “imagem” mais acurada da situação existente no final da década.

Iniciando-se pelo arroz, a área colhida, no Brasil, teve redução de 7,3%. Entretanto, a produção cresceu de 8,5 para 11,4 milhões de toneladas (35,1%) e a produtividade, que era de 2.091 kg/ha, aumentou-se para 3.055kg/ha. O consumo brasileiro ficou em torno de 11,5 milhões de toneladas anuais, enquanto a produção

<sup>266</sup> Os municípios Gameleira, Campo Limpo de Goiás, Ipiranga de Goiás e Lagoa Santa são emancipados dos municípios de Silvânia, Anápolis, Ceres e Itajá, respectivamente.

Cartograma 2

Goiás: Mesorregiões Geográficas



Legenda

- Mesorregiões
- CENTRO GOIANO
  - LESTE GOIANO
  - NOROESTE GOIANO
  - NORTE GOIANO
  - SUL GOIANO

Fonte: IBGE - Elaborado pelo autor.

média foi de 10 milhões. Desta forma, o Brasil se constituiu em importador líquido do grão<sup>267</sup>.

A redução dos preços ocorrida em 1992/93 (30%), parece não ter influenciado, sobremaneira, a produção, pois a área colhida quase não foi alterada. Em 1996, a produção nacional se reduziu em 25,6%, e a expectativa de que os preços se elevassem, com a queda na oferta, não se concretizou, pois com a valorização cambial (no Plano Real) os preços internacionais se encontravam relativamente baixos, propiciando aumento das importações. Isto, com a liberação dos estoques (que eram de 2,3 milhões de toneladas), fez com que os preços caíssem ainda mais (8%).

No ano seguinte, por causa do desestímulo dos produtores e dos severos acidentes climáticos, a safra caiu para 8,4 milhões de toneladas. Assim, as importações se superaram em 2 milhões de toneladas e, como os preços internacionais se encontravam em alta e os estoques haviam sido dissipados, os produtores obtiveram excelentes resultados, ocasionando o aumento na safra 1998/99, que bateu recorde, não apenas no Brasil (11,5 milhões de toneladas), mas em todo o Mercosul (14,5 milhões de toneladas). A expansão da oferta fez com que os preços caíssem, em meados de 1999, “para o patamar de US\$ 7,50 por saca de 50 kg. Como as importações foram elevadas, sob forte pressão da Argentina e do Uruguai (cujo grande excedente exportável só tem o Brasil como destino), os estoques foram recompostos e voltaram a superar a casa de 1 milhão de toneladas.”<sup>268</sup>

Na safra 1999/00, embora tenha ocorrido redução na produção no Mercosul, a oferta ainda foi superior à demanda em torno de 1,6 milhões de toneladas, acentuando ainda mais a queda nos preços.

Em termos regionais, a participação nacional do CO aumentou de 12,5%, para 20,7%<sup>269</sup>; mas a da orizicultura goiana caiu, de 4,9% para 2,8%. Um dos fatores que

---

<sup>267</sup> O Brasil importou 1,3 milhões de toneladas em 1990; 0,7 em 1991; 1,0 em 1992; 1,7 em 1993; 1,0 em 1994; 1,1 em 1995; 1,2 em 1996; 2,1 em 1997; 1,3 em 1998 e 0,8 em 1999. FNP – Agrianual 2001, p.187.

<sup>268</sup> FNP – Agrianual 2001, p. 186.

<sup>269</sup> Das 2,4 milhões de toneladas produzidas no Centro-Oeste (1999/00), 1,8 milhões eram oriundas do estado do Mato Grosso.

contribuiu para isso, foi a produtividade do arroz de sequeiro produzido em Goiás<sup>270</sup> (1.879 kg/ha), que ficou bem abaixo da média nacional, perdendo também para o MT (2.514 kg/ha), para o MS (3.613 kg/ha) e, com maior diferença, para o arroz irrigado do RS (5.482 kg/ha), que foi responsável por metade (46,4%) da produção nacional (média 1999/2000). Trata-se de uma produção irrigada (80% da nacional), menos susceptível a variações climáticas e de elevada produtividade.

Em Goiás, na participação relativa das 5 mesorregiões, na produção de arroz, nos anos 90, não houve grandes alterações. A mesorregião Sul era responsável por quase metade da produção goiana, tendo sua proporção ampliada de 41,2% para 48%. Contudo, por se tratar de uma cultura tradicional, encontrava-se relativamente mais disseminada pelo estado, como pode ser visto no Cartograma 3. Assim, os dez maiores municípios produtores<sup>271</sup>, juntos, respondiam por 35,5% (1999/00) de toda a produção goiana.

A tradicional mandioca, teve produção relativamente estável ao longo dos anos 90, numa média de 22 milhões de toneladas/ano. Em 1996 caiu para 17,7 milhões em função das reduções nos preços, que atingiram patamares inferiores a dois terços dos praticados em 1989. A partir de 1997, a produção tornou a crescer com a retomada dos preços a valores próximos dos praticados no início do decênio. Constatou-se, porém, que enquanto sua área colhida era reduzida em 15%, a produção nacional também decrescia, porém não na mesma proporção (10%).

A produção de mandioca no CO não é expressiva, contribuindo com pouco mais de 5,3% da produção nacional. Apesar da produção goiana ter elevado sua participação na brasileira (de 0,9% para 1,2%), sua contribuição era pequena. Tratava-se, portanto, de produção para consumo interno, *in natura*<sup>272</sup>. Por isso, ela era dispersa

---

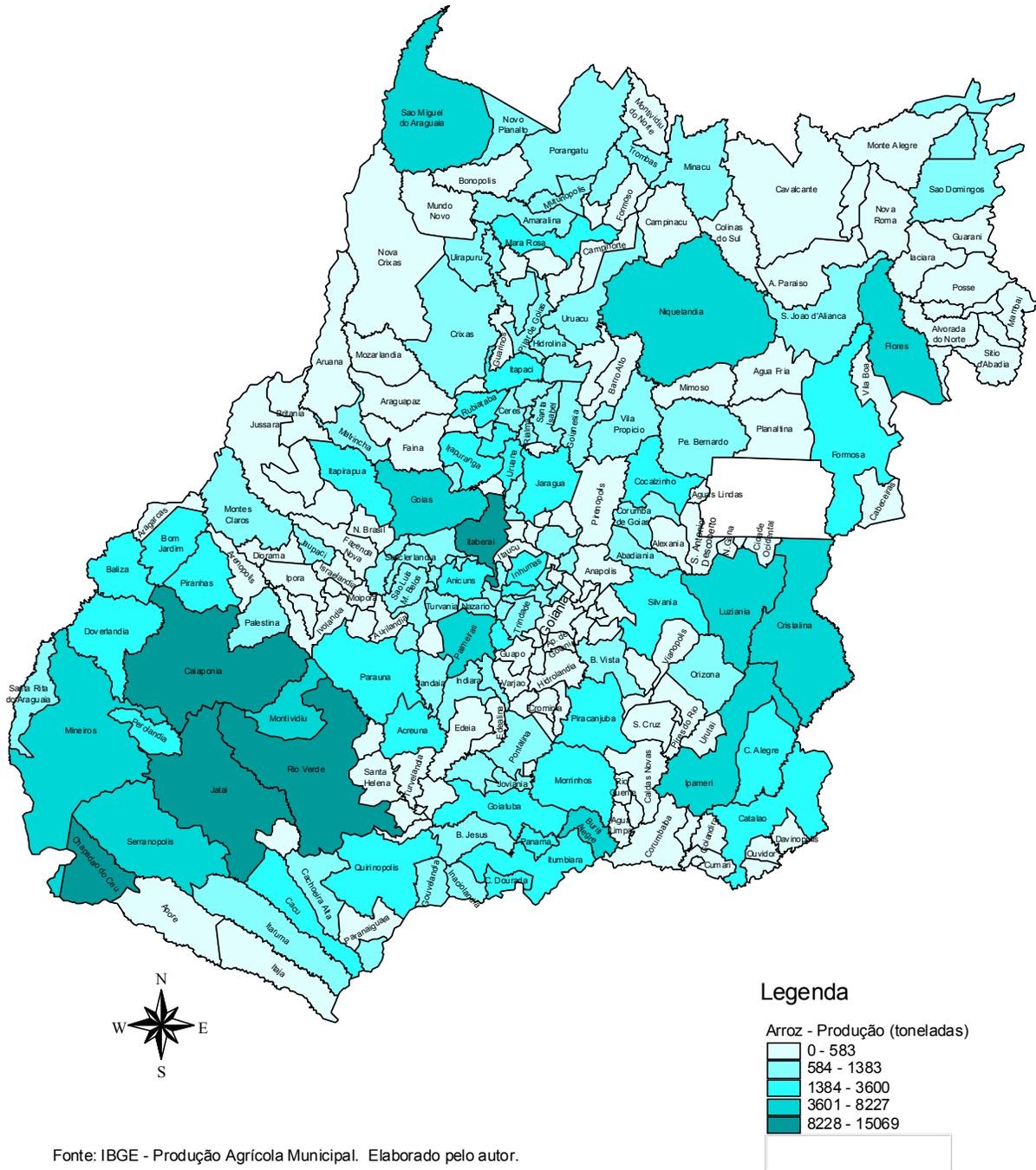
<sup>270</sup> “O arroz de sequeiro acaba ficando com um custo por saco em patamar acima daquele do arroz irrigado e com lucratividade final insatisfatória. Para essa relação negativa contribuem a alta dependência da produção às condições climáticas, as perdas em grande quantidade verificada nos últimos anos e ainda a baixa produtividade do sistema.” FNP – Agrianual 1998, p. 121.

<sup>271</sup> Chapadão do Céu (6,1%), Itaberaí (4,5%), Caiapônia (4,4%), Rio Verde (4,1%), Cristalina (3,5%), Jataí (3,4%), Luziânia (2,7%), Flores de Goiás (2,5%), Palmeiras de Goiás (2,3%) e Mineiros (2,1%).

<sup>272</sup> Por exemplo, conforme os hábitos da culinária goiana, o churrasco é sempre acompanhado pela mandioca cozida.

Cartograma 3

Goias: Produção Municipal de Arroz (Média 1998-2000)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Elaborado pelo autor.

por todo território goiano, localizando-se com maior destaque nas mesorregiões Centro (37,7%) e Sul (29,2), onde se concentra a população do estado (ver Cartograma 4).

Outro aspecto merecedor de destaque, na produção de mandioca em Goiás, era o da sua baixa produtividade, em média 15 t/ha. Embora se encontrasse em patamares superiores à média nacional (13,4 t/ha), isto acabaria fazendo dessa cultura uma opção de baixa rentabilidade.

“A lucratividade do produtor de mandioca, que alcança produtividade superior a 20 toneladas por hectare, pode ser considerada boa, pois a margem, quando cotejados os custos de produção com os preços recebidos pelos produtores, é de aproximadamente 30%. Ou seja, mesmo em uma cultura rústica, altamente adaptada a solos pobres, a adoção de tecnologias, como o uso de manivas sadias e de adubação, já passa a ser o diferencial entre o prejuízo ou lucro medíocre ou outro bastante razoável.”<sup>273</sup>

Quanto ao feijão, o Brasil se destacava como maior produtor e consumidor mundial. O consumo nacional encontrava-se em torno de 3 milhões de toneladas anuais, e a produção média nacional nos anos 90 foi de 2,7 milhões de toneladas/ano, com variações que acompanharam as flutuações do preço do grão<sup>274</sup>. Desta forma, nos anos 90, o país foi importador líquido do grão.

A expansão da oferta se deveu ao crescimento da produtividade, pois, no Brasil, a área colhida do grão se reduziu em 16%, enquanto a produção cresceu 18,2%. Este fenômeno ocorreu com grande intensidade no CO, e apesar de ter diminuído a área colhida em 38%, a produção elevou-se em 35,7%. Em Goiás, esse fato foi ainda mais expressivo: mesmo perdendo 28,5% da área, a produção se ampliou em 66,1%. Por isto, a participação de Goiás no Centro-Oeste e no Brasil elevou-se, de 59,5% para 72,9 % e 4,8% para 6,8%, respectivamente, tornando-se, assim, o sexto produtor nacional.

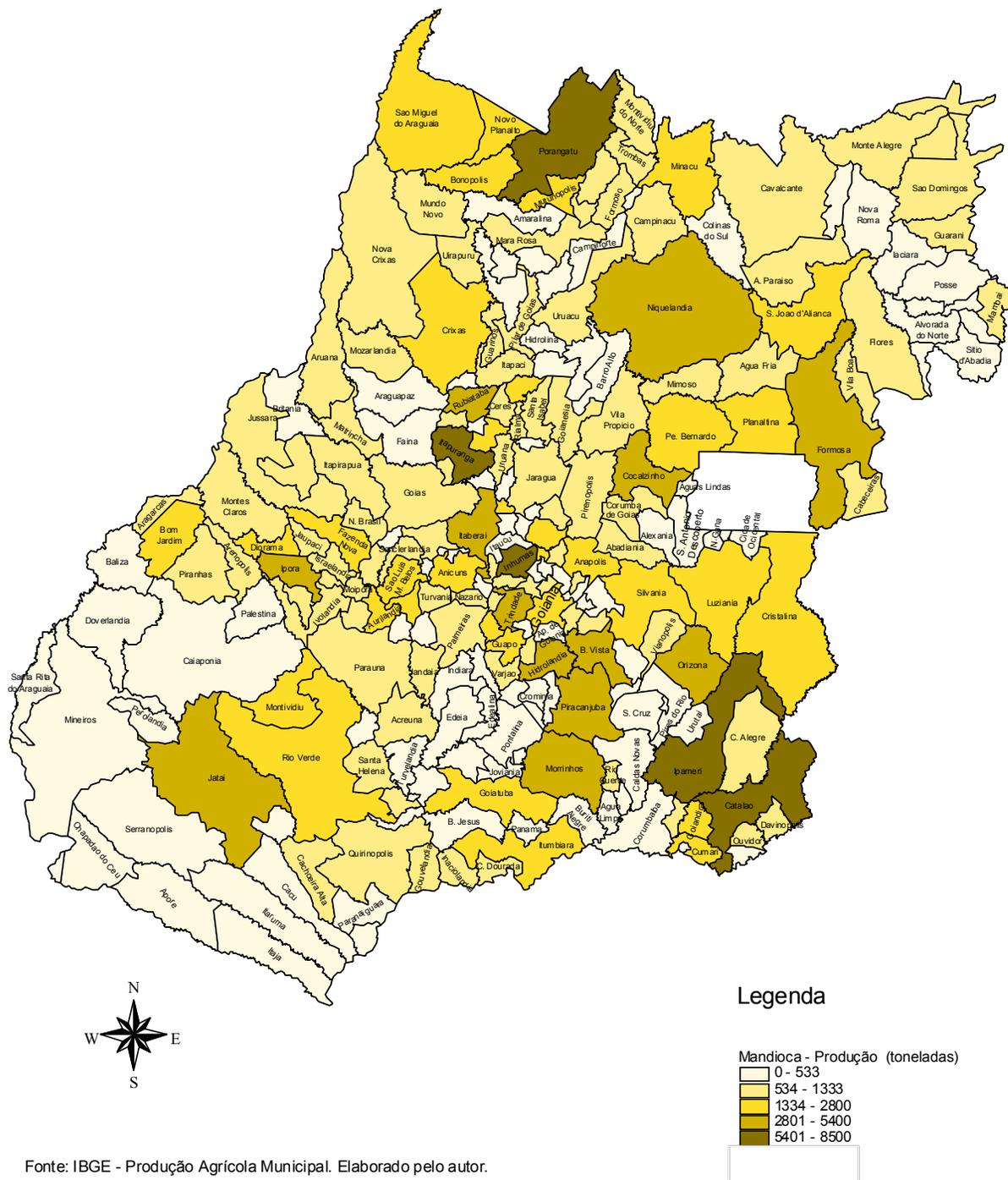
Nesta década, a produtividade média da lavoura de feijão brasileira se elevou de 491 kg/ha para 693 kg/ha (41,2%). Em Goiás, o aumento foi extraordinário, saltando

<sup>273</sup> FNP – Agriannual 1998, p. 268.

<sup>274</sup> “O comportamento dos preços no mercado do feijão continua marcado pela extrema volatilidade. O produto altera em curtos intervalos, altas e baixas espetaculares [...] Ainda em 1999, o carioquinha extra na praça de São Paulo, depois de atingir patamares próximos a R\$ 70,00 a saca de 60 kg, caiu no final do mês de novembro para R\$ 47,00, em menos de 30 dias.” FNP – Agriannual 2001, p. 332.

Cartograma 4

Goias: Produção Municipal de Mandioca (Média 1998-2000)



de 672 kg/ha para 1.586 kg/ha. Na mesorregião Noroeste, a produtividade atingiu 2.554,1 kg/ha no ano 2000.

“Todos os cultivos nas três regiões do Centro-Sul têm apresentado aumentos de rendimentos físicos nos anos 90. Os do feijão têm sido particularmente expressivos, refletindo o fato de que esse cultivo tem utilizado cada vez mais as técnicas de irrigação, sendo colhido três vezes por ano.”<sup>275</sup>

Houve, como fato importante, o deslocamento inter-regional do cultivo. A mesorregião Centro, que em 1990 teve 122,9 mil hectares (68%) colhidos de feijão, havendo, no ano 2000, queda para 21,2 mil hectares (18,9%); inversamente, as mesorregiões Leste e Sul elevaram suas participações de 14,9% para 47,2% e de 12,0% para 26,7%, respectivamente. Assim, a mesorregião Leste, no ano 2000, se responsabilizou por mais da metade do feijão produzido em Goiás (54,1%), e a Sul, por mais de um quarto (26,7%).

Os dez municípios maiores produtores de feijão são responsáveis, juntos, por 66,9% da safra estadual<sup>276</sup> e os cinco maiores por 52,3%, indicando existência de concentração produtiva (ver Cartograma 5). Infere-se, que a cultura de características tradicionais estava cedendo lugar a uma produção mais desenvolvida tecnicamente.

Quanto ao milho, a produção brasileira média anual atingiu 30,1 milhões de toneladas. Considerando-se apenas a segunda metade da década, a média foi de 32,2 milhões. A área colhida do grão se manteve próxima da média, que foi de 12,4 milhões de hectares. A demanda nacional de 25,3, em 1990, elevou-se para 35,7 milhões de toneladas em 2000 (41,2%). Nesse período, somente nos anos de 1991, 1993 e 1994, a produção nacional superou o consumo, fazendo do Brasil um importador líquido do grão. Por isso, o país, além de importar 2,6 milhões de toneladas no ano 2000, “queimou” os estoques, que atingiram os menores níveis históricos.

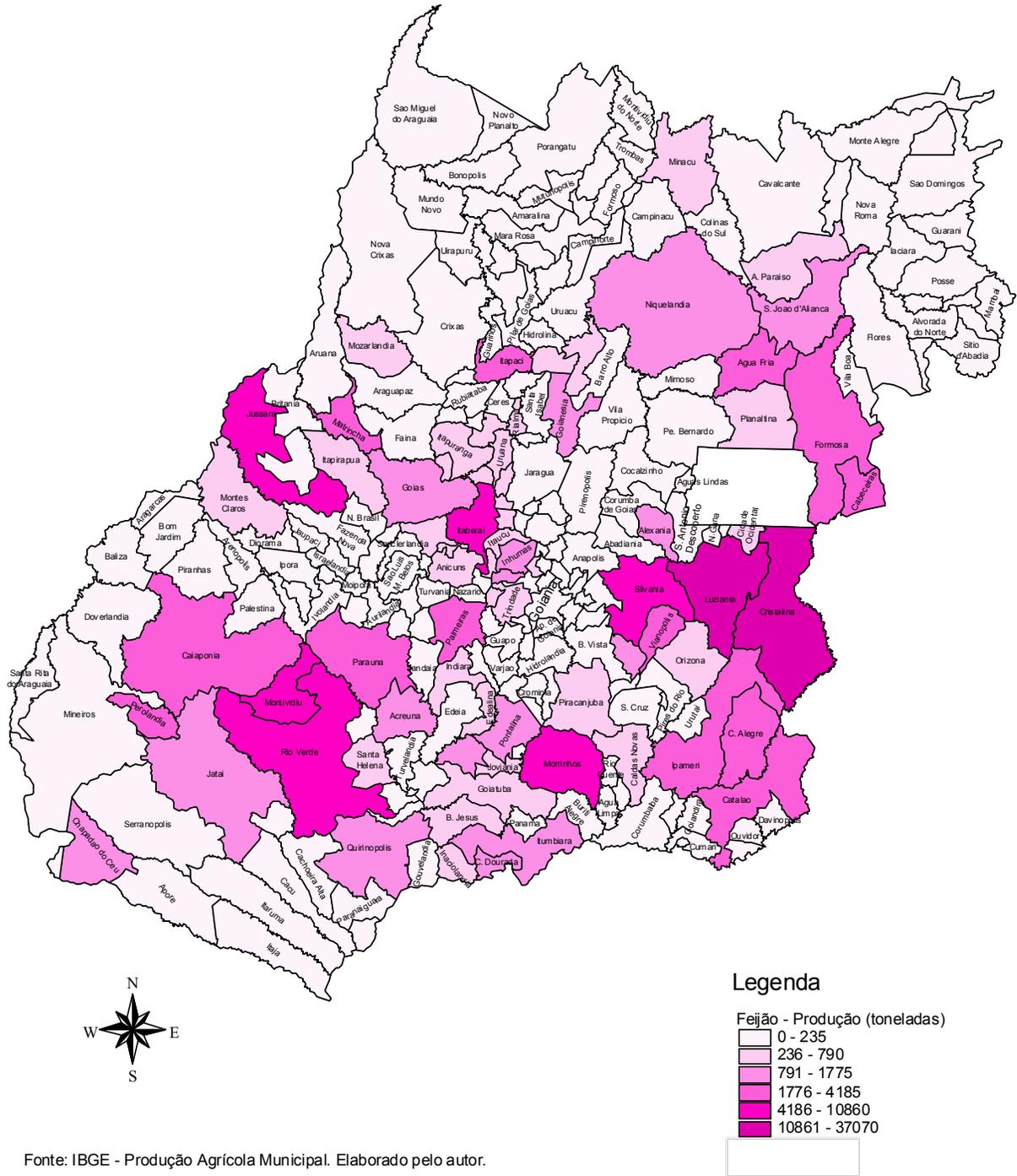
No final da década, sua área colhida foi 3,9% inferior à do início, mas a produção elevou-se em 43,6%. No CO, a área colhida do grão aumentou em 23,4%, resultando num crescimento de 68,4% na produção. Goiás, por sua vez, teve sua área

<sup>275</sup> HELFAND, S. M. & REZENDE, G. C. op. cit. 2000. p. 19.

<sup>276</sup> Cristalina (23,8%), Luziânia (14,0%), Silvânia (4,9%), Rio Verde (4,7%), Jussara (4,7%), Itaberaí (3,5%), Montividiu (3,4%), Morrinhos (3,1%), Campo Alegre de Goiás (2,6%) e Catalão (2,1%) – (Média 1999/00)

Cartograma 5

Goiás: Produção Municipal de Feijão (Média 1998-2000)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Elaborado pelo autor.

reduzida em 5,9%, porém, a produção se ampliou em 50,5%. Desta forma, o estado tornou-se o quarto produtor nacional de milho, contribuindo com 11% da produção brasileira.

Mais uma vez o ganho em produtividade teve papel importante. Na média nacional, a produtividade do milho elevou-se de 1.841 kg/ha para 2.747 kg/ha. No CO e em Goiás a produtividade ampliou-se de 2.619 kg/ha para 3.590 kg/ha e de 2.696 kg/ha para 4.318 kg/ha, respectivamente. Esses aumentos serviram para compensar as reduções ocorridas nos preços, que, em 1997, eram pouco mais de dois terços dos praticados em 1990.

Em 1998 ocorreu pequena recuperação, porém, com a desvalorização cambial (janeiro de 1999), os preços internacionais reduziram-se em torno de 33,5%. Em novembro de 1999 os preços já haviam retornado aos patamares de novembro de 1998, permanecendo, assim, até outubro de 2000. Neste período, entretanto, no mercado interno os preços se mantiveram relativamente estáveis, sob influência da pressão ocasionada pelo crescimento da demanda<sup>277</sup>.

Em Goiás a produção se concentrava na mesorregião Sul, que respondia por 69,3% do milho goiano, ocupando 65,3% da área colhida do grão. Alteração significativa ocorreu apenas na mesorregião Leste, que ampliou sua participação na área colhida de 7% para 13,1% e na produção de 5,9% para 14,6%. Os dez maiores municípios produtores de milho<sup>278</sup>, juntos, respondiam pela metade do grão produzido em Goiás (50,3%). Desta forma, as mesorregiões Sul e Leste, juntas respondiam por 83,9% do milho goiano (Cartograma 6).

A soja tornou-se um dos principais produtos da agricultura brasileira graças à ampliação da demanda mundial por proteínas para produção de carnes, ao aumento da procura por óleos vegetais e ao crescimento dos preços, no mercado internacional. Todo seu complexo produtivo atravessou ótima fase nos anos 90, passando o Brasil à segundo produtor mundial de soja e a sua área colhida cresceu de 10,6 para 13,4

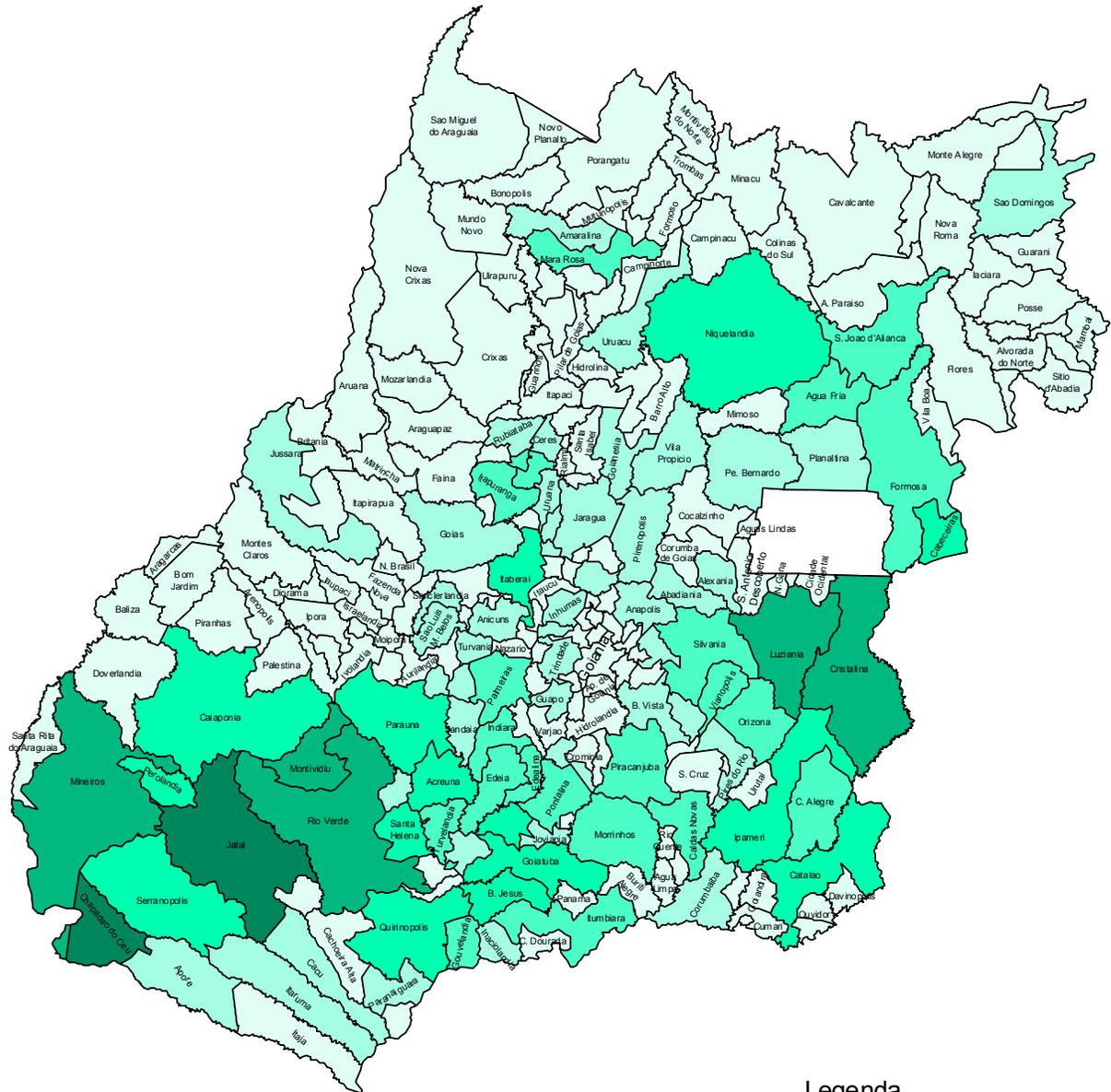
---

<sup>277</sup> Houve “ganhos expressivos ao longo destes últimos dois anos, especialmente para aqueles produtores que investiram tecnologicamente na cultura, visando a aumentar a produtividade e baixar os custos e produção por unidade produzida.” FNP – Agriannual 2001, p. 417.

<sup>278</sup> Jataí (10,5%), Chapadão do Céu (8,9%), Rio Verde (6,6%), Cristalina (5,6%), Montividiu (4,8%), Luziânia (3,7%), Mineiros (3,2%), Perolândia (2,5%), Santa Helena de Goiás (2,4%) e Ipameri (2,1%).

Cartograma 6

Goiás: Produção Municipal de Milho (Média 1998-2000)



**Legenda**

Milho - Produção (toneladas)

Lightest Green	0 - 4840
Light Green	4841 - 13774
Medium-Light Green	13775 - 33097
Medium Green	33098 - 77673
Dark Green	77674 - 207567
Darkest Green	207568 - 347531

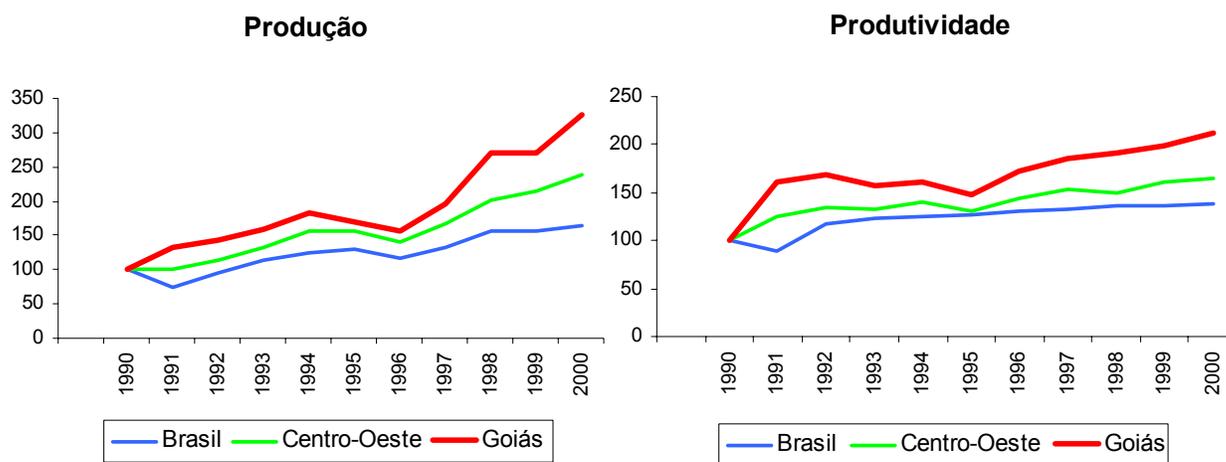
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Elaborado pelo autor.

milhões de hectares (26,6%). Desta área, 39,7% encontrava-se no CO, sendo 10,6% em Goiás. A produção nacional elevou-se de 17,4 para 31,9 milhões de toneladas (83,2%), no CO saltou de 6,5 para 14,6 milhões e em Goiás elevou-se de 1,5 para 3,8 milhões. Assim, em 2000, quase metade da produção de soja brasileira (47,1%) encontrava-se no CO<sup>279</sup>, e Goiás já respondia por 12,5% da soja nacional.

Ao do período, aumentou a produtividade da soja no Brasil, atingindo 2.403 kg/ha no ano 2000. No CO, e em Goiás, ela alcançou 2.793kg/ha e 2.745 kg/ha, respectivamente. Tomando-se 1990 como base, o desempenho goiano, tanto na produção quanto na produtividade, superou o nacional e o regional, tornando-se o quarto produtor nacional (Gráfico 37).

Gráfico 37

Crescimento da Produção e Produtividade da Soja no Brasil, no Centro-Oeste e em Goiás de 1990 a 2000 (1990=100)



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

A tendência de crescimento da safra de soja no final da década, estava mais relacionada ao aumento da eficiência dos sojicultores, que reduziu seus custos de produção e aumentou a produtividade, que aos preços recebidos, pois caíram 40,6% entre 1996/97 e 1999/00.<sup>280</sup> A produção goiana se encontrava concentrada nas

<sup>279</sup> Sendo, assim, distribuído: 56% em Mato Grosso, 26% em Goiás e 18% em Mato Grosso do Sul.

<sup>280</sup> Ver FNP – Agriflex 2001, p. 474.

mesorregiões Sul (90%) e Leste (7,7%). Os três maiores municípios produtores de soja, juntos, produziam 33,4% da safra Goiana e os dez maiores<sup>281</sup> 54,1% (Cartograma 7).

Nos anos 90, merecem ainda destaque em Goiás: o algodão, que na média 1990/91, respondia por 3,4% da produção brasileira, em 1999/00 passou a contribuir com 15,3%; apesar de pequena, a participação goiana (3%) na produção brasileira de cana-de-açúcar se manteve, acompanhando o crescimento do setor; a produção de sorgo elevou-se de 1,3 para 4,1 milhões de toneladas, ampliando a participação de 8,4% para 11,8%; a de tomate se ampliou de 320,4 para 712,5 mil toneladas, elevando a contribuição goiana de 12,4% para 23,8% da nacional.

Quanto à pecuária, o efetivo bovino brasileiro (em milhões de cabeças), que era de 149,6, elevou-se para 167,2. No CO, ele cresceu de 47 para 58,4 ampliando sua participação nacional de 31,4% para 34,9%. Destaca-se Mato Grosso, que quase dobrou seu efetivo (9 para 17,2); já Mato Grosso do Sul cresceu à mesma taxa do nacional, mantendo sua participação em 13%; Goiás, com taxa abaixo da média (0,1%), reduziu-a de 12,1% para 11,0%. O rebanho goiano, que era de 18,1 (1990/91) elevou-se para 18,3 (1999/00) e “nesse patamar deve permanecer. A tendência é o aumento da produtividade mediante a profissionalização e modernização tecnológica da atividade, sem o aumento da área de pastagem”<sup>282</sup>. Neste período, a redução na idade média de abate de 44 para 33 meses (deverá atingir 18 a 24 meses nos próximos anos), aliado à precocidade na prenhez (15 meses), reduzindo-se para 24 meses o primeiro parto, possibilitou elevar o abate de 708 para 2.123,8 mil cabeças (200%); a produção de carnes de 167,4 para 470,8 mil toneladas (181,3%)<sup>283</sup> e a taxa de desfrute de 10% para 20%. Ressalte-se que a redução do ICMS de 17% para 3%, em 1999, aumentou a competitividade dos frigoríficos de Goiás, atraindo novos investimentos para o estado, que agora comporta uma pecuária bem mais avançada e moderna, aumentando a sua produção, embora com o mesmo efetivo bovino.

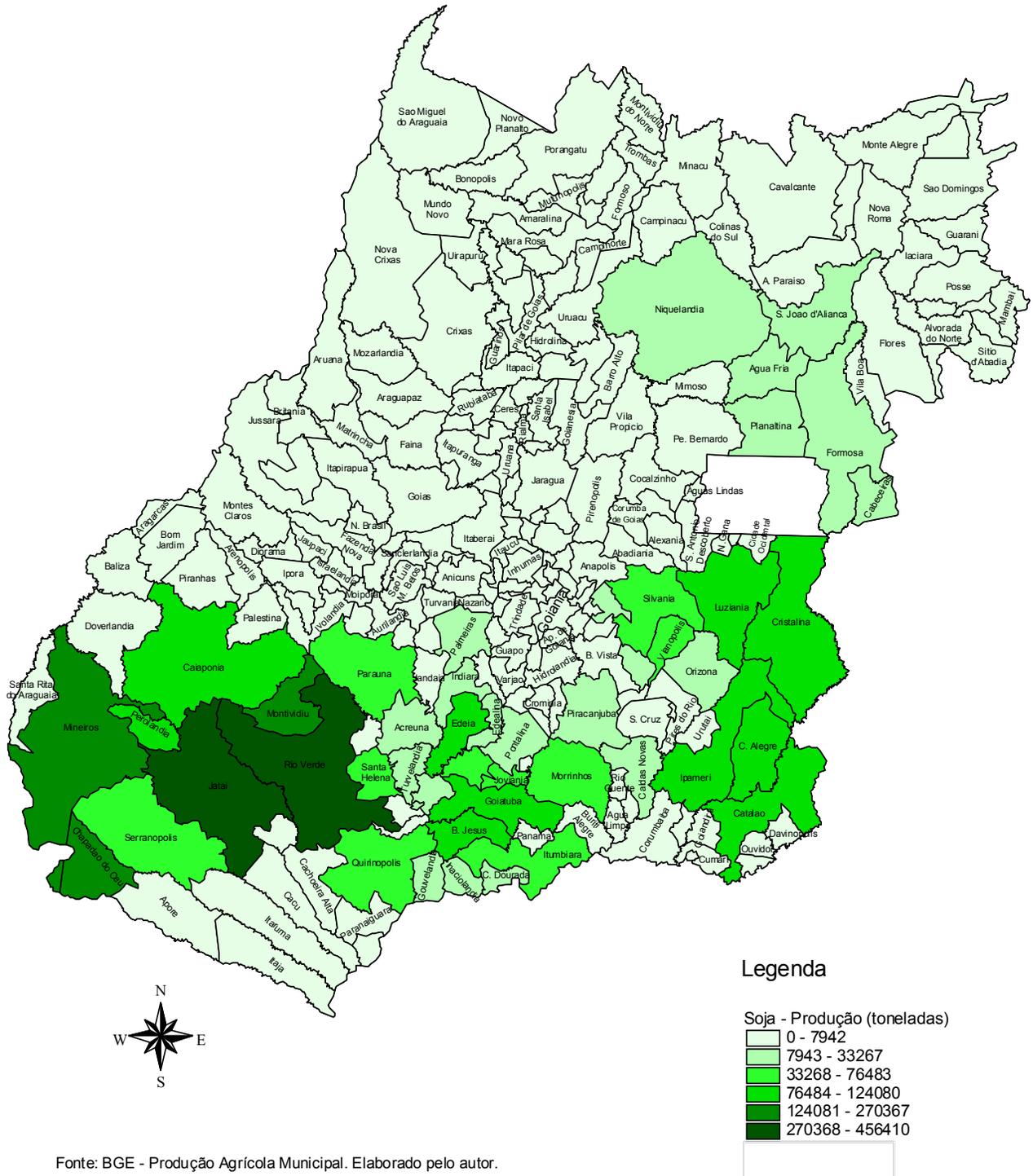
<sup>281</sup> Rio Verde (11,7%), Jataí (9,7%), Mineiros (6,9%), Chapadão do Céu (5,1%), Montividiu (4,7%), Cristalina (3,7%), Perolândia (3,3%), Catalão (3,1%), Bom Jesus de Goiás (3,0%) e Goiatuba (2,9%) – (média 1999/00).

<sup>282</sup> SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL (SENAI-GO). Mecoste. Perfil competitivo do Estado de Goiás, 2001 p. 45.

<sup>283</sup> Ver AGROANALYSIS. Goiás: a grande arrancada. Revista de agronegócios da FGV, vol 22, janeiro de 2002, p. 24 a 26.

Cartograma 7

Goiás: Produção Municipal de Soja (Média 1998-2000)



Fonte: BGE - Produção Agrícola Municipal. Elaborado pelo autor.

Assim, os produtores goianos têm se preocupado com o melhoramento genético do rebanho, acentuando-se o uso de técnicas como a inseminação artificial e transferências de embriões, com rígido controle nutricional e com a sanidade (doenças como a aftosa já foi erradicada de Goiás). Com base nos Censos Agropecuários, entre 1985 e 1995/6, em Goiás, as áreas de pastagens plantadas cresceram de 11,3 para 14,3 milhões de hectares (26,6%), enquanto as de pastagens naturais caíram de 9,6 para 5,1 milhões de hectares (-46,9%).

A localização do rebanho Goiano, nos anos 90, não se alterou significativamente. A mesorregião Sul, em 1999/00, detinha quase metade do efetivo (41,9%), a Noroeste e a Centro possuíam um quinto do rebanho (20,6% e 19,70%, respectivamente) e a Norte e a Leste, um décimo (9,3% e 9,1%). Os dez municípios de maior efetivo bovino<sup>284</sup>, juntos, respondiam por 19,7% do rebanho goiano. Assim, pode-se dizer que o efetivo bovino se encontrava relativamente mais disperso no território goiano (Cartograma 8).

O efetivo suíno nacional (em milhões de cabeças) reduziu-se de 34 para 31,2. Dividindo-se o decênio em dois períodos, tem-se que na primeira metade, a média era de 34,4 e na segunda, de 31,2 e essa redução se relaciona à forte queda (cerca de 38%) de seus preços. Assim, os suinocultores tiveram que se desfazer de matrizes para reduzir seus custos.<sup>285</sup> Em Goiás a queda foi de 40%, reduzindo a participação do rebanho goiano de 5,6% para 3,7%. Embora também tivesse sofrido redução absoluta, o rebanho da mesorregião Sul aumenta sua participação estadual de 32,7% para 46,1%, dado que a queda foi muito maior nas demais regiões.

No tocante ao frango, o preço era favorável à produção, e ainda apresentava tendência de crescimento. O efetivo nacional cresceu 67,7% na década, atingindo 641,8 milhões de cabeças em 1999/00. Em Goiás, o crescimento foi de 126,4%, aumentando a participação nacional de 1,9% para 2,6%. O da mesorregião Sul cresceu 421,6%, incentivado pela implantação de agroindústrias na cadeia do frango, e assim sua

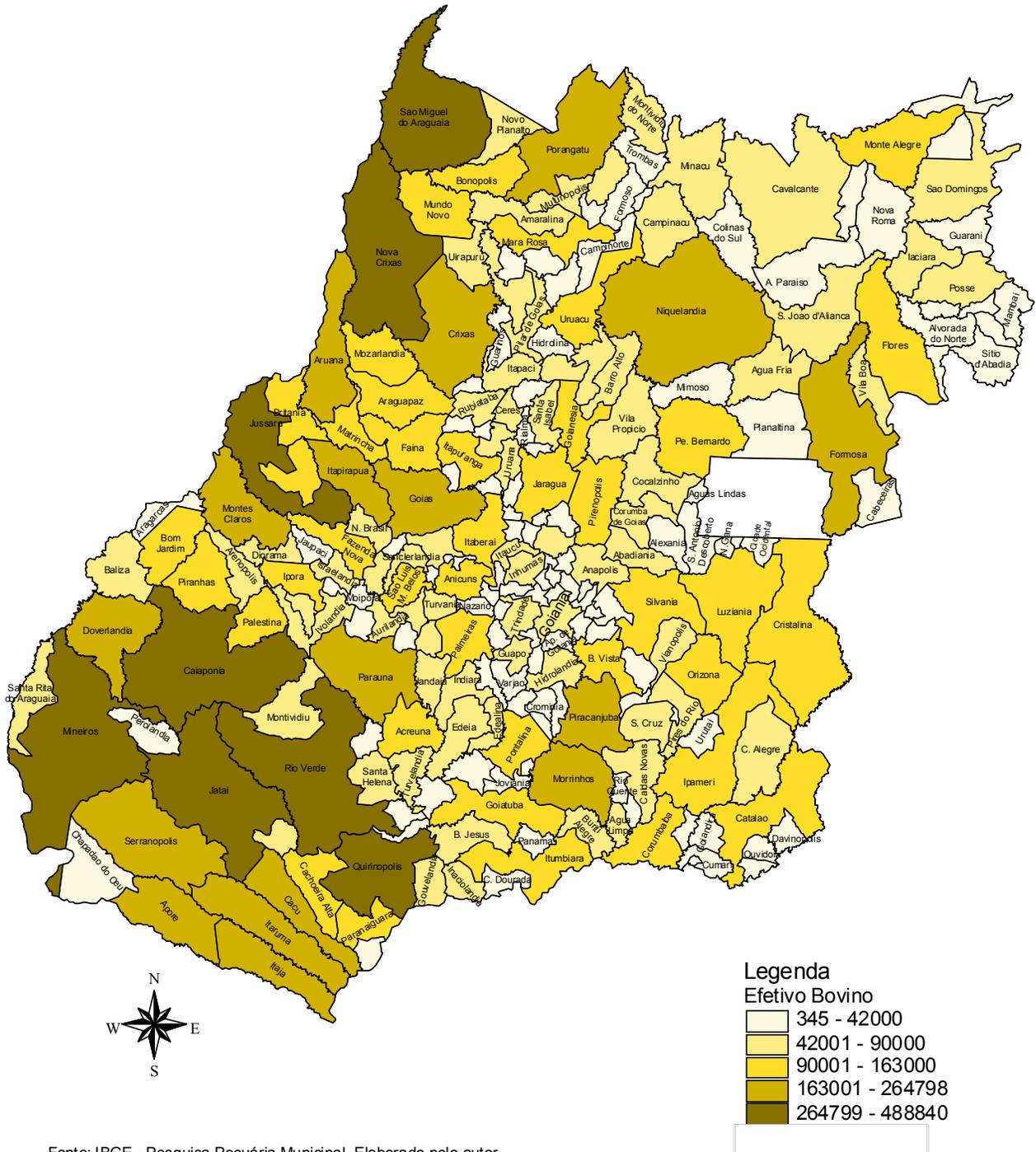
---

<sup>284</sup> Nova Crixás (2,6%), Rio Verde (2,4%), Jataí (2,2%), São Miguel do Araguaia (2,1%), Quirinópolis (2,0%), Caiapônia (1,9%), Jussara (1,9%), Mineiros (1,7%), Itarumã (1,5%) e Serranópolis (1,5%)

<sup>285</sup> Ver FNP – On Line: Tendências do Mercado de Suínos. (<http://www.fnp.com.br>)

Cartograma 8

Goiás: Efetivo Bovino (Cabeças) - ano 2000



Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal. Elaborado pelo autor.

participação estadual se elevou de 26,7% para 61,5%. Somadas as produções das mesorregiões Sul e Centro, concentram 84,9% da produção estadual.

A produção de leite no Brasil nos anos 90 cresceu 31,4%, atingindo 19,4 bilhões de litros (1999/00), e a goiana cresceu 90,3%, elevando sua participação de 7,6% para 11% da nacional e de 63,2% para 71% do CO. Isto se deveu, em grande parte, ao aumento da produtividade de 457,9, para 1.066,5 litros/vaca/ano, entre 1990 e 1999, compensando a redução de 17,9% no efetivo de vacas ordenhadas. A expansão e a consolidação da agroindústria do leite também contribuíram para o crescimento do setor, assim como as políticas de incentivo governamental e de instituições ligadas ao setor, apoiando os produtores na aquisição de matrizes e de resfriamento na propriedade rural. Segundo o Sindicato das Indústrias de Laticínios, 1,4 bilhão de litros são processados por 151 indústrias sob fiscalização do Serviço de Inspeção Federal (SIF); outros 548 milhões de litros, por 368 laticínios inspecionados pela Agência Rural e há, ainda, aproximadamente 100 laticínios clandestinos, principalmente na produção de queijos, processando até 500 mil litros<sup>286</sup>. Assim, Goiás tornou-se o segundo maior produtor nacional de leite. A produção nas mesorregiões não se alterou significativamente, destacando-se as Sul e Centro, com participação de 48,6% e 30,6%, respectivamente.

O Setor Industrial em Goiás também teve boa performance nos anos 90. O Valor Adicionado Bruto (VAB) do setor cresceu 21,8%, destacando-se o subsetor de Transformação, que representava, em 1999, mais da metade do PIB industrial (52,6%) e cerca de 15,6% do PIB estadual, apresentando-se, ainda, com tendência de crescimento.

A expansão e diversificação industrial resultaram da abundância de matérias-primas, de recursos oficiais (diretos-FCO e Indiretos-Crédito Rural) e benefícios fiscais (PRODUZIR). Entre 1989 e 1999, as participações do CO e de Goiás no VAB do Brasil, na Indústria de Transformação, quase duplicaram (Tabela 26). Neste período, Goiás contribuiu, em média, com a metade de todo VAB desta atividade econômica no Centro-Oeste.

---

<sup>286</sup> Ver AGROANALYSIS. Goiás: a grande arrancada. Revista de agronegócios da FGV, vol 22, janeiro de 2002, p. 28.

Tabela 26

Participação do Centro-Oeste, e suas Unidades Federativas, no Valor Adicionado Bruto do Brasil, na Indústria de Transformação de 1989 a 1999

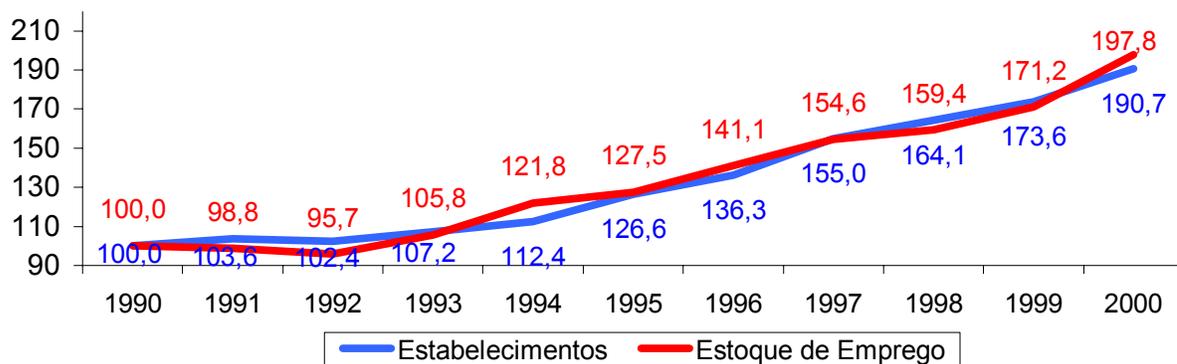
Ano	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
CO	1,4	1,5	1,8	2,0	2,0	2,2	2,1	2,2	2,3	2,5	2,5
GO	0,7	0,8	1,1	1,0	1,0	1,1	1,0	1,1	1,1	1,2	1,2
MT	0,2	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5
MS	0,3	0,2	0,2	0,4	0,3	0,4	0,5	0,5	0,5	0,6	0,5
DF	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3

Fonte: FIBGE – Contas Regionais do Brasil.

Com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), viu-se que a Indústria de Transformação goiana dobrou o número de estabelecimentos industriais (de 3.683 para 7.022) e do estoque de empregos formais (de 50.359 para 99.604) na década de 1990 (Gráfico 38).

Gráfico 38

GOIÁS: Evolução dos Estabelecimentos Industriais e Empregados 1990-2000 (1990=100)



Fonte: RAIS/1990-2000 – Elaboração do autor.

Ressalte-se que enquanto a RAIS de 1997 registrava 5.707 estabelecimentos de indústrias de transformação, a Pesquisa de Economia Informal Urbana (FIBGE), do mesmo ano, revelou a existência, em Goiás, de 46.286 empresas informais no segmento “Indústria de Transformação e Extrativa Mineral”, sendo que 62,6% contavam com apenas 1 pessoa ocupada; 17,1%, com 2 e 20,3% com 3 ou mais. Assim, o número de trabalhadores na informalidade certamente superava o na formalidade. No

Censo 2000, registrou-se 255.206 pessoas de 10 anos ou mais ocupadas na Indústria de Transformação, contra 98.959 captadas pela RAIS, ou seja, 61,2% encontravam-se na informalidade.

Os dados da RAIS de 2000 mostraram, ainda, que o emprego formal na indústria goiana estava concentrado nos subsetores de transformação (71%) e de construção (24%). O ramo de transformação, que detinha 14,9% dos postos de trabalho do estado, distribuía-se regionalmente da seguinte forma: 73,9% na mesorregião Centro; 18,2% na Sul; 4,3% na Leste; 2% na Noroeste e 1,6% na Norte. A indústria da construção, com 5% do emprego formal, também se concentrava na mesorregião Centro, que absorvia 81,7% dos empregos, seguida pelas Sul e Norte, ambas com 7,7%, a Leste com 2,2% e a Noroeste com 0,7% (Tabela 27).

Tabela 27

Goiás: Distribuição do Emprego Formal no Setor Industrial - 2000

Mesorregião	Indústrias extrativas	Indústrias de transformação	Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	Construção	Total de Geral de Goiás
Centro	702	73.120	1.897	27.395	468.972
Leste	735	4.213	118	735	43.356
Noroeste	628	1.999	69	218	14.551
Norte	1.333	1.585	156	2.595	18.800
Sul	761	18.042	514	2.568	118.223
Total geral	4.159	98.959	2.754	33.511	663.902
Setor/GO	0,6%	14,9%	0,4%	5,0%	100,0%

Fonte: MTE - RAIS 2000

Com base na Pesquisa Industrial Anual - Empresa (PIA-Empresa)<sup>287</sup>, que objetiva identificar as características estruturais básicas do segmento empresarial da atividade industrial no País, detectou-se que em 1996, metade das unidades industriais (48%) do Centro-Oeste se localizava em Goiás, representando 2,1% do total nacional. Se comparada ao principal centro dinâmico no país (São Paulo), a proporção era de 5,5%. Por outro lado, a participação goiana no Valor Bruto da Produção (VBP) Industrial

<sup>287</sup> A Pesquisa leva em conta a concentração da atividade produtiva nos segmentos de maior porte, incluindo na amostra todas as empresas industriais com 30 ou mais pessoas ocupadas, sendo que as demais empresas, numericamente majoritárias, compõem uma amostra probabilística.

Ver <http://www.ibge.net/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas/objetivos.shtml>

brasileira era de 1,4%, atingindo 2,9% da paulista. Essas diferenças, existentes entre as participações (Unidades Empresariais e Valor Bruto da Produção Industrial), mostram que o porte da indústria goiana era relativamente menor que a média nacional, e bastante inferior à paulista.

No entanto, o desempenho da indústria goiana nos anos seguintes superou tanto a paulista, quanto a nacional. No ano 2000, a proporção de estabelecimentos goianos em relação aos paulistas havia aumentado para 7,7%, representando 2,7% do nacional e o VBP Industrial atingiu 3,2% do obtido por São Paulo, equivalendo, portanto, a 1,5% do brasileiro.

Ressalte-se que o parque industrial goiano era relativamente recente. A década de 1980 representou, nesse aspecto, um divisor na indústria de transformação, que, logo após o movimento de especialização em produtos agrícolas, do surgimento de pequenos, médios e grandes investidores, formou-se um leque de diversificação, concretizando-se em fábricas de calçados, roupas, embalagens de papel, alumínio, papelão e plástico, além de biscoitos, conservas, panificação, mobiliário, metalúrgicas, material elétrico, cerâmica, açúcar e álcool, etc.

Observando-se os estabelecimentos industriais cadastrados na Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, em janeiro de 2001, praticamente um terço (29,9%) deles se situavam no setor Alimentício e 27,2% no de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos (Tabela 28).

Em Goiás, atualmente, estão implantadas na mesorregião Sul a montadora de automóveis Mitsubishi e a fábrica de colheitadeiras Cameco do Brasil, agroindústrias do complexo grãos-carne, despontando como o ramo mais promissor, com diversas unidades de transformação de derivados do leite, da soja, do sorgo e do milho, moinhos de trigo, fábricas de massa, frigoríficos (bovinos, de aves e suínos), além de grandes empresas de mineração. A Perdigão, no município de Rio Verde, a Persa, em Cesarina, e a Nutrisa, em Pires do Rio, constituem exemplos de que o setor consolidava sólida base para expansão. As agroindústrias proporcionaram a criação de novos postos de trabalho tanto no campo como na cidade, aproveitando matéria prima local, agregando valor e aumentando a arrecadação fiscal e o bem estar social.

Tabela 28

Goiás: Estabelecimentos Industriais Cadastrados na Secretaria da Fazenda em Janeiro de 2001

Setor	Indústrias	Yi (%)	fi (%)
Total	10.405	100,0	
Produtos Alimentícios	3.116	29,9	29,9
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	2.828	27,2	57,1
Produtos Minerais não Metálicos	819	7,9	65,0
Diversos	684	6,6	71,6
Metalúrgica	649	6,2	77,8
Mobiliário	627	6,0	83,8
Editorial e Gráfica	301	2,9	86,7
Madeira	296	2,8	89,6
Química	151	1,5	91,0
Mecânica	125	1,2	92,2
Couros, Peles e Produtos Similares	111	1,1	93,3
Produtos de Material Plástico	109	1,0	94,3
Materiais Elétricos e de Comunicação	98	0,9	95,3
Materiais de Transporte e Transporte	89	0,9	96,1
Bebidas, Álcool Etilico e Vinagre	84	0,8	96,9
Têxtil	83	0,8	97,7
Perfumaria, Sabões e Velas	77	0,7	98,5
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	57	0,5	99,0
Papel e Papelão	49	0,5	99,5
Borracha	34	0,3	99,8
Fumo	18	0,2	100,0

Fonte: Secretaria da Fazenda

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatísticas Socioeconômicas – 2002.

Na mesorregião Centro, encontram-se indústrias (pioneiras na região) como a Mabel, a Emege, frigoríficos (bovino, suíno e aves), e outras de transformação têxtil<sup>288</sup>, além de um pólo farmacêutico, recentemente implantado no município de Anápolis (45 km de Goiânia), que entre 1996 e 2000 ampliou seu faturamento em 289,8%, superando o nacional (40,6%), elevando-se, assim, sua participação de 3,7% para 10,4% do faturamento da Indústria Farmacêutica<sup>289</sup>. Com a instalação de filiais de grandes empresas farmoquímicas no Distrito Industrial de Anápolis, o estado vai se

<sup>288</sup> O Estado vem tornando-se um centro relevante de confecções abrigando cerca de 4 mil empresas ligadas ao setor, sendo que 60% delas encontram concentrada na capital. O faturamento anual do setor alcança mais de R\$ 200 milhões de acordo com a Agicon – Associação Goiana de Indústrias de Confecções e Correlatas.

<sup>289</sup> Ver CASTRO, S. D. Sistemas Produtivos Locais no Estado de Goiás: O Caso da Indústria Farmacêutica do Eixo Goiânia – Anápolis, 2001.

tornando referência nacional no setor farmacêutico. As treze indústrias, que atuam neste setor, estão em avançado processo de consolidação e expansão, ampliando-se o estoque de empregos em 95,2%, entre 1997 e 1999, bem acima da Indústria de Transformação goiana (8,6%). A especialização na área de genéricos colocou Goiás na condição de um dos grandes pólos farmacêuticos depois de São Paulo e Rio de Janeiro.

Quanto à mineração, destacam-se a Copebrás e a Ultrafértil, que consolidaram a extração de lama fosfática; a Mineração Catalão, com a exportação de ligas de nióbio; a Cia Níquel Tocantins, que explora jazidas de níquel/cobalto e a Sama, como única produtora nacional de amianto crisotila. O cobre, o ouro, a água mineral, o calcário e o cimento também constituem importantes núcleos de explorações, no estado. Os faturamentos dessas atividades são importantes para a economia goiana (Tabela 29), representando 2% do VBP industrial de Goiás, em 2000. Outros grandes investimentos estão sendo implementados por mineradoras em Goiás<sup>290</sup>. Com o avanço na construção civil, a brita, a areia, o cascalho e a argila tornaram-se ramos importantes. O consumo de cimento, por exemplo, cresceu 38,4%, entre 1995 e 2000.

Tabela 29

Goiás: Comercialização e Localização das Principais Substâncias Mineraias – 1995/00

Substância	Valor da comercialização (R\$ 1.000)						Localização
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	
Total	373.196	417.503	473.182	470.170	606.841	670.342	-
Amianto	108.185	134.066	159.229	151.866	174.993	164.429	Minaçu
Calcário	2.614	3.108	3.187	3.036	2.832	3.108	Cezarina / Cocalzinho
Calc.Agríc.	5.875	9.247	20.086	15.290	18.621	32.234	-
Fosfato	75.471	74.290	90.760	83.012	81.336	93.600	Catalão / Ouvidor
Ouro	50.156	48.896	49.012	47.317	80.694	96.476	Crixás
Nióbio	27.077	32.583	35.745	38.942	59.211	68.524	Catalão / Ouvidor
Níquel	103.818	115.313	115.163	130.707	189.154	211.971	Niquelândia

Fonte: Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM.

<sup>290</sup> Novas jazidas de níquel têm projetos especiais de exploração, com investimentos na ordem de US\$ 800 milhões (Anglo American Corporation). A Ultrafértil tem projeto de aumentar sua produção e industrializar o fosfato em fertilizante com recursos da ordem de US\$ 134 milhões de investimentos. A Cia Níquel Tocantins prevê aplicação de US\$ 50 milhões na expansão produtiva. A mineração Santa Elina/Maracá está viabilizando o projeto Chapada com investimentos de US\$ 180 milhões para exploração de cobre e ouro.

Quanto ao setor de serviços, vários fatores contribuíram para seu crescimento: o aumento da população de Goiás de 4 para 5 milhões de habitantes entre 1991 e 2000, resultando numa taxa geométrica anual (2,5%) superior à nacional (1,6%); a continuidade do processo de urbanização<sup>291</sup>, cuja taxa elevou-se de 80,8% em 1991, para 87,9% em 2000 e o crescimento da receita líquida estadual em 21,3% entre 1996 e 2000 (a preços constantes de 2001), possibilitando o aumento dos gastos públicos. Na década de 1990, portanto, este setor cresceu 33,1%, superando o setor industrial (21,8%), ficando, porém, abaixo da expansão agropecuária (59,7%).

Neste setor, destacou-se o ramo Administração Pública, Defesa e Seguridade Social, que contribuiu com quase um terço dos serviços, chegando a participar com 18% do PIB estadual em 1996, quando o agropecuário teve baixo desempenho. O subsetor Atividade Imobiliária, Aluguéis e Serviços Prestados a Empresas, se responsabilizou por aproximadamente um sexto do setor. Somando-se esses dois, obtém-se a metade de todo o VAB do setor serviço (Tabela 30).

Tabela 30

Goiás: Participação do Setor de Serviços no Valor Adicionado Bruto a Preço Básico Corrente de 1990 a 1999

Setores	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
<b>Serviços</b>	<b>60,8</b>	<b>61,1</b>	<b>59,2</b>	<b>57,1</b>	<b>53,0</b>	<b>55,9</b>	<b>57,5</b>	<b>54,7</b>	<b>54,9</b>	<b>54,3</b>
Comércio	12,9	12,0	13,2	12,1	10,1	10,5	9,0	8,9	8,5	8,8
Alojamento e Alimentação	3,4	3,3	3,4	3,0	2,8	2,8	2,7	2,7	2,6	1,7
Transportes e Armazenagem	3,4	3,5	3,4	3,2	3,1	2,6	2,9	3,1	3,1	2,6
Comunicações	1,0	0,7	1,2	1,5	0,9	1,6	1,8	2,0	2,5	2,7
Intermediação financeira	6,2	5,2	9,0	10,3	6,3	5,0	4,2	3,3	3,3	3,1
Ativ. imobiliária, aluguéis e serv. prestados à empresas	8,3	12,7	7,0	5,1	5,4	7,5	9,6	10,3	9,7	9,5
Administração pública, defesa e seguridade social	18,2	15,5	12,8	13,7	16,6	17,7	17,9	14,7	15,8	16,6
Saúde e educação mercantis	4,0	4,2	5,1	4,1	3,9	4,0	5,0	5,0	4,8	4,4
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3,0	3,5	3,6	3,5	3,4	3,7	3,8	4,2	4,1	4,3
Serviços domésticos	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6

Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN - Gerência de Contas Regionais - 2001

<sup>291</sup> O crescimento do setor de serviços é fortemente influenciado pelo ritmo de crescimento da população, principalmente da urbana.

Os setores Intermediação Financeira e Comércio reduziram suas participações neste período. O primeiro pode ser explicado, em parte, pela liquidação extrajudicial da Caixa Econômica Estadual (CAIXEGO) em 1990, do Banco de Desenvolvimento de Goiás em maio de 1994 e do Banco Brasileiro Comercial (BBC) em maio de 1998<sup>292</sup>; o segundo, pela crescente diversificação da economia goiana.

Ressalte-se que o crescimento no subsetor de Comunicações, em parte, deveu-se à ampliação do sistema de telefonia. É importante frisar que esse crescimento não ocorreu exclusivamente por causa da privatização do Sistema Telebrás. Essa expansão está muito mais relacionada à redução nos custos dos terminais telefônicos (com desenvolvimento sistema digitais, em 1997 um terminal telefônico constava menos de um quinto, que em 1990), do sistema de transmissão (com a introdução da fibra óptica) e do sistema de rede (instalação de Unidades Remotas de Centrais Digitais mais próximas dos usuários). Desta forma, seria plausível admitir que o número de terminais telefônicos oferecidos atualmente poderia ser o mesmo se não ocorresse a privatização do setor.

Quanto ao transporte, Goiás tem uma logística embasada em rodovias pavimentadas (11.649 km, sendo 2.925 km federais, 8.724 km), compatíveis com a necessidade de escoamento da sua produção. Atualmente, a maior parte da produção é escoada pelo transporte rodoviário, principalmente pelas rodovias federais<sup>293</sup>, que apresentam maior volume de ramificações na conexão inter-regional. O estado conta, ainda, com ligação ferroviária para o Sudeste do país através de conexão com a Ferrovia Centro-Atlântica, com extensão de 642 Km, interligando o município de Catalão (divisa com Minas Gerais) com Goiânia e Anápolis. No percurso total, a Ferrovia liga Goiás aos portos de Angra dos Reis e Santos numa extensão de 7.080 km. O volume de cargas da ferrovia se concentra no transporte de soja, farelo, calcário e derivados de petróleo. Outra ferrovia, a Norte-Sul, encontra-se em adiantada projeção. Ela ligará as cidades de Goiânia (GO) a Imperatriz (MA).

---

<sup>292</sup> Recentemente, o Banco do Estado de Goiás (BEG) foi federalizado e posteriormente privatizado (2002), sendo o mesmo adquirido pelo ITAÚ.

<sup>293</sup> A malha federal em Goiás está representada pelas BR-020, BR-040, BR-050, BR-060, BR-070, BR-153, BR-158, BR-251, BR-364, BR-414 e BR-452.

Com relação à estrutura de ocupação e emprego em Goiás, observou-se que, de acordo com as PNADs de 1992 e 2001, houve um aumento absoluto de 417.917 postos no estado. Entre os setores que mais aumentaram sua participação, a Administração Pública obteve 73,4%, evidenciando que o setor conservou peso relevante na geração de ocupações no estado; Transporte/Comunicação e Comércio de Mercadorias, também tiveram significativa variação, de 71,1% e 60,7%, respectivamente (Tabela 31). Enquanto isso, a atividade industrial teve acréscimo menor (23,4%) e o setor agrícola decréscimo (-35,5%) nas ocupações, significando que Goiás conservou, no período, forte caráter econômico comercial. Ou seja, o estado obteve aumento nas ocupações em Transporte e Comércio de Mercadorias, mas conta com uma atividade industrial ainda em expansão, de forma relativamente modesta na geração de postos de trabalho.

Tabela 31

Variação Absoluta e Percentual da Ocupação em Goiás 1992 e 2001

<b>Atividades</b>	<b>1992</b>	<b>%</b>	<b>2001</b>	<b>%</b>	<b>Varição</b>
<b>Total</b>	<b>1.983.694</b>	<b>100,0</b>	<b>2.401.611</b>	<b>100,0</b>	21,1
Agrícola	622.775	31,4	401.596	16,7	-35,5
Indústria de transformação	163.710	8,3	202.088	8,4	23,4
Indústria da construção	127.121	6,4	189.241	7,9	48,9
Outras atividades industriais	30.908	1,6	31.165	1,3	0,8
Comércio de mercadorias	253.647	12,8	407.717	17,0	60,7
Prestação de serviços	406.018	20,5	592.106	24,7	45,8
Serviços auxiliares da atividade econômica	47.325	2,4	72.289	3,0	52,8
Transporte e comunicação	62.140	3,1	106.347	4,4	71,1
Social	154.271	7,8	235.190	9,8	52,5
Administração pública	79.504	4,0	137.856	5,7	73,4
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	36.275	1,8	26.016	1,1	-28,3

Fonte: IBGE – PNADs 1992 e 2001.

Obs. Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas por ramos de atividade do trabalho principal.

Considerando que a agricultura teve crescimento substancial na referida década, conforme evidenciado anteriormente, o decréscimo no número de ocupações nesta atividade, comprova que sua expansão se deu de forma intensiva, dentro dos moldes de uma agropecuária modernizada, de alta tecnologia e poupadora de mão-de-obra.

Pode-se também observar que a estrutura de empregos formais no estado, acompanhou de perto a distribuição demográfica no território. Os dados da RAIS (2000), revelaram que o setor Administração Pública, Defesa e Seguridade Social era responsável por um quarto do emprego formal goiano, destacando-se, assim, a importância do setor público no emprego (e na renda interna), conforme mencionado acima. O comércio (atacadista e varejista) absorvia quase um quinto dos postos de trabalho (17,7%). Somando-se os dois chegava-se, portanto, quase à metade (43,4%) do número de empregados captados pela RAIS em todo o estado (Tabela 32). A mesorregião Centro absorvia 71,2% dos empregados da primeira e 69,1% da segunda, embora a proporção da população goiana ali residente fosse de 50,7%. Dentre os fatores que contribuíram para essa concentração destacam-se dois: o primeiro refere-se à localização da capital do estado (sede do governo estadual); o segundo, liga-se à alta taxa de urbanização desta mesorregião (93,1%).

Tabela 32

Goiás: Distribuição do Emprego Formal no Setor de Serviços - 2000

Mesorregião	Comercio Atacadista e Varejista	Alojamento e Alimentação	Transporte, Armazenagem e Comunicações	Intermediação Financeira	Atividades Imobil. Alugueis e Serviços Prestados às Emp.	Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	Ensino	Saúde e Serviços Sociais	Outras Atividades de Serv. Coletivos, Sociais e Pessoais	Total Geral de Goiás
Centro	81.139	11.563	19.161	8.117	47.637	121.520	17.249	27.468	20.803	468.972
Leste	8.777	1.181	4.435	543	1.193	13.207	1.612	565	968	43.356
Noroeste	1.765	239	139	222	253	4.388	252	320	226	14.551
Norte	2.624	361	561	256	388	6.491	203	348	390	18.800
Sul	23.082	5.398	4.270	1.954	4.202	25.137	2.751	3.631	3.301	118.223
Total	117.387	18.742	28.566	11.092	53.673	170.743	22.067	32.332	25.688	663.902
Setor/GO	17,7%	2,8%	4,3%	1,7%	8,1%	25,7%	3,3%	4,9%	3,9%	100,0%

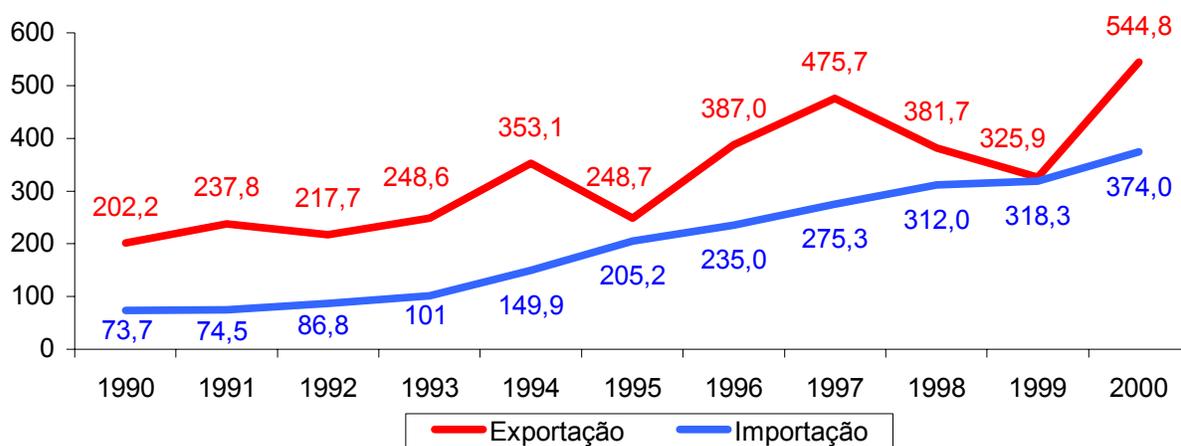
Fonte: RAIS 2000

Em relação ao comércio exterior, em Goiás, ao longo dos anos 90, a balança comercial se apresentou sempre superavitária (Gráfico 39). Contudo, enquanto as exportações cresceram 169,4%, as importações se expandiram em 407,5%. Em 2000, a soja foi responsável por mais da metade das exportações goianas (Outros Grãos de

Soja, Mesmo Triturados 32,56% e Bagaço e Outros Resíduos Sólidos da Extração do Óleo de Soja 28,37%), seguida por Ferronióbio (6,9%), Ouro (6,6%), Carne Bovina (Congelada 3,1%; Frescas ou Resfriadas 2,9%), Amianto (5%), dentre outros. Por outro lado, as importações foram altamente influenciadas pela instalação da montadora Mitsubishi em Catalão. Dentre os principais produtos importados encontravam-se: Outros Chassis com Motor para Automóveis de Passageiros e Mercadorias (9,7%), Automóvel com Motor Diesel até Seis Passageiros (8,3%), Outros Cloreto de Potássio (5,1%), Automóveis com Motor à Explosão (5%), Trigo (4,5%) etc.

Gráfico 39

Goiás: Balança Comercial 1990 – 2000 US\$ (milhões)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

### 3.4.1 Aspectos Demográficos e Urbanos

Na década de 1990, o ritmo de crescimento populacional do CO (2,4% a.a.) continuou superando o nacional (1,6%), demonstrando que ainda continuava atrativo ao fluxo migratório<sup>294</sup>. Os dados da Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios (PNAD) de 2001, revelaram que 29% dos residentes em Goiás nasceram em outra unidade da federação, com destaque para os 7,6% de mineiros, 4,7% de baianos, 3,1% provenientes do DF, 1,8% de tocaninense, 1,7% de maranhense e 1,6% de paulista.

<sup>294</sup> Ver MOYSÉS, A. *Contradições de uma cidade planejada no planalto central brasileiro: segregação sócio-territorial em Goiânia*. Tese de Doutorado, São Paulo, PUC-SP 2001.

Na região, o DF foi o que obteve a maior taxa de crescimento (2,8%); seguida por Goiás com 2,5%, e por MT e MS, com taxas de 2,4% e 1,7%, respectivamente (Tabela 33). Dessa forma, no ano 2000, a população goiana representava 2,9% da nacional e quase a metade (43%) de todo o CO, revelando-se, assim, uma concentração do contingente populacional do CO neste espaço. Vários fatores contribuíram para este crescimento como: a expansão do emprego resultante do crescimento econômico, políticas assistenciais de doações de terrenos e financiamentos subsidiados de materiais construção, concessão de cestas básicas, êxodo rural em outros estados, etc.

Tabela 33

População Residente e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Segundo as Unidades Federativas do Centro-Oeste - 1991/2000

Unidades	População Residente			Taxa Geométrica de Crescimento Anual		
	1991	1996	2000	91/96	96/00	91/00
<b>Brasil</b>	<b>146.825.475</b>	<b>157.079.573</b>	<b>169.799.170</b>	<b>1,4</b>	<b>2,0</b>	<b>1,6</b>
<b>Centro-Oeste</b>	<b>9.427.601</b>	<b>10.501.480</b>	<b>11.636.728</b>	<b>2,2</b>	<b>2,6</b>	<b>2,4</b>
Mato Grosso do Sul	1.780.373	1.927.834	2.078.001	1,6	1,9	1,7
Mato Grosso	2.027.231	2.235.832	2.504.353	2,0	2,9	2,4
Goiás	4.018.903	4.515.868	5.003.228	2,4	2,6	2,5
Distrito Federal	1.601.094	1.821.946	2.051.146	2,6	3,0	2,8

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e 2000 e Contagem da População 1996.

O intenso processo de urbanização ocorrido nas décadas anteriores continuou nos anos 90. De todos os estados do Centro-Oeste, apenas Mato Grosso se encontrava com a taxa de urbanização abaixo da média nacional. O Estado de Goiás, que em 1991 (excluso Tocantins) tinha 80,8% de sua população residindo no meio urbano, em 2000 teve-a em 87,9% (Tabela 34).

Tabela 34

População Residente por Situação de Domicílio, Segundo as Unidades Federativas do Centro-Oeste - 1991/2000

Unidades	Total	Urbana	Rural	Taxa de Urbanização
<b>Brasil</b>	<b>169.799.170</b>	<b>137.953.959</b>	<b>31.845.211</b>	<b>81,2%</b>
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>11.636.728</b>	<b>10.092.976</b>	<b>1.543.752</b>	<b>86,7%</b>
Mato Grosso do Sul	2.078.001	1.747.106	330.895	84,1%
Mato Grosso	2.504.353	1.987.726	516.627	79,4%
Goiás	5.003.228	4.396.645	606.583	87,9%
Distrito Federal	2.051.146	1.961.499	89.647	95,6%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Metade do contingente populacional goiano se encontrava na mesorregião Centro (50,7%), sendo também a mais urbanizada (93,1%). As mesorregiões Sul e Leste também se apresentam com importantes contingentes populacionais (21,2% e 18,1%) e elevadas taxas de urbanização (83,3% e 86,2%, respectivamente). Por outro lado, a Norte e a Noroeste são menos povoadas (5,6% e 4,4%) e com taxa de urbanização, ficando abaixo da média nacional (ambas com 74%).

A Região Metropolitana de Goiânia, criada pela Lei Estadual Complementar 27 de 31/12/1999, conta, atualmente, com 11 municípios, representando um terço (32,7%) da população do estado. O processo de crescimento das cidades do entorno de Goiânia que ocorrera nos anos 80, intensificou-se nos 90. Todas elas, com exceção de Goianópolis, tiveram taxas de crescimento superiores à da capital (Tabela 35), destacando-se os municípios de Senador Canedo (9,3%), Aparecida de Goiânia (7,3%) e Trindade (4,7%), que já possuem áreas conurbadas com a capital. Desse contingente, 98,4% residem na zona urbana<sup>295</sup>. Trata-se, conforme mencionado anteriormente, de um crescimento populacional, de pessoas com baixas rendas, no entorno das grandes cidades, atraídas, em parte, pelo baixo preço da terra e aluguel nessas cidades, agravando e criando novos problemas sociais.

<sup>295</sup> Ver Radiografia Social e Econômica do Município de Goiânia – Prefeitura Municipal de Goiânia 2002.

Tabela 35

Aglomerado de Goiânia: População Residente e Taxas de Crescimento - 1991/2000

Municípios	1991	1996	2000	Taxa de Crescimento Anual (%)		
				91-96	96-2000	91-2000
Abadia de Goiás	2.860	3.343	4.971	3,2	10,4	6,3
Aparecida de Goiânia	178.483	265.868	336.392	8,3	6,1	7,3
Aragoiânia	4.910	5.713	6.424	3,1	3,0	3,0
Goianápolis	10.716	10.191	10.671	-1,0	1,2	0,0
Goiânia	922.222	1.001.756	1.093.007	1,7	2,2	1,9
Goianira	12.896	15.194	18.719	3,3	5,4	4,2
Hidrolândia	10.254	11.199	13.086	1,8	4,0	2,7
Nerópolis	12.987	15.241	18.574	3,3	5,1	4,1
St. Antonio de Goiás	1.988	2.437	3.106	4,2	6,3	5,1
Senador Canedo	23.905	44.266	53.105	13,1	4,7	9,3
Trindade	54.072	68.558	81.457	4,9	4,4	4,7
<b>Total da RM</b>	<b>1.235.293</b>	<b>1.443.766</b>	<b>1.636.705</b>	<b>3,17</b>	<b>3,19</b>	<b>3,18</b>

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000; Contagem Populacional de 1996.

## Considerações Finais

A pesquisa aqui elaborada revelou que, nos últimos trinta anos, a economia de Goiás cresceu acima da média nacional. As transformações sócio-econômicas se deram, em grande parte, em função da participação governamental na economia goiana, integrando-a ao centro dinâmico do país de forma bastante específica (complementar), sendo que as políticas federais e estaduais exerceram papel relevante e fundamental no processo.

Assim, viu-se, em Goiás, a agricultura arcaica e rudimentar ceder lugar a outra, moderna, tecnificada; presenciou-se lento melhoramento genético do rebanho bovino, desenvolvido em pastagens plantadas, com rígido controle alimentar, reduzindo-se o tempo de abate, produzindo-se carcaças de maior aproveitamento; suas rudimentares agroindústrias representadas pelas "velhas máquinas de arroz", foram sendo substituídas por plantas industriais integradas diretamente ao produtor agropecuário, agregando maior valor aos produtos regionais e, por fim, testemunhou-se importante crescimento de sua população, com forte presença de imigrantes, que para aqui vieram "plantar" em seus solos ácidos, porém fecundos, seus sonhos, esperanças e destinos.

No primeiro capítulo, evidenciou-se que, até 1930 era pequena a participação goiana no dinamismo da economia nacional. Com a implementação de políticas públicas voltadas para ocupação do Planalto Central, como a Marcha para o Oeste e as construções de Goiânia e Brasília, concomitantemente ao processo de integração do mercado nacional, criaram-se condições necessárias para que o avanço irradiado, pelo crescimento econômico paulista, fosse, pelo menos em parte, absorvido por Goiás.

Concluiu-se, também, que a instituição do Crédito Rural e políticas de desenvolvimento regionais, principalmente no âmbito do I e II PND, contribuiriam para a modernização da atividade agropecuária e para ampliação da infra-estrutura, como energia, saneamento e transporte. Assim, a atuação do poder público foi capaz de

propiciar não só maior crescimento econômico, mas também diversificação das estruturas produtivas e urbanização, ampliando com isso a capacidade goiana em atrair migrações internas nacionais.

Constatou-se, porém, na maioria dos casos, que as políticas beneficiaram os grandes proprietários rurais, contribuindo para maior concentração fundiária regional. Por outro lado, a maquinização da produção agrícola, que se alastrou principalmente pelo Sudoeste do território goiano, mais próximo de São Paulo, expulsava o homem do campo, acentuando o processo de urbanização, ampliando rapidamente a demanda por infra-estrutura e serviços urbanos, mas ao mesmo tempo, agravando os problemas sociais.

No segundo capítulo, expôs-se que, ao longo dos anos 80, a eficácia das políticas governamentais perderam vigor e os recursos disponibilizados pelo Crédito Rural se reduziram significativamente. Porém, de forma compensatória, outros mecanismos de financiamentos como a PGPM, FCO, BNDES e a “guerra fiscal” disponibilizaram recursos provenientes dos governos federal e estadual e, assim, Goiás continuou crescendo sob forte contribuição do setor público, embora menos do que na década anterior.

No terceiro, mostrou-se que, no Brasil, a crise dos anos 90 acentuou-se com a abertura comercial/financeira e com a implementação da ideologia neoliberal, que objetivava a redução da participação efetiva do Estado na economia, paradoxalmente, diminuindo sua capacidade de promover políticas voltadas ao crescimento econômico. Nesta década, intensificou-se o combate à inflação, que atingia níveis elevadíssimos, sendo contida, pelo menos temporariamente, pelo Plano Real.

A valorização cambial e a abertura comercial, expuseram, negativamente, o aparelho produtivo nacional à concorrência internacional. Por conseguinte, sucederam alterações nas políticas regionais de desenvolvimento, no Crédito Rural e, no âmbito da “guerra fiscal”, inclusive, na substituição do FOMENTAR pelo PRODUZIR em Goiás. Por outro lado, visando minimizar a lacuna deixada pelo arrefecimento da intervenção estatal, introduziram-se novos mecanismos de financiamento e, consolidou-se uma forma de integração agroindustrial peculiar na região.

## Referências Bibliográficas

**AGROANALYSIS.** *Goiás: a grande arrancada.* Revista de agronegócios da FGV, vol 22, janeiro de 2002.

**ARBACHE, J. S. & CORSEUIL, C. H.** *Liberalização comercial e estruturas de emprego e salário.* Rio de Janeiro, IPEA, 2001. (texto para discussão nº 801).

**BERTRAN, P.** *Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil.* Brasília: CODEPLAN, Goiás: UCG, 1988.

**BANDEIRA, A. J. P.** *Políticas públicas e modernização agrícola em Goiás (1970-1990).* Dissertação de Mestrado, IPUR/UFRJ, 1999.

**BUENO, S. H. S.** *A relação custo/benefício do programa Fomentar na industrialização do Estado de Goiás, no período de 1994-99.* Goiânia, GO, (mimeo), 2000.

**CANO, W.** *Raízes da concentração industrial em São Paulo.* 4ª ed. Campinas, SP: UNICAMP.IE 1998.

\_\_\_\_\_. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1995.* 2ª ed. rev. aum. Campinas, SP: UNICAMP.IE 1998.

\_\_\_\_\_. *Introdução à economia: uma abordagem crítica.* São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. *Soberania e política econômica na América Latina.* São Paulo: Editora UNESP, 2000. – (Biblioteca básica)

\_\_\_\_\_. *Celso Furtado e a questão regional no Brasil.* in TAVARES, M. da C. Celso Furtado e o Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

**CARDOSO, J. L.** *Política de crédito rural: retrospectiva e tendência de um novo padrão de financiamento.* Natal, RN: Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. SOBER, 1997.

**CARDOSO DE MELLO, J. M.** *O Capitalismo Tardio: Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira.* 10ª ed. Campinas, SP: UNICAMP/IE 1998.

**CASTRO, A. C. & FONSECA, M. G. D.** *A Dinâmica Agroindustrial do Centro-Oeste.* Brasília: IPEA, 1995.

**CASTRO, S. D.** *Sistemas Produtivos Locais no Estado de Goiás: O Caso da Indústria Farmacêutica do Eixo Goiânia – Anápolis.* Convênio IPEA/ANPEC – nº4/2000, 2001.

**CEPAL.** *Transformação produtiva com equidade: a tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos 1990.* in BIELSCHOWSKY, R. (org). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL.* Rio de Janeiro, Editora Record/Cofecon, 2000. ps. 887 a 910.

**CHAUL, N. N. F.** *A construção de Goiânia e a transferência da capital.* Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás. 1984 (mimeo).

**CODEPLAN.** *Anais do I Encontro de Demografia da região Centro-Oeste, 1997.*

**CONSIDERA, C. M. & MEDINA, M. H.** *PIB por unidade da federação: valores correntes e constantes — 1985/96.* Rio de Janeiro: IPEA, 1998. (Texto para Discussão nº 610).

**COSTA, C.** *A economia contemporânea de Goiás.* Goiânia-GO, Editora O Popular, 1987.

**DELGADO, G. C.** *Capital financeiro e agricultura no Brasil.* Campinas: Ed. Ícone/Ed. da UNICAMP, 1985.

\_\_\_\_\_. *Política de preços mínimos: uma avaliação do sistema de garantia de preços da CFP.* Brasília: IPEA/IPLAN, 1990. (texto para discussão).

**ESTEVAM, L. A.** *O Tempo da transformação: estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás.* Tese de Doutorado. Campinas, SP UNICAMP/IE, 1997.

\_\_\_\_\_. *O Tempo da transformação: estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás.* Goiânia-GO, Ed. do Autor, 1998.

**FAVERET FILHO, P. & PAULA, S.R.L.** *Um estudo da integração a partir do Projeto Buriti, da Perdigão*. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n.7, ps. 123-134, mar 1998.

**FIBGE.** *Censo Agropecuário 1995-1996, N° 25 - Goiás*. Rio de Janeiro, Dintetoria de Pesquisas, Departamento de Agropecuária 1998.

\_\_\_\_\_. *Contas regionais do Brasil*. Rio de Janeiro, Dintetoria de Pesquisas, Departamento de contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil , vários anos.

\_\_\_\_\_. *Regionalização das Transações do Setor Público – Resultados das administrações públicas e da atividade empresarial do governo*. Rio de Janeiro. Vários números.

**FNP.** *Agrianual 1998*. Editora Argos Comunicações, São Paulo, SP, 1998.

**FONSECA, M. A.** *O crédito rural e o comportamento do valor agregado do setor agrícola no Estado de Goiás nas últimas décadas*. Goiânia, GO, (mimeo) 2002.

**FURTADO, C.** *Formação econômica do Brasil*. 23ª ed. São Paulo, Editora Nacional, 1989.

\_\_\_\_\_. *Um projeto para o Brasil*. 2ªed. Rio de Janeiro. 1968.

**GALINDO, O. & MONTEIRO DOS SANTOS, V.** *Centro-Oeste: evolução recente da economia regional* et alli org AFONSO, Rui de Brito Álvares & SILVA, Pedro Luiz Barros, *Desigualdades regionais e desenvolvimento*, Col. Federalismo no Brasil. São Paulo, FUNDAP/UNESP, 1995.

**GASQUES, J. G.** *Gastos Públicos na Agricultura*. Brasília: IPEA, março de 2001. (texto para discussão nº 782).

**GRAZIANO DA SILVA, J.** *A modernização conservadora dos anos 70*. in: mas qual reforma agrária? Revista Reforma Agrária. Campinas, (12(1) (abr/jul) 1987, ps 18-48.

\_\_\_\_\_. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1998.

**HARVEY, D.** *A condição pós-moderna*. São Paulo, Ed. Loyola, 1992.

**HELFAND, S. M. & REZENDE, G. C.** *Padrões regionais de crescimento da produção de grãos no Brasil e o papel da Região Centro-Oeste*. Rio de Janeiro: IPEA, janeiro de 2000. (Texto para Discussão 731).

\_\_\_\_\_. *Brazilian agriculture in the 1990s: impact of the policy reforms*. Rio de Janeiro: IPEA, janeiro de 2001. (Texto para Discussão 785).

**IGREJA, A. C. M.** *O uso da terra para finalidades agrícolas no Brasil no período recente. Tese de Doutorado*. Campinas, SP UNICAMP/IE, 2000.

**IPEA/IBGE/NESUR-IE-UNICAMP.** *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*, Campinas-SP, UNICAMP-IE, 1999 (Coleção Pesquisas nº3).

\_\_\_\_\_. *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, Relatório de Pesquisa no. 6*, Campinas-SP, mimeo, 1999.

**KAGEYAMA, A.** *O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos CAIs*. in: Delgado, G. et alii (org). *Agricultura e políticas públicas*. IPEA. 1990.

**LAVINAS, L. et. alii.** *Desigualdades regionais e retomada do crescimento num quadro de integração econômica*. Rio de Janeiro: IPEA, março de 1997. (Texto para Discussão).

**LEITE, T. de S.** *Dinamismo agroindustrial e desenvolvimento regional em Goiás*. Estudos: Negócios - Revista da Universidade Católica de Goiás. v. 27, n. 1. Goiânia, Ed. UCG, jan./mar. 2000.

**MARTINE, G.** *A evolução espacial da população brasileira*, et alii org AFONSO, Rui de Brito Álvares & SILVA, Pedro Luiz Barros, *Desigualdades regionais e desenvolvimento*, Col. Federalismo no Brasil. São Paulo, FUNDAP/UNESP, 1995.

**MAIA GOMES, G, VERGOLINO, J. R.** *A Macroeconomia do Desenvolvimento Nordeste: 1960/1994*. Texto para Discussão nº 372. DIPRU/IPEA. Brasília, 1995.

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL.** *FCO Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste*. Banco do Brasil, 2000.

\_\_\_\_\_. *Relatório Anual do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste*. Banco do Brasil. Vários anos.

\_\_\_\_\_. *FCO Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste*. Banco do Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. *Boletim dos Indicadores Regionais*. Secretaria de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional – SDR, ano 3, nº 19, novembro de 1999.

\_\_\_\_\_. *Boletim dos Indicadores Regionais*. Secretaria de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional – SDR, ano 5, nº 23, março de 2001.

**MONTEIRO NETO, A & GOMES, G. M.** *Quatro Décadas de Crescimento Econômico no Centro-Oeste Brasileiro: Recursos Públicos em Ação*. Brasília: IPEA, 2000. (texto para discussão nº 712).

**MOYSÉS, A.** *Contradições de uma cidade planejada no planalto central brasileiro: segregação sócio-territorial em Goiânia*. Tese de Doutorado, São Paulo, PUC-SP 2001.

**MUELLER, C. C.** *Políticas Governamentais e Expansão Recente da Agropecuária no Centro-Oeste*. Brasília, PPP, IPEA, 1990.

**MYRDAL, G.** *Teoria Econômica e regiões subdesenvolvidas*. 2 ed. Rio de Janeiro, Saga, 1968.

**OLIVEIRA, F. A.** *Crise, reforma e desordem do Sistema Tributário nacional*. Campinas –SP, UNICAMP, 1995.

**OTAMAR de CARVALHO, J.** Coord. *Revisão das estratégias de desenvolvimento do Centro-Oeste: relatório final*. Ministério do Planejamento e Orçamento – **MPO**, Brasília, Mimeo, 1998.

**PALACIN, L.** *Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás*. Goiânia, Oriente, 1976.

**PALACIN, L. e MORAES, M. A. S.**, *História de Goiás*, 5a. ed., Goiânia, Ed. UCG, 1989.

**PACHECO, C. A.** *Fragmentação da nação*. São Paulo, FAPESP/UNICAMP, 1998.

**PASCHOAL, J. A. R.** *O papel do Fomentar no processo de estruturação industrial em Goiás (1984-1999)*. Dissertação de Mestrado. Uberlândia, UFU, 2001.

**PEREIRA, L. B.** *O Estado e as Transformações na Agricultura.* (Tese de Doutorado) PIMES. Pernambuco, 1987. Mimeo.

**REZENDE, G. C.** *A agricultura de grãos no Centro Oeste: Evolução recente, vantagens comparativas regionais e o papel da política de preços mínimos:* IPEA, 1990. (Texto para discussão).

\_\_\_\_\_. *A política de preços mínimos e o desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste.* Rio de Janeiro, IPEA, 2002. (Texto para discussão 870).

**RODRIGUES, J. A. et. alli.** *Agregados econômicos regionais: produto interno bruto em Goiás, 1970/84.* Goiânia, Ed UCG, 1987.

**SALIM, C. A.** *As políticas econômica e tecnológica para o desenvolvimento agrário das áreas de cerrados no Brasil: avaliação e perspectivas.* Caderno de Difusão Tecnológica, Brasília 3(2):297-342, maio/ago. 1986.

**SANTOS, M.** *A urbanização Brasileira,* São Paulo: Brasiliense, 1993.

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS,** *Zoneamento Ecológico-Econômico da Área do Aglomerado Urbano de Goiânia.* Sumário Executivo. Goiânia, 1994.

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE GOIÁS,** *Revista Economia e desenvolvimento.* Publicação trimestral, Goiânia, vários números.

**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL (SENAI-GO).** *Mecoeste. Perfil competitivo do Estado de Goiás / Mercoeste-Goiás.* Brasília, 2001

**SORJ, B.** *Estado e classes sociais na agricultura brasileira.* Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980.

**SILVA, E. R. & PIRES, M. J. S.** *Evolução econômica da região Centro-Oeste pós 1970.* (mimeo) 1999.

**SILVA, E. R et alli.** *Desenvolvimento Urbano do Centro-Oeste.* Trabalho em Grupo apresentado em Seminário da Disciplina Política Econômica e Desenvolvimento Urbano do Centro-Oeste. São Paulo: Instituto de Economia da UNICAMP (mimeo) 1999.

**TAVARES, M. da C. e SERRA, J.** *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. 4ªed. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

**VARSAÑO, R.** *A guerra fiscal do icms: quem ganha e quem perde*. Rio de Janeiro, IPEA, 1997. (Texto para discussão nº 500).